

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

FERNANDA TESTA MONTEIRO

**OS(AS) APANHADORES(AS) DE FLORES E O
PARQUE NACIONAL DAS SEMPRE-VIVAS (MG):
travessias e contradições ambientais**

Minas Gerais - Brasil

Abril de 2011

Fernanda Testa Monteiro

**OS(AS) APANHADORES(AS) DE FLORES E O
PARQUE NACIONAL DAS SEMPRE-VIVAS (MG):
travessias e contradições ambientais**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia da Universidade
Federal de Minas Gerais, como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre em Geografia.**

**Área de concentração: Organização do Espaço
Orientadora: Dra. Doralice Barros Pereira**

**Belo Horizonte - MG
Departamento de Geografia - UFMG
2011**



Universidade Federal de Minas Gerais
 Instituto de Geociências
 Programa de Pós-Graduação em Geografia



Dissertação intitulada “Os(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-Vivas (MG): travessias e contradições ambientais”, de autoria de Fernanda Testa Monteiro, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Organização do Espaço.

Dissertação defendida e aprovada, em 25 de abril de 2011, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. Doralice Barros Pereira

Profa. Dra. Rogata Soares Del Gaudio

Profa. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich

*Dedico a todos aqueles que se dispuseram a
compartilhar comigo suas visões e leituras de
mundo, tornando possível este trabalho,
especialmente aos que habitam as campinas da
“Serra”.*

AGRADECIMENTOS

Para concretizar este trabalho, pude contar com preciosas relações de cooperação, solidariedade e amizade ao longo de todo o trajeto. Todos que, de alguma forma, contribuíram para esta caminhada, recebam meus sinceros agradecimentos. Alguns, entretanto, caminharam comigo ao longo do percurso e foram fundamentais para a sua realização.

Inicialmente, gostaria de agradecer à minha família. Ao meu querido marido, incansável companheiro de jornadas, pelo incentivo, zelo constante e por compreender as ausências. Aos meus amados pais e familiares, pelo apoio, pela acolhida, afeto e diálogos.

Agradeço especialmente à professora Doralice, pela disponibilidade, apoio e amizade. Suas leituras atentas, sugestões criteriosas, generosidade e respeito me foram preciosos. Aos professores Rogata Del Gaudio, Heloísa Costa e Ricardo Ribeiro pelas imprescindíveis contribuições no Seminário de Dissertação.

Aos demais professores e aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pelas conversas, inspirações e amizade. Aos funcionários do IGC/UFMG, pela atenção dispensada.

À professora Maria Neudes de Sousa Oliveira, inspiradora, e sempre disposta a apoiar este trabalho. Ao colega e amigo Thiago Alencar, pelas incessantes contribuições, apoio e atenção. Ao Felipe Marcelo Ribeiro, pela disposição e valiosas incursões pelas trilhas da Serra do Espinhaço, que tanto estima. À Rosamaria Loures, pela companhia e longas e animadas conversas pela serra.

Ao GESTA/UFMG, especialmente à professora Andréa Zhouri, pelas inestimáveis contribuições no decorrer deste caminho. Aos professores Carlos Eduardo Mazzetto Silva, Aderval Costa Filho e Ana Flávia Santos, pela compreensão e apoio amigo.

Aos entrevistados, que comigo partilharam suas vivências e seu tempo. E, em especial, aos moradores das comunidades onde estivemos, que nos acolheram ao longo das travessias e nos propiciaram momentos marcantes.

A todos os amigos que ouviram atentamente e contribuíram com ideias e reflexões a respeito do tema sobre o qual me debrucei.

A CAPES e ao IGC/UFMG, pela oportunidade.

“Busquei compreender o que alimenta essa imposição e exclusão do outro. Que nega a esse outro direito, cidadania, existência. A resposta que encontro: a intensa crença na superioridade de uns sobre os outros. Todos homens.”

José Saramago

RESUMO

Na modernidade, um dos marcos da temática ambiental diz respeito à criação de “áreas naturais protegidas”, entre elas, as unidades de conservação da natureza. Forjadas no imaginário urbano, tendo como referência a dicotomia sociedade/natureza, aparecem, em especial, as unidades de conservação de proteção integral, que demandam a retirada das pessoas que vivem em seu interior em nome da preservação da natureza. Assim, do ponto de vista territorial, os conflitos ambientais oriundos do deslocamento das comunidades rurais e das restrições quanto ao uso dos recursos nelas existentes compõem os temas da maioria dos estudos sobre essas áreas de proteção integral. A presente pesquisa buscou debruçar-se sobre a dimensão das *visões sociais de mundo* e sua articulação com as unidades de conservação, as territorialidades e os conflitos. Buscou-se compreender o processo de criação de uma área de proteção integral, a partir das distintas *ideologias* expressas por meio das representações coletivas e das práticas políticas circunscritas à apropriação do território. Este estudo analisou o Parque Nacional das Sempre-vivas, em Minas Gerais, que está imbuído de uma perspectiva ambiental global, na qual exploração e proteção da natureza imbricam-se sob o prisma do *desenvolvimento sustentável* cujas *contradições ambientais* são expressivas. Registra-se que, embora o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000) preveja o cumprimento de determinadas regras em relação ao processo de criação dessas unidades, tais exigências não foram atendidas na criação do parque em questão, pois o Decreto s/nº, de 13 de dezembro de 2002, criou a unidade sem a realização de consulta pública. As estratégias de territorialização adotaram mecanismos e ações de sua imposição ao *lugar*. O recorte espacial do parque incide na reprodução material e imaterial das comunidades rurais que ali tradicionalmente interagem e a criação da unidade desafia sua capacidade de *re-existência*, bem como negligencia direitos previstos em lei. Entre as atividades realizadas no local, está a coleta de flores nativas dos campos rupestres, cujos(as) ‘apanhadores(as)’ articulam-se a partir dessa *identidade*, que é revelada na relação com o *Outro*. Eles passam a buscar compreensões e caminhos de permanência em seus *territórios sociais*. Nesse contexto, os atores sociais locais têm tido ações responsivas diferenciadas, vinculadas aos lugares sociais que ocupam, com as correspondentes capacidades acumuladas de enfrentamento.

Palavras-chave: Natureza, Ideologias, Territorialidades, Parque Nacional das Sempre-vivas, Comunidades Tradicionais, Conflitos e Contradições Ambientais.

Résumé

À l'époque moderne, une des marques de thématique environnementale concerne la création d'« aires naturelles protégées » et, parmi elles, les unités de conservation de la nature. Façonnées à partir de l'imaginaire urbain ayant comme référence la dicotomie société/nature, apparaissent plus particulièrement les unités de conservation de protection intégrale, qui exigent le retrait des personnes qui y vivent au nom de la préservation de la nature. Ainsi, du point de vue territorial, les conflits environnementaux issus du déplacement des communautés rurales et des restrictions quant à l'utilisation des ressources qui y existent composent les thèmes de la majorité des études menées sur ces aires de protection intégrale. La présente recherche a eu pour objectif de se pencher sur la dimension des *visions sociales de monde* et leur articulation avec les unités de conservation, les territorialités et les conflits. Nous avons cherché à comprendre le mécanisme de création d'une aire de protection intégrale, à partir des *idéologies* distinctes exprimées par le biais des représentations collectives et des pratiques limitées à l'appropriation du territoire. Cette étude a analysé le Parc National des Semprevivas, dans l'état de Minas Gerais, qui est empreint d'une perspective environnementale globale, dans laquelle l'exploration et la protection de la nature sont imbriquées dans la conception de *développement durable*, dont les *contradictions environnementales* sont expressives. On signale que, bien que le Système National d'Unités de Conservation (2000) prévoie des exigences légales par rapport au processus de création de ces unités, elles n'ont pas été respectées en ce qui concerne la création du parc en question, car le Décret s/n°, 13 de décembre 2002, a créé cette unité sans la réalisation d'une consultation publique. Les stratégies de territorialisation ont adopté des mécanismes et actions de son imposition à l'endroit. La délimitation spatiale du parc affecte la reproduction matérielle et immatérielle des communautés rurales qui interagissent traditionnellement en ce lieu et la création de cette unité défie leur capacité de *re-existence*, tout comme néglige des droits prévus par la loi. Parmi les activités réalisées sur place se trouve la cueillette des fleurs natives des champs rupestres, dont les 'ramasseurs/euses' s'articulent à partir de cette *identité*, révélée dans la relation à l'*Autre*. Ils en viennent à chercher des compréhensions et des moyens de permanence dans leurs *territoires sociaux*. Dans ce contexte, les acteurs sociaux locaux ont des réactions différenciées, liées aux places sociales qu'ils occupent, avec les capacités accumulées d'affrontement correspondantes.

Mots-clés : Nature, Idéologies, Territorialités, Parc National des Semprevivas, Communautés Traditionnelles, Conflits et Contradictions Environnementaux.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Áreas prioritárias para conservação e UCs em Minas Gerais (2007/2010).....	132
Figura 2	Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço (2010).....	137
Figura 3	Mosaico de Unidades de Conservação: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral (2007/2010).....	150
Figura 4	Parque Nacional das Sempre-vivas e pontos do trabalho de campo (2010).....	157
Figura 5	Delimitação da proposta inicial do PARNA Inhaí com UCs adjacentes e perímetro final do PARNA Sempre-vivas (2001/2002).....	177
Figura 06	Alguns cursos hídricos e campos de coleta localizados no interior do PARNA Sempre-vivas (2010).....	231

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Captação do ICMS Ecológico e as UCs envolvidas (FJP/2010).....	199
----------	--	-----

LISTA DE SIGLAS

AMDA	Associação Mineira de Defesa do Ambiente
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CI	Conservation International
COMIG	Companhia Mineradora de Minas Gerais
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
COPAM	Conselho de Política Ambiental
CNPPA	Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas
CPRM	Companhia de Pesquisas de Recursos Minerários
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EMATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Food and Agriculture Organization
FBCN	Fundação Brasileira para Conservação da Natureza
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FJP	Fundação João Pinheiro
FUNATURA	Fundação Pró-Natureza
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GEF	Global Environment Facility
GESTA/UFMG	Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICB/UFMG	Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais

ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IUCN	International Union for Conservation of Nature
IEF/MG	Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
MaB	Man and the Biosphere
MG	Minas Gerais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PARNA	Parque Nacional
PNDs	Planos Nacionais de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Plano das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PUC - MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PV	Partido Verde
REBIO	Reserva Biológica
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
RPPN	Reserva Particulares do Patrimônio Natural
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SEMAD/MG	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais

SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UCs	Unidades de Conservação
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Culture Organization
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
WWF	World Wildlife Foundation
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
PARTE I REFLEXÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS.....	32
CAPÍTULO 1 - TECENDO CATEGORIAS E CONCEITOS.....	33
1.1 - Buscas ao(s) conceito(s) de ideologias.....	33
1.2 - Ideologias, produção do espaço e territórios.....	52
1.3 - Natureza, ideologias e territorialidades em conflito.....	57
CAPÍTULO 2 - UM BREVE HISTÓRICO DAS UCs EM DIÁLOGO COM OS ELEMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS.....	65
2.1 - A gênese das UCs no contexto global.....	65
2.1.1 - Buscando pistas na antiguidade.....	65
2.1.2 - A modernidade e as UCs.....	66
2.1.3 - O desenvolvimento sustentável e as UCs.....	86
2.2 - O contexto nacional: as UCs no Brasil.....	99
2.2.1 - As UCs até meados do século XX.....	99
2.2.2 - A ditadura e as UCs.....	102
2.2.2.1 – Visões sociais de mundo dissonantes.....	108
2.2.3 - A abertura política e as UCs.....	113
2.2.3.1 – As respostas do ‘lugar’	124
PARTE II - REFLETINDO COM O PARQUE NACIONAL DAS SEMPRE- VIVAS.....	128
CAPÍTULO 3 - A CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DAS SEMPRE-VIVAS.....	129
3.1 - Aproximações da área de estudo.....	129
3.1.1 - As áreas prioritárias para a conservação em Minas Gerais.....	130
3.1.2 - A Serra do Espinhaço em Minas Gerais.....	134

3.1.3 - A Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço, Minas Gerais.....	136
3.1.4 - A porção meridional da Serra do Espinhaço, Minas Gerais.....	147
3.1.5 - A externalização de contradições ambientais.....	153
3.2 - O Parque Nacional das Sempre-vivas.....	155
3.2.1 - As territorialidades e a ‘serra’	156
3.2.2 - O processo de criação do PARNA Sempre-vivas.....	165
3.2.2.1 - A proposta inicial - o PARNA Inhaí.....	166
3.2.2.2 - A ampliação - o PARNA Sempre-vivas.....	176
CAPÍTULO 4 - TRAVESSIAS SEMPRE VIVAS – TERRITORIALIDADES E DISPUTAS.....	186
4.1 - O processo de implantação do PARNA Sempre-vivas.....	186
4.1.1 - A implantação inicial.....	187
4.1.2 - A intensificação das estratégias.....	190
4.2 – Travessias – o caminho pelas ‘campinas’	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	211
REFERÊNCIAS.....	215
APÊNDICES.....	228

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a preocupação ambiental adquiriu relevância em diferentes partes do mundo. Tal preocupação vem-se expressando em debates, que se traduzem em propostas que vão desde a defesa preservacionista até ações preconizadoras de conservação ambiental, as quais prevêm o uso racional dos recursos naturais. O pensamento ambiental ganha expressão no bojo do questionamento sobre o caráter massificante e predatório da expansão capitalista, incluídas as formas de produção, reprodução e consumo ocidentais, que se generalizam através de aspirações associadas às noções de afluência e bem-estar material, social e individual (COSTA, 2008).

Um dos marcos da temática ambiental na *modernidade* diz respeito à criação de “áreas naturais protegidas”, entre elas, as Unidades de Conservação ou UCs¹. Forjadas no imaginário urbano, tendo como referência a dicotomia sociedade/natureza, aparecem, em especial, as *unidades de conservação de proteção integral*, que demandam a retirada de antigos moradores de seu interior para a preservação da *natureza*. Comumente, essas unidades são materializadas em espaços rurais², sobrepondo-se a territórios materiais e imateriais (HAESBAERT, 2007) constituídos historicamente pelas comunidades que ali habitam.

Em várias partes do mundo, o início dessa prática foi marcado pela implantação de *parques* - unidades de proteção integral da natureza. O primeiro parque de uso público foi criado nos Estados Unidos, no final do século XIX, ao mesmo tempo em que o modo de produção capitalista intensificou o consumo dos recursos naturais provocando diminuição das áreas nativas. O objetivo inicial dos parques estadunidenses era o de constituir um espaço voltado para o prazer e o benefício das pessoas (CAMARGOS, 2006). A ideia era *preservar a “vida natural selvagem”*, reverenciar as belezas cênicas dessas áreas e possibilitar recreação

¹ No Brasil, de acordo com o art. 2º da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, as UCs são entendidas como “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime administrativo especial, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”. O estabelecimento de uma UC deve ser precedido de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar sua dimensão, localização e limites mais adequados. As UCs dividem-se em Unidades de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Particular), destinadas a “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos recursos naturais”; e Unidades de Proteção Integral (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio da Vida Silvestre) destinadas a “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei” (Art.7º, da Lei 9.985, de 18/07/2000).

² O rural, segundo Wanderley (2000), constitui uma categoria político-ideológica e transacional que possibilita a compreensão e a construção de uma representação social em torno do espaço e do tempo.

aos moradores das cidades. Seus criadores estavam imbuídos de uma perspectiva preservacionista e defendiam a necessidade de se *proteger* a natureza do ser humano destruidor (VALLEJO, 2003). Essa proteção das áreas naturais, como forma de se manter remanescentes da natureza, tornou-se, assim, uma necessidade da modernidade (MARTÍNEZ ALIER, 2007) e a iniciativa inspirou outros países, como o Brasil.

Contudo, até meados do século XX, os parques tinham um caráter *preservacionista* ainda incipiente. Posteriormente, o número de parques foi ampliado, em um contexto de fortalecimento dos movimentos ambientalistas e de questionamentos acerca da importância da natureza para a manutenção da vida no planeta, ao mesmo tempo em que os remanescentes florestais nativos diminuía e acidentes industriais atraía as atenções internacionais (HOGAN, 1989). Essa prática passou a gerar conflitos entre ambientalistas preservacionistas e a presença/uso nos/dos espaços de/por comunidades rurais.

Mais tarde, intensificaram-se os debates relativos à temática ambiental, o que contribuiu para a implantação de políticas, codificadas por leis, voltadas à proteção da natureza para as gerações futuras ou para a sua conservação através do uso e “manejo adequado dos recursos naturais” (MEDEIROS, 2003). A ciência moderna, ancorada, entre outros, nos princípios filosóficos cartesianos e baconianos (GONÇALVES, 2008), passou a ter maior influência no debate ambiental, ao justificar racionalmente a importância de se “conservar a biodiversidade”, tendo as UCs de proteção integral como estratégia fundamental (MEDEIROS, 2003). Nesse contexto, sobressaiu-se o papel atribuído ao Estado como o responsável por demarcar essas unidades e promover a proteção/conservação da biodiversidade, a qual se busca continuamente desvendar para o oferecimento de novos produtos ao *mercado* (BECKER, 2009). Esses argumentos permanecem no século XXI na fundamentação de políticas ambientais.

No Brasil, após a promulgação da Constituição de 1988, e sob pressões externas internacionais, reinou-se a abordagem territorial vinculada à ideia de *desenvolvimento sustentável*, referência esta que se propagou pelo mundo. A variável ambiental integrou-se aos discursos e também às políticas públicas, de que são exemplo a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) em 1986, do Programa Nossa Floresta em 1988 e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 1989. Nesse contexto, as Unidades de Conservação foram fortalecidas como instrumento de preservação da natureza e multiplicaram-se pelo país (MATOS, 2008).

Em 2000, ao se regulamentar o artigo 225 da Constituição Federal³, foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), inspirado no sistema proposto pela organização não-governamental União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), que, por sua vez, teve como referência o preservacionismo estadunidense. A tramitação do projeto no Congresso Nacional levou oito anos e foi marcada por embates entre proprietários de terra, setores produtivos e ambientalistas, com fortes disputas entre os que faziam a defesa preservacionista da natureza e os movimentos ligados às comunidades rurais atingidas pelas UCs de proteção integral (CASTRO JÚNIOR *et al.*, 2009). Uma das inovações do SNUC foi justamente a de instituir a obrigatoriedade de realização de consulta pública aos moradores locais para a criação de unidades de conservação. Essa determinação teve por objetivo evitar a repetição de conflitos, já ocorridos em várias partes do país, que envolveram processos tumultuados de criação e implantação dessas unidades, entre elas, parques nacionais e estaduais.

No final do século XX, a criação de parques nacionais no Brasil apoiou-se em justificativas tais como a de que este é “um dos países mais ricos em biodiversidade do mundo” e que “tem a maior parte da floresta amazônica em seu território” (MITTERMEIER *et. al.*, 2005). No Brasil, os parques são regulamentados por lei⁴, que atribui ao Estado a propriedade da terra ao mesmo tempo em que restringe o uso direto de recursos naturais⁵ e a permanência de moradores em seu interior. Tais limitações provocam impactos sobre as comunidades atingidas, que já viviam nessas áreas, estendendo-os ao ambiente que se busca preservar, com a ocorrência, por exemplo, de incêndios em parques, provocados pelos moradores, em resposta às proibições (PEREIRA, 2005).

Na atualidade, verifica-se o acirramento de conflitos em torno da implantação de parques em áreas habitadas. Tais unidades passaram a ser vinculadas a processos de *compensação ambiental*. Nesse arranjo, empreendedores valem-se da criação dessas unidades ou investem em seus projetos de implantação, por meio do pagamento pela elaboração de planos de manejo e gestão, projetos de sinalização, etc., como uma compensação pela

³ De acordo com esse artigo, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (Constituição da República Federativa do Brasil/1988).

⁴ No Brasil, o Decreto 84.017, de 21 de setembro de 1979, regulamenta os parques nacionais, atribuindo ao Estado a propriedade da terra.

⁵ O uso direto diz respeito àquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais. O parque nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (SNUC/2000 e Decreto 84.017, de 21/09/1979).

degradação causada por suas atividades em outro local. A compensação ambiental compreende, pois, uma transferência geográfica de passivos e benefícios. Outro mecanismo similar, os *selos verdes*, também vem agregando valor econômico aos produtos postos no mercado, com oportuna divulgação nas propagandas feitas pelas empresas. A partir dessas performances, governos estaduais e governo federal apresentaram metas ambientais, atendendo a uma agenda global de aumento de UCs em todo o país, entre elas, os parques. Defende-se, ainda, a necessidade dessas UCs para o fornecimento de *serviços ambientais* (absorção das águas de chuvas, ar puro, etc.) à sociedade urbano-industrial-capitalista. Também o turismo e a manutenção da biodiversidade para pesquisas científicas têm nos parques áreas estratégicas para o desenvolvimento de suas atividades.

Maragon e Aguledo citados por PEREIRA (2005), consideram que as UCs de proteção integral acarretam tensão quando pensadas em termos de direitos ao se determinar a redução dos meios de subsistência para seus antigos moradores e classificar como criminosa a atividade extrativista. Ocorre aí uma colisão entre os direitos constitucionais fundamentais e os bens jurídicos das comunidades tradicionais (o patrimônio cultural) com o direito de preservação ambiental (patrimônio natural). A questão ambiental ultrapassa, então, a relação homem/natureza e expõe as relações entre os homens, podendo figurar, e muitas vezes se fazendo, como luta social (PEREIRA, 2005).

As áreas naturais protegidas, sobretudo aquelas de proteção integral, tocam de maneira emblemática na relação homem-natureza e remetem a mitos modernos, como afirma Diegues:

O tema relança o debate sobre mitos e simbologias nas sociedades modernas. [...] A imagem do parque nacional e outras áreas protegidas como um paraíso em que a 'natureza virgem' se expressa em toda a sua beleza. [O] mito da natureza intocada e intocável reelabora não somente crenças antigas, mas incorpora também elementos da ciência moderna. [...] A concretização histórica desse mito se dá, nos países tropicais, em áreas frequentemente habitadas por populações tradicionais, portadoras, por sua vez, de outros mitos e simbologias relativos à natureza (DIEGUES, 1996, p. 312-313).

Segundo Lima (2001, p.1135) a noção de meio ambiente, por compreender a apropriação e/ou transformação de recursos, acaba por englobar processos que envolvem disputas e representações. Na acepção de Lefebvre (1983), as representações têm origem no vivido, esse imediato em que se encontram as singularidades, o diferente, as possibilidades. Uma representação não pode ser entendida desvinculada das práticas sociais e do contexto no qual se insere.

O meio ambiente, enquanto categoria de significação e dependendo do ator social que a acione, assume diferentes sentidos. Ele se encontra, portanto, no centro de uma luta ideológica⁶ que reflete disputas concretas em torno do uso, representações, apropriações e das práticas sociais, já que o meio ambiente de cada grupo social está intimamente ligado ao seu modo de vida.

O meio ambiente, compreendido como uma construção social, está atrelado às formas de organização social desenvolvidas no território para apropriá-lo. Ao serem instaladas, as UCs de proteção integral deparam-se com comunidades rurais em seus territórios de vida. Esse espaço vivido, território social de comunidades rurais, torna-se palco de um conflito ambiental de caráter territorial. Os conflitos referem-se “às diferentes racionalidades, lógicas e processos de apropriação do território, o qual alude a territorialidades para além dos espaços físicos, sociais e culturais subsumidos pelo ambientalismo neoliberal dito pragmático ou de resultados” (ZHOURI *et. al.*, 2005, p.12). Assim, grupos distintos, com visões sociais de mundo díspares na relação com a natureza e na concepção econômica e política do espaço, disputam-no em função de seus interesses, projetos políticos e poder de produção/interferência espacial, por exemplo. Esses territórios também respondem a demandas exteriores - como acima apontado - pelo cumprimento de metas postas por agendas de entidades internacionais.

Do ponto de vista territorial, os conflitos ambientais oriundos do deslocamento de comunidades rurais e das restrições quanto ao uso dos recursos naturais compõem os temas da maioria dos estudos sobre as áreas de proteção integral da natureza. A presente pesquisa busca debruçar-se sobre a dimensão ideológica e sua articulação com as UCs, as comunidades, as territorialidades e os conflitos. Buscou-se refletir e compreender tal processo, a partir das ideologias expressas por meio das representações coletivas e das práticas políticas circunscritas à apropriação do território em disputa. O estudo investigou e analisou a criação do Parque Nacional das Sempre-vivas (PARNA Sempre-vivas), em Minas Gerais.

⁶ As ideologias são consideradas por Löwy (2002) visões sociais de mundo, conjuntos estruturados de valores, representação, ideias e orientações cognitivas. Segundo Therborn (1991, p.2), ideologia inclui deliberadamente tanto noções e experiências cotidianas como elaboradas doutrinas intelectuais, e, ainda, a consciência dos atores sociais, de que são exemplos os sistemas de pensamento e os discursos institucionalizados de uma dada sociedade. As ideologias intervêm na formação e transformação da subjetividade humana, a qual se materializa em práticas sociais em um dado contexto histórico.

Um breve contexto da pesquisa

Criado por decreto federal, s/n, em 13/12/2002, o Parque Nacional das Sempre-Vivas conta com área total de cerca de 124.000 hectares, abrangendo parte dos municípios de Diamantina, Buenópolis, Olhos D'Água e Bocaiúva, em Minas Gerais. Ele está inserido no bioma cerrado, com destaque para a fitofisionomia de campos rupestres, na porção meridional da Serra do Espinhaço, que divide as bacias dos Rios Jequitinhonha e São Francisco.

De acordo com técnicos do IBAMA, o parque surgiu a partir de uma demanda inicial, por parte do poder público local, pela criação de uma reserva natural. Foram realizados um estudo, que levantou dados secundários, e visitas a campo, por consultores contratados pelo órgão, que apontaram para a criação de um parque nacional com área de aproximadamente 50.000 hectares. Entretanto, após vistoria aérea, realizada por meio de helicóptero, técnicos do próprio IBAMA propuseram sua ampliação para aproximadamente 124.000 ha, mantendo-se a categoria parque nacional. Essa nova proposta consta do processo oficial de criação do parque (IBAMA, 2002), que também informa a realização de uma consulta pública, publicada no Diário Oficial da União e disponibilizada via Internet, durante 15 dias, no sítio eletrônico do órgão. Após dita consulta, que recebeu apenas três manifestações de pessoas que não vivem na região, foi decretada a criação do PARNA das Sempre-vivas.

De acordo com o órgão gestor, entre as principais atividades que conflitam com o objetivo de preservação ambiental do parque estão a caça, a pesca, a pecuária, o fogo utilizado na renovação das pastagens e a extração de flores sempre-vivas (que têm algumas de suas espécies classificadas como “em extinção” por cientistas). Os moradores do interior e entorno do parque foram apontados, pelo órgão, como os principais responsáveis pela degradação ambiental da unidade (IBAMA, 2007).

No momento de realização desta pesquisa, a UC, cujo conselho consultivo foi criado em 2009, ainda não havia sido demarcada, não estava aberta à visitação pública e nem contava com plano de manejo. A regularização fundiária, com os proprietários e posseiros, não havia sido efetuada.

O parque é foco de conflitos ambientais, e seu processo de criação é pouco claro aos moradores da região, que têm dúvidas com relação à sua área de abrangência. Informação esta

crucial, pois moradores de pelo menos trinta⁷ comunidades rurais realizavam (e ainda realizam) atividades ligadas à sua reprodução sociocultural, entre elas, a coleta de várias espécies de flores secas (como são amplamente conhecidas no comércio) de ocorrência nos campos rupestres. Comumente, moradores que vivem nas comunidades no entorno do parque e interagem com a área em questão alegam desconhecer a consulta feita para a sua criação, sua delimitação e a data de criação. Eles questionam as proibições que vêm sendo feitas e reclamam o direito histórico de uso da área, alegando que esse uso permitiu, até agora, a conservação da área.

Essas comunidades mantêm uma relação econômica com a coleta das flores e iniciaram o debate sobre seus direitos como uma possibilidade de se redefinir a configuração territorial na qual estão inseridas atualmente. Há uma dimensão territorial que as comunidades apresentam, traduzida pela garantia de acesso aos recursos, tendo em conta os instrumentos legais relativos aos direitos civis envolvidos. É nesse contexto de disputas que a pesquisa se inseriu.

Objeto de estudo

A pesquisa analisou o processo político-social de criação e implantação – ainda em curso - do Parque Nacional das Sempre-Vivas, localizado no Espinhaço Meridional, em Minas Gerais, e suas conexões com os contextos nacional e global. Pode-se compreender o conceito de *natureza* permeado por diferentes *ideologias* - ou *visões sociais de mundo* - de grupos diferenciados, presentes nas representações coletivas e em práticas políticas circunscritas à produção do *espaço*, que podem se materializar em *conflitos ambientais* através de disputas *territoriais* em condições diferenciadas de poder.

A questão que moveu esta pesquisa diz respeito às visões sociais de mundo dos sujeitos que se encontram envolvidos com a defesa da proteção integral da natureza, como também às visões daqueles que defendem seus lugares de vida, e o modo como interagem entre si. Os questionamentos que orientaram a reflexão podem ser assim colocados: como se articulam territorialidades e ideologias, ou, como ideologias articulam territorialidades? É

⁷ Estimativa baseada nos dados coletados em trabalhos de campo e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), atual órgão gestor dessa UC, que afirma chegar a 50 comunidades rurais. Dadas as dimensões do parque, nem todos os lugares indicados pelo ICMBio e pelas comunidades contatadas foram visitados. Outra aproximação, feita com base nos trabalhos de campo, mostra, a partir do número de moradores das comunidades e distritos rurais da zona de amortecimento do parque, que pelo menos 5.000 pessoas estão sob influência direta ou indireta da existência dessa UC.

possível perceber diferentes e conflitantes ideologias a partir das práticas discursivas e políticas dos sujeitos envolvidos - partícipes de diferentes lugares sociais? Qual o papel desempenhado pelo Estado? Que mudanças na visão social de mundo, e por consequência, na relação com a natureza, esse parque provoca nas comunidades locais e nas demais instituições envolvidas? De que forma as ideologias e as territorialidades interagem, em meio aos conflitos ambientais – competem, chocam-se, interpenetram?

Objetivos da pesquisa

Do ponto de vista territorial, os conflitos ambientais oriundos do deslocamento de comunidades rurais e das restrições de uso espacial compõem os temas da maioria dos estudos sobre as áreas de proteção integral da natureza. O presente estudo buscou compreender o processo de criação e implantação do PARNA Sempre-vivas, a partir das visões sociais de mundo que aludem a territorialidades e que podem entrar em conflito quando disputam um mesmo recorte espacial.

As UCs de proteção integral, atualmente, encontram-se vinculadas a políticas públicas ambientais brasileiras com aparente conciliação de interesses. Ao mesmo tempo, elas podem incitar iniciativas e movimentos de resistência, por parte das comunidades atingidas, na luta pela permanência em seus territórios. Assim, a relevância social da pesquisa está em colocar em discussão elementos fundamentais ao entendimento da produção do espaço a partir das UCs, sobretudo a partir do anúncio, pelos governos, de metas que ampliam o número dessas unidades no Brasil. O envolvimento de comunidades extrativistas, organizações sociais, órgãos ambientais, pesquisadores de universidades ou de centros de pesquisa, entre outros, aproxima-os da realidade vivida, podendo favorecer decisões políticas que não primem pela exclusão social.

A escolha do Parque Nacional das Sempre-vivas deveu-se à proximidade física desta pesquisadora com a região onde a UC está localizada, o que facilitou o acesso aos atores sociais envolvidos no processo. Acrescente-se ainda que, sendo esse um parque criado após a aprovação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000), a pesquisa poderá subsidiar futuras análises sobre como tem se dado a concretização dessa política.

Procedimentos metodológicos

Toda pesquisa é feita de trajetórias de estudo. É possível imaginá-la quando ainda é um projeto. Ao mesmo tempo, o exercício do estudo, do debate, da leitura e escrita, encaminha um processo de amadurecimento durante o seu percurso. Com isso, a pesquisa, em sua trajetória, ganha novos fôlegos, novos estímulos e pode, até mesmo, seguir percursos não previstos inicialmente (HISSA e MARQUEZ, 2005).

Foi assim que a presente pesquisa foi encontrando novos elementos que levaram à revisão de objetivos e procedimentos metodológicos utilizados na sua construção. As referências teóricas e metodológicas, imbricadas, promoveram também a alteração do curso da pesquisa, para melhor articular a metodologia aos seus propósitos e objetivos, pois, conforme ressalta Morin (2005), para se alcançar a produção do conhecimento, deve-se antes situar, refletir, interrogar a realidade estudada através do reconhecimento das condições, limites e possibilidades tanto do pesquisador quanto da pesquisa em si.

Busca-se, aqui, apresentar os meios e as circunstâncias em que a investigação foi desenvolvida, inicialmente por meio de um levantamento bibliográfico teórico-metodológico, elaborado sobre as categorias de análise e questões colocadas: ideologias [Chauí (2004), Löwy (2002), Therborn (1991)]; território [Santos (1996), Raffestin (1983), Claval (1999), Haesbaert (2004), Hissa (2009)]; representações [Lefebvre (1983)]; conflitos ambientais [Acselrad (2004) e Zhouri *et. al* (2005)]; comunidades [Anderson (2008), Bauman (2003), Woortmann (1990)]; criação e implantação de UCs [Pereira (2005), Medeiros (2003), Mungai (2008), Moraes (2008)]; direito constitucional, agrário e ambiental [Silva (2007), Motta (2005), Antunes (2008), Benatti (2001)], entre outros.

Tal exercício permitiu a incursão em uma discussão que visou articular natureza, meio ambiente, ideologias, territorialidades, identidades, direito, política, campesinato e comunidades extrativistas. Esse diálogo entre estudos socioambientais e jurídicos, que conduzam a uma política ambiental passível à abertura de novas perspectivas em relação aos conflitos ambientais, possibilita o reconhecimento dos diferentes segmentos sociais e suas necessidades.

As informações sobre a região do Parque Nacional priorizaram a dimensão física/geográfica, o histórico de ocupação e uso, as políticas ambientais, o reordenamento territorial e a atividade extrativista vegetal, especialmente quanto às flores secas (que dão nome ao parque). O objetivo foi o de compreender a produção e apropriação do espaço, como um híbrido, ao longo do tempo, aqui considerado como ação e norma (SANTOS, 2002). A

análise contou com documentos e trabalhos de campo, com fontes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF/MG), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Companhia de Pesquisas de Recursos Minerários (CPRM), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM), Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG), Ministério Público Federal (MPF), Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD/MG) e Fundação João Pinheiro (FJP), além de comerciantes de flores secas, Organizações Não-Governamentais (ONGs), jornais locais e regionais. Houve ainda participação em eventos relacionados ao tema e que serão comentados mais à frente.

Algumas inspirações contribuíram para a definição dos trajetos dos trabalhos de campo. Entre elas, as contribuições de Oliveira (1996), que sugere uma *observação participante* – salientando a importância de olhar, ouvir, escrever/refletir – de modo a favorecer a interação com o olhar do *outro*. Essa interação nos aproxima da visão de mundo do outro e nos faz refletir sobre a nossa própria visão de mundo, embora nosso olhar, disciplinado, muitas vezes dificulte tal exercício, sendo necessário, portanto, relativizar essa interpretação.

Geertz (1978) ressalta a necessidade de uma relação hermenêutica entre a teoria e o trabalho de campo. O autor aponta a importância de as interpretações considerarem o contexto social imbuído das relações que ali se estabelecem. Aspectos que trazem uma estrutura de significações expressam feições de classe, etnia, sexo, idade, entre outros, que se transformam no tempo e no espaço. As estruturas de significações baseiam-se em princípios ideológicos, e, por vezes, elas não são verbalizadas, exigindo atenção e sensibilidade por parte do pesquisador. Elas não são apenas individuais, mas coletivas, e podem ser apreendidas nas *ações sociais* e na *palavra*.

Bakhtin (1977) aprimora ao afirmar que tudo que é ideológico possui significado e remete a algo situado fora de si mesmo - os signos. O ideológico detém valor semiótico e se manifesta através de um material semiótico, a exemplo do discurso interior ou ao sentido dado à *natureza*. O ideológico tem lugar: o material social particular de signos criados pelo homem situa-se entre indivíduos organizados, tornando-se o meio de sua comunicação. Um sistema

de signos só pode constituir-se a partir de grupos. O meio ideológico e social contribui para a construção e compreensão da consciência individual.

A representatividade da palavra como fenômeno ideológico e a nitidez de sua estrutura semiótica conferem-lhe um valor privilegiado no estudo das ideologias. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais. As palavras, criadas tanto para nomear quanto para intervir na realidade, podem ser forjadas em contextos de lutas e de assimetrias de poder, carregadas de significações políticas, mas nunca são neutras e objetivas. Em cada termo ou expressão, está embutida não a representação do real, mas, sobretudo, uma dada *concepção de mundo* (BAKHTIN, 1977), de *ser humano* e de *natureza*.

Pensamos nos discursos como polifônicos⁸, nos quais ocorrem interação e dialogismo entre os sujeitos da história (BAKHTIN, 1977), como também entre os sujeitos da pesquisa - observador e observado. A partir dessa relação com o outro, perguntas e respostas foram traduzidas para o texto, a fim de mostrar nossas vivências da/na pesquisa. Corroboramos o princípio de que os sujeitos sociais têm voz própria, ou seja, não se trata de “dar voz ao outro”, mas sim de buscar *ver, ouvir e refletir* sobre os contextos com os quais nos deparamos ao longo da investigação.

Os *discursos* produzidos pelos vários grupos envolvidos no processo, bem como as *ações*, as estratégias coletivas e as disputas por eles engendradas, compuseram a análise feita aqui. Diferentes versões/visões construídas/declaradas para o processo de criação da UC, além da versão oficial, contribuíram para a apreensão e compreensão das diferentes *visões sociais de mundo* (LÖWY, 2002). Essas elaborações englobam concepções de natureza e formas de apropriação e uso derivadas do processo de criação/destruição/produção dos espaços em

⁸ Em que o sujeito que produz o enunciado, aquele que diz *eu* ou o que origina os atos ilocutórios, não é obrigatoriamente o mesmo. Um texto/discurso pode contar com mais de um locutor ou com vários enunciadorees e é produzido no cruzamento dos pontos de vista. Há, portanto, uma relação entre linguagem e contexto sócio-histórico e o exame da enunciação pode propiciar a reconstrução das ideologias de um texto/discurso. O contexto, inspirado em Bakhtin, é concebido como uma rede de textos da cultura que dialogam de modo contratual e conflitante (BAKHTIN, 1977).

O diálogo é condição da linguagem e do discurso, mas se expressa como discursos/textos polifônicos e monofônicos segundo as estratégias discursivas acionadas. Polifônico é aquele discurso em que se deixam entrever muitas vozes, que dialogam e até mesmo polemizam, em oposição aos monofônicos, que escondem os diálogos que o constituem. Nos polifônicos, as vozes se mostram e no monofônico elas se ocultam, ou são ocultadas, sob a aparência de uma única voz. São, dessa forma, efeitos de sentido decorrentes de procedimentos discursivos que se utiliza em discursos, por definição, dialógicos, porque resultam do embate de muitas vozes sociais. Deve-se ainda ressaltar os discursos autoritários, em que se abafa as vozes do percurso em conflito – perde-se a ambiguidade das múltiplas posições, ou visões - e se cristaliza o discurso da verdade única, absoluta e incontestável em contraposição ao diálogo de “verdades” textuais (contextuais) e históricas (BARROS, 1994, p.5-6).

disputa, em função de interesses, projetos políticos e do poder de produção/interferência espacial.

Em se tratando da palavra, a *história oral* inspirou-nos como fonte, método e técnica de pesquisa que implica em ouvir sistematicamente os sujeitos sociais, e em lidar, portanto, com a oralidade e seus desafios (subjetividade, memória, individualidade/coletividade, generalização, confiabilidade, representatividade) (PEREIRA, 1991). A *história oral temática*, com entrevistas, foi feita com e sem gravador digital. Esse uso ficou condicionado ao conforto dos interlocutores, cuja inibição, em especial dos moradores das comunidades rurais, conduziu ao registro dos relatos em caderno de campo.

Para Le Ven (1997), a entrevista é o momento de ver – que, de fato, se torna entre-ver, um ver que fala – numa relação de interação entre entrevistador e entrevistado, na qual ambos se veem. E embora haja um estranhamento e mesmo um lugar de autoridade do pesquisador aos olhos do entrevistado, este se dispõe a falar - a tecer uma rede de relações e experiências vividas - para o outro. Assim, ambos se tornam estranhos e, ao mesmo tempo, cúmplices, em um projeto comum; cria-se um laço de presença que coloca em movimento todos os sentidos corporais e espirituais próprios da relação humana. Segundo Le Ven (1997), entre os sentidos, *ver, ouvir e falar* são os mais vividos em uma interação na qual refletem e dialogam, mesmo que seja um diálogo entre desiguais ou diferentes.

Ouvir é se dispor a acolher signos, ora claros ora obscuros, aspirando a um campo de troca. Signos, mediante certos códigos, são incorporados por meio das histórias, culturas e experiências vividas. A história é individual e também coletiva – social (PITTA, 1994 *apud* LE VEN, 1997), assim como a memória segundo Halbwachs (1990). Compartilhamos da reflexão de Bosi (1987), segundo a qual a memória permite a relação do corpo presente com o passado, ao mesmo tempo em que interfere no processo atual das representações. O passado vem à tona pelo presente, misturando-se às percepções e significações atuais, ocupando a consciência inteira. Trata-se de uma força subjetiva profunda e ativa. Já Bergson citado por Bosi (1987) afirma que a memória refere-se ao lado subjetivo de como conhecemos as coisas. E é do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde.

De acordo com Chauí (1987), a memória também é trabalho de reflexão sobre a matéria da experiência, da escrita sobre a reflexão e da leitura sobre a escrita. E é a memória que a sociedade capitalista busca bloquear, destruindo seus suportes materiais, arrancando-lhe seus marcos, apagando seus rastros. Todavia, a memória não é oprimida apenas porque lhe roubaram suportes materiais, mas também porque a história oficial celebra a “vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos”, num encaminhamento necessário à

sobrevivência da ideologia da classe dominante. O silêncio também é memória e poderá um dia ganhar vez e narrar outra história a partir de vozes excluídas.

Le Ven (1997) amplia o ato de ouvir: ele é, sobretudo, interpretação, reconhecimento e também identificação e interpelação⁹. A entrevista permite ao entrevistado reformular sua identidade perante o outro, percebendo-se enquanto “criador de história” – sujeito. Ela proporciona ao entrevistador refletir sobre o mundo e sobre si mesmo. Os indivíduos não continuam os mesmos após uma entrevista, na qual “não só se recolhe história, mas também se vive a memória e cria-se um acontecimento que também faz história” (LE VEN, 1993, p.221).

Todas essas colocações evidenciam uma interação, definida por Bakhtin (1977) como dialógica, na qual os signos são acolhidos, reconhecidos e interpretados num dado contexto histórico. Para o autor, compreender um signo consiste em aproximá-lo de outros signos já conhecidos. Assim, a compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos. Nela, a realidade pode ser apreendida de um ponto de vista específico, sendo-lhe fiel ou modificando-a, posto que todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica.

Bourdieu (1997, p.699) traz o desafio de *compreender*, partindo da necessidade de “se colocar em seu lugar [do entrevistado] em pensamento”. Esse esforço possibilitou uma maior abertura para acolher as diferentes visões de mundo oriundas de distintos lugares sociais, associada ao profundo respeito por todos os sujeitos com os quais interagimos e uma constante *vigilância epistemológica* (BOURDIEU, 1983), de forma a melhor precisar os discursos. O que se buscou foi identificar quem fala, o que fala, de onde fala, como fala, por que fala e para quem fala, bem como as práticas sociais nas quais se materializavam/materializam tais discursos.

Ressalte-se ainda a importância das vivências de campo, sobretudo no que concerne às comunidades rurais, em que outros sentidos, como o *olfato*, o *tato* e o *paladar* - além da visão

⁹ Pêcheux (1996, p.150-151) chama atenção para o fato de que o traço comum entre ideologia e inconsciente é que elas operam ocultando sua própria existência, produzindo uma rede de verdades “subjetivas” evidentes – onde “subjetivas” significa não “que afetam o sujeito”, mas “em que o sujeito se constitui”. E há um vínculo entre a *constituição de sentido* com a *constituição do sujeito*. Um vínculo que não é marginal, mas que se situa dentro da própria “tese central” na figurada interpelação. A interpelação, com o duplo sentido que a palavra traz, possibilita a conexão entre sujeitos na qual o *sujeito é chamado a existir* – e o sujeito constitui-se como tal pela ideologia (ou visão social de mundo, por LÖWY, 2002). A interpelação teria um “efeito retroativo” que age/aciona pelo reconhecimento – atribui e verifica *identidades*. A “evidência” da identidade esconde o fato de que ela é o resultado de uma identificação – interpelação do sujeito, cuja origem externa, não obstante, lhe é “estranhamente familiar”. O autor afirma a importância de se compreender como os indivíduos *aceitam como evidente* o sentido daquilo que ouvem e dizem, lêem e escrevem (ou do que tencionam dizer, ou se tenciona dizer a eles) na condição de sujeitos falantes. Althusser (1996) ressalta que a interpelação é uma “ilustração”, um exemplo adaptado a um modo específico de exposição, suficientemente concreta para ser reconhecida, mas abstrata o bastante para ser pensável e pensada dando origem a um conhecimento.

e audição, já apontados –, tiveram papel crucial na incessante busca de se compreender o outro e suas visões de mundo, que envolvem palavras, lugares e concepções com significações muitas vezes distintas daquelas com as quais me deparei ao longo da vida. Assim, além de ouvir as *vozes*, sentir os cheiros, sabores, texturas e ver as paisagens dos *lugares de vida* desses sujeitos, a interação e incansável busca de compreensão dos diferentes *mundos* a mim apresentados, foram-me de muita valia. Com isso, busquei construir um horizonte comum de significação (BAKHTIN, 1977), permeado por trocas simbólicas que possibilitassem nossa comunicação. Vale ressaltar que, em alguns momentos, a tradução de palavras, até então desconhecidas por mim, foi imprescindível para possibilitar o diálogo.

As entrevistas semi-estruturadas, que dispõem de roteiro prévio, sem a ele se restringir, facultando outras indagações para esclarecimento do tema, foram efetuadas com moradores que vivem no interior e no entorno do Parque Nacional das Sempre-vivas, para compreender e relacionar tempo e espaço segundo a perspectiva dessas famílias. Entrevistas com os demais atores sociais - representantes do IBAMA, ICMBio, IEF, EMATER-MG, ONGs ambientalistas, poder público local, instituições de pesquisa, comerciantes de flores secas - comprometidos no processo, visaram à apreensão das representações coletivas, práticas políticas e articulações nas quais estiveram ou estão envolvidos. Alguns autores que subsidiaram a realização das entrevistas foram: Le Ven (1997), Thiollent (1985), Thompson (1992), Pereira (1991), Geertz (1978), Clifford (1998), Pollack (1992), Bosi (1987), Bourdieu (1997).

Os aspectos materiais e simbólicos da vida das comunidades rurais foram componentes fundamentais para a análise teórica, bem como a criação e implantação do Parque Nacional das Sempre-vivas como evento que se realiza no lugar, suas implicações e sua compreensão como parte de uma totalidade. Os eixos das sucessões e coexistências desse evento, em relação à criação dos outros parques na região, também foram trazidos para a análise, assim como a verticalidade estabelecida (SANTOS, 2002).

A maneira com que a atividade extrativista vegetal se insere como fator de resistência a um processo de homogeneização das relações sociais e da produção do espaço no sistema capitalista globalizado resultou numa inquietação que conduziu a uma outra elaboração: em que medida a proibição da coleta das flores mobiliza um fazer político, que através de diferentes ações, coloca a luta como possibilidade de emancipação e de um contra-discurso (CHAUÍ, 2007)? Em que sentido o fortalecimento/reconhecimento de identidades poderá contribuir para uma maior inserção do sujeito no processo de interpor e intervir no mundo?

Merecem ainda destaque a falta de documentos ou registros que testemunhem a história de ocupação e uso da área do parque, bem como de registros de relatos que versem sobre as práticas sociais e espaciais das comunidades envolvidas. Assim sendo, as entrevistas tiveram uma importância ainda maior: porque possibilitaram uma maior aproximação dos sujeitos que necessitam daquela área para viver e de suas estratégias de vida. As entrevistas não obedeceram a um esquema preliminar de amostragem, pois dependeram da quantidade de pessoas encontradas em campo e dispostas a dialogar, e o número de funcionários/políticos e demais atores envolvidos no processo de criação e implantação do parque esteve atrelado à disponibilidade dessas pessoas em atender a pesquisadora.

Atividades realizadas

O trabalho de campo efetivou-se, desde o início da pesquisa, por meio da aproximação com os atores sociais envolvidos/atingidos pelo Parque Nacional das Sempre-vivas. Esse contato se deu ao longo dos anos de 2009 e 2010, em encontros e reuniões, e também por meio de conversas e entrevistas semi-estruturadas – com roteiro e Termo de Esclarecimento e Livre Consentimento submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG.

Durante o primeiro semestre de 2009, foram visitadas cinco comunidades ao sul do parque e duas comunidades a leste, a maioria delas na área do entorno, no Município de Diamantina. Conversas informais, esclarecendo a origem da pesquisadora e os objetivos dos questionamentos, geraram interação e um mínimo de confiança junto aos moradores dessas comunidades. Buscou-se ainda deixar claro que não se tratava de uma ação de fiscalização ambiental, pois diante do alto nível de tensão existente entre as comunidades e os agentes dos órgãos ambientais, foi imprescindível eliminar a possibilidade de a pesquisadora ser confundida com os funcionários desses órgãos, situação que, não fosse esclarecida, certamente dificultaria os contatos e o estudo. Dessa forma, um dos cuidados adotados foi o de contactar as comunidades através de pessoas da confiança delas, estratégia que foi intermediada, naquele momento, por uma professora da UFVJM e por um técnico da EMATER-MG.

Houve, ainda, uma conversa inicial com representantes do Ministério do Meio Ambiente, do IEF/MG, IBAMA, ICMBio, UFVJM, EMATER-MG e Prefeitura Municipal de Diamantina, além de ONGs que atuam na região, exportadores e empresas ligadas ao comércio das flores secas. Ressalte-se a boa receptividade da maioria desses atores sociais ao

longo da pesquisa, como também a importância da realização das entrevistas, que foi reforçada pela escassez de documentos relativos ao extrativismo vegetal e à criação do parque.

Durante o ano de 2009, foi possível participar do V Encontro Regional dos Povos do Cerrado, organizado pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) em Pirapora/MG, do I Encontro Regional de Comunidades Quilombolas do Vale do Jequitinhonha, em Minas Novas/MG e do VI Encontro Nacional dos Povos do Cerrado, organizado pela Rede Cerrado de ONGs, em Brasília/DF. Tais encontros explicitaram melhor o contexto regional e nacional em relação ao cerrado e seus povos, bem como as políticas públicas a ele dirigidas. Além disso, o contato com gestores governamentais, representantes de ONGs, pesquisadores e representantes de organizações sociais de comunidades, tornou-se importante fonte para a pesquisa.

Ainda em 2009, o Encontro de Atores da Cadeia do Extrativismo Vegetal da Serra do Espinhaço, realizado em Diamantina/MG, facultou às comunidades locais posicionarem-se publicamente, diante dos órgãos ambientais, em relação aos conflitos vividos e a própria criação do parque. Houve ainda uma reunião, com representante do MMA, no mesmo município, para tratar do assunto. Também foi possível participar da reunião de posse dos conselheiros do parque (o conselho gestor foi criado naquele ano), durante a qual houve a aproximação entre a pesquisadora e moradores de comunidades dos municípios de Buenópolis, Bocaiúva e Olhos D'Água. Ao final de 2009 e ao longo do ano seguinte, foi possível empreender conversas e entrevistas semi-estruturadas com técnicos do IBAMA, ICMBio, IEF/MG, ONGs, comerciantes de flores secas, pesquisadores de universidades federais e representantes do poder público local.

O ano de 2010 teve início com a participação, em janeiro, da oficina de “Cidadania e Justiça Ambiental” realizada pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA) da UFMG em parceria com membros do Instituto de Geociências (IGC), também da UFMG, e professores da UFVJM. Nela, estiveram presentes moradores de comunidades do entorno do Parque Nacional das Sempre-vivas e também moradores vizinhos a outros parques que compõem o Mosaico de UCs do Espinhaço: Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral (MG). Ao final, esses moradores decidiram sobre a necessidade de se formar uma comissão para reunir informações a respeito de direitos e instrumentos jurídicos acessíveis.

No mês de fevereiro de 2010, uma viagem de campo ao entorno do parque, nos municípios de Buenópolis, Bocaiúva, Olhos D'Água (que, até então, não haviam sido visitados pela pesquisadora) e Diamantina, propiciou a realização de entrevistas com

moradores de 13 comunidades (duas delas já visitadas anteriormente). Essa viagem possibilitou uma melhor compreensão da dinâmica das comunidades em relação à área do parque. E, novamente, as interações com os moradores foram precedidas dos mesmos cuidados com relação à diferenciação entre a pesquisadora e os técnicos ambientais. Nessa mesma época, foram realizadas entrevistas com alguns moradores da área em que hoje está instalado o parque, localizada nos municípios de Diamantina, Olhos D'Água e Buenópolis. As visitas a alguns desses moradores só puderam ser feitas após autorização do ICMBio, por se tratar de pesquisa no interior da UC.

Finalmente, em abril de 2010, houve acesso, pela primeira vez, ao processo de criação do parque. Tal documento havia sido solicitado formalmente pela pesquisadora ao IBAMA, sem obtenção de resposta até então. Quando indagado, o ICMBio inicialmente afirmou que o documento havia desaparecido em Brasília/DF; posteriormente ele foi enviado à gerência do Parque Nacional das Sempre-vivas.

Em maio de 2010, uma visita a dois moradores que vivem no interior da área do parque, exatamente no momento da coleta das flores¹⁰, visou ampliar o entendimento sobre o manejo dos campos, a apropriação e o uso do território, efetuados pelas comunidades coletoras, ou seja, suas práticas com as flores e os campos rupestres. Em junho de 2010, foi possível acompanhar uma reunião entre o Ministério Público Federal e a comissão das comunidades atingidas pelo PARNA Sempre-vivas, em uma das localidades situada no Município de Diamantina. Para finalizar, em setembro do mesmo ano foi realizado um novo percurso de entrevistas no entorno do parque com moradores de oito comunidades (quatro já conhecidas) localizadas nos municípios de sua abrangência, incluindo moradores que vivem próximos aos limites da unidade, além de membros de empresas privadas localizadas dentro e no entorno da unidade.

As 80 entrevistas realizadas consideraram os diversos atores sociais envolvidos no processo em estudo. Além das diversas conversas informais com pequenos grupos nos encontros e localidades e participação em duas festas comunitárias, foram feitas reuniões em três comunidades. Das entrevistas realizadas, dez foram feitas com técnicos de órgãos ambientais governamentais (federal e estadual); cinco, com representantes do poder público municipal; cinco, com representantes de ONGs com inserção no processo; quatro, com membros de empresas privadas que atuam na área estudada; duas, com pesquisadores com

¹⁰ Lugares bastante comentados entre os coletores pela abundância das flores. Em maio, são coletadas duas espécies de flores sempre-vivas de preço historicamente superior às demais e de alta demanda: Pé-de-Ouro e Brejeira. As flores sempre-vivas têm longa duração: conservam-se no mesmo estado por anos após a colheita.

inserção local; e cinquenta e quatro, com moradores locais, residentes no entorno e no interior da UC pesquisada, entre homens e mulheres, jovens, adultos e idosos. Os trabalhos de campo somaram cerca de 80 dias, descontínuos, de interação com atores sociais referentes às instituições e organizações localizadas nas sedes dos municípios, empresas instaladas na zona rural desses municípios e moradores de 22 comunidades do entorno da UC, além de outros que vivem no interior do que hoje está definido como PARNA das Sempre-vivas.

Estrutura da dissertação

A dissertação foi organizada em duas partes, com um total de quatro capítulos. Na primeira parte, com dois capítulos, elaborou-se um diálogo com autores que se debruçam sobre os conceitos e categorias que auxiliaram na construção das reflexões. Nessa etapa, também foi recuperado o histórico das UCs no cenário global e nacional.

Na segunda parte, também com dois capítulos, procurou-se reunir as características físicas/geográficas da região em estudo, identificar a apropriação e usos do território pelos atores sociais precedentes à instalação do parque, bem como averiguar o processo social e político de criação e implantação do Parque Nacional das Sempre-vivas. Essas reflexões foram organizadas sob o aporte teórico-conceitual da primeira parte, aliado à vivência empírica registrada nos trabalhos de campo.

PARTE I

REFLEXÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS

CAPÍTULO 1 - TECENDO CATEGORIAS E CONCEITOS

*“O universo não é uma ideia minha.
 A minha ideia do universo é que é uma ideia minha.
 A noite não anoitece pelos meus olhos,
 A minha ideia da noite é que anoitece por meus olhos.
 Fora de eu pensar e de haver quaisquer pensamentos
 A noite anoitece concretamente
 E o fulgor das estrelas existe como se tivesse peso”.*
 Fernando Pessoa¹¹

Neste capítulo, buscou-se trabalhar categorias analíticas e conceitos com os quais se dialoga ao longo da dissertação. Elas abrangem os seguintes temas: *ideologias, espaço, território, conflitos ambientais, comunidades, resistências*.

1.1 - Buscas ao(s) conceito(s) de ideologias

O conceito de *ideologia* é considerado por Löwy (2002) complexo e cheio de mal-entendidos ao longo da história. Ele foi utilizado pela primeira vez por Destutt de Tracy, filósofo positivista francês, que publicou, em 1801, a obra *Éléments d'Idéologie*. Segundo De Tracy, a ideologia se referia ao estudo científico das ideias como resultado da interação entre os organismos vivos e a natureza, o meio ambiente. Para ele, através da percepção sensorial, chegava-se às ideias, numa concepção positivista inspirada pelo Iluminismo. Thompson (1989) lembra que, para De Tracy, a ideologia, enquanto ciência das ideias, deveria ser positiva, útil e susceptível de exatidão rigorosa, colocando as ciências morais e políticas num fundamento firme e preservando-as do preconceito. Todo conhecimento científico envolveria a combinação de ideias, sendo a ideologia a base da lógica, educação, moralidade e a arte de regular a sociedade de tal modo que o ser humano encontraria ali o

¹¹ Fernando Pessoa foi escritor e poeta português. O trecho citado diz respeito à obra *Poemas Inconjuntos*, publicada em 1919 e assinada por Alberto Caetano, um de seus heterônimos.

maior auxílio possível e o menor desprazer de sua existência. Dessa forma, a ideologia possibilitaria a compreensão da natureza humana, bem como a reestruturação da ordem social e política de acordo com as necessidades e aspirações dos seres humanos.

Chauí (2004) afirma que Tracy e seu grupo, que ficou conhecido como *ideólogos franceses*, elaboraram uma teoria sobre as faculdades sensíveis, que são responsáveis pela formação de todas as nossas ideias: querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção) e recordar (memória). Eles eram antiteológicos, antimetafísicos e antimonárquicos, críticos a toda explicação sobre uma origem invisível e espiritual das ideias humanas e inimigos do poder absoluto dos reis. Eram, portanto, *materialistas*, pois admitiam apenas causas naturais físicas, ou materiais, para as ideias e ações humanas, e só aceitavam o conhecimento científico baseado na observação dos fatos e na experimentação que pudesse levar a uma nova ordem moral. Nas considerações de Löwy (2002), embora Tracy tenha chamado atenção para a importância da compreensão das ideias, estendendo-a para a dimensão social e política, e tenha buscado fazer uma análise científica materialista das ideologias, seu tratado evidencia um *cientificismo materialista vulgar* bastante estreito, ancorado no *naturalismo*.

De Tracy e seus companheiros, ligados ao republicanismo na França, viviam a Revolução Francesa e foram partidários de Napoleão Bonaparte, por considerá-lo um liberal continuador dos ideais da Revolução. Ao verem a restauração do Antigo Regime feita por Napoleão, passaram a se opor às suas ações (CHAUI, 2004). Quando a opinião pública começou a se voltar contra a Revolução, Napoleão passou a definir Tracy e seu grupo como “ideólogos”, no sentido de metafísicos que vivem em um mundo especulativo, de forma a desarmar os republicanos, que ele via como conspiradores contra o novo regime. Napoleão ridicularizou as pretensões da *ideologia*, classificando-a como doutrina especulativa abstrata divorciada da realidade do poder político. Acusou os ideólogos de subverterem o Estado e o poder da lei e condenou a ideologia como a negação de uma arte política astuta. Praticamente todos os tipos de pensamento religioso ou político que vinham de seus oponentes foram considerados ideologia pelo Imperador, e isso se tornou uma arma na tentativa de silenciá-los (THOMPSON, 1989).

Bonaparte conseguiu inverter a imagem que os ideólogos tinham de si mesmos, pois eles se consideravam materialistas, realistas e antimetafísicos (CHAUI, 2004). O “peso ideológico” de Napoleão à época marcou a referência de ideólogos como metafísicos especuladores e a expressão entrou para o linguajar corrente (LOWY, 2002), perpetuando-se mesmo após a sua queda. Com isso, a ideologia deixou de ser vinculada à ciência das ideias, positiva e eminente, e passou a se referir a um corpo de ideias errôneas, divorciadas da

realidade prática da vida política. A oposição básica ao conceito de ideologia – se de um lado teve-se a um sentido positivo e neutro (direto e explícito), do outro recebeu um sentido negativo e crítico (oposicional e implícito) - já estava presente naquela época, ainda que a forma e o conteúdo dessa oposição viessem a mudar nos anos seguintes. De qualquer forma, esse conceito surgiu no intuito de desenvolver os ideais do iluminismo de compreensão racional do mundo, em meio às revoltas sociais e políticas que marcaram o nascimento das sociedades modernas (THOMPSON, 1989).

De acordo com Chauí (2004), o tema ideologia volta a aparecer em sentido próximo àquele atribuído pelos ideólogos franceses nos trabalhos de Comte. O tema é também encontrado nos trabalhos de Durkheim, em *As Regras do Método Sociológico*, que chamou de ideologia todo conhecimento da sociedade que não respeitasse os critérios de objetividade e neutralidade necessários à produção do conhecimento científico, de forma que o ideológico é um resto, uma sobra de ideias antigas, pré-científicas. Seriam pré-noções subjetivas, individuais, que o pensador acolhe, porque fazem parte de toda a tradição social na qual se está inserido.

Marx retomou o conceito de ideologia – tendo tido acesso aos trabalhos dos ideólogos franceses e à crítica de Napoleão - no sentido negativo, oposicional e implícito. Marx transformou-o, incorporando-o a um marco referencial teórico e a um programa político crítico, imbuídos do espírito iluminista (THOMPSON, 1989). Chauí (2004) considera que, se a acusação de Bonaparte é infundada com relação aos ideólogos franceses, não o seria se fosse dirigida aos *ideólogos alemães* criticados por Marx. Ou seja, este conservou o significado napoleônico do termo: ideólogo é aquele que inverte as relações entre as ideias e o real. Mas a ideologia, que inicialmente designava uma ciência natural, de aquisição pelo homem das ideias calcadas sobre o próprio real, passou a ser considerada um sistema de ideias condenadas a desconhecer sua relação com a realidade. Nesse contexto, Marx criticou os jovens hegelianos e suas visões como *a ideologia alemã*.

Para Marx e Engels, assim como os ideólogos franceses, também os jovens hegelianos estavam trabalhando na ilusória perspectiva de que a batalha real a ser travada era de ideias, e que uma vez criticadas as ideias, a realidade poderia ser mudada. Tanto os ideólogos como os jovens hegelianos não consideravam a conexão entre as ideias e as condições sócio-históricas, nem davam às suas críticas uma força prática e efetiva. Essa concepção de ideologia estaria ligada a pressupostos concernentes à determinação social da consciência, à divisão do trabalho material e mental, e ao estudo científico do mundo sócio-histórico (MARX e ENGELS, 1984 [1845-1846]).

Por sua vez, Marx e Engels também consideravam o pensamento e a produção de ideias não como processos autônomos que prescrevem o curso da história, mas como processos interligados e essencialmente determinados pela atividade mundana dos seres humanos ao produzirem coletivamente seus meios de subsistência. Essa perspectiva trazia a noção de indivíduos concretos, em circunstâncias concretas, como produtos das ideias, ao invés de produtores delas, sendo essas ideias resultantes de condições e processos sócio-históricos particulares (THOMPSON, 1989).

Segundo Marx e Engels, a *consciência* estaria indissolivelmente ligada às condições *materiais* de produção da existência, das formas de intercâmbio e de cooperação, sendo que as ideias nascem da atividade material. Isso não significa, entretanto, que os homens representem, nessas ideias, a realidade de suas condições materiais. Ao contrário, representam o modo como essa realidade lhes *aparece* na experiência imediata. Por esse motivo, as ideias tendem a ser uma representação invertida do processo real, colocando como origem ou como causa aquilo que é efeito ou consequência, e vice-versa. Assim, a ideologia cristaliza como “verdade” a *visão invertida* do real (CHAUÍ, 2004).

Tal interpretação explicaria o motivo pelo qual a realidade *aparece* como natural, normal e aceitável, obscurecendo a existência das *contradições* e antagonismos sociais. A *natureza*, tal como é expressa nas ideias da religião, por exemplo, não surge como uma relação dos homens com um meio trabalhado por eles; ela é representada como um poder separado, estranho, insondável e que comanda de fora as ações humanas. Também as *relações sociais* são representadas de maneira invertida e aparecem como se fossem uma coisa em si, existentes por si mesmas, e não como consequências das ações humanas. Elas são representadas como decorrentes da sociedade, que, por sua vez, existiria por si mesma, dominando os homens. Se a natureza, ao ser divinizada, é humanizada pelas ideias religiosas, a sociedade, em contrapartida, naturaliza-se, aparecendo como um dado natural, necessário, eterno, e não como resultado da práxis humana. E o Estado também aparece para a consciência imediata do indivíduo¹² como um poder separado e estranho que o governa (CHAUÍ, 2004).

¹² Para Marx, a forma inicial da consciência é a *alienação*, pois os homens não se percebem como produtores da sociedade, transformadores da natureza e inventores da religião; mas julgam que há um *alienus* – um Outro (deus, natureza, chefes) – que definiu e decidiu suas vidas e a forma social em que vivem, à qual estão submetidos. E porque a alienação é a manifestação inicial da consciência, a ideologia, que inverte a realidade, será possível (CHAUÍ, 2004, p.62). A alienação social é o desconhecimento das condições histórico-sociais concretas em que vivemos, produzidas pela ação humana, também sob o peso de outras condições históricas anteriores e determinadas (CHAUÍ, 2000).

Essa aparência é possível porque há uma separação entre trabalho material/manual e trabalho espiritual/intelectual estabelecendo uma aparente autonomia entre ambos. E essa autonomia aparente do trabalho intelectual aparece como autonomia dos produtores desse trabalho, os pensadores, e dos produtos desse trabalho, as ideias – que aparecem como autônomas e não como vinculadas à classe dominante de uma época. Essa autonomia é produzida no momento em que se faz a separação entre os indivíduos que dominam e as ideias que dominam, de maneira tal que a dominação de homens não seja percebida, porque aparece como dominação das ideias sobre todos os homens – “verdades dadas” e não verdades constituídas por determinada classe, com determinados interesses, a submeter outras classes a uma determinada ordem que possibilite a realização de seus interesses (CHAUÍ, 2004).

Dessa forma, Marx conservou o significado napoleônico do termo ideólogo, porém definiu a ideologia como um sistema ordenado de ideias, ou representações, que define normas e regras construídas a partir de uma *consciência deformada* da realidade por ser concebido como algo independente das condições materiais de vida. Seus produtores – ideólogos, intelectuais, teóricos – não estão vinculados diretamente à produção material das condições de existência, diferentemente da *consciência de classe*, que seria a fonte da “verdade” no sentido do acesso à compreensão correta de toda a presente *alienação* e da emancipação humana no futuro (CHAUÍ, 2004).

Para Chauí (2004), a função principal da ideologia é *ocultar e dissimular* as divisões sociais e políticas, dando-lhes a aparência de indivisão e de diferenças naturais entre os seres humanos. A ideologia corresponde a

[...] um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, *um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos)* de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado (CHAUÍ, 2004, p.108-109, grifos nossos).

Para a autora, persistem lacunas e silêncios nas explicações sobre o mundo (ou ideologia) que nunca poderão ser preenchidos sob pena de se destruir a coerência ideológica. E essa coerência existe por causa dessas “lacunas”. A ideologia apresenta-se coerente como ciência, moral, tecnologia, filosofia, religião, pedagogia, explicação e ação apenas porque não diz tudo e não pode dizer (ou se quebraria por dentro). Portanto, ideologia é um instrumento de *dominação*, um ideário histórico, social e político, que oculta a realidade. Esse ocultamento assegura e mantém a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política. Ao se preencher essas “lacunas”, constrói-se uma crítica à ideologia que pode dismantelá-la, levando a uma prática política transformadora.

Nessa perspectiva, Thompson (1989) acrescenta que a ideologia tem como consequência, no discurso e na ação, a manutenção da *dominação*, através de estratégias nas quais os sentidos/significações podem servir de sustentação das relações de dominação. A dominação ocorre quando

[...] as relações estabelecidas de *poder* são sistematicamente *assimétricas*, isto é, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou a grupos de agentes, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito (THOMPSON, 1989, p.50, grifos nossos).

Ele propõe que a interação entre sentido e poder, em condições sócio-históricas específicas, propicie *modos gerais*¹³ através dos quais a ideologia possa operar. Exemplo disso é a *legitimação*, na qual os acordos que servem aos interesses de alguns são *universalizados* como interesses de todos, sendo apresentados como abertos a qualquer um que tenha habilidade e tendência de neles ser bem sucedido. Outro exemplo é o da *reificação*, em que a pobreza e a divisão sexual do trabalho, por exemplo, podem ser explicadas como algo inerente, ou natural, à sociedade humana, e não como social e histórico – tomando-se, assim, o efeito pela causa.

¹³ Essas estratégias de operação, instrumentos simbólicos, facilitam a mobilização do sentido. Para o autor, elas não são as únicas maneiras pelas quais a ideologia opera, mas são tipicamente associadas a certos modos de operação – a depender das circunstâncias particulares – e podem acontecer associadas entre si. Ele aponta ainda para a dissimulação, a unificação e a fragmentação/diferenciação. Toda estratégia pode servir a outros propósitos e todo modo apresentado pode ser atualizado de outras maneiras. Essas estratégias típicas de construção simbólica não são ideológicas como tal. Dependem de como a forma simbólica, construída através de determinada estratégia, é usada e entendida em circunstâncias particulares. Mas se as formas simbólicas assim produzidas servem para sustentar relações de dominação ou para subvertê-las, se servem para promover indivíduos e grupos poderosos ou para miná-los, é uma questão que só pode ser resolvida examinando como essas formas simbólicas operam em circunstâncias sócio-históricas particulares, como elas são usadas e entendidas pelas pessoas que as produzem e as reconhecem nos contextos socialmente estruturados da vida cotidiana (THOMPSON, 1989).

A *universalidade* das idéias é *abstrata*, pois concretamente existem ideias particulares. Por ser abstrata, a ideologia constrói uma rede imaginária de ideias e valores que possuem uma base real (a divisão social), mas de tal modo que essa base seja reconstruída de modo invertido e imaginário. Essa abstração é a realidade oferecida na experiência imediata como algo dado, sem se questionar como foi concretamente produzida. Uma realidade é *concreta* por ser mediata, produzida por um sistema determinado de condições que se articulam internamente, de maneira necessária. Na inversão, toma-se o determinado pelo determinante. Quando, por exemplo, os homens admitem ser desiguais perante Deus ou dizem que a Natureza os fez desiguais – como no caso do racismo –, estão tomando a desigualdade como causa de sua situação social e não como produto das relações sociais que envolvem poder, exploração e dominação (CHAUÍ, 2004).

Em diálogo com as obras de Gramsci (*Cadernos do Cárcere*, entre 1926 e 1937), Chauí (2004) acrescenta que uma vez universalizadas essas ideias, elas são popularizadas e sedimentadas pelo *sensu comum* (Gramsci), e tornam-se aceitas até mesmo pelos contrários à dominação e que não se percebem sendo dominados. Tem-se a consolidação social de uma ideologia quando tais ideias e valores da classe emergente são interiorizados por todos os membros não-dominantes da sociedade, como ocorreu, por exemplo, com as ideias de liberdade e igualdade defendidas pela burguesia, que se tornou classe dominante e converteu os interesses anteriores, dos não-dominados, em interesses particulares próprios, negando a possibilidade deles se realizarem como interesses de todos. Mas as ideias permanecem como verdades para os dominados, pois a tarefa da ideologia é justamente separar os indivíduos dominantes e as ideias dominantes, que aparecem como independentes. A conservação da validade das ideias e dos valores dos dominantes, mesmo quando se percebe a dominação e mesmo quando se luta contra a classe dominante, mantendo sua ideologia, é o que Gramsci denomina *hegemonia*. Uma classe é hegemônica não só porque detém a propriedade dos meios de produção e o poder do Estado (controle jurídico, político e policial da sociedade), mas, sobretudo, porque suas ideias e valores são dominantes e mantidos pelos dominados até mesmo quando lutam contra essa dominação.

Bourdieu (2009) traz inspirações ao apontar que o *poder simbólico*, muitas vezes ignorado, corresponde a esse poder invisível, que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. O poder simbólico, um poder de construção da realidade, tende a estabelecer uma ordem de sentido imediato do mundo, em particular do mundo social, como a concepção homogênea de tempo, espaço, número e causa. Ele torna possível a concordância entre as inteligências, assentando

“solidariedade social” no fato de participar de um *sistema simbólico*. Os símbolos, instrumentos da integração social, favorecem o consenso acerca do sentido do mundo social e contribuem fundamentalmente para a reprodução da ordem social. Assim, a integração lógica é a condição da integração moral. As relações de comunicação são relações de poder, que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou instituições) envolvidos. O poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos e sim numa relação determinada, e por meio dela, entre os que exercem o poder e os que a ele são submetidos. Esse poder é possível pelo efeito da mobilização de sentido, só se exerce se for reconhecido, podendo confirmar ou transformar a visão de mundo e a ação sobre o mundo, e, portanto, o próprio mundo.

Os sistemas simbólicos, enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento, cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação de uma classe sobre outra – *violência simbólica*. As diferentes classes envolvidas numa luta propriamente simbólica, em um campo de tomada de posições ideológicas, reproduzem de forma transfigurada o campo das posições sociais. Na correspondência entre os campos, produzem-se formas *eufemizadas* das lutas econômicas e políticas entre as classes, e apreende-se a ordem estabelecida como natural, por meio da imposição de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais. Isso se dá tanto no cotidiano como entre especialistas da produção simbólica, muitos dos quais diretamente envolvidos com a classe dominante, que busca manter a hierarquia, e cujo poder se assenta no capital econômico. A classe dominante vale-se da dissimulação para promover sua cultura, a qual *distingue* seus membros dos demais e *integra ficticiamente* as demais classes. O que faz o poder das palavras e da manutenção da ordem ou a sua subversão é a crença na legitimidade das palavras daquele que as pronuncia; crença cuja produção não é a da competência das palavras (BOURDIEU, 2009).

Historicamente, o tema ideologia seguiu sob influência de Marx e Engels, mas com mudanças de perspectiva e abordagens. Lênin, que lhes sucedeu, deu ao termo novo sentido. Para ele, ideologia remete a qualquer concepção da realidade social ou política vinculada aos *interesses* de certas classes sociais. Segundo Lênin, existiria uma *ideologia burguesa* e uma *ideologia proletária* (LOWY, 2002).

O sociólogo Karl Mannheim, no início do século XIX, trabalhou em seu livro *Ideologia e Utopia* o conceito de *ideologias* como um conjunto das concepções, ideias, representações e teorias que se orientam para a estabilização, legitimação e reprodução da ordem estabelecida, ou seja, para a elaboração de doutrinas de caráter conservador. Já as

utopias seriam as ideias, representações e teorias que aspiram a uma outra realidade, ainda inexistente; a utopia tem dimensão crítica e se orienta pela ruptura com a ordem social existente (MANNHEIM, 1976).

Löwy (2002) considera que ideologia e utopia

[...] são duas formas de um mesmo fenômeno, que se manifesta de duas maneiras distintas. Esse fenômeno é a existência de um conjunto estrutural e orgânico de idéias, de representações, teorias e doutrinas, que são expressões de interesses sociais vinculados às posições sociais de grupos ou classes podendo ser, segundo o caso, ideológico ou utópico (LÖWY, 2002, p.13).

Na tentativa de se evitar confusões conceituais e abarcar o que há de comum entre os dois conceitos - ideologias e utopias - o autor passou a trabalhar com o conceito *visões sociais de mundo*, por ele compreendidas como todos os conjuntos estruturados de valores, representações, ideias e orientações cognitivas. Nessa perspectiva, existiriam visões sociais de mundo ideológicas e utópicas, dialeticamente (LOWY, 2002).

Para Löwy (2002), tais conjuntos de ideias são unificados por uma perspectiva social, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas que se enfrentem. Não existe, portanto, uma ideologia dominante, e sim enfrentamentos ideológicos, contradições entre ideologias, utopias ou *visões sociais de mundo* conflitantes, contraditórias. A análise de uma visão social de mundo seria então, *dialética, materialista, histórica*, dentro de uma totalidade e de classes. Tal análise traria contribuições à transformação social através da ação, ou prática social revolucionária protagonizada pelos *sujeitos* envolvidos, diferentemente do que é trazido pela *dialética de Hegel*¹⁴, pelo *materialismo vulgar*¹⁵ e pelo *idealismo*¹⁶.

As contribuições de Therborn¹⁷ (1991) trazem elementos e abordagens diferenciadas. Do ponto de vista da análise de classe da dominação social, há questões relativas ao papel desempenhado pela ideologia na dominação e luta de classes. Ele enfatiza a relevância de se

¹⁴ “A dialética de Hegel explica, descreve e legitima a realidade existente racional” (LÖWY, 2002, p.18).

¹⁵ “Filosofia materialista das luzes (...) de negação ao sistema feudal”. Para o materialismo vulgar, enciclopédico, mecânico, metafísico ou pré-dialético, as circunstâncias materiais produzem e reproduzem, constantemente, o obscurantismo, o fanatismo e a ignorância. A palavra mecânico expressa a máquina que produz e reproduz sempre o mesmo fenômeno. Para romper com tamanha ignorância do povo, a única solução seria encontrar uma figura excepcional, que esteja acima da sociedade, das circunstâncias, que escape desse mecanicismo e tenha forças suficientes para poder transformar as forças materiais e criar um novo sistema em que se produzirão as luzes, o conhecimento, o saber, o pensamento racional e a educação. Tal corrente de pensamento influenciou os socialistas e comunistas do início do século XIX e os positivistas (LÖWY, 2002, p.19-20).

¹⁶ “Idealismo revolucionário, crítico dos neo-hegelianos (...) em que o importante era o espírito e a luta para mudar a sociedade, era uma luta espiritual, uma luta crítica” (LÖWY, 2002, p.21).

¹⁷ As citações da obra desse autor apresentadas no estudo foram traduzidas da língua espanhola para a portuguesa pela própria pesquisadora, uma vez que tais obras, até o presente momento, não possuem traduções em língua portuguesa.

compreender a função da ideologia na organização, manutenção e transformação do *poder* na sociedade. Afirma que há ideologias de *classes*¹⁸ e ideologias que *não são de classes*, ou por essas condicionadas. Para esse autor, as ideologias têm um caráter *dialético* que emerge dos sentidos opostos da palavra *sujeito*: o que é *submetido* e o que é *Sujeito* da história. As ideologias não funcionam como mero “cimento social”, pois não apenas *submetem* a sociedade a uma ordem dada, mas também *capacitam* para uma ação social consciente, inclusive para ações orientadas a provocar uma mudança gradual ou revolucionária. Trata-se da dualidade *submissão/qualificação* exercida pelas ideologias.

O autor ressalta a importância de se considerar as ideologias como complexos processos sociais de *interpelação*, que mobiliza sentidos de reconhecimento, alusão que se dirige aos sujeitos, o que seria a função da subjetividade humana na ideologia. Nesses processos contínuos, as ideologias superpõem-se, competem, chocam-se e se fundem, ou se reforçam. Tais processos podem ser ilustrados pela cacofonia de signos e sons, em uma rua de uma grande cidade contemporânea, que se comunica com o sujeito pelo(s) texto(s); ou o professor em sala de aula; ou ainda uma personalidade televisiva que se dirige à audiência nos vários lares; ou seja, de distintas formas e lugares, mobilizam-se sentidos que aludem, que interpelam ideologicamente os sujeitos. As interpelações ideológicas geram ou não ações responsivas de determinado sujeito, a partir do contexto sócio-histórico de sua constituição ideológica. Nesse sentido, as ideologias “recrutam” todos que de alguma forma “aceitam” como evidente “o sentido daquilo que ouvem e dizem, lêem ou escrevem (ou do que tencionam dizer e do que se tenciona dizer a eles) na condição de sujeitos falantes” (PÊCHEUX, 1996, p.151). Para Therborn (1991), o modo de interpelação ideológica significa o que as ideologias dizem aos sujeitos aos quais se dirigem e constituem.

Em relação à determinação *material* das ideologias, o autor declara que as ideologias existem somente sob formas *históricas*, com graus de importância e modos de articulação com outras ideologias. As interpelações têm existência material e as ideologias funcionam em uma matriz material de *afirmações* e *sanções*, e é essa matriz que determina suas inter-relações. As *afirmações/sanções* traduzem-se em *normas* num dado *território* e se configuram dialeticamente em matrizes de *submissão/qualificação* dos sujeitos interpelados de distintas formas e em diversas dimensões da subjetividade humana.

¹⁸ Quando Therborn (1991, p.7) se refere às classes, ele as está considerando em termos estritamente econômicos, fazendo referência aos portadores/agentes de determinadas relações de produção. Poder, para o autor, concerne principalmente, ao poder político em seu sentido habitual – a condensação centralizada de relações sociais de que se investe o Estado para exercer o poder.

As ideologias não podem ser teorizadas e analisadas apenas sob o ponto de vista político e econômico, porque elas dizem respeito também à *cultura*. O conceito de cultura pode ser útil ao lado de uma ampla definição da ideologia, podendo ser empregado como um conceito mais geral e amplo que englobe a ideologia, a ciência, a arte, e possivelmente outras práticas que sejam estudadas a partir da sua produção de significado (THERBORN, 1991).

As *práticas* científicas, estéticas, filosóficas e legais são permeadas por ideologias. Embora haja diferenças entre as dimensões de análise e seu conteúdo intrínseco, as práticas surgem de configurações ideológicas e podem funcionar como tais. Mas seu surgimento, enquanto práticas específicas institucionalizadas em uma *divisão histórica de trabalho*, contribui também para a ruptura com as ideologias circundantes, mediante a produção de discursos específicos orientados a uma produção de consequências especiais e experiências *cotidianas*. A ciência, por exemplo, embora se apresente como um discurso particularmente objetivo, não permanece imune à subjetividade de quem a pratica. Também não se pode dizer que a ciência seja incapaz de afetar a subjetividade dos membros da sociedade, isto é, de funcionar como ideologia. Exemplo disso é a obra de Darwin, que funcionou como ideologia - o *darwinismo social* (THERBORN, 1991).

A determinação material-histórica das ideologias foi tratada por Therborn de forma a compreender sua estrutura - uma matriz material na qual se re-produz a dominação de uma determinada ideologia, mas que deixa espaço para a re-produção da aprendizagem e para experiências não-científicas. Nesse movimento, o autor rompe com a tese de que há somente uma verdade, a do conhecimento científico, e, ainda, com a de que o ser humano se motiva apenas pelo que conhece. Trata-se, portanto, de um termo utilizado em sentido amplo, sem supor um conteúdo particular (falsidade, caráter imaginário). Refere-se à condição humana, na qual os seres humanos vivem como atores conscientes, em um mundo onde cada qual compreende diferentes níveis:

A ideologia é o meio através do qual operam esta consciência e esta significatividade. A consciência de cada novo ser humano se forma através de processos psicodinâmicos em sua maior parte inconscientes, e funciona mediante uma ordem simbólica de códigos de linguagem. A ideologia, [...], não é reduzível a uma ou outra (THERBORN, 1991, p.2).

Essa concepção de ideologia inclui deliberadamente tanto noções e experiências cotidianas, como elaboradas doutrinas intelectuais. Ela considera tanto a consciência dos atores sociais, como os sistemas de pensamento e os discursos institucionalizados de uma dada sociedade. Então, a ideologia não é percebida como corpo de pensamento ou estruturas

de discurso *per se*, mas manifestações do particular ser-no-mundo de atores conscientes, de sujeitos humanos. A(s) ideologia(s) torna(m)-se prática(s) social(is), equivalendo a considerar a maneira com que uma ideologia *intervém na formação e transformação da subjetividade humana, a qual se materializa em práticas sociais em um dado contexto histórico* (THERBORN, 1991)¹⁹. Dessa forma, as ideologias podem ser traduzidas em representações coletivas expressas pelas práticas sociais que, por exemplo, forjam as formas de apropriação e uso do território, podendo ser contraditórias e disputadas.

Com relação à subjetividade, no intuito de possibilitar a compreensão e análise desse dinâmico processo, Therborn (1991) traz elementos consideráveis. Segundo ele, as formas de subjetividade humana são constituídas pelas interseções entre o psíquico e o social, e podem ser consideradas como os aspectos externos mais conscientes e mais socialmente intercambiáveis do indivíduo, o que se aproxima das colocações de Bakhtin (1977), para quem os sujeitos constituem-se na relação com o *outro*.

Para Bakhtin, a *consciência* adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais, no decorrer de um processo de interações. Ou seja, as formas da consciência são condicionadas tanto pela organização social dos indivíduos, quanto pelas condições sociais e econômicas nas quais essa interação acontece. Se a atividade psíquica é uma passagem do interior para o exterior, para o signo ideológico o processo é inverso, em uma relação dialógica.

Imagens, palavras, gestos significantes, etc. são o *material* do conteúdo semiótico e ideológico da consciência. A realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos sociais, que são o que lhes confere sentido. Essa realidade revela-se na comunicação semiótica. A palavra é instrumento e matéria da consciência, funcionando como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica, seja ela qual for (BAKHTIN, 1971). A palavra, como fenômeno ideológico, encontra significação no psíquico e se assenta, a partir de um diálogo interior, segundo leis de convergência apreciativa (emocional), de concatenação

¹⁹ Therborn (1991, p.3-5) afirma aproximar-se de Marx e Engels ao considerar a ideologia como o meio através do qual os homens fazem sua história enquanto atores conscientes. Nesse sentido, a ideologia refere-se às formas segundo as quais os homens se fazem conscientes do conflito entre as forças e as relações de produção, e lutam para resolvê-lo. Mas a partir daí o autor coloca duas questões: a de como se pode explicar determinadas ideologias e os problemas da determinação social, e a luta entre as diferentes ideologias de classe e sua relação com as ideologias que não são de classe, ou não condicionadas por essa condição. Ele se afasta da tradição marxista tradicional por não considerar a ideologia uma ilusão ou conhecimento errôneo, ao mesmo tempo em que nega a concepção liberal tradicional, que afirma que as formas de consciência e significado que não estabelecem doutrinas coerentes ou carecem de importância para a organização da luta em torno do poder ou são evidentes por si mesmas – de senso comum pragmático – declarando o “fim das ideologias”.

de diálogos e sentidos, numa estreita dependência em relação às condições históricas da situação social e de todo o curso pragmático da existência²⁰.

O ser, refletido no signo, também se refrata – desvia sentidos. Essa refração é determinada pelos interesses sociais, nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja, classes sociais distintas servem-se de uma só e mesma língua – código ideológico de comunicação. Em consequência, em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios; e aí é que o signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. Há, portanto, uma pluralência do signo ideológico e é esse entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir. O signo ideológico, como arena para os confrontos dos valores sociais vivos, é *dialético*, o que se evidencia nas crises e disputas, muito embora a ideologia dominante busque ocultar essa dialética (BAKHTIN, 1971).

Althusser (1996 [1970]) apresentou o funcionamento de toda ideologia como um sistema composto por quatro aspectos: a *interpelação* dos indivíduos enquanto sujeitos; sua *submissão* ao Sujeito; o *reconhecimento* mútuo entre os *sujeitos* e o *Sujeito*, dos sujeitos entre si e o reconhecimento do sujeito por ele mesmo; e a garantia absoluta de que tudo é realmente de determinada forma e essa é a condição para que os sujeitos reconheçam o que são e atuem em consequência disso, considerando que tudo será bom²¹. Therborn (1991) reafirma a dualidade *interpelação/reconhecimento*, mas ressalta que esse processo é *dialético*, entre a oposição sujeito/Sujeito, o que significa dizer que sua contradição alimenta a dualidade submissão/qualificação perante uma determinada força ou ordem. Essa submissão possibilita, contraditoriamente, a qualificação/capacitação para ações de ruptura com determinada ordem:

²⁰ Não se deve, portanto, separar a ideologia da realidade material do signo, a qual relaciona diretamente as formas concretas da comunicação social com as formas de base material. Realizando-se no processo da relação social, todo signo ideológico se vê marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinados (BAKHTIN, 1977, p.44).

²¹ Vale ressaltar que essa obra de Therborn foi elaborada na década de 1980, após as colocações feitas por Althusser em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*, com a qual ele dialoga. Althusser, como Marx, debruça-se sobre os mecanismos de reprodução de um determinado modo de produção – as relações de exploração de classe através de mecanismos por meio dos quais afirma a reprodução (o papel da ideologia); e a formação da subjetividade dos indivíduos e de sua submissão a uma ordem social. Entretanto, Althusser explicitou a função da ideologia em função da formação da subjetividade humana, vinculando, assim, a teoria marxista à psicanálise e à psicodinâmica. Passou a concebê-la como um processo social de alusões, ou interpelações, inscrito em matrizes sociais materiais, e afirmou que os indivíduos são desde sempre interpelados pela ideologia enquanto sujeitos. Porém, Therborn (1991, 8-10) discorda do autor, que afirma ser a ciência a verdade; e que os sujeitos só se movem pelo que conhecem. Therborn considera que há diferentes modos de interpelação dos sujeitos motivados e aponta a necessidade de se compreender como as classes se constituem em forças que lutam, que resistem à exploração ou se tornam ativos nela. Ele questiona: como as classes se constituem em forças humanas em luta?

A formação dos seres humanos por parte de qualquer ideologia, seja conservadora ou revolucionária, repressiva ou emancipadora, e se ajuste aos critérios que se ajustar, compreende um processo simultâneo de submissão e de qualificação. [...] Os sujeitos qualificados pelas interpelações ideológicas se qualificam também e por sua vez qualificam a estas, no sentido de especificá-las e modificar seu âmbito de aplicação (THERBORN, 1991, p.14-15).

A função das ideologias na vida humana implica, basicamente, na constituição e modelagem da forma como os seres humanos vivem suas vidas enquanto atores conscientes e reflexivos em um mundo estruturado e significativo. As ideologias funcionam como um discurso que se dirige aos seres humanos e os interpela enquanto sujeitos. Elas são *contraditórias*, podendo levar a novas formas de qualificação, que se chocam com a submissão, ou, ao contrário, podem conduzir à oposição, à revolta ou à renúncia (Therborn, 1991).

Na visão de Therborn (1991), o processo de submissão/qualificação compreende três modos fundamentais de interpelação ideológica aos sujeitos: 1) dizendo-lhes, fazendo-os reconhecer e relacionando-os com o *que existe ou não* (quem somos, o que é o mundo, o que é a natureza, a sociedade, os homens e as mulheres), para que adquiram sentidos de identidade e verdades; 2) *fazendo-os reconhecer o que é bom ou ruim* (correto, justo, atrativo, e todos os seus opostos), estruturando *normas* no *espaço* e desejos; 3) relacionando o que é *possível ou não*, modelando sentidos de mutável do nosso ser-no-mundo no *tempo*, bem como as consequências dessa mudança, o que gera esperanças e temores. Esses modos de interpelação, enquanto conjunto estrutural elementar do processo ideológico de submissão/qualificação, pesam distintamente em cada discurso ou estratégia discursiva. Quanto ao funcionamento, à mudança ou à manutenção social, os três modos de interpelação formam uma cadeia de significação.

A defesa de uma ordem estabelecida pode se dar, primeiro, pela defesa de que certos aspectos da realidade existem e outros não (por exemplo, que existe a liberdade, a igualdade e a opulência, e que não existe a pobreza, a opressão e a exploração, sendo que os aspectos selecionados dependem da ideologia de justo de que se faz uso); segundo, se a primeira linha de defesa é inválida, pode afirmar-se que o que existe é, contudo, justo (por exemplo, que os pobres são inaptos ao desenvolvimento e, por isso, merecem o que têm ou deixam de ter, sendo eles próprios os únicos responsáveis pela situação em que se encontram); e, terceiro, pode-se ter que admitir a existência e a injustiça de determinado aspecto e ao mesmo tempo

afirmar a impossibilidade de se contar com uma ordem social mais justa no momento, como ocorre, por exemplo, com o neoliberalismo econômico globalizado (THERBORN, 1991).

Há uma lógica de mudança que corresponde à lógica da conservação, na medida em que a decisão de mudar algo passa pela compreensão desses discursos/ideologias e de se estar convencido de que realmente existe a possibilidade de se mudar a realidade. As três formas de interpelação e sua/seu recepção/reconhecimento tendem a entrelaçar-se empiricamente, mas a explicitação de sua lógica interna expõe importantes “defeitos e omissões” de aproximação entre ideologias e poder. A formação ideológica dos sujeitos relaciona-se com os lugares sociais que ocupam em uma dada sociedade. Por exemplo, em uma sociedade de classes, os membros da classe dominante requerem um processo de submissão/qualificação para executar as tarefas de exploração e o seu reconhecimento como correto. Já os membros da classe explorada encontram-se sob um processo de submissão/qualificação que permite a produção de mais-valia e o reconhecimento da existência de um governo de classe, assim como podem reconhecer o caráter injusto dessa situação e a possibilidade concreta de a ela se opor (THERBORN, 1991).

Uma vez colocadas as questões relativas à função da ideologia no que se refere à constituição da subjetividade humana, cabe indagar e buscar compreender suas dimensões. Therborn (1991, p.20-22) identifica quatro dimensões²²: SER – *existir*, num dado momento *histórico*; e NO-MUNDO - num mundo significativo *inclusivo*, numa dada sociedade *posicional*. Essas dimensões compõem formas fundamentais da subjetividade humana, portanto, o universo das ideologias estrutura-se através delas, que também é por onde se realizam as interpelações:

- *inclusivo-existencial*: refere-se a um tipo de discurso ideológico que proporciona significados relacionados ao pertencimento ao mundo e ao significado da vida, do sofrimento, da morte e da *ordem* natural. Suas formas mais comuns de discurso correspondem às mitologias, religiões e discurso moral sobre *o que existe, o que é bom ou ruim e possível ou não*;

- *inclusivo-histórico*: remete ao discurso através do qual os seres humanos são membros conscientes de um mundo sócio-histórico. Alguns exemplos representativos são o Estado, o povo, a nação, a Igreja. É a partir desse tipo de ideologia que se diz o que é o Estado; que se trabalha o nacionalismo, aludindo à identidade com determinada nação, a qual deve garantir

²² Para o autor, é um exercício de abstração, a fim de compreender o universo ideológico e suas dimensões enquanto distinções analíticas, ainda que haja limites e caminhos a se percorrer; busca-se aproximar de compreensões e explicações.

um território nacional para a segurança de seu povo, com uma língua em comum, o que confere sentido de unidade;

- *posicional-existencial*: submete e qualifica alguém para ocupar uma determinada posição social dentro do mundo ao qual pertence colocando-se as distinções eu/outro, masculino/feminino, infância, juventude, maturidade, velhice; diz a alguém quem ele é em contraposição ao *outro*; o que é bom e o que é possível para ele;

- *posicional-histórico*: diz respeito às posições sociais historicamente ocupadas, integrando os membros em uma determinada estrutura social por classe, grupo, famílias/linhagens, etc. Afirma os lugares sociais em que se encontram, relacionando-os quanto às diferenças ou hierarquias, a partir de critérios de complementaridade, competitividade e conflito.

As ideologias de tipo *inclusivo* são também excludentes na medida em que definem o pertencimento ao mundo significativo, e, com ele, traçam uma linha de demarcação entre pertencer ou não a determinada religião, Estado, grupo, etc. Geram, portanto, excluídos. As ideologias *posicionais* são dualistas – submissão/qualificação, eu/outro, ego/alter. A *alteridade*, relação com o outro, se expressa pelo poder e dominação (dominante/dominado, moldar/resistir). Nas relações de poder e dominação, a *alter-ideologia* remete à dimensão ideológica, na forma com que um se relaciona com o outro, ou as percepções do outro das relações com ele. Traduz-se pela tentativa de moldar os sujeitos segundo a imagem que se tenha deles e a resistência à sua oposição – assim se efetua a dominação. E a alter-ideologia dos dominados, ainda que também avalie diferenças entre um e os outros, orienta-se mais pela resistência ao outro do que pela formação de um mesmo. Essa diferença inscreve-se na assimetria de poder (THERBORN, 1991).

Essas dualidades das ideologias posicionais não devem ser perdidas de vista e possibilitam compreender, por exemplo, a colaboração entre os dominados, seja como relação de classe, racial, sexista, etc. Assim, o universo ideológico não é redutível apenas a classes nas sociedades classistas em que as ideologias posicionais sempre se referem às posições, dentro de um mundo mais amplo, ocupadas também por sujeitos possuidores de outras posições. As ideologias de classe co-existem com outras ideologias (THERBORN, 1991).

No cotidiano, várias ideologias podem aparecer, misturadas ou não, a depender do contexto. Uma ideologia religiosa, por exemplo, pode ser inclusivo-existencial e, ao mesmo tempo, posicional-histórica, justificando classes ou castas. Além disso, um único indivíduo pode ser interpelado, conjuntamente, por distintas ideologias, de diversas formas, podendo haver predomínio, interdependência e subordinação entre elas (THERBORN, 1991). Um

sujeito pode ser ao mesmo tempo cidadão americano, católico, italiano, operário, residente de um bairro e membro de um certo grupo familiar. E uma mulher pode ser mãe, negra, moradora do Vale do Jequitinhonha, brasileira, nascida no século XX, que lava roupas para obter renda, residente em uma determinada comunidade rural e apanhadora de flores sempre-vivas. Como Bakhtin (1971) ressaltou, há interação e dialogismo nas relações entre sujeitos e no discurso interior do sujeito, ou seja, uma dinâmica complexa que envolve o ser-no-mundo com significações e interpelações. Trata-se de uma rede de textos da cultura que dialogam de modo contratual e conflitante, na qual as ações efetuadas pelos sujeitos respondem às interpelações ideológicas às quais estão submetidos.

Nas lutas e relações de forças ideológicas, é decisiva a articulação de um certo tipo de ideologia com as demais – a exemplo das ideologias de Estado e religião arranjadas implícita ou explicitamente. As ideologias existem em formas históricas, em graus históricos de importância e sob modos históricos de associação com outras ideologias. O predomínio, a interdependência e a subordinação configuram as relações entre ideologias, compreendendo a matriz material de *afirmações* e *sanções* que é determinante nas inter-relações. Assim, as atividades humanas estão dotadas de significados e todas as interpelações ideológicas têm algum tipo de existência material, o que não significa sua indistinção analítica na prática humana das dimensões ideológicas das materiais. É ainda possível, de modo analítico, distinguir entre as práticas aquelas em que prepondera a dimensão discursiva (enunciações, ensaios, etc.), e outras em que predomina a dimensão não-discursiva (fazer a guerra, uso de técnicas, etc.), ainda que ambas se entrelacem cotidianamente (THERBORN, 1991).

O funcionamento da matriz material de qualquer ideologia pode ser analisado mediante afirmações e sanções, de modo que se façam efetivas ao se relacionarem entre si. Numa dada prática afirmativa, se um sujeito interpelado atua de acordo com determinado discurso, reafirma-se sua norma, produzindo uma ação que vai ao encontro daquela ideologia; mas, se ocorre o contrário, se o sujeito contradiz o discurso, ele é sancionado com “fracasso social”, desemprego, tortura, encarceramento, entre outras punições. Essa matriz material funciona como determinante na competência ou choque das diferentes ideologias e interpretações da realidade e suas interpelações. Cada ideologia funciona no marco de uma determinada matriz, então, a coexistência ou o conflito entre distintas ideologias depende das matrizes não-discursivas. O poder de uma ideologia sobre as outras é determinado pela pertinência das afirmações/sanções, incluindo práticas rituais que só têm significado no marco de um certo discurso ideológico. Os destinos dos discursos ideológicos, para se sustentarem,

vêm determinados por sua relação com as dimensões práticas, ou não-discursivas, da realidade mundana (THERBORN, 1991).

Para o autor, nas sociedades de classe, as ideologias existem sob formas históricas de articulação com diferentes classes e ideologias de classe - elas se relacionam e influenciam. A configuração de um dado conjunto de ideologias está sobredeterminado pelas relações de força existentes entre as classes e pela própria luta de classes. A matriz afirmadora e sancionadora das ideologias forma parte do sistema de poder econômico e político de uma sociedade. Mas a coexistência e os conflitos ideológicos não estão, normalmente, determinados diretamente pela luta e relações de classe. Eles atuam através de processos e formas sociais de organização específicos, uma vez que as ideologias que não são de classe têm uma historicidade e uma materialidade intrinsecamente irredutíveis a modos de produção. Entretanto, ideologias estão inscritas em um sistema global de poder social constituído por classes em conflito, cuja força é variável, podendo limitar as possibilidades de inter-relação e as trocas ideológicas. Assim, torna-se importante compreender como ideologias que não são de classe foram incorporadas pelas classes e as consequências dessa incorporação para a luta de classes (THERBORN, 1991).

Em relação ao papel da ideologia na organização e manutenção do poder político, Therborn (1991) afirma que a conexão ideológica, que vincula a população a um determinado regime tornando-a um conjunto de sujeitos a ele obedientes, é complexa e permeada por variações empíricas. Três mecanismos produzidos pelos efeitos de dominação e obediência atrelam-se aos três modos de interpelação já descritos – o que existe, o que é bom, o que é possível – referindo-se à dimensão da situação do *presente*. A outra dimensão, ao contrário, refere-se à concepção do *ausente* – do vir a ser. Nessa dimensão, a interpelação “paralisa-se” e experimenta uma dicotomia ao buscar responder: existe alguma alternativa possível melhor do que o regime/ordem atual? É nesse momento que se avaliam riscos e consequências, o que significa dizer que não passa pela simples “falsa consciência” ou percepção da realidade, ainda que haja incompreensão ou ignorância acerca dos aspectos envolvidos. Há uma importante diferença entre a obediência como necessidade intrínseca (uma opção intrinsecamente racional) e a obediência baseada em condições de contingente.

Os mecanismos de submissão pelos efeitos de dominação, apontados pelo autor, são: *adaptação, sentido de representação, medo, sentido de inevitabilidade, diferença e resignação*. Os três primeiros mecanismos estão relacionados à possibilidade de se estabelecer um regime alternativo; e os três seguintes remetem à percepção de impossibilidade de um regime alternativo. Para Therborn (1991), a *legitimidade* e a

hegemonia são atravessadas por esses mecanismos. Ele ressalta a interdependência entre *força* e *consentimento*, a existência de diferentes tipos de conhecimento, a ampla gama de preocupações e desejos humanos contrapostos, ou a possibilidade de uma motivação descontínua, conjuntural. As ideologias ultrapassam a simples posição, pois as formas como são recebidas, interpretadas, aceitas, rechaçadas, mantidas ou transformadas, consciente e inconscientemente, pelos indivíduos, grupos e classes implicam complexos processos de formação, comunicação, coexistências, choques, influências, fusões e silenciamentos.

Na constituição das forças que lutam, desenvolve-se a *resistência* à exploração e os sujeitos nela envolvidos tornam-se ativos através da complexa formação ideológica que não diz respeito somente ao interesse econômico de uma determinada classe. Nas lutas, o embate não se desprende logicamente do conceito de relações de produção, da definição de classes a partir de sua posição como produtoras ou apropriadoras de mais-valia. A exploração, no materialismo histórico, refere-se simplesmente à apropriação unilateral de mais-valia. Ela não implica *per si* em resistência à exploração, resistência dos exploradores à resistência dos explorados ou luta em torno da exploração enquanto tal. É, portanto, imprescindível confrontar o problema da *constituição ideológica dos sujeitos das classes em luta*, e é insatisfatório pensar somente em *interesse*, pois, para o autor, trata-se de um conceito normativo, que indica um tipo de ação mais racional em um jogo pré-definido (THERBORN, 1991).

Em sua visão, é importante buscar compreender como os membros de diferentes classes chegam a definir, de uma determinada forma, o mundo e sua situação e as possibilidades dentro dele, buscando-se, pois, entender a relação existente entre *ideologia de classe* e *subjetividade*, assim como de *outras formas possíveis de subjetividade humana que não sejam as de pertencimento a uma classe determinada*. Busca-se também compreender o papel da ideologia na reprodução da exploração e o poder da geração, reprodução e transformação das ideologias. Para isso, romper com limites rígidos entre ciência e ideologia torna-se necessário, assim como buscar compreender as ideologias a partir dos processos sociais em curso, tendo em mente que existem várias maneiras de se perceber o mundo e de nele intervir (THERBORN, 1991).

As ideologias, com suas matrizes de *afirmações/sanções*, podem ser organizadas em sistemas de *submissão/qualificação* (THERBORN, 1991), que são contraditórios, porque *reproduzem/transformam* a ordem estabelecida (PECHEUX, 1996). É exatamente essa contradição, não somente a relacionada à dimensão econômica e à coerência de discurso, que fragiliza tais sistemas. Ao se fragilizarem, são rompidos, gerando uma crise de legitimação da

ordem social estabelecida, e se transformam em novas matrizes ideológicas, que passam a existir, estabelecendo-se/solidificando-se. Portanto, as ideologias não são estáticas e intransponíveis; pelo contrário, elas qualificam sujeitos coletivos e subjetivos, razão e emoção, a transformarem a realidade em diferentes escalas e ritmos e a partir de distintos grupos ou classes.

Tal transformação vincula-se a uma mudança material no ideológico, que se relaciona à dinâmica interna das sociedades e a seus modos de produção, o que irá engendrar novas ideologias. A perspectiva inter-geracional da formação ideológica, que segue as interpelações e experiências do que existe e é possível, exerce um papel fundamental para a transformação, assim como identidade e objetivo de classe são essenciais para o desenvolvimento das organizações de classe – agentes centrais na mudança social (THERBORN, 1991).

Neste momento, ressaltamos que esta pesquisa reportar-se-á às ideologias como visões sociais de mundo atravessadas por uma complexa teia de sentidos e normas que interagem com as dimensões política, econômica e cultural das relações sociais dos homens entre si e com o mundo que os rodeia, em especial a *natureza*. Essas visões traduzem-se em práticas sociais contraditórias, que se materializam pela palavra ou pelas formas de apropriação e uso da natureza em um determinado contexto, no tempo e no espaço. Buscamos entender como esse arranjo de elementos articula-se às territorialidades e estratégias ou mecanismos de disputas no cotidiano.

1.2 - Ideologias, produção do espaço e territórios

Uma das formas perceptíveis das ideologias – expressas nas práticas sociais – refere-se às práticas políticas (THERBORN, 1991), aqui compreendidas como ação coletiva (CHAUÍ, 2004). A prática social dá-se no espaço. O *espaço*, fragmentado, é considerado como lugar e meio da prática social, produto social e histórico, político e ideológico (LEFEBVRE, 2008). Assim, a produção do espaço vincula-se a grupos que dele se apropriam para geri-lo a partir de normas produzidas ao longo do tempo e que podem expressar representações povoadas de ideologia(s).

As *representações* têm origem no vivido, imediato que detém as singularidades, o diferente, as possibilidades. As representações não são simples fatos, nem resultados compreensíveis por sua causa; também não são simples efeito. Não são nem falsas, nem

verdadeiras, mas, simultaneamente, falsas e verdadeiras: verdadeiras como respostas aos problemas reais e falsas na medida em que dissimulam objetivos reais (LEFEBVRE, 1983, p.62). Toda realidade é mais rica do que a representação que dela se possa ter. Contudo, essa representação deve ser entendida ligada às práticas sociais e ao contexto no qual se insere. Nesse movimento, Lefebvre realiza o deslocamento da representação para o âmbito da ação, tirando-a da esfera exclusiva do pensamento.

A memória impregna as representações, que evocam imagens, no entender de Bosi (1987) em diálogo com Bergson (1897). A memória teria a função prática de limitar a indeterminação (do pensamento e da ação) e de levar o sujeito a reproduzir formas de comportamento, nutrindo a representação atual. A memória gera hábitos, que se movem para a ação, para as práticas sociais cotidianas, o que, para o autor, não impede de reconhecer que a orientação da nossa consciência para a ação parece ser a lei fundamental da vida psicológica.

Halbwachs (1990) traz um elemento importante: a memória como fenômeno social, não apenas individual, o que a faz presente, portanto, nas instituições sociais. Para ele, lembrar não é reviver, mas reconstruir com imagens e ideias de hoje. A memória não é sonho; é trabalho de reconstrução de imagens com as representações que povoam nossa consciência atual – com ideias, hábitos, relações sociais e valores atuais, o que não quer dizer que o vivido seja distorcido, mas trabalhado a partir do presente. E o instrumento decisivamente socializador da memória é a linguagem, que, por sua vez, é determinada pelo contexto social e histórico em que se encontra. Assim como a memória, o que se lembra e o modo como é lembrado pode receber significações diferenciadas dependendo do grupo que recorda (BARTLETT, 1932 *apud* BOSI, 1987). Para alguns autores, a memória individual mantém-se constante; para outros, não (BOSI, 1987).

O conjunto desses elementos permite-nos constituir nexos entre memória individual e coletiva, representações/imagens do vivido, ação coletiva e práticas sociais. Esse movimento nos aproxima da identificação de ideologias expressas na produção cotidiana do espaço, que se valem dos elementos das estratégias discursivas para dominação ou para resistência. Assim, precisamos pensar nos papéis que as instituições, a história oficial e a não-oficial, o espaço vivido e as relações sociais, por exemplo, cumprem na manutenção e/ou transformação das ideologias.

A ideologia é, ao mesmo tempo, um dado da essência e um dado da existência (SANTOS, 2002). Ela está na estrutura do mundo e também das coisas; é um fator constitutivo da história. A ideologia é um nível da totalidade social, e não apenas é objetiva, real, como cria o real. Ela se manifesta como real concreto, sendo uma ação, relação ou

produção específica, cuja historicidade, isto é, cuja realização concreta somente pode se dar no espaço – uma totalidade em movimento.

Em sua obra, Milton Santos (2002) ressalta a inseparabilidade que os sistemas de *objetos* e *ações* apresentam, imbuídos de *intencionalidades* – que se revelam na prática diária, na produção de conhecimento, no processo de produção e na produção das coisas, como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno. O *espaço*, resultado dessa inseparabilidade, um *híbrido*, um composto de *formas-conteúdo*, busca tratar de forma simultânea o mundo da matéria e o mundo do significado humano, num exercício que emite reflexões sobre o quanto as ideologias atravessam as intencionalidades que se materializam no espaço – sua produção, re-produção e transformação.

As espacialidades transformam-se sob diversas formas: políticas, sociológicas, culturais, econômicas e físico-biológicas. A utilização do espaço carrega consigo processos e dinâmicas, como a produção do espaço – processo social resultante da forma como as sociedades se estruturam para viver, produzir bens, consumir. O espaço, em decorrência da utilização e da natureza do uso, transforma-se em *território* (HISSA, 2009). E é o uso do território, incluindo os vários atores sociais, que o coloca como objeto de análise social. Há interdependência e inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza e o seu uso, e a ação humana e política (SANTOS, 2005).

A utilização do espaço, do território – corpo social híbrido – além de econômica, é sempre política. É, portanto, manifestação de um processo social e cultural. O território, espaço político, é instância de poder que encerra também uma ordem ética. Para Hissa (2009), a cada *tempo histórico* correspondem espaços e territórios. O conceito de território é inseparável, na atualidade, do conceito de *lugar*, pois o território é um corpo social espacializado feito da utilização do espaço como híbrido, e possui limites e fronteiras com significados *contraditórios*. É um recorte sempre incompleto da totalidade, que se transforma a partir da referência da totalização. A corporeidade territorial faz-se através de uma rede assimétrica construída ao longo da história – produto de conexões assimétricas e desiguais entre os lugares. Nesses termos, o lugar

[...] é interiorizado pelo conceito de território. [...] Os territórios também são formadores dos lugares e, no processo de globalização, isso se torna mais nítido. [Tal processo] elege lugares para que possa disseminar a sua própria *racionalidade* e seus *valores* [...]. A seleção de lugares faz, simultaneamente, com que estes sejam sobrevalorizados do ponto de vista mercantil e despromovidos do ponto de vista social. [...] [Contraditoriamente], será a

própria globalização que cumprirá papel de pôr à mostra as desigualdades socioespaciais e as *especificidades culturais, políticas e sociais dos diferentes lugares* (HISSA, 2009, p.67-68, grifos nossos).

Numa perspectiva de realidade “ideal”, o território incide sobre a construção de símbolos e representações “efetivamente presentes nos trabalhos dos geógrafos, desde pelo menos o período entre as duas guerras” (CLAVAL, 1999, p.10). Contraposta à configuração dos territórios (realidade físico-material) nacionais, a forte relação que as sociedades estabelecem com os lugares em que vivem e os símbolos que eles encarnam abrange da escala de nação até a de lugar.

A noção de território, no âmbito da Geografia, remete basicamente a dois sentidos: um designa a apropriação coletiva de uma porção do espaço, enfatizando seus aspectos físico-materiais; o outro prioriza a dimensão simbólica e identitária de tais processos de apropriação e uso. Inicialmente, os geógrafos discorrem sobre o território a partir de seu envolvimento com “os problemas de geografia política e tratam do espaço destinado a uma nação e estruturado por um Estado” (CLAVAL, 1999, p.7). Essa concepção, ampliada pelo entendimento de que o poder não se restringe ao Estado, tem sua ação inerente a todas as relações sociais. O território passou a ser empregado para denotar relações de controle espaciais nas mais diversas escalas.

O território, em seu caráter material, é considerado fonte de recursos, e sob uma perspectiva marxista, é incorporado ao embate existente entre as classes sociais e à relação entre capital e trabalho (HAESBAERT, 2004). Assim, o território, dimensão espacial dessas relações, detém uma função social e simbólica: “sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: [é desconhecer que] perder seu território é desaparecer” (BONNEMAISON e CAMBRÈZY, 1996 *apud* HAESBAERT, 2007, p.51).

A análise do território tem seu foco centralizado na espacialidade das relações de poder – quanto à forma como é exercido e o que é produzido –, que envolve desde as relações econômico-políticas até o poder simbólico. O espaço poderia ser concebido, em alguns casos, como imaterialidade, a partir de um certo cruzamento entre o *percebido* das representações do espaço e o *vivido-simbólico* dos espaços de representação (na linguagem lefebvriana). Já o território, além de o foco ser colocado sobre uma das dimensões fundamentais do espaço - a sua dimensão política, que envolve as relações de poder -, não se poderia admitir sua existência sem o *momentum* da materialização através de algum tipo de prática social (HAESBAERT, 2009, p. 104-105). A prioridade, ou mesmo as decisões sobre os usos e

destino de um território, varia de acordo com os contextos econômicos, políticos, de conhecimento e redes de relações e poder, nos quais se deparam distintas *visões sociais de mundo*, que se expressam por práticas sociais e se materializam dialeticamente no espaço-tempo.

Toda ação política tem também um caráter simbólico e todas as atividades humanas têm uma base territorial (CLAVAL, 1973). A multidimensionalidade do “vivido territorial” pelos membros de uma coletividade é refletida pela *territorialidade* (RAFFESTIN, 1983). Ela comparece como qualidade subjetiva do indivíduo ou grupo social que, fundados em seus valores, imagens, representações e projetos, tomam consciência de seu espaço de vida. O conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas, capazes de garantir a apropriação e permanência de um dado território para um grupo humano, caracterizam a(s) territorialidade(s). Por um lado, os movimentos de apropriação, dominação e resistência de um dado território estão contrapostos aos de submissão, emigração e desapropriação; por outro, traduzem desencontros e simultaneidades (CAMPOS e KRAHL, 2006).

A territorialidade refere-se, portanto, às relações de poder e à ocorrência pertinente da ação, em múltiplas escalas, que promove fixação, separação, uso e posse - um elo entre o ator e o objeto decorrente das marcas objetivadas de busca do domínio sobre o espaço. A territorialidade deriva de ações sociais e se associa às concepções de domínio e uso. Ela engloba uma construção a partir do estabelecimento de vínculos, cujo objeto do vínculo é dominar uma extensão ou dela participar. Os *vínculos territoriais* resultam das ações ou práticas sociais de condução e representação da vida, e dependem da relação com os vários âmbitos da integração socioespacial (HEIDRICH, 2009).

A noção de viver determinada situação de ocupação e uso pode produzir um sentimento de “pertencer a esse universo e estabelecer vínculos identitários com referentes empíricos ligados aos fatos exclusivos” de um território (HEIDRICH, 2009, p.277). Tal identidade, frequentemente legitimadora dos discursos e ações que apresentam a realidade territorial comum como objeto de interesse, é elaborada a partir de representações, com o intuito de interpretar e reconhecer fatos, valores e mitos que aludem a uma experiência histórico-geográfica comum. O território, enquanto relação, sujeita-se à “instabilidades e posições que não lhe são concordantes, aquilo que lhe sustenta, seus elos constituintes também não são fixos, absolutos” (idem). Assim, os processos de territorialização e desterritorialização dependem das novas [ou renovadas] relações da sociedade com o espaço.

1.3 - Natureza, ideologias e territorialidades em conflito

A apropriação da natureza²³ por um dado grupo social dá-se a partir da sua interseção com um conjunto de valores culturais que definem e são definidos pelas práticas produtivas das diferentes formações sociais, abrangendo desde a significação social dos recursos disponíveis – simbolização do ambiente de vida – até a práxis de manejo e formas não-convencionais de organização econômica. Assim, a organização cultural de uma formação socioeconômica é um tecido composto por valores, formações ideológicas, sistemas de significação, práticas produtivas e estilos de vida, num contexto geográfico e num dado momento histórico (LEFF, 2000, p.112).

Ao longo de toda a sua história, a humanidade assistiu a conflitos que envolveram a apropriação da natureza. Atualmente, continuamos a presenciar uma série de embates que incidem sobre a apropriação e controle de uso dos chamados recursos naturais²⁴ - os *conflitos socioambientais*, ou simplesmente *ambientais*, já que tal categoria trata de uma construção social que envolve representações e disputas. Tais conflitos emergem inerentes às diferentes racionalidades, lógicas e processos de apropriação do território, aludindo a *territorialidades* que existem para além dos espaços físicos, sociais e culturais subsumidos pelo ambientalismo neoliberal dito pragmático ou de resultados vigente nas últimas décadas. Sob essa perspectiva, a temática ambiental foi absorvida em termos de “variáveis ambientais” em um contexto de liberalização econômica global contemporânea, gerando uma despolitização do debate ambiental apresentado pela crítica da ecologia política (ZHOURI *et al.*, 2005, p.12-13).

O meio ambiente encontra-se, pois, no centro de uma luta ideológica que reflete disputas concretas entre práticas sociais intimamente ligadas aos diferentes modos de vida e, em consequência, a *visões sociais de mundo* que se expressam em produções do espaço diferenciadas. Assim, o meio ambiente diz respeito às formas de organização social no território, as quais contêm *afirmações/sanções* traduzidas em *normas* (THERBORN, 1991) de sua apropriação e uso. Essas normas podem entrar em disputa por um mesmo território, como as UCs de proteção integral, e conduzir a lutas sociais afeitas às novas territorialidades em disputa/conflitos/conquistas.

²³ Em outros termos, as formas de apropriação do mundo material.

²⁴ Termo que remete à mercantilização dos elementos da natureza, como a água, a biodiversidade, etc.

O meio ambiente é, ainda, uma construção simultaneamente simbólica, social e material. A questão ambiental “ultrapassa a relação homem/natureza e se dirige à faceta das relações entre os homens como um objeto econômico, político e cultural e, principalmente, como luta social” (PEREIRA, 2005, p.120). Se considerarmos os diversos sujeitos sociais, localizados de forma desigual nas sociedades de classe, suas *visões sociais de mundo* acerca do *meio ambiente* e da *natureza* podem apresentar-se de forma dissonante, concorrencial e conflitiva, permeadas pelas ideologias. Essas considerações incitam-nos a pensar em como se distribuem os recursos naturais (quais e para quem) e qual seria o conteúdo em jogo (para além do quantitativo/qualitativo) ao se falar em crise ambiental.

Foladori & Taks (2004) ressaltam a importância fundamental do simbólico nas diversas sociedades para a compreensão de sua relação com a *natureza*. Afirmam que o simbólico atua também na prioridade ofertada à ordem material, e que de maneira alguma se deve relegar tal ordem ao segundo plano, pois a cultura é um produto contraditório da experiência humana. Assim, o comportamento e pensamento humanos, como processos em construção derivados da heterogeneidade interna das sociedades, caracterizam os “estudos dedicados à análise dos discursos ambientais contemporâneos (...) que mostram sua ancoragem nas contradições e desigualdades das relações sociais materiais” (BROSIUS, 1999 *apud* FOLADORI e TAKS, 2004, p.329).

Aqui, o foco centra-se na análise das inter-relações e mediações entre *sociopráticas materiais* e *construção ideológica*. A forma de se conceber a natureza e seus problemas (ou contradições) está diretamente relacionada aos sujeitos que criam essa consciência. O conceito de natureza, ao excluir as relações entre os seres humanos, além de posicioná-la externamente à sociedade, faz com que os problemas ambientais pareçam comuns a todos os indivíduos, negligenciando as próprias contradições presentes no interior da sociedade humana. A definição do que é natureza está diretamente ligada aos *conflitos sociais* e às *ideologias* (FOLADORI e TAKS, 2004).

Steinberger (2006) chama atenção para o fato de que não se pode compreender o meio ambiente fora de contextos históricos, que geram não uma relação homem-natureza única e difusa, mas uma pluralidade de relações homem-natureza. O meio ambiente resulta dessas relações, que, mediadas pelas *técnicas*, referem-se a *práticas* de apropriação do mundo material, configuram modos de uso, transformação biofísica, extração, inserção e deslocamento de materiais nos vários campos de ação da técnica, ou seja, constituem *formas técnicas* de apropriação do mundo material. As técnicas não são simples respostas às restrições do meio ou às condições geofisiográficas do ambiente; elas são condicionadas pelas

diferentes *formas sociais*²⁵ e *culturais*²⁶ de apropriação do mundo material, ou seja, pelas opções de sociedade e pelos modelos culturais prevalentes (ACSELRAD, 2004, p.14-15), que podem se referir às visões de mundo hegemônicas.

Martins (1996, p.15), em diálogo com Lefebvre, parte do “núcleo explicativo do processo histórico - a relação entre o homem e a natureza -” e afirma que o homem age sobre a natureza, na atividade social de atender suas próprias necessidades. O homem constrói relações sociais e concepções, ideias e interpretações que dão sentido àquilo que faz e àquilo de que carece. Ele reproduz, mas também produz – isto é, modifica, revoluciona - a sociedade, base de sua atuação sobre a natureza, inclusive a própria natureza. Nesse sentido, Milton Santos (2002), rompendo com a dicotomia homem-natureza, assevera que o espaço é social e é natureza, o que nos permite pensar a natureza como um tema necessariamente *político*.

Dessa forma, mais do que identificar os processos de degradação ambiental, torna-se necessário uma análise que pontue a participação ativa dos sujeitos no exercício político que lhes permita definir, nomear e destacar o caráter conflituoso das situações que vivenciam em seus lugares. Nesse exercício, é imprescindível o reconhecimento das fronteiras que opõem esses grupos aos sujeitos e projetos que lhes são antagônicos quanto às suas perspectivas e expectativas de apropriação e uso do território.

Acselrad (2004) aponta que os *conflitos ambientais* materializam-se na intersecção de dois domínios distintos de luta social. O primeiro domínio refere-se ao *espaço* social propriamente dito, em que a distribuição diferencial dos capitais, ou poderes, que estão em jogo, traduz-se em potenciais desiguais para a posse, uso e controle do espaço. A espacialização das formas sociais de apropriação dos recursos materiais leva assim a situações conflituosas, nas quais usos empreendidos pelos segmentos dominantes incidem sobre territórios e recursos ocupados e mobilizados por grupos mais vulneráveis [frente às necessidades/exigências ocidentais modernas]. O segundo domínio nos remete, por sua vez, à

²⁵ Podendo ser, de acordo com Acselrad (2004, p.15), configurada pela desigual distribuição de poder sobre os recursos materiais, que tem como base a produção da diferenciação social dos indivíduos a partir de práticas historicamente constituídas, das quais se nutrem as dinâmicas de reprodução dos diferentes tipos de sociedades.

²⁶ Operações de significação do espaço biofísico em que se constrói o mundo social. Pois, para além dos modos de apropriação produtivos movidos pela dinâmica utilitária da economia e do processo de diferenciação social de indivíduos, o mundo material é objeto de inúmeras atividades de atribuição de significados que integram o processo de construção do mundo, dando-lhe sentidos e ordenamentos, a partir de categorias mentais, esquemas de percepção e representações coletivas diferenciadas (ACSELRAD, 2004, p.15).

esfera *simbólica*, ao *campo* em que se confrontam discursos²⁷, sentidos e projetos distintos, que disputam legitimidade social pela manutenção ou apropriação territorial, nos quais a visão de mundo hegemônica tende a legitimar as condições da distribuição desigual de poder sobre os recursos referidos. Cabe, portanto, uma análise sobre como as referências ao “meio ambiente” ou à “natureza” mudam as condições de luta por apropriação do território. Ou seja, cabe verificar o modo como as remissões ao meio ambiente confirmam ou contestam a distribuição de poder sobre o território e seus recursos.

Acsehrad (2004) afirma que os conflitos ambientais podem ser entendidos como expressão de tensões no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimento capitalista, nos quais se manifestam suas contradições internas. O papel desempenhado pelo Estado-nação e pela ciência moderna, através do discurso científico, integra uma luta classificatória pela representação legítima da natureza e pela distribuição de poder sobre os recursos territorializados. Esses conflitos mostram/expõem principalmente as contradições e o dinamismo da politização dos processos de *desterritorialização* (HAESBAERT, 2004), que podem propiciar alternativas contra-hegemônicas, favorecendo assim o enfrentamento das contradições do/no espaço, e, no caso, das contradições engendradas pelas estratégias/improvisações resultantes, por exemplo, da iminência dos deslocamentos de moradores.

Face a situações de conflito, a noção de *comunidade*, enquanto ator coletivo, é mobilizada para a defesa do território ou para a construção de projetos comuns. Na busca pelo reconhecimento de seus direitos, a própria comunidade reconstrói-se como esfera de ação coletiva (ZHOURI e OLIVEIRA, 2005). As autoras assinalam que a dispersão de um coletivo qualificado (*comunidade*, grupo), bem como do rótulo “comunitário” cunhado em práticas e decisões governamentais (nos âmbitos federal, estadual e municipal), tem esvaziado a constituição de novos espaços sociais nos quais a vida e a cotidianidade tomem assento, comprometendo o devir - como fluxo permanente movimento ininterrupto, atuante como uma lei geral do universo que dissolve, cria e transforma todas as realidades existentes; *devenir*, vir-a-ser.

²⁷ Para Pêcheux (1997), os discursos são produzidos em determinados contextos e conduzem, por conseguinte, às relações de poder vigentes. Existe articulação entre as condições de produção de um discurso e os efeitos das relações de lugar de enunciação. Ou seja, as estratégias discursivas acionadas ultrapassam o texto e remetem ao contexto mais imediato da enunciação quanto ao espaço que estrutura as relações interdiscursivas. Nesse sentido, o conceito de campo, onde há ação e história produzidas pela ação coletiva cuja dinâmica pode mudar no tempo e no espaço (BOURDIEU, 2009), permite destacar que as posições no espaço social configuram lugares enunciativos a partir dos quais as ideologias se inscrevem nos discursos.

Bauman (2003) acrescenta que a palavra comunidade, além de significado, guarda sensações que remetem ao prazer do *lugar* aconchegante e confortável. Ela evoca, sobretudo, *segurança*, sentimento almejado hoje ansiosamente, chegando-se ao ponto de se imaginar ou mesmo mitificar a comunidade. Todavia, para alcançá-la, é preciso se desfazer de parte da *liberdade*. Segurança e liberdade, dois valores igualmente desejados e preciosos, podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito; eles trazem tensão e contradição. O autor distingue as comunidades imaginárias, até mesmo produzidas artificialmente, daquelas constituídas historicamente, nas quais conflitos internos e externos e contradições se manifestam.

Tais considerações remetem às contribuições de Anderson (2008) referentes ao *Estado-nação – comunidades imaginadas*. O autor parte da *nacionalidade* (como conceito sociocultural) e do *nacionalismo* (com considerável poder político) como artefatos culturais peculiares que se imbricaram a processos históricos com significados que se alteraram ao longo do *tempo* e inspiraram legitimidade emocional. Ambas as noções foram incorporadas em diferentes condições sociais, políticas e ideológicas. O nacionalismo, incômoda anomalia para a teoria marxista, não está próximo de seu fim, já que a *nation-ness* (nacionalidade) constitui o valor mais universalmente legítimo na vida política de nossa era.

A *nação* é uma comunidade política imaginada, ao mesmo tempo e implicitamente, como *limitada* e *soberana*. O símbolo de liberdade passa a ser o *Estado Soberano*. Enquanto comunidade, desconsideram-se as desigualdades em seu *território* e evoca-se a concepção de companheirismo profundo e horizontal. A mudança na concepção de tempo, nos modos de apreender o mundo, tornou possível pensar a nação. Na modernidade, o tempo é homogêneo e vazio, e a simultaneidade lhe é transversal (coincidência temporal), medida pelo relógio e calendário. A simultaneidade do tempo no espaço diz respeito a uma importante relação na alimentação do imaginário, além da influência recíproca entre um sistema de produção e de relações produtivas (capitalismo), uma tecnologia de comunicações (imprensa) e a fatalidade da diversidade linguística do homem (ANDERSON, 2008). Certo é que os Estados-nação são peças consideráveis nos jogos globais da modernidade, para os quais a temática ambiental tem relevância.

Para Anderson (2008), a nação aciona afetos e raízes culturais profundas relacionadas a *parentesco* e *religião*, alimentando dois sistemas relevantes para a compreensão do nacionalismo: o reino dinástico e a comunidade religiosa. O nacionalismo merece ser entendido segundo os sistemas culturais mais amplos que o precederam e a partir dos quais passou a existir; e não somente afeito às ideologias políticas abraçadas conscientemente.

As ideologias são o meio através do qual operam a consciência, que se forma através de processos psicodinâmicos em sua maioria inconscientes, e a significatividade, mediante uma ordem simbólica de código de linguagem (THERBORN, 1991). Dessa forma, pode-se apreender o nacionalismo nos discursos produzidos socialmente em que se aciona o desejo de segurança, bem como sentimentos de proximidade e unidade, a exemplo da referência reforçada no imaginário coletivo de que o Brasil seja um país de um só povo, uma só língua, um só território, portanto, um só *devir*: o de *nação do futuro*.

A partir desses discursos, o Estado-nação institucionaliza interesses nas práticas políticas, que podem se chocar ou tensionar com o *lugar*. No que diz respeito aos conflitos ambientais, em uma dimensão menor do que a do Estado-nação, as comunidades constituídas ao longo do tempo por parentesco, religião e proximidade cotidiana, constroem/estabelecem formas comuns de apropriação e uso dos recursos materiais, ou seja, fixam no espaço, territorialidades. Little (2002) define essas territorialidades como os *territórios sociais*²⁸ pelos quais muitas *comunidades locais* vêm travando lutas pelo Brasil afora, desafiadas pelos interesses capitalistas, que, em nome de uma *comunidade global e/ou nacional*, busca apropriar-se dos seus *territórios de vida* histórica e tradicionalmente constituídos. A tradição aqui não é vista como o passado que sobrevive no presente, mas como o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro (WOORTMANN, 1990).

Uma das formas de institucionalização desses conflitos concerne à criação e implantação de UCs de proteção integral, como os parques nacionais (MUNGAI, 2008), por parte do Estado - para Althusser (1996), um Estado de classes - mesmo que não o consideremos um bloco monolítico. Essas UCs são sobrepostas aos territórios sociais das comunidades locais que tradicionalmente habitam/habitaram determinado *lugar*. No Brasil, tal prática é efetivada, sobretudo, em espaços *rurais*.

Para Wanderley (2000), o rural constitui-se em uma categoria político-ideológica e transacional que possibilita a compreensão e a construção de uma representação social em torno do espaço e do tempo. Tal representação cria identidades sociais, de mobilização e organização social de pessoas e grupos - sujeitos cujas reivindicações específicas podem ressignificar suas histórias. É oportuno ter em conta que as relações entre espaços rurais e urbanos não se despem da diversidade que as engloba. Além disso, elas se modificam no tempo e no espaço de forma dialética (mundo rural e mundo urbano).

²⁸ Domínios espaciais de pertencimento, construídos e reconstruídos politicamente no campo das práticas e da gestão cotidiana de seus recursos, mas também no campo discursivo das mobilizações e reivindicações, que procuram proteger e afirmar sua legitimidade nas correlações de força que marcam atualmente seus confrontos com inúmeros projetos de desenvolvimento (LITTLE, 2002).

A *ruralidade* revalida a cultura, as práticas, a construção imaginário-simbólica e ressignifica o espaço, salientando lugares que remetem a um modo de vida singular. A interação de relações, processos e práticas constituem tentativas concretas de produção e reprodução de espaços como formas de resistência ou de re-existência: “a vida contraditória invade e perturba a racionalidade redutora imposta. Nesse momento, mesmo que residualmente, existe apropriação” (DAMIANI, 2001, p.54). A resistência constitui e reconstitui sujeitos, valores e referenciais culturais e legais, novos espaços de deliberação, novas *territorialidades*. Ela coloca em xeque a ordem/desordem de um sistema que impõe e converte vida em valor condicionado pelos processos de produção e consumo do modo de produção capitalista, e, também, pelos ciclos do capital que elegem e trazem novos espaços que o mantenham ativo.

Muitas dessas comunidades locais/rurais são melhor compreendidas como *comunidades tradicionais camponesas*²⁹, de *feições variadas*, como geraizeiros, vazanteiros, quilombolas, etc., face às suas características políticas, econômicas e socioculturais particulares (ALMEIDA, 1994). Elas desenvolveram estratégias próprias para a preservação do patrimônio familiar e coletivo, contando com áreas em regime de *uso comum*. Os confrontos com antagonistas em situações adversas levaram a um tipo de *resistência cotidiana* (SCOTT, 2002) incrementada pela diversidade das práticas *não formais* de gestão do *território* exercidas por gerações e articuladas pelos grupos a partir de *saberes ambientais* (HISSA, 2008) registrados e renovados constantemente através das *tradições orais* (ZHOURI e OLIVEIRA, 2010).

A criação e implantação de UCs de proteção integral podem gerar conflitos ambientais, de caráter territorial (HEIDRICH, 2009; LACHEFSKI e ZHOURI, 2010), que materializam disputas ideológicas na luta pela apropriação do *meio ambiente* que cada grupo, ou comunidade, aciona. Tais conflitos podem favorecer o enfrentamento das contradições do/no espaço e, no caso, das contradições engendradas pelas estratégias resultantes da iminência dos deslocamentos de moradores de seus lugares de vida. Nesses confrontos,

²⁹ Segundo Ribeiro (2008, p. 7), várias são as comunidades tradicionais do Brasil “que têm seus direitos civis constitucionais reconhecidos, que se refere aqui a *comunidades* formadas por índios, quilombolas, camponeses, vaqueiros, artesãos, pescadores, extrativistas de flores sempre-vivas, etc., sendo herdeiras históricas de diferentes formas de uso, manejo, conhecimento e representações simbólicas relativas a diferentes biomas. Essas tradições se configuram em atividades combinadas dentro de estratégias de reprodução sócio-econômica e cultural relacionadas às diversificadas conformações regionais que o bioma, por exemplo, o Cerrado, assume e com as variadas particularidades culturais dessas comunidades em cada porção desse bioma. Tais atividades são dinâmicas e se modificam historicamente, em especial no que se refere às relações de tais comunidades com a sociedade mais ampla, adquirindo, assim, novas feições, embora conservando muito dos seus aspectos tradicionais”.

permeados de sentidos e poder (BOURDIEU, 1987), nos quais as ideologias podem se chocar, interagir, entrelaçar (THERBORN, 1991), visões sociais de mundo e estratégias de dominação e resistência se revelam. Esses temas pontuarão a nossa reflexão nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2 - UM BREVE HISTÓRICO DAS UCs EM DIÁLOGO COM OS ELEMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

“Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder – o que seria quimérico na medida em que a própria verdade é poder – mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento (...). Em suma, a questão política não é o erro, a ilusão, a consciência alienada ou a ideologia; é a própria verdade.”
(FOUCAULT, 1979, p. 14).

Neste capítulo, as reflexões voltaram-se para o processo de criação das UCs no mundo e no Brasil, sobretudo em décadas recentes. A partir de um breve histórico, serão salientadas passagens que possam dialogar com os conceitos tecidos no capítulo anterior e expor as singularidades das relações homem/natureza.

2.1 - A gênese das UCs no contexto global

2.1.1 - Buscando pistas na antiguidade

Ao longo de sua história, a humanidade, diante do desafio de sobrevivência, e para fazer frente a certas demandas sociais e desejos, definiu áreas nativas de uso e acesso controlado. Esses recortes repartiram áreas para distintas finalidades e usos, algumas como reservas destinadas ao uso posterior, outras que garantissem o monopólio sobre os recursos, e também aquelas consagradas à adoração das divindades. Em séculos anteriores, iniciou-se, em algumas regiões da Europa, a criação de parques reais e reservas de caça destinados à elite, o que também ocorreu em partes da Ásia. Naquela época, a proteção dessas áreas estava voltada para a manutenção do poder das elites e para a proteção de recursos para seu uso (MEDEIROS, 2003).

Na Idade Média, sobretudo na Europa, o olhar sobre a natureza foi influenciado pela Igreja cristã. Era um olhar que colocava o homem na posição de explorador e cuidador da natureza, distintamente dos gregos, que nela projetavam seus medos, refletido como respeito, e com ela estabeleciam alianças. Segundo alguns autores, sob o cristianismo, o ser humano foi posicionado exterior à natureza, concebendo-se a noção de que esta deveria ser desbravada e dominada por ele, ao mesmo tempo em que cuidada, denotando uma relação de hierarquia e diferenciação que foi aprofundada pelos instrumentos de trabalho desenvolvidos (LARRÉRE, 1997 *apud* MEDEIROS, 2003).

2.1.2 - A modernidade e as UCs

No ocidente, a *modernidade* tornou-se uma referência à mudança do olhar sobre a *natureza*, momento em que houve mobilização de sentidos e construção de discursos ancorados na ciência para legitimação de formas variadas de compreensão e finalidades da natureza. Buscava-se na razão, e ainda se busca, explicação para várias questões existenciais, numa fase de profundas mudanças políticas, econômicas e sociais, sobretudo sob a égide do modo de produção capitalista (MEDEIROS, 2003). A concepção de natureza foi fortemente influenciada pela mecânica física e seu funcionamento passou a ser *objeto* de estudo. Pensadores como Darwin, Descartes, Kant e Bacon teceram referências às relações dicotômicas - homem/natureza, espírito/matéria, sujeito/objeto - aprofundadas pelo racionalismo iluminista que considera a natureza como um *recurso* a ser compreendido pelo conhecimento científico a partir de “leis naturais” e explorado pelo homem, centro do mundo, numa visão que se tornou dominante e hegemônica no pensamento ocidental (GONÇALVES, 2008).

Com o advento da Revolução Industrial, a acumulação capitalista e a expansão desse modo de produção, acelerou-se significativamente a pressão sobre tais recursos e as áreas nativas européias diminuíram. O novo mundo (as Américas) propiciou a continuidade da acumulação de riquezas através do fornecimento de matérias-primas para a Europa (VALLEJO, 2003). Ao mesmo tempo, as Coroas, como Portugal e Espanha, perceberam a diminuição dos recursos em suas colônias, e providenciaram a proteção de algumas áreas de florestas e mineração como *reservas* de capital para exploração futura. O controle de áreas em exploração objetivou o monopólio dos recursos, dando continuidade à acumulação de

riquezas pela metrópole. Buscou-se também fortalecer o poder dos Estados-nação, ou Estados nacionais, sobre seus territórios,³⁰ tanto na colônia quanto na metrópole. Em alguns países, como na França, teve início a chamada *gestão racional* no uso dos recursos madeireiros (MEDEIROS, 2003).

À medida que a produção capitalista do espaço se intensificava, a *proteção* da natureza estabelecia-se com base em códigos legais herdeiros das noções de controle e ao mesmo tempo de cuidados com a natureza. Face à ampla expansão das fronteiras agrícolas e à poluição urbana, nos séculos XIX e XX, mobilizações sociais de *naturalistas* fortaleceram-se, inicialmente na França e depois em outras partes da Europa, demandando a criação de *áreas de proteção da natureza* (MEDEIROS, 2003). As *áreas naturais protegidas* passaram a ser vistas também como o lugar de descanso, de renovação espiritual e lazer urbano, atingindo caráter de uso público por distintas classes urbanas. Tais atribuições podem ser consideradas uma mudança nas práticas e ações em que a proteção da natureza deixa de ser restrita ao uso apenas das elites (VALLEJO, 2003). Gradativamente, as áreas naturais protegidas passaram a ser entendidas como uma *necessidade* dos tempos modernos (MARTÍNEZ ALIER, 2007), denotando a existência de espaços naturais e artificializados (ou humanos) no pensamento ocidental.

Nos Estados Unidos, esse movimento intencionou manter alguns remanescentes de áreas de “natureza selvagem” como testemunhos da paisagem original que existia anteriormente à colonização européia, que em muito modificou o que por lá encontrou (CROSBY, 1993 *apud* MEDEIROS, 2003). Alimentava-se o imaginário de uma “natureza intocada”, com remanescentes do que havia sido conquistado/dominado pelos colonizadores, os quais deveriam ser protegidos e reverenciados através da criação de *parques nacionais* (MEDEIROS, 2003).

Camargos (2006) lembra que a ideia inicial de criação de parques nacionais nos Estados Unidos esteve diretamente vinculada à demanda por formação da identidade nacional, como símbolo de desenvolvimento e liberdade, em que os espaços ditos selvagens forneceram importante componente para o estabelecimento de um elo simbólico com a independência, já que não havia equivalentes desses ambientes físicos no país colonizador. Os parques eram também vistos e justificados como elementos de civilidade, em que o acesso a espaços naturais tinha importância para o aperfeiçoamento de sociabilidades e para o adestramento

³⁰ Harvey (2005) chama a atenção para o fato de que a formação dos Estados soberanos, em nível mundial, levou séculos. Foi o século XIX o grande período das *definições territoriais*, ainda que isso, por si só, não garantisse estabilidade.

individual às normas dessa sociabilidade. Tais áreas foram tratadas como inerentes ao tema da transformação ética, política e social.

Dessa mobilização, surgiram duas vertentes do *ambientalismo* estadunidense: a *preservacionista* (manter a natureza intocada e protegida, como patrimônio coletivo) e a *conservacionista* (defendia o uso racional dos recursos naturais remanescentes a partir de critérios científicos). No duelo que se travou naquele momento nos Estados Unidos, a vertente preservacionista ganhou mais adeptos, consagrando-se a proteção da natureza pura e selvagem. Para muitos autores, isso se deveu ao valor simbólico e estético que uma paisagem ou espécie nativa representa para a sociedade moderna que ali se instalou (MEDEIROS, 2003).

Sob a égide de uso ou proteção, conservação ou preservação, gestão racional e paisagem-patrimônio, esses pensamentos ocidentais estenderam-se e influenciaram outros países. O primeiro parque de uso público da modernidade foi criado nos Estados Unidos em 1872, em áreas que não contavam com “ocupação branca” e possuíam uma paisagem de beleza cênica a ser visitada e reverenciada. Imbuído de uma perspectiva preservacionista, colocava o homem como destruidor e pontuava a necessidade de se proteger a natureza, marcando a referência moderna da dicotomia entre a natureza e a sociedade (DIEGUES, 2001; VALLEJO, 2003).

Até meados do século XX, áreas naturais protegidas, especialmente *parques*³¹, foram criadas em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, o que deveria equiparar o país às demais nações cultas e civilizadas, além de constituir um importante expediente simbólico para a divulgação do ideário liberal (CAMARGOS, 2006). No início do século XX, alguns encontros relevantes do debate ambiental enfatizaram os parques nacionais e sua importância na agenda ambiental, com destaque para a *Convenção para Preservação da Fauna e da Flora em seu Estado Natural*, que aconteceu em Londres em agosto de 1933³² (MEDEIROS, 2003).

Chama a atenção o fato de que os primeiros países a adotarem tal política foram aqueles que ainda eram colônias ou estavam recém-independentes - no final do século XIX, o Canadá, Nova Zelândia, Austrália, África do Sul e México; no início do século XX, a Argentina, Chile, Equador, Brasil e Venezuela, o que não aconteceu na Europa. Para alguns

³¹ Os parques são unidades de proteção integral destinadas a *proteger a natureza*, nos quais não se permite a presença de moradores em seu interior.

³² Seu objetivo foi regulamentar a preservação da fauna e da flora em certas partes do mundo, em particular na África, através de parques e reservas naturais, por meio da regulamentação da caça e da coleta de espécies. A convenção definiu os parques nacionais como áreas controladas pelo poder público, cujos limites não poderiam ser alterados. Eles deveriam servir à proteção e preservação da fauna, da vegetação nativa e de outros aspectos de relevante interesse, tais como o geológico, o arqueológico e o histórico. Outra finalidade era a de que servissem como locais destinados à pesquisa e à visitação pública (DIEGUES, 2001, p.99).

autores, isso se deu porque, no “Velho Mundo”, não havia mais “natureza selvagem” ou “intocada”, restavam poucas terras de domínio público e o alto custo da desapropriação inviabilizava a implantação dessa modalidade de preservação. Entretanto, a paisagem³³ tinha forte apelo e foram criados os chamados *parques naturais*, sobretudo em áreas privadas, com permanência de seus moradores e normatização do uso dos recursos por parte do Estado (MEDEIROS, 2003).

Uma questão que se coloca é se de fato havia, ou há, natureza intocada nos países colonizados. A resposta teria alguma relação com o mito³⁴ edênico que se desenvolveu no imaginário europeu da época, e que ainda persiste nos dias atuais, frente a essas regiões (CARVALHO, 1998)? Pode-se também indagar se a viabilização da implantação de áreas naturais protegidas, “livres da presença humana”, em países colonizados, e não nas metrópoles, estaria relacionada ao choque com os nativos desses lugares, sendo mesmo uma forma oficial de expropriá-los sem os mesmos custos da apropriação das terras. Ou teria implicações com a “missão civilizatória européia” nas Américas, que justificou o imperialismo, com o apoio da Igreja católica?

À medida que a temática ambiental ganhava relevância internacional, agendas capitaneadas inicialmente pela Organização das Nações Unidas³⁵ (ONU) foram sendo estruturadas. O Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial passaram a contribuir financeiramente com fundos, geridos pela ONU, para a execução de diretrizes internacionais relativas à temática ambiental.

Em meados do século XX, tal política propagou-se fortemente no cenário mundial. As áreas naturais protegidas passaram a ser justificadas/destinadas à preservação de espécies, ao

³³ Para a geografia, a paisagem acentua os laços entre meio físico e cultural, e resulta da ação da cultura ao longo do tempo sobre a paisagem natural. Diz respeito a uma forma de ver o mundo (COSGROVE, 1984).

³⁴ Rocha (2008) define o mito como um discurso sobre a forma de as sociedades espelharem suas contradições, dúvidas e inquietações. Ele também pode ser visto como uma possibilidade de se refletir sobre a existência, o cosmo, as situações de estar no mundo ou as relações sociais.

³⁵ A ONU foi fundada após a 2ª. Guerra Mundial, seus membros são unidos em torno da Carta da ONU, um tratado internacional que enuncia os direitos e deveres dos membros da comunidade internacional (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2011. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/>, acesso em fevereiro de 2011). Outros órgãos criados pela ONU foram a *Food and Agriculture Organization* (FAO), que se manifesta em relação ao manejo de recursos naturais e agricultura; a *United Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), que trata da questão ambiental, e instituiu, em 1971, o programa *Man and Biosphere*, com o objetivo de proteger áreas naturais expressivas da biosfera - as Reservas da Biosfera; e, posteriormente, o *Plano das Nações Unidas para o Meio Ambiente* (PNUMA). Este plano, criado em 1972, por indicação da Declaração de Estocolmo, é responsável por viabilizar a execução do plano de ação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. O PNUMA passou a definir diretrizes comuns para os Estados nacionais em relação a temática ambiental. Outra conferência de destaque foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, seguida pela Rio+10, na África do Sul. A temática ambiental passou a ocupar papel relevante nas discussões internacionais (MEDEIROS, 2003). Nos últimos anos, o foco tem sido as mudanças climáticas, o que fragmenta a discussão ambiental em subtemas, como biodiversidade, água, clima, etc.

uso de recursos de forma racional, a pesquisas científicas e ao lazer. A importância da conservação normativa da *biodiversidade* como justificativa para a criação de parques nacionais, difundida em especial pela ciência biológica, acabou por reforçar a ideia de que a presença humana nessas áreas seria algo negativo e prejudicial, sendo permitida apenas em situações muito particulares (BRITO, 2000 apud MUNGAI, 2008). A concepção *conservacionista* fortaleceu-se e demarcou a *biologia da conservação*, ao defender, entre outros, a necessidade de implantação de parques para se conhecer mais a respeito da biodiversidade, e, então, definir o uso racional dos recursos naturais em áreas não protegidas. Nesse ponto, ambas as correntes ambientalistas - preservacionistas e conservacionistas - intensificaram sua interação.

A prática de preservar áreas nativas impulsionou a criação das chamadas unidades de conservação (UCs), que, mais tarde, conforme cada país, ganharam um leque de modalidades. As UCs constituíram uma política pública de gestão territorial, presente nas agendas dos Estados nacionais conforme cada contexto e capacidade de pressão - ou de interpelação - dos ambientalistas que, com o tempo, ganharam adeptos às suas ideias. A institucionalização das UCs foi sendo delineada à medida em que os Estados nacionais foram assumindo tal demanda e se organizando estruturalmente através de órgãos governamentais e políticas ambientais específicas. Nesse processo, tiveram papel considerável a organização da sociedade civil por meio de organizações não-governamentais, com destaque para as ambientalistas, e a ciência moderna.

Entre as pautas de ação da ONU, encontram-se a Conferência da Biosfera, realizada em 1968,³⁶ a Conferência de Ramsar, em 1971,³⁷ e o apoio e participação dos Congressos Internacionais sobre Parques e Áreas Protegidas, organizados a partir de 1962 pela IUCN. A conferência de 1968 gerou o programa Man and Biosphere (MaB), efetivado em 1974, que é responsável pela criação das Reservas da Biosfera. O MaB é um programa que prioriza a cooperação científica, intergovernamental e interdisciplinar, na busca de respostas para a relação homem-natureza, com o intuito de se compreender a estrutura e o funcionamento dos ecossistemas globais e sanar problemas relativos à *gestão dos recursos naturais* (MEDEIROS, 2003). Tais proposições, para Medeiros (2003), significaram um marco na proteção da natureza calcado na produção de conhecimento e se aproximaram de uma estratégia de planejamento em escala global. Esses eventos foram marcantes no que tange ao

³⁶ O nome completo é Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera.

³⁷ Criada em 1971, seu nome completo é Conferência sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional.

estabelecimento de esforços conjuntos para a proteção de áreas tidas como sensíveis ou de representatividade ecológica e de interesse mundial.

Por sua vez, a IUCN³⁸ - uma das organizações ambientalistas mais antigas do mundo, parceira da ONU e com amplo acesso a diversos países - predomina em relação às políticas internacionais referentes às áreas naturais protegidas. O desenvolvimento dos sistemas de unidades de conservação, nos Estados nacionais participantes da ONU, inclusive no Brasil, teve por referência aquele desenvolvido pela IUCN³⁹. Por sua vez, essa referência absorveu a noção preservacionista estadunidense, bem como as referências européias de uso e manejo de áreas naturais protegidas. Os parques naturais foram materializados em áreas urbanas e rurais tidas como menos alteradas, incentivando-se o lazer dos moradores das cidades nessas áreas como uma oportunidade de se aproximarem da “natureza” (MEDEIROS, 2003).

Bedim (2008) ressalta que o objetivo dos parques para o lazer urbano seria o de trazer certo alento proporcionado pelas paisagens verdes em meio às cidades industriais, que levariam a esquecer, momentaneamente, as relações de exploração vividas cotidianamente pela classe trabalhadora. Ou proporcionariam o contato com o “natural perdido” na sociedade moderna. Manifestações positivas de trabalhadores por tais áreas verdes urbanas se fizeram presentes em diferentes cidades ocidentais (MEDEIROS, 2003), colocando-as como a “pureza natural”, o que também lhe aporta símbolos. Merleau-Ponty (2000) destaca que o legado da cultura judaico-cristã confere conotação sagrada, como “paraíso”, aos espaços [aparentemente] inalterados pelas mãos do homem. Nesse sentido, Martinez Alier (2007) define a “natureza intocada” como “culto à vida silvestre”, que alude à sacralização da natureza, ou de parte dela, tendo o *preservacionismo* como sua expressão. Nessa via, enfatiza-

³⁸ Em 1948, foi fundada, na França, a *União Internacional para a Proteção da Natureza* (IUPN). No decorrer dos anos, a IUPN passou a considerar que a conservação era mais adequada do que a mera proteção e alterou seu nome, no ano de 1956, para *União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais* (IUCN). Em 1990, nomeou-se União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), organização relevante para o estabelecimento de diretrizes internacionais sobre áreas naturais protegidas, conta atualmente com a participação de 83 Estados nacionais, 116 organizações governamentais e mais de 800 organizações não-governamentais, além de mais de 11.000 cientistas e técnicos voluntários (INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE, 2010 Disponível em: <http://www.iucn.org>, acesso em maio de 2010). A IUCN criou, em 1960, a *Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas* (CNPPA), com as finalidades de promoção, monitoramento e orientação do manejo de tais áreas. Posteriormente, através da realização de congressos, com o primeiro realizado em 1962 nos Estados Unidos, discutiu os parques e áreas protegidas (MUNGAI, 2008).

³⁹ A partir dos anos 1950, em especial na década de 1970, o mundo passou a contar com um importante incremento para a criação de áreas protegidas, inicialmente nas categorias Parque e Reserva. De acordo com a IUCN, o parque nacional era indicado somente para áreas relativamente extensas, onde os ecossistemas não estivessem alterados pela atividade antrópica e em áreas de relevante interesse científico, educacional e recreativo, ou que continham paisagens naturais de grande beleza cênica. Definiu-se ainda que tais áreas seriam de responsabilidade do Estado, sendo permitida a entrada de visitantes (DIEGUES, 2001).

se o papel da esfera sagrada em algumas culturas e também a incomensurabilidade de alguns valores.

Segundo Diegues (1996), a imagem do parque nacional e de outras áreas protegidas como um paraíso em que a “natureza virgem” se manifesta em toda a sua beleza relança o debate sobre mitos e simbologias nas sociedades modernas,⁴⁰ o qual reelabora não somente crenças antigas como também incorpora elementos da ciência moderna. A partir da compreensão das ideologias, torna-se possível identificá-las em alguns aspectos cujos nexos favorecem a análise.

O *mito moderno da natureza intocada* (DIEGUES, 1996) pode ser entendido como uma ideologia *inclusivo-existencial* (THERBORN, 1991), que interpela sujeitos a partir de um discurso cujos significados relacionam-se com o pertencimento ao mundo e com o significado da vida, da morte e da *ordem* natural - o que é bom ou ruim – *intocável/tocável*. Nesse sentido, a “natureza virgem”, se expressa em toda a sua *beleza*, deve ser *intocada*, já que a ação humana é predatória ao *paraíso*, e a natureza virgem e pura deve, portanto, ser *protegida* do/pelo homem. Essa concepção é recorrente nos discursos dos sujeitos que se declaram defensores da natureza contra o homem destruidor. Tal capacidade de interpelação, especialmente em um contexto de fortalecimento do debate sobre a crise ambiental tida como global, contribuiu para que essa visão ganhasse institucionalidade e respaldo político, dentro e fora do Estado, resultando em normas expressas por leis e acordos, que favoreceram a criação de parques nacionais em diferentes locais.

Ainda na atualidade essa ideologia interpela sujeitos em diferentes lugares sociais, tanto pela sacralidade quanto pelo *medo* frente ao devir, um dos mecanismos de submissão que gera dominação ideológica, assim como o sentido de *representação* (THERBORN, 1991), como ilustram as colocações a seguir:

Nós temos que proteger a natureza. Porque, caso contrário, corremos o risco de desaparecer junto com ela. Dependemos dela e não podemos destruí-la. Por isso, os parques são muito importantes. [...] Eu me realizo nesse trabalho porque sinto que estou contribuindo, pelo menos um pouco, com o planeta, contra a destruição causada pelo homem. Se continuar no ritmo que está, não vai sobrar nada e a humanidade vai sofrer as consequências (Analista Ambiental “A” do ICMBio, entrevista realizada em dezembro de 2009).

⁴⁰ John Muir foi, segundo Diegues (1996), o teórico mais importante do preservacionismo. Para ele, o homem não poderia ter direitos superiores aos animais (enfoque depois chamado de biocêntrico). Essas ideias ganharam apoio científico na História Natural e, em particular, na teoria da evolução de Charles Darwin (1809-1882).

A “natureza” emerge, nesse caso, como um ente externo, e está relacionada às paisagens de aparência menos alterada, que devem ser protegidas do/pelo homem, ponto central das preocupações. Entretanto, o mundo conta com diferentes povos e concepções variadas de *natureza*, que não necessariamente a percebem como externa, a ser submetida ao padrão de apropriação e uso *moderno* (GONÇALVES, 2008). Entre os povos de influência europeia e judaico-cristã, outros estímulos são aguçados para se definir áreas nativas a serem preservadas, entre eles, a reserva dessas áreas para a elite e para o controle, por parte do Estado, de usos atuais e futuros, quiçá para exploração capitalista, de forma que o mito moderno da natureza intocada foi - e tem sido - apenas uma das justificativas para a preservação das áreas naturais.

O preservacionismo depende do Estado, em quase todas as partes do mundo onde essa prática se efetivou, para a demarcação de parques naturais (MARTÍNEZ ALIER, 2007), para, assim, territorializar-se, o que também acontece em relação ao conservacionismo, no que diz respeito à demarcação de UCs para a realização de pesquisas científicas e conservação da biodiversidade. Instituição da modernidade, o Estado nacional interpela os sujeitos de uma forma *inclusivo-histórico* (THERBORN, 1991), cujo discurso coloca os seres humanos como membros conscientes de um mundo sócio-histórico. É a partir desse tipo de ideologia que se trabalha o *nacionalismo* para a legitimação do Estado – alude à identidade com determinada nação, que garanta a abundância de recursos naturais e o território nacional para segurança do seu povo, com uma língua em comum que confira sentido de unidade – a comunidade imaginada (ANDERSON, 2008).

Em um contexto no qual a temática ambiental adquire relevância no cenário global, o Estado nacional torna-se responsável por garantir a efetivação da política ambiental em “prol de todos”, devendo assegurar a preservação da natureza mitificada, bem como o “uso racional de seus recursos”, por meio da definição de *normas* de uso e controle, atual ou futuro, às quais os sujeitos devem se submeter. O Estado, representação que sustenta a ideologia nacional e representante legítimo dos “interesses coletivos” da nação, aquele que universaliza interesses parcelares, é responsável por definir onde e como essas unidades de conservação devem ser criadas. Por esse processo, a ação do Estado sobre os territórios, mediada pelas ideologias e pela força, recebe o apoio e mesmo provocações e pressões de inúmeras instituições nacionais e internacionais (governamentais e não-governamentais, como a ONU e a IUCN), que declaram a importância da preservação dos recursos naturais e, por consequência, de normas a serem expressas em *leis ambientais* baseadas em *critérios científicos*.

A *ciência moderna*, ao articular conhecimento e poder, expressa-se como discurso competente e instituído, aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem. Assim, o discurso científico se posiciona como livre de juízos de valor tais como prejuízos, preconceitos ou pré-noções, e é legitimado pelo discurso competente, que, por sua vez, se torna forma hegemônica de pensamento na modernidade (CHAUÍ, 1982). A ciência é apresentada aos sujeitos como a explicação correta do mundo moderno, afirmando, por exemplo, o que existe e o que é bom ou ruim para a natureza e para a humanidade.

Como a ciência cumpre papel fundamental na modernidade, com relevo para as questões existenciais, ao referendar as UCs como estratégicas à humanidade, ela fortalece essa “verdade”. Dessa forma, a ciência acaba por nutrir com argumentos “racionais” a preservação da natureza, a mesma outrora chamada, por agentes econômicos ou governamentais, de “visão romântica” (GONÇALVES, 2008). O apoio de cientistas, aliado às pressões de organizações internacionais e nacionais, fortaleceu politicamente essa prática social, impulsionando seu status dentro e fora dos aparatos de Estado.

A ciência moderna – filha legítima da filosofia das luzes, do racionalismo, do pensamento liberal moderno e tendo seu berço na Europa (LOWY, 2002) - considera que a natureza é regida por leis que podem ser compreendidas pelas *ciências naturais*. Lowy (2002) destaca que, da mesma maneira que o iluminismo, o positivismo, e, portanto a ciência moderna, traz em si uma visão social de mundo que inicialmente tinha uma dimensão utópica e até mesmo revolucionária de ruptura com o argumento dogmático e autoritário da Igreja (outrora detentora “da verdade” sobre o mundo). O autor ressalta que cada visão social de mundo – cada teoria, análise, perguntas carregadas de juízos de valores em sua formulação frente a certo ponto de vista social, político, moral e ideológico, que *iluminam e cegam* ao mesmo tempo – trata de utilizar o método racional para legitimar o seu ponto de vista.

Mannheim (1976) traz a importância da *relatividade* e da *historicidade*, no tempo e no espaço, das visões sociais de mundo que se traduzem em práticas sociais - como a política que evoca o pragmatismo-, dialéticas cotidianas nas/das diferentes classes. Essas práticas traduzem-se em *normas com formas-conteúdo* próprias. A ciência moderna, na realidade do mundo, não vale mais do que o conhecimento empírico cotidiano; porém, ela assumiu para si a *neutralidade* e, por conseguinte, a condição de dizer a verdade. O discurso competente tecnocrata assume, assim, poder político em situações diversas, servindo a alguém (CHAUÍ, 1982) ou a entidades; ou mesmo as decisões políticas se valem da explicação científica, de

que é exemplo a importância da biodiversidade, para legitimar a concepção de mundo de um grupo em detrimento de outros.

Com estratégias discursivas apoiadas no nacionalismo, na ciência moderna e até mesmo nos mitos, o Estado nacional – espaço de disputa entre *classes* e suas *ideologias* (de classe ou não) – exerce seu poder em meio a alianças e pressões internas e externas. O poder, aqui, refere-se ao poder político – a condensação de relações sociais da qual se investe o Estado. Na intenção de cumprir seus objetivos, o Estado de classes, segundo Althusser (1996), vai se valer dos Aparatos de Estado Repressivos (forças armadas e policiais) e Ideológicos (escolar, jurídico, político-partidário, sindical, de informação, cultural, e ainda religioso e familiar, o que gera controvérsias). O Aparelho de Estado assegura, “através da Repressão (desde a mais brutal força física até meras ordens e proibições administrativas, ou a censura franca e tácita), as condições políticas de atuação dos Aparatos ideológicos de Estado” (ALTHUSSER, 1996, p.118).

Althusser (1996) refere-se à escola como o Aparato Ideológico de Estado que exerce papel central na reprodução da ideologia dominante, e, portanto, na legitimação do Estado (como outrora a Igreja o fazia para a nobreza feudal). Considerando que a ciência moderna seja forte referência do discurso reproduzido nas escolas, em muitos casos, ela legitima a ação do Estado e, conseqüentemente, a ideologia dominante. Do mesmo modo, o discurso hegemônico da ciência moderna⁴¹ legitima nas escolas a criação e implantação de parques nacionais para o lazer urbano, para a confecção de pesquisas científicas e a salvação de espécies ameaçadas de extinção. A ameaça a essas espécies aciona o afetivo humano – animais e plantas consideradas indefesas e que devem ser protegidos pelo homem e dele mesmo, como testemunhos da vida selvagem e do selvagem homem. Amplia-se, assim, na modernidade, a possibilidade de interpelação dos sujeitos pelas ideologias que sustentam a proteção, neste caso integral, da natureza.

Em uma sociedade de classes, a ideologia da classe dominante realiza-se através da luta entre as classes (visão material) para manter os mecanismos de reprodução de um

⁴¹No âmbito da ciência moderna, existem críticas, não necessariamente rupturas, em relação às UCs. Haeckel, com sua noção de ecologia, bombardeia essa linha de pensamento em várias passagens de seu trabalho. Afirma que o método de preservação, por meio de áreas naturais protegidas (oriundas do pensamento preservacionista), “*é inadequado e injustamente seletivo, pois privilegia áreas naturais que são apelativas do ponto de vista estético, segundo valores ocidentais, como as florestas, grandes rios, canyons, discriminando áreas naturais menos “nobres”, como pântanos, brejos, etc, ainda que estas possam ser essenciais para o funcionamento dos ecossistemas*” (DIEGUES, 1996, p.35). Nesse sentido, Ekersley (1992) considera as unidades de conservação como “ilhas” e entende que colocar de lado trechos de áreas selvagens, ignorando as pressões que, paulatinamente, apresentarão impactos negativos sobre as áreas naturais remanescentes, representa, de um ponto de vista ecológico, uma atitude derrotista (MAZZETTO SILVA, 2006).

determinado modo de produção – o capitalismo (ALTHUSSER, 1996) - expressos na produção do espaço, a qual, por sua vez, é arbitrada pelos aparatos do Estado. No contexto de relevância da pauta ambiental, buscar-se-á definir quais serão as áreas naturais destinadas à exploração capitalista e aquelas destinadas à preservação ambiental; afinal, essa dicotomia marca a modernidade ocidental. Essa se torna a ideologia/verdade dominante, que interpela pelos discursos e impõe normas/sanções através das leis. A dicotomia e o papel das UCs na modernidade evoca tal perspectiva:

As unidades [de conservação] seriam pequenos exemplares, seriam peças de museu do que a foi Terra um dia. Então, eu vejo as unidades como pequenos exemplares de representatividade dos ecossistemas. Tipo: “vamos preservar isso daqui e destruir todo o resto”. Isso é, se daqui a alguns anos [eles] não decidirem destruir as unidades também, porque o homem é ganancioso (Analista Ambiental “B” do ICMBio, entrevista realizada em fevereiro de 2010).

A acomodação dessas duas perspectivas, exploração/proteção, não está livre de tensões. Os conflitos de interesses e o simbólico desvelam-se, como afirma Alier (2007, p.23), pois “basta que o sagrado (‘culto à vida silvestre’) intervenha na sociedade de mercado para o conflito tornar-se inevitável”. Também se pode dizer o contrário: que o mercado intervenha no sagrado, posto que o antecede. Aos agentes do Estado, cabe “harmonizar”, pelo menos aparentemente, os interesses e visões correlatas, já que, oficialmente, ele é o responsável pelo ordenamento territorial. A fala transcrita acima sugere uma hierarquia hegemônica dada pelas forças de consumo dos recursos naturais, consumo esse que coloca a permanência das UCs sob risco inevitável - sentido de *inevitabilidade*, como sugere THERBORN (1991). Ela aponta descrédito em relação às instituições modernas, neste caso o Estado nacional, e mesmo descrença política, ainda que a temática ambiental, hodiernamente, venha ganhando considerável capacidade de interpelação e pressão.

Segundo Harvey (2005), deve-se considerar o relativismo causado pelas revoluções nos transportes e nas comunicações junto à dinâmica irregular da luta de classes e da alocação de recursos, já que as configurações territoriais também irão se alterar. Os *fluxos* de mercadoria, capital, trabalho e informação sempre tornam porosas as *fronteiras territoriais* e demandam redução no tempo de giro do capital, para que ele retorne o mais rapidamente possível à produção. Mesmo assim, o Estado continua sendo uma das muitas instituições que influenciam a dinâmica de acumulação do capital e da luta de classes, com destaque para as

instituições financeiras. O autor salienta a problemática relação entre o local/particular e a universalidade de valores conseguida pelo mercado mundial.

Por outro lado, Martinez Alier (2007) ressalta que a corrente ambientalista do “culto ao silvestre” (ou preservacionismo) torna-se indiferente ao crescimento econômico quando tem suas áreas garantidas; ou a ele se opõe, muito preocupada com o crescimento populacional e a preservação das espécies. Tal corrente, no entanto, não enfrenta diretamente o mundo capitalista; ela propõe manter o que “resta da natureza original” fora da influência do mercado, talvez por sentir-se parte de tal modo de produção social ou *resignada* (THERBORN, 1991) perante esse poder. Entretanto, há uma complementaridade entre ambas as visões sociais de mundo, frutos da dicotomia sociedade/natureza, imbuída de valores ou de significações que as aproxima. Em outros termos, essas ideologias se interpenetram. A complementaridade está na dualidade exploração/preservação, o que pode facilitar acordos entre ambas as partes. Do contrário, irão competir por territórios em suas dimensões imaterial e material.

Para Gonçalves (2008), a legitimação da exploração da natureza justifica também a exploração do homem pelo homem, o que remete ao argumento utilizado por muitos ambientalistas e por agentes do próprio Estado de que alguns homens devem “pagar pelo interesse maior”, ou coletivo, de proteção da natureza. Portanto, alguns homens devem ceder seus *lugares de vida* aos parques nacionais, a exemplo da deslocalização compulsória de uns grupos para a localização de outros (ZHOURI e OLIVEIRA, 2010). Isso nos remete a uma questão: quem define a existência das UCs de proteção integral, como, onde e para quem?

Os cientistas, quando justificam que certa porção do espaço ou bioma merece ser protegida da ação humana, e, portanto, controlada pelo Estado nacional - cujas forças repressoras podem garantir essa proteção, se necessário -, podem estar legitimando a dicotomia sociedade/natureza. Seus argumentos são referências para escolas, técnicos governamentais e para a sociedade civil em geral. Para Foladori e Taks (2004), há de se compreender a ciência moderna como processo social histórico e não como uma entidade dada. A ciência dificilmente admite ou percebe a re-produção de aprendizagens e experiências *não-científicas* como provedoras de interpretações, significações e mitos, porque aceitá-lo destoaria da ideia de que existe somente uma verdade – a do *conhecimento científico* - e que o ser humano se motiva apenas pelo que conhece. Da mesma forma, é preciso ater-se à trajetória e constituição dos sujeitos que defendem tal visão de mundo a partir de distintos lugares sociais, como são exemplos os técnicos de organizações ambientais governamentais e não-governamentais.

Martínez Alier (2007) afirma que durante décadas a concepção de mundo silvestre foi um princípio fundamental – de fato, uma paixão – de ambientalistas, em particular nos Estados Unidos (berço do “culto à vida silvestre”, sob influências filosóficas que cruzaram o oceano na colonização). Mas ressalta que o silvestre é pouco natural, pois os parques nacionais estadunidenses foram criados após o deslocamento ou a eliminação dos povos nativos que viviam naquele território. O próprio Parque Yellowstone não resultou de uma concepção isenta de controvérsias. O apreço pela natureza, naquele país, expandiu-se de modo proporcional à destruição das paisagens nativas causada pelo crescimento econômico, o que reafirma o aprofundamento da dicotomia sociedade/natureza – exploração/preservação – na modernidade, pautando também a colonização da América. Ressalta-se que nos países outrora colonizados, encontram-se as maiores reservas de recursos naturais do planeta, o que nos remete a avaliar sentidos atribuídos à natureza e padrão de produção e consumo derivados da apropriação e uso de seus recursos pelos nativos, ordem local, e pelos estrangeiros, ordem global.

Segundo Diegues (1996), a materialização histórica do “culto ao silvestre” através da criação de parques dá-se principalmente em ex-colônias européias tropicais, em áreas rurais frequentemente ocupadas por indígenas e comunidades tradicionais camponesas. Tais grupos são portadores de outros mitos e signos relativos à natureza, que sustentam outras visões sociais de mundo e outras formas de com ela se relacionar, não se reconhecendo na dicotomia sociedade/natureza. Essas relações originaram conflitos ligados a disputas territoriais entre defensores da proteção integral e comunidades locais, tendo a segunda metade do século XX sido marcada por intensos debates acerca de tal política ambiental. As ideologias, nesse caso, aludem a territorialidades, que se chocam e disputam um mesmo território.

No Encontro Nacional dos Povos do Cerrado, ocorrido em Brasília/DF, em setembro de 2009, aconteceu um debate que ilustra bem esse choque entre as diferentes visões sociais de mundo oriundas de cientistas e comunidades tradicionais. Uma pesquisadora, com base em um diagnóstico sobre as condições atuais do cerrado, frisou a importância de se “conservar seus recursos naturais”. Para ela, seria essencial aumentar o número de unidades de conservação de proteção integral, para se preservar “o que ainda resta de recursos naturais” no bioma. Após algum tempo de debate, uma liderança indígena assim se manifestou:

Nós somos a natureza. Nós somos a floresta, os bichos, a água. Cuidamos dela e ela cuida de nós. Vivemos e morremos com ela. Somos um só. Não entendemos como alguém pensa que isso [proteger a natureza do homem] seja possível. Por isso não queremos essas unidades nem como vizinha das nossas terras (Indígena, declaração proferida durante o Encontro Nacional dos Povos do Cerrado realizado pela Rede Cerrado, setembro de 2009).

A essa fala, seguiram-se outras de representantes das comunidades tradicionais camponesas corroborando o que foi dito. O silêncio que se seguiu refletiu o incômodo dos cientistas. Os representantes dos povos e de comunidades tradicionais ali presentes não conseguiam conceber que uma determinada área pudesse ser mantida intocada, e que isso pudesse configurar uma estratégia política interessante e passível de debate. Alguns desses representantes chegaram a afirmar que a proteção integral da natureza constitui uma ameaça a seus territórios, que se tornam alvo de interesse de ambientalistas por conterem remanescentes de biodiversidade. O notável da fala acima reproduzida é o sentido de natureza acionado pelo indígena - como extensão de seu próprio corpo. Talvez por isso lhe seja inconcebível o sentido de intocabilidade da natureza, ou seja, de intocabilidade de seu próprio corpo.

Naquele momento, ficou nítida uma diferença profunda entre as leituras de mundo - arraigadas em *valores, ideias, princípios éticos e filosóficos* -, delineando-se um abismo que parecia impossibilitar o diálogo, quiçá a compreensão entre as visões sociais de mundo ali explicitadas. Tal dificuldade pode gerar uma inter-incompreensão, em função da ausência de horizonte comum de significação (BAKTHIN, 1977) do que seja *natureza*, e fazer emergir conflitos pela disputa de um mesmo território, simbólico e material. Não descartamos que essas comunidades tenham as suas próprias lutas, nutram mitos em relação à natureza, tenham o cristianismo como referência religiosa após séculos de colonização, ou, ainda, vivam disputas entre si, e mesmo se percebam como parte da *comunidade nacional*. Entretanto, elas não se veem externas à natureza, e, portanto, que esta deva permanecer intacta, como denota a fala de uma coletora de flores da região de Diamantina (MG):

Deus deixou as flores pro povo ter renda. Muita gente já cuidou da família com renda das flores. Eles [órgãos ambientais governamentais] não deixam mais panhá flor. E o castigo deles é que nem eles, nem nós, vamos ter as flores. Porque elas não dão sem a mão do homem (Coletora de flores sempre-vivas, jovem⁴², declaração proferida durante pesquisa de campo realizada em julho de 2009).

⁴² Jovem, aqui, refere-se a sujeitos entre 18 e 30 anos.

A coletora declara-se cristã e vive hoje em uma comunidade rural recentemente reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo, processo no qual ela se envolveu diretamente. Ou seja, essa moradora já teve de recorrer ao Estado para lutar pela manutenção do território de sua comunidade, e vê-se, ainda, que em seu discurso ela aciona Deus. Essa situação explicita que as interações ideológicas se interpenetram, inclusive entre diferentes etnias, com uma marca de colonização que não pode ser negligenciada. Porém, o sentido dado à natureza não é de ruptura; aproxima-se de uma dádiva ofertada por Deus para que possam viver.

Ambas as visões, a de “culto ao silvestre” e a das comunidades locais, podem fazer uso do discurso sagrado, apelar para valores culturais antigos e repudiar a proeminência do valor econômico, aproximando-os e possibilitando alianças contra a exploração capitalista da natureza (MARTÍNEZ ALIER, 2007). Em ambas as visões, expressa-se uma dimensão afetiva em relação aos animais, plantas e à própria Terra, o que as aproxima, podendo inclusive gerar uma interação ideológica. Todavia, outras significações atravessam suas visões, bem como o lugar social de onde experimentam o mundo, fomentando desencontros e disputas territoriais quando da implantação de UCs de proteção integral sobrepostas a territórios sociais. Esse contexto, no mínimo, dificulta a formação de alianças e expõe a assimetria de poder historicamente constituída na disputa pelo controle e uso de determinada porção do espaço.

Na segunda metade do século XX, o aprofundamento da estima pela vida silvestre, segundo Martinez Alier (2007), tem sido interpretado por alguns autores nos termos do pós-materialismo, ou seja, a mudança cultural para os novos valores de maior apreço pela “natureza” ocorre à medida que a urgência das necessidades materiais diminui por já terem sido satisfeitas. Para esses pensadores, o *meio ambiente* passa a ser visto como luxo e não como uma necessidade cotidiana, e é por isso que esse aumento no apreço pelo silvestre teria ocorrido primeiro em parte da população dos Estados Unidos e em países ricos.

Entretanto, para Martinez Alier (2007), o termo pós-materialismo é completamente equivocado, pois, naquele período, o *ambientalismo* cresceu exatamente em função das inquietações materiais oriundas, por exemplo, da contaminação química e dos riscos e incertezas da energia nuclear. Dessa forma, uma perspectiva materialista e conflitiva do ambientalismo engloba o apoio ao preservacionismo, e, em certa medida, também ao conservacionismo aqui em debate. O lugar social de onde falam os sujeitos pró-proteção integral da natureza e aqueles contrários a essa proteção é tratado por Martinez Alier (1998):

Para alguns, o ecologismo seria unicamente um novo movimento social monotemático, próprio de sociedades prósperas, típico de uma época pós-materialista. Eu rechaço totalmente esta interpretação. Em primeiro lugar, não me parece que o ecologismo (com outros nomes) seja novo. Em segundo lugar, as sociedades prósperas, longe de serem pós-materialistas, consomem quantidades enormes, e inclusive crescentes, de materiais e energia e, portanto, produzem quantidades crescentes de resíduos. Deste modo, a tese de que o ecologismo tem raízes sociais que surgem da prosperidade poderia ser proposta não nos termos de uma correlação entre riqueza e interesse ‘pós-materialista’ pela qualidade de vida, mas, mais precisamente, nos termos de uma correlação riqueza, produção de resíduos e esgotamento de recursos. O movimento anti-nuclear só poderia nascer ali onde o enorme consumo de energia e a militarização levaram à construção de centrais nucleares; o movimento pela coleta do lixo só poderia nascer ali onde as lixeiras estavam cheias de plásticos e papel [...]. E, desde logo, seria absurdo negar esse *ecologismo da abundância*. Porém, também existe um *ecologismo da sobrevivência*, um ecologismo dos pobres que poucos haviam percebido até que o assassinato de Chico Mendes, em dezembro de 1988, o fez entrar pela via televisiva nos mornos lares dos países do Atlântico Norte. Esse ecologismo popular da sobrevivência, naturalmente tem um caráter muito mais orgânico do que o ecologismo das classes médias urbanas que, [...] não dependem mais da apropriação direta dos recursos naturais, mas têm seu acesso aos bens assegurado pela economia de troca, onde a posse da moeda (riqueza abstrata) permite o consumo de produtos que vêm, em geral, de fora da cidade (MARTÍNEZ ALIER, 1998, p.32, grifos nossos).

Nessa perspectiva, as UCs consolidam-se como uma necessidade da modernidade em meio ao alto consumo de recursos. Ao mesmo tempo, o distanciamento dos processos de transformação direta da matéria para sobrevivência pode propiciar a definição de áreas a serem protegidas sem se ter em conta os efeitos dessa prática para a vida de quem lá vive e depende diretamente da transformação da natureza para a sua sobrevivência cotidiana. Nesses termos, como ressalta Martinez Alier (2007), os compromissos morais com a natureza caracterizam a variante do “culto ao silvestre”, ao passo que a necessidade material da natureza para a sobrevivência caracteriza o “ecologismo dos pobres”.

O apoio dos moradores urbanos à criação de parques também diz respeito ao sentido que essa palavra ocasiona. *Parque* aciona, no imaginário coletivo, o lúdico, o lazer, a diversão, constituindo inclusive argumento para o definir, em detrimento de outras categorias de UCs, dado o seu apelo turístico. A fala a seguir reflete essa colocação:

Na verdade, parque é muito mais interessante que outras categorias [de UC], porque além da conservação e pesquisa científica, permite o turismo, o lazer. E quando você fala de parque, especialmente nacional, o *status* é maior e atrai muito mais turistas. Estrangeiros, então, nem se fala. Já as outras categorias não fazem esse efeito (Turismólogo, empresário do turismo em Diamantina/MG, entrevista realizada em agosto de 2009).

Posição bem diferente da externada por uma moradora da comunidade rural da região de Diamantina/MG, para quem a coleta de flores é uma importante fonte de renda para sua família:

Pra quê que eles [órgãos ambientais] fazem parque? Eu não entendo essa coisa. Por acaso é prá soltar bichos lá dentro, tipo cobra ou onça que eles acharem por aí? Porque prá gente que depende dessa área prá viver, é que não é. E preservado já estava porque nós preservamos. Eles não fizeram nada, já acharam essa região com a natureza cuidada por nós. Mas eles acham que a gente não sabe nada e falam que destruímos a natureza (Coletora de flores sempre-vivas, declaração proferida durante trabalho de campo realizado em julho de 2009).

Com o parque, determinadas porções do espaço, apropriadas e utilizadas a partir de códigos próprios pelas comunidades locais que historicamente ali habitam, não serão necessariamente reconhecidas pelas leis formais do Estado. As novas normas são externas, descontextualizadas no tempo e no espaço. Limites territoriais rígidos, fixos, passam a vigorar, ou seja, o não-uso espacial pelas comunidades locais. Muitas vezes, essas comunidades procuram resistir, permanecendo em seus territórios materiais e imateriais (HAESBAERT, 2006). Constróem seus contra-argumentos a partir dos saberes cunhados em suas vivências e valores (DIEGUES, 2001; BARRETO FILHO, 2004). Elas resistem, organizam-se, articulam-se, lutam contra a expropriação e a exclusão; lutam pela perspectiva de re-apropriação social da natureza (LEFF, 1998). A luta é também pelo direito e pela conquista de um outro espaço discursivo, onde caibam outras visões sociais de mundo, outros sistemas cognitivos que desafiam a hegemonia da colonização global e o totalitarismo epistêmico da ciência moderna (MAZZETTO SILVA, 2005).

Se, por um lado, o Estado nacional - através de aparatos diversos, com discursos apoiados por outras instituições - interpela os sujeitos na formação de sua subjetividade e de sua submissão a uma dada ordem social, por outro, essa formação não se restringe aos seus aparatos (THERBORN, 1991). O Estado é o verdadeiro *pivô* da luta ideológica de classes (PÊCHEUX, 1996) e, portanto, há outras ideologias que não só a dominante ou geral. As ideologias estão presentes em todas as sociedades humanas; já o Estado e as classes, não (THERBORN, 1991). A disputa engendrada entre as comunidades locais e os preservacionistas/conservacionistas pode pressionar o Estado a demarcar parques e a reconhecer territórios tradicionais sobre um mesmo recorte espacial. Quando isso ocorre, dá-se a superposição de territorialidades (COELHO *et al*, 2009) e mecanismos são acionados

para que os moradores sejam retirados de seus *lugares* de vida, para que a moderna política ambiental seja materializada.

A *modernidade*, referência nesse processo, merece atenção para o entendimento acerca das alianças e embates ideológicos. O “moderno” refere-se a um tempo, associado à Idade Moderna, “um tempo expandido e também história, que não podem ser demarcados cronologicamente sem restrições. O moderno sobrepõe-se a outros tempos e histórias” (HISSA, 2002, p.62). Desde a Grécia Antiga, elementos de uma modernidade passada serviram de referência para a construção de modernidades contemporâneas: modernidades de ultrapassagem de milênio, modernidades do século XXI. Para Hissa (2002), o capitalismo é também realização da modernidade, e o socialismo real, concordando com Milton Santos, foi um subsistema do primeiro, portanto, também filho da modernidade. Ele afirma que a modernidade se guia pelos ideais do progresso: “a experiência do progresso é a vivência da modernidade” (HISSA, 2002, p.91) e localiza essa modernidade:

[...] como o tempo das luzes: origens ou marcos pós-medievais; tempo das explorações intercontinentais, da ampliação do conhecimento dos territórios, dos povos e das descobertas; tempo da gênese da ciência moderna e dos Estados modernos; tempo da divisão de tarefas, da ampliação da produtividade e da produção; tempo histórico da expectativa de progresso estendido a todos. Na ciência é o tempo da razão, da ordem, da disciplina, do método, da objetividade, da imparcialidade, do rigor, do trabalho científico especializado (HISSA, 2002, p.62).

Segundo Mignolo (2003), a modernidade não é apenas um estilo de vida iniciado na Europa a partir do século XVII, como afirmou Giddens (1991). Ele contextualiza a *modernidade* como uma ideologia fortemente ancorada em uma epistême que vai da teologia à ciência, passando pela filosofia secular, e que se autodefine como ponto de chegada da humanidade – o que se tornou *mito*. A modernidade foi colocada como referência de *padrão social de desenvolvimento global* e foi ao mesmo tempo *colonialidade* enquanto negação epistêmica planetária e dominação. Daí a dupla face *modernidade/colonialidade* – densa e silenciada, especialmente no que se refere ao *poder* e ao *saber*. Ela é alimentada de referências *eurocentradas*, com narrativas apoiadas na *raça, gênero, religião e capitalismo*.

Boaventura de Souza Santos (1999) afirma que o Ocidente, através da relação de poder constituída no processo de “descobertas” de outras terras, instituiu os seus *outros*: o Oriente, o selvagem e a natureza. O ser humano moderno deixou então de fazer parte da natureza, para tratá-la como *outro*, que, no Ocidente, é sempre inferior. Já o Oriente, como uma espécie de infância do progresso civilizacional, é um rival, uma outra civilização, uma

alteridade propriamente dita. Para o Ocidente, o Oriente é sempre uma ameaça, enquanto o Sul significa apenas recursos. O “selvagem” é a diferença incapaz de se constituir em alteridade, pois não chega a ser plenamente humano; pertence à pré-história. A diferença é a medida de sua inferioridade. E, como “descobertas” ocidentais, os lugares por excelência do selvagem são a América e a África.

A *globalização*, por sua vez, refere-se a um padrão de poder *eurocentrado* (racionalidade específica), hoje hegemônico, que detém sua face de colonialidade do poder. A globalização é, acima de tudo, a culminação de um processo iniciado com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno. Categoria mental da modernidade, a *raça* cumpriu e cumpre, na narrativa colonial, função constitutiva das relações de dominação. A raça sempre foi articulada a todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e produtos, ao redor do capital e do mercado mundial. Os papéis sociais e raciais, no desenvolvimento de novas configurações histórico-estruturais com vistas a esse padrão de poder em torno do capitalismo global, incorporou todas as regiões e povos ao sistema-mundo (QUIJANO, 2005).

A Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de subjetividade, cultura e, especialmente, de produção de conhecimento, sobretudo subjugados a partir da ciência moderna. A Europa expropriou materialmente os povos colonizados, e atribuiu-lhes *identidades* geoculturais consideradas inferiores, portanto, excluídas socialmente. A produção de conhecimentos, sentidos, universos simbólicos, padrões de expressão e de objetivação da subjetividade foi altamente reprimida. A educação, notadamente a religiosa (judaico-cristã), implicou, a longo prazo, em uma colonialização das perspectivas cognitivas a partir do *evolucionismo linear* e do *dualismo dicotômico* – que separa, fragmenta e controla (QUIJANO, 2005). Exemplo disso é a dicotomia sociedade/natureza, que separa e afasta a sociedade moderna urbano-industrial-capitalista da natureza a ser intocada, controlada, degradada e mercantilizada, com o Estado nacional desempenhando papel fundamental nesse processo. Além dessa dicotomia, podemos citar ainda o tradicional/moderno, o primitivo/civilizado, entre outras.

A *modernidade*, constante nos discursos, aparece como algo a ser buscado pelos países chamados de “pobres” ou “atrasados” em relação aos países chamados de “ricos” e “modernos”. É uma meta a se alcançar, sob protocolos que definem normas e desejos próprios de seu tempo, podendo se materializar também em sanções econômicas e em outros tipos de pressão ou repressão. As agências internacionais, lideradas pelos países “ricos/modernos” delineiam, por exemplo, as políticas ambientais a serem adotadas pelos países “pobres”. O

atendimento dessas políticas condiciona frequentemente o acesso desses países ao crédito internacional. Além disso, papéis historicamente instituídos, na divisão internacional do trabalho, são reforçados. Outrora, a metrópole definia as áreas naturais a serem resguardadas em suas colônias, para futura exploração por parte dos empreendimentos da Coroa. Atualmente, por exemplo, é atribuída às reservas florestais tropicais localizadas em países “pobres” a função de diminuição da emissão de gases tóxicos emitido por indústrias dos países “ricos”.

A *modernidade* enquanto discurso pode ser entendida como uma ideologia ***posicional-histórica*** (THERBORN, 1991), frente às posições sociais historicamente ocupadas pelos membros de uma estrutura social, que, nela, afirmam seus lugares em termos de diferenças e classes. Já as diferenças raciais e de gênero, que ainda se busca naturalizar em muitos casos, aproximam-se do que Therborn (1991) considera como ideologia ***posicional-existencial***, que diz, qualifica e submete alguém a ocupar uma posição no mundo ao qual pertence, por meio das distinções eu/outro. Essa ideologia diz a alguém quem ele é, o que é bom e o que é possível para ele - sujeito - realizar.

As ideologias do tipo *posicional* são dualistas - ego/alter - e denotam relações de poder e dominação, nas quais a alter-ideologia do sujeito dominante busca moldar o *outro* segundo a imagem que dele se tenha. De outro lado, a alter-ideologia dos dominados orienta-se pela resistência ao *Outro*. Essa é a assimetria da dominação (THERBORN, 1991). Nesse sentido, a ideologia da modernidade pode acionar processos subjetivos variados, com representações distintas em um dado contexto histórico. Atualmente, tal concepção de mundo é hegemônica, sendo legitimada por meio de diversos discursos e práticas sociais, em diferentes partes do planeta.

As reflexões feitas até aqui levam-nos a entender as UCs como fruto da dicotômica relação sociedade/natureza, que se aprofundou na racionalidade *moderna*, em que pese o poder da ciência detentora das “verdades neutras”. A proteção integral da natureza, como os parques territorializados em diferentes países do ocidente *colonizado*, é tida como real necessidade da modernidade. Ao mesmo tempo, rapidamente, aumenta-se o consumo de recursos naturais pela sociedade urbano-industrial-capitalista globalizada. Visões sociais de mundo, materializadas em práticas sociais, elucidam tais processos, que, atravessados por contradições e disputas, são plenos de representações coletivas e de formas sociais de apropriação e uso da natureza – do meio.

2.1.3 - O desenvolvimento sustentável e as UCs

A partir da segunda metade do século XX, discussões acerca da temática ambiental fortaleceram-se no cenário internacional, face aos acidentes ambientais com impactos em escalas até então desconhecidas - como Minamata no Japão e Bopal na Índia (HOGAN, 1989). Essa fase inaugurou discussões sobre os riscos ao planeta e à sobrevivência da humanidade, pautadas pelo discurso da *ecologia*. Gonçalves (2008) destaca que, a partir da década de 1960, emergiram movimentos que não criticam exclusivamente o modo de produção, mas, fundamentalmente, o modo de vida. Muitos deles questionam a forma de apropriação e uso dos recursos naturais, e, mesmo, sentem-se prejudicados e preocupados com as consequências nas condições de vida no planeta decorrentes do progresso acelerado.

Os discursos ambientais elaboraram desde o anúncio de catástrofes, a partir do qual o mundo deveria radicalmente rever seu caminho e preservar a natureza, até a busca de soluções para os problemas ambientais através do uso de tecnologias (em consonância com o crescimento econômico), em sua vertente *desenvolvimentista*. Foram feitos ainda questionamentos acerca da desigualdade social envolvida na temática ambiental e foram revelados descompassos entre *desenvolvimento econômico* e *meio ambiente*, o que propiciou a realização de conferências e a elaboração de estudos e relatórios. Destacam-se o *Relatório sobre os Limites do Crescimento*, do Clube de Roma, em 1972, e o *Relatório de Brundtland*, em 1987⁴³, que faz referência ao “Nosso Futuro em Comum” e busca harmonizar as polaridades, cunhando o conceito de *desenvolvimento sustentável* (HOGAN, 1989), termo que se tornou um dos marcos mais significativos da contemporaneidade, presente nos discursos de diversos atores sociais e entidades.

Essa fase também foi marcada pelo aumento considerável do número de ONGs ambientalistas, muitas delas internacionais com braços nacionais (como a World Wildlife Foundation - WWF e a Greenpeace)⁴⁴; de órgãos governamentais para o meio ambiente; da

⁴³ Relatório produzido por uma comissão criada pela ONU. A conferência contou com a presença de 114 nações e foi a primeira grande tentativa de trazer os países em desenvolvimento para o centro da discussão internacional sobre as questões ambientais. O maior legado da Conferência de Estocolmo foi a inserção definitiva das questões ambientais na agenda mundial e o reconhecimento de que os problemas ambientais transcendiam fronteiras, incidindo em questões de ordem política, econômica, social e cultural. Nela, iniciou-se a reflexão sobre um novo estilo de desenvolvimento – o ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável (MUNGAI, 2008).

⁴⁴ A World Wildlife Foundation (WWF), criada em 1960, foi concebida inicialmente para arrecadar fundos para a IUCN. Posteriormente passou a ter atuação própria em várias localidades do mundo (MEDEIROS, 2003). A organização Greenpeace tem origem norte-americana e foi fundada em 1971 (GREENPEACE, 2010). Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil>, acesso em maio de 2010).

cooperação técnica e científica entre países *desenvolvidos* e *em desenvolvimento*, com apoio financeiro dos primeiros; de tratados e convenções. A Convenção da Biodiversidade, assinada⁴⁵ por mais de 160 países durante a Rio-92, não teve adesão dos Estados Unidos. Essa convenção é monitorada por parte da *comunidade internacional*, pois “está sendo conduzida sob responsabilidade técnica (...) de um grupo ligado ao Banco Mundial, de concepção política claramente neoliberal” (CASTRO JÚNIOR *et al.*, 2009, p.35).

No que diz respeito às entidades internacionais, Gonçalves (2006) salienta que o Banco Mundial (BM) tem por meta a ampliação do espaço das empresas transnacionais na política ambiental internacional, o que significa aumento na concentração de riquezas e na degradação ambiental. O Banco Mundial é hoje a principal agência internacional, junto ao BID, que incentiva a discussão sobre conservação ambiental, refletindo o interesse dos grupos hegemônicos acerca dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, o BM estipula condicionantes *ambientais* para a aprovação de projetos relativas à exigência do uso de *tecnologias limpas*, a serem desenvolvidas por técnicos e cientistas, como possível solução para o crescimento econômico e a conservação ambiental. Exemplo desse tipo de condicionante é a fixação de metas para a diminuição da emissão de gás carbônico na atmosfera, pauta de organizações globais e nacionais, Estados nacionais, empresas e ONGs, na busca pelo *desenvolvimento sustentável*. A temática ambiental ganhou cada vez mais espaço no cenário global, inaugurando a fase de cooperação, conflitos internacionais e acordos multilaterais, “tendo em vista uma agenda ambiental planetária” (CASTRO JÚNIOR *et al.*, 2009, p.34).

A ciência, em especial a ecologia e a genética, passou a ter papel central nas decisões. A ideia de ecossistemas, sucessão natural, equilíbrio natural e *clímax* alcançado sem interferência humana, muito criticada atualmente por alguns ecólogos, contribuiu enormemente para a elaboração dos discursos de preservação da natureza intocada, argumento em defesa da regeneração depois de tanta destruição (MEDEIROS, 2003) - ou “o tocado deve se tornar “intocável”. O potencial genético da *biodiversidade* fortaleceu a ideia de preservação como reserva daquilo a ser descoberto (e explorado pelo capital), notadamente pela

⁴⁵ Maior encontro intergovernamental inteiramente voltado para a discussão ambiental já realizado, contou com 180 países e 105 chefes de Estado. A conferência foi motivada pela repercussão mundial do Relatório Brundtland, publicado em 1987. Ao final da Eco-92, acordos e protocolos foram firmados, tais como: a Convenção sobre Mudanças Climáticas; a Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB; a Agenda 21 e a Declaração sobre as Florestas. A Convenção sobre Diversidade Biológica foi assinada por 156 países e objetiva a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos. A Conferência do Rio evoluiu na definição do conceito de *desenvolvimento sustentável* ao dar nova ênfase à dimensão da equidade, às noções de proteção ambiental e desenvolvimento econômico e à necessidade de as nações desenvolvidas investirem recursos e tecnologias nos países em desenvolvimento para que estes possam alcançar formas de desenvolvimento compatíveis com o princípio da sustentabilidade (MUNGAI, 2008).

biotecnologia, constituindo uma nova fronteira econômica (BECKER, 2001). Tais argumentos ganharam adeptos e institucionalidade, apoiados pela ciência moderna. As empresas, especialmente farmacêuticas, voltaram seu olhar para a biodiversidade, implicando novos interesses.

Assim, especialmente nos países tidos como em desenvolvimento, temas como *preservação da natureza, recursos hídricos, biodiversidade, compensação ambiental, sequestro e mercado de carbono, serviços ambientais, energias limpas e mudanças climáticas* têm frequentado os discursos ambientais, no que se configurou como o *campo ambiental*. Pensamos aqui o campo ambiental como campo de poder - espaço de jogo, arena conflitiva - de uma luta concorrencial de competências que articulam discursos, por meio dos quais capacidades sociais (financeira, cultural, política, técnica) disputam o poder de decisão (BOURDIEU, 1983) sobre o controle do território, a exemplo das UCs.

Ações voltadas aos princípios da sustentabilidade criaram os chamados *selos verdes*, que representam a *modernização ecológica*⁴⁶ de Estados nacionais e de empresas, que, ao recebê-lo, têm suas ações valorizadas no mercado internacional. Os selos verdes vão ao encontro do que Martinez Alier (2007) definiu como o “evangelho da ecoeficiência”, voltado para o uso eficiente dos recursos naturais como forma de se conservá-los, resultando na valoração financeira dos serviços e produtos ambientais. Nesse cenário, outros temas surgem e a ideia de uma crise ambiental global ganha notável importância. Todas as soluções para essa crise são regidas, prioritariamente, pelos países tidos como desenvolvidos e instituições correlatas, como a ONU, e também por ONGs ambientalistas⁴⁷.

Segundo Zhouri (2001), os movimentos ambientalistas têm-se constituído numa das forças políticas mais significativas nas sociedades ocidentais, as quais, em muitos casos, se organizaram como ONGs. Para essa autora (2002), o universo dessas organizações é

⁴⁶ Conceito que se mantém na lógica econômica, atribuindo ao mercado a capacidade institucional de resolver a degradação ambiental, “economizando” o meio ambiente e abrindo espaços para novas tecnologias ditas limpas. “Celebra-se o mercado, consagra-se o consenso político e promove-se o progresso técnico” (ACSELRAD, 2004, 20-21). O discurso da superação da crise ambiental utiliza instituições da modernidade, sem abandonar o padrão de modernização ou alterar o modo de produção capitalista em geral.

⁴⁷ Dez anos após a Eco-92, ocorreu a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a RIO+10, a fim de avaliar o progresso da questão ambiental naquele período. Seus resultados foram a Declaração de Joanesburgo para o Desenvolvimento Sustentável e o Plano de Implementação. Entre os temas debatidos, estavam o acesso à energia limpa e renovável, o efeito estufa, a conservação da biodiversidade, a proteção e uso das fontes de água, o acesso à água potável e o saneamento. Findo o encontro, foram estabelecidas metas como a de reduzir pela metade a população sem acesso à água potável e ao saneamento básico, até o ano de 2015. A principal crítica ao evento, feita por organizações ambientalistas, foi a de que não houve nenhum avanço em relação aos documentos assinados na RIO-92. Em 2007, a conferência internacional Rio+15 focou o combate ao aquecimento global e a necessidade de redução das emissões de gases para o combate ao efeito estufa (MUNGAI, 2008). Em 2010, a Conferência das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas, na Dinamarca, expôs o atropelo dos países “desenvolvidos” na tentativa de se livrarem da emissão de gás carbônico na atmosfera.

constituído por uma variedade de posições e perspectivas, que vão além das classificações mais utilizadas. Ela ressalta ainda a influência que a trajetória de vida e a história cultural e social dos ambientalistas exercem sobre seus discursos, práticas e filiações às diferentes correntes. Ao analisar a atuação dos ativistas britânicos, aponta três tendências: *árvores* (abriga aqueles que enfatizam preocupações com a biodiversidade); *gente* (engloba os que focalizam os temas da justiça social e desenvolvimento); e *árvores & gente* (abriga a síntese das duas tendências anteriores). As palavras *árvores* e *gente* são utilizadas metaforicamente, agrupando temas marcantes nos discursos: de um lado, preocupações com a preservação, conservação, proteção e uso sustentáveis do meio ambiente; do outro, temas como justiça social, desenvolvimento e direitos humanos, o que implica em ampliação do complexo campo ambiental, com diferentes alianças delineadas pela interação entre essas visões de mundo, em contextos variados.

A segunda metade do século XX⁴⁸ também foi marcada pelo fortalecimento da política das UCs e sua conseqüente ampliação em todo o mundo, especialmente por meio dos parques nacionais, localizados, em sua maioria, nos países em desenvolvimento. O argumento para a criação dessas UCs apoiou-se na premissa da responsabilidade geracional - a proteção de áreas para as gerações futuras - e no argumento da conservação da biodiversidade - a ser ainda desvendada pela ciência moderna -, como também na oportunidade do turismo e da educação ambiental (MUNGAI, 2008). Esses mesmos argumentos permanecem no século XXI.

O conceito de desenvolvimento sustentável atrelado ao de áreas naturais protegidas pode ser exemplificado pela delimitação das Reservas da Biosfera através do programa MaB/UNESCO⁴⁹, cujo objetivo é “conservar recursos genéticos, espécies, ecossistemas e paisagens; estimular desenvolvimento sustentável, social e econômico; e apoiar projetos demonstrativos, de pesquisa e educação, na área de meio ambiente”. Além da biodiversidade, a água tornou-se um dos temas de maior mobilização para a criação de tais reservas, e, mais recentemente, também as mudanças climáticas passaram a influenciar essa política.

A política de áreas naturais protegidas tornou-se pauta constante nas conferências nacionais e internacionais, que definem *áreas prioritárias de preservação* a partir de critérios

⁴⁸ Nos anos de 1970, a rede de áreas protegidas registrou expansão de mais de 80% em todo o mundo, sendo que 2/3 deste total correspondiam às áreas estabelecidas em países em desenvolvimento - que passaram a enxergar as áreas protegidas como potenciais geradoras de divisas, principalmente através da atividade turística e como ferramenta política conveniente para o controle dos recursos (MUNGAI, 2008).

⁴⁹ As reservas são zonas delimitadas, propostas pelos Estados nacionais membros da UNESCO, regidas pelas legislações nacionais dos países. Com mais de 30 anos de existência, o MaB conta atualmente com 411 Reservas da Biosfera em 95 países (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURE ORGANIZATION, 2010. Disponível em: <http://portal.unesco.org>, acesso em maio de 2010).

científicos e de programas financiados por agências como o Banco Mundial. Esses programas prevêm o *zoneamento* apropriado da UC, políticas e planos de ação definidos e sistema de *gestão participativa* que reúna segmentos do governo e da sociedade civil para a promoção do desenvolvimento sustentável (CASTRO JÚNIOR *et al.*, 2009). No Congresso Internacional de Unidades de Conservação, realizado em 1992 (Caracas/Venezuela), os Estados nacionais presentes firmaram o compromisso de garantir, até 2010, a proteção de pelo menos 10% de seu território nacional, com equilíbrio na representatividade de seus biomas, a fim de também garantir a proteção de 10% de toda a área terrestre do globo. Os países signatários, como o Brasil, incrementaram a criação de UCs para atingir essa meta (MEDEIROS, 2003).

Em resposta à ampliação de tal prática, surgiram inúmeros conflitos, especialmente entre ambientalistas defensores da proteção integral da natureza, preservacionistas/conservacionistas, e comunidades locais que habitavam as áreas dos países em desenvolvimento então definidas como UCs. Becker (2009) afirma que não por acaso esses povos encontram-se residindo nos maiores remanescentes de biodiversidade, que é garantida não apenas pelo acesso muitas vezes difícil a esses locais, mas porque esses grupos têm uma concepção (racional e afetiva) diferenciada de relação com a natureza, aliada a saberes complexos que envolvem a apropriação e o uso dos recursos, somados a uma menor pressão de consumo. Tal estado de conservação atrai o interesse de ambientalistas e também o de empresas voltadas à biotecnologia.

Os crescentes conflitos ambientais, sobretudo os relativos a direitos humanos e territoriais, começaram a atrair os olhares externos e o apoio da sociedade civil organizada às comunidades locais. Uma das correntes, amplamente conhecida, que se envolveu com a questão, foi a *socioambientalista*, composta por organizações que apoiam a luta das comunidades locais pelo direito à permanência em seus territórios, bem como a manutenção das condições e modos de vida tradicionais. Segundo Martinez Alier (2007), essa corrente foi influenciada pela luta em prol dos direitos civis, e é composta por organizações apoiadoras do *ambientalismo dos pobres*, ou popular e do sustento. A corrente agrupa organizações que lutam por justiça social e ambiental, a fim de manter o acesso daqueles grupos aos ecossistemas, dos quais dependem para sobreviver no presente, e não só no futuro. Essas organizações denunciam a desigualdade na apropriação/uso/controle dos recursos naturais, num processo histórico de exploração e assimetria de poder, criando redes de luta, que questionam o cerceamento e a exclusão social provocadas pela instalação de UCs de proteção integral sobre territórios sociais.

Foi assim que, em encontros promovidos pela IUCN sobre parques e áreas naturais protegidas, realizados ainda na década de 1970, “comunidades humanas com características culturais específicas” passaram a fazer parte dos ecossistemas denominados “zonas antropológicas”. Afirmou-se que a criação de parques, e de outras modalidades de unidades de conservação, somente teria sentido se atrelada a uma mudança nos padrões de consumo dos países industrializados e à promoção de melhorias na qualidade de vida nos países em desenvolvimento (MUNGAI, 2008). Nos anos 1980, reafirmaram-se, nesses encontros, os direitos das *comunidades tradicionais* e recomendou-se que o manejo e gestão das UCs fosse feito em conjunto com as comunidades que tradicionalmente vivem nas áreas. Ficou estabelecido que a viabilidade, a longo prazo, de áreas protegidas, dependeria de sua capacidade de integração ecológica, social e econômica com a área do entorno e comunidades locais residentes. Todavia, não foi reconhecida, de forma explícita, a existência de comunidades locais no interior das áreas definidas como parques nacionais nos países em desenvolvimento, e nem os conflitos históricos gerados pela expulsão dessas comunidades (DIEGUES, 2001).

Nesse contexto - de afirmações e conflitos/ interpelação e resistências - surgiram nos anos de 1990, os primeiros sistemas de áreas naturais protegidas, posteriormente desdobrados, sob forte influência do preservacionismo estadunidense e tendo por base aquele proposto pela IUCN⁵⁰, em Sistemas de Unidades de Conservação. As UCs, como uma categoria da modernidade, receberam incentivo e apoio da ONU e de ONGs ambientalistas internacionais, com destaque para a IUCN, WWF e Nature Conservancy (MARTÍNEZ ALIER, 2007). Mungai (2008) aponta que debates posteriores a esses sistemas concluíram que, entre os principais desafios a serem enfrentados pelas UCs no século XXI, merecem destaque a mudança de enfoque, porque sua configuração passou de ilhas para *redes*; a relevância de se *incorporar* as comunidades locais no manejo das áreas; e a necessidade de se elevar os padrões de gestão e capacitação dos responsáveis pela gestão das áreas protegidas. A maior

⁵⁰ As diretrizes iniciais da IUCN indicavam a organização do sistema de referência em seis categorias, cuja definição estaria baseada nos objetivos de manejo: a) investigação científica; b) proteção de zonas silvestres; c) preservação de espécies e da diversidade genética; d) manutenção dos serviços ambientais; e) proteção de características naturais e culturais; f) turismo e recreação; g) educação; h) utilização sustentável dos recursos derivados dos ecossistemas naturais; i) manutenção de atributos culturais e tradicionais. Sendo as categorias: Ia Reserva Natural Estrita e Ib Wilderness Area (área silvestre com fins científicos e proteção da vida selvagem); II Parque Nacional (conservação de ecossistemas e recreação); III Monumento Natural (conservação de características naturais específicas); IV Área de Gerenciamento de Espécie (conservação de habitats e/ou para satisfazer a necessidades de determinadas espécies); V Paisagem Terrestre ou Marinha Protegida (conservação de paisagens terrestres e marinhas com fins recreativos); VI Área Protegida para o Manejo de Recursos (uso sustentável dos ecossistemas naturais) (MEDEIROS, 2003).

preocupação foi estabelecer diretrizes para o desenvolvimento da *gestão participativa* nas áreas protegidas, além de tentar encontrar formas de efetivar os direitos das comunidades locais.

Um aspecto a ser ressaltado é que as UCs, sobretudo as de proteção integral, receberam nova perspectiva no âmbito do desenvolvimento sustentável. Elas passaram a ser compreendidas como provedoras de *serviços ambientais* para a sociedade (produção de água, sequestro de gás carbônico emitido pelas indústrias, manutenção da biodiversidade, etc.), e tornaram-se úteis às *compensações ambientais* de empresas que nelas investiram/investem a fim de obter *selos verdes* ou para pagar passivos ambientais originados de degradação provocada em outras áreas. Assim, aportes financeiros relativos à compensação ambiental passaram a ser destinados ao financiamento da estruturação física das UCs ou aos custos da elaboração de seus planos de manejo, em tese participativos, conforme apontou Mungai (2008). Dessa forma, as UCs foram incorporadas às estratégias de *modernização ecológica* não enquanto “tecnologia limpa”, mas como “solução técnica” para a questão ambiental na modernidade, através do deslocamento geográfico de danos/pressões/conflitos. Essa perspectiva aproximou os objetivos de ambientalistas e empresas.

De forma geral, chama a atenção nessa fase a crescente valorização da temática ambiental, sua legitimação e mercantilização, para a qual exerceu papel preponderante o Relatório de Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O relatório, espécie de documento/discurso considerado referência em diferentes partes do mundo, anunciou catástrofes relatadas/previstas por ambientalistas e cientistas, interpelando sujeitos (sociedade civil, organizada ou não, cientistas, governos e empresas) de forma *inclusivo-existencial* (THERBORN, 1991), porque remete a questões de vida e morte, à possibilidade de continuidade ou não da existência. Ao mesmo tempo, o relatório refere-se a um discurso moral em relação à natureza, que, em última análise, representa o sagrado, ou mesmo Deus, para muitas culturas. Sob essa perspectiva, as catástrofes naturais podem ser interpretadas como resposta divina às ações humanas. Degradar a natureza corresponderia, assim, a cometer um pecado, segundo a filosofia cristã, por exemplo. A representação da natureza, por distintas culturas, como mãe, provedora, evoca afetividade, convocando os sujeitos a protegê-la.

O discurso produzido pela ciência ecológica, especialmente nas últimas décadas, gerou o termo *ecologistas*, em lugar de *ambientalistas*, como referência àqueles que defendem seus princípios (GONÇALVES, 2008). Faz parte da compreensão ecológica a influência dos aspectos ambientais físicos para as espécies, a existência da sucessão natural de espécies nos

ecossistemas, os ciclos naturais, fluxos energéticos e as interconexões e interdependências que tendem à estabilidade, sendo a natureza, ao mesmo tempo, frágil e vítima da destruição humana (ODUM, 1988). Para os ecologistas, o ser humano é visto como parte dessa teia da vida em que tudo está interconectado e tem uma função ou razão de ser. O homem é, portanto, corresponsável pela manutenção do equilíbrio, já que a própria dinâmica da natureza é alterada por sua ação. Em consequência desse entendimento, grupos de ecologistas anunciam uma *crise ecológica* resultante da ação descontrolada sobre o meio ambiente, que decorre tanto da industrialização a qualquer preço quanto de um crescimento demográfico contínuo. Portanto, conservar a biodiversidade e ter uma relação harmoniosa com a natureza são premissas consideradas essenciais à possibilidade de se ter um desenvolvimento durável (DAJOZ, 2000) ou sustentável.

Ainda que existam, na própria ecologia, correntes de pensamento que consideram outros elementos, não se pode minimizar o efeito dessa concepção, amplamente divulgada pelos meios midiáticos e apropriada por diferentes sujeitos. Essa situação reforça a interpelação *inclusivo-existencial* de pertencimento ao mundo, neste caso natural, assim como a ideia de fragilidade da natureza, segundo a qual todos estão vulneráveis e são por ela responsáveis. De certa forma, a ecologia reincorpora o ser humano à natureza através da interdependência: ele como parte dela. Por outro lado, nesse período, a dicotomia sociedade/natureza foi fortalecida, através de práticas como o aumento de UCs no mundo, o aumento do consumo e o desenvolvimento de produtos/serviços ambientais.

Emergem de diferentes lugares sociais discursos ecológicos com práticas contraditórias, assim como o embate de significados acerca da sustentabilidade. Comumente, ambientalistas, chefes de Estados, educadores, representantes de empresas privadas, técnicos governamentais e não-governamentais, entre outros, propagam uma responsabilidade indistinta pela *crise ambiental* e por sua reversão. Não é um discurso uníssono, mas hegemônico, que chega aos diferentes lugares, sendo visto por muitos como inegável e *inevitável*, como sugere a fala a seguir:

O meio ambiente hoje é importante. Ninguém vai falar contra isso, contra preservar a natureza. Todo mundo sabe que o planeta tá sofrendo por causa do homem e que é preciso cuidar da natureza porque a gente depende dela prá viver. Sempre tem gente importante falando disso no rádio e na televisão. Mas a gente ter que sair do nosso lugar. . . [pausa longa] (Coletor de flores sempre-vivas, morador do PARNA Sempre-vivas, entrevista realizada em maio de 2010).

Ao se colocar “todas” como responsáveis pela “crise ambiental e por sua reversão”, com base num “futuro em comum”, cria-se no imaginário coletivo a ideia de que todos participam de uma *comunidade global*. Universalizam-se responsabilidades, sem diferenciar as forças e formas de consumo da natureza. A questão ambiental passa a ser descolada da relação sociedade/natureza mediada pelas técnicas e toma-se a causa pelo efeito sem se questionar necessariamente a produção da crise e as desigualdades e contradições que dela fazem parte. Despolitiza-se a questão ambiental, e o papel dos Estados-nacionais, apoiados na/pela ciência da ecologia, é fundamental nesse processo de despolitização. A ecologia científica tende a racionalizar o território independentemente das paixões e interesses envolvidos, o que acaba por legitimar as políticas governamentais adotadas (ACSELRAD, 2004), ainda que tenha também seus momentos de diferença com o Estado em função de suas próprias demandas, como é o caso da reserva de porções do território nacional para a preservação e realização de pesquisas.

Em resposta ao ambientalismo, os desenvolvimentistas buscaram, e ainda buscam, interpelar os sujeitos em relação às inquestionáveis necessidades existenciais da materialidade,⁵¹ como o consumo e a manutenção de empregos. Eles afirmam que parar o “sistema” seria algo *impossível*, porque geraria problemas econômicos e sociais ainda piores, o que cria uma sensação de desafio, insegurança e *resignação* (THERBORN, 1991). O discurso desenvolvimentista afirma a necessidade de se *adaptar* aos novos tempos e à questão ambiental.

Nesse contexto, a noção de *sustentabilidade* demonstra ser o horizonte comum, e, ao remeter às possibilidades de continuidade da existência, provoca aproximações, sobre as quais se forja o desenvolvimento sustentável como possível solução para a crise instaurada. Gera-se um *consenso*, que, no dizer de Mazzetto Silva (2006), refere-se a um consenso cego. Não se pode parar o sistema, mas é possível criar soluções técnicas a partir do conhecimento científico. Essa “luz” inaugurou uma corrente de pensamento no próprio ambientalismo, a do “evangelho da ecoeficiência” (MARTÍNEZ ALIER, 2007), que conta com empresários, governantes, cientistas e ambientalistas voltados às modernas soluções técnicas que devem orientar normas de conduta em resposta à crise. As ideologias, nesse momento, interpenetram-se e/ou mesmo se fundem. Um “ambientalismo multissetorial” é apresentado como a

⁵¹ Segundo Marx, a mercadoria - tão cara à sociedade produtora e consumidora de mercadorias - é antes de mais nada um objeto que por suas propriedades satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza e origem delas, provenham do estômago ou da fantasia (O Capital, 2010 [1876]).

possibilidade de união frente ao objetivo único de se evitar a crise ecológica do planeta (ZHOURI e LACHEFSKI, 2010).

A passagem da *ecologia política* ao *ambientalismo de resultados* é assim referenciada por Zhouri *et al.* (2005):

O pensamento da ecologia política expressava um avanço em relação às análises então vigentes que enfocavam as contradições do modo de produção capitalista. O que se denunciava era uma alienação mais radical do que a simples exploração da mais-valia, qual seja, a alienação entre a sociedade industrial e a natureza, o sujeito e o mundo (ZHOURI *et al.*, 2005, p.13). [...] O discurso global em favor do desenvolvimento sustentável inscreveu, de fato, sociedade e desenvolvimento, numa concepção evolucionista e totalizadora de ‘crescimento econômico’. A natureza – considerada como realidade externa à sociedade e às relações sociais – foi convertida em uma simples variável a ser manejada, administrada e gerida, de modo a não impedir o desenvolvimento (ZHOURI *et al.*, 2005, p.15).

Acselrad (2004, p.23) acrescenta que a *adequação ambiental* constitui um verdadeiro paradigma, inserido na visão desenvolvimentista que, “ao apostar na modernização ecológica, motiva ações políticas que atribuem ao mercado a capacidade institucional de resolver a degradação ambiental”, no que é acompanhado por Zhouri *et al.* (2005, p.17), que o consideram um paradigma reformador. As soluções técnicas, segundo Lachefski e Zhouri (2010), envolvem o trabalho de cientistas e os lucros de empresas, e podem até amenizar e resolver conflitos, mas não incidem sobre a apropriação, uso e controle de recursos naturais territorializados que ocorrem em condições desiguais de poder (político, econômico, social e cultural) e racionalidades distintas de mundo. Tais conflitos colocam em questão o próprio conceito de desenvolvimento e expressam lutas por autonomia de grupos que resistem ao modelo de sociedade urbano-industrial-capitalista e às instituições reguladoras do Estado moderno.

Nessa perspectiva, mais do que uma disputa entre alternativas técnicas que procurem se mostrar mais econômicas quanto aos níveis de uso e perturbação de ecossistemas, a noção de *sustentabilidade* também pode trazer para a agenda pública, sentidos extraeconômicos, que acionam categorias como justiça, democratização e diversidade cultural (ACSELRAD, 2004). Esses sentidos sugerem, portanto, embates entre significações atribuídas e projetos políticos diferenciados, na disputa pela legitimação social de manutenção ou apropriação territorial, em um contexto de desigualdade sociopolítica.

Mazzetto Silva (2006, p.25) alerta sobre a convocação da sociedade civil (incluindo as ONGs ambientalistas) para participar (tornando-se *parceira*) da *gestão ambiental*. O

“empoderamento” e o “capital social” ordenam o discurso das agências de financiamento e de cooperação internacional como o Banco Mundial. O processo, dito participativo e negociado, propicia o estabelecimento de consensos entre a sociedade civil, Estados nacionais e empresas, materializando a chamada *governança*. Muitas dessas ONGs participam cada vez mais do jogo da negociação, e, por vezes, abandonam o questionamento acerca do *desenvolvimento* e/ou deixam de discutir alternativas ao modelo moderno hegemônico, em busca do *desenvolvimento sustentável*. Tal situação é, muitas vezes, condição para a sobrevivência de determinadas organizações, que se tornam especialistas na elaboração de projetos aprovados por tais instituições estrangeiras.

A iniciativa privada e o Estado financiam organizações da sociedade civil (OLIVEIRA, 2007), ou mesmo apoiam associações comunitárias, promovendo a chamada “responsabilidade socioambiental” e abrindo o diálogo com antigos adversários. O tripé economia-ecologia-equidade social, conciliando interesses, molda o modelo clássico de desenvolvimento, que passa a contar com ações de prevenção, mitigação e compensação para os danos ambientais, obtendo reconhecimento social, embora siga desterritorializando comunidades locais - o que comprova os limites dessa formulação (ZHOURI e LACHEFSKI, 2010).

Uma questão que se coloca é o porquê das adjetivações de palavras que já possuem uma construção histórica, como ocorre com *desenvolvimento*. Essa adjetivação seria uma tentativa de maior aproximação com o objeto ou estar-se-ia apenas desviando o foco de atenção/análise? Ela significa que determinada categoria ou conceito não consegue mais significar o que se deseja, e, por isso, a tentativa de se ampliar/ocultar sua significação? Ela confere outro sentido - ético, moral e político - ao desenvolvimento, ou o esvazia? Dialoga com vozes historicamente silenciadas abrindo a possibilidade de disputa ou de re-significações?

A força interpelativa do *desenvolvimento*, recentemente *sustentável*, pode ser compreendida se percebermos sua ancoragem na *modernidade*. Assim como esta, o desenvolvimento realiza uma interpelação de forma ***inclusivo-existencial*** (THERBORN, 1991), já que aciona os sujeitos para o pertencimento ao mundo “desenvolvido”, contrapondo-os ao mundo “atrasado”. Trata-se de uma das narrativas mais mitificadas de todos os tempos, que interpela Estados e sujeitos atrasados, ou “em desenvolvimento”, a se tornarem “desenvolvidos”, engendrando uma relação de alteridade desenvolvido/subdesenvolvido, não por acaso, entre antigas metrópoles e colônias, numa interpelação de forma ***posicional-histórica***.

Sachs (2000) chama atenção para o desenvolvimento enquanto construção concebida pelos/para os países “ricos” e colocada como meta para os demais, de forma a diferenciar os ricos dos pobres subjugados. Marco de referência no século XX, a noção de desenvolvimento passou a caracterizar as políticas do Norte para o Sul, dos desenvolvidos para os subdesenvolvidos, por meio da definição de quais eram os respectivos lugares sociais e papéis na organização internacional do trabalho e na distribuição de riquezas. É de se ressaltar a força do mercado, do Estado e da ciência moderna na efetivação desse processo e o quanto, em nome do desenvolvimento, valeria qualquer “sacrifício” ou intervenção externa. Os Estados nacionais em desenvolvimento cumprem papel importante no jogo ambiental global, uma vez que precisam organizar normas internas, seja pela interpelação da comunidade nacional, seja pelos mecanismos rigorosos da *ecocracia* (SACHS, 2000).

Segundo Esteva (2000), desenvolvimento e subdesenvolvimento são uma invenção do pensamento moderno; estrutura mental colonialista, de evolucionismo linear, com vistas à ocidentalização e ao controle do mundo. Essas noções dizem respeito a uma determinada percepção e trazem uma conotação de crescimento econômico, urbano-industrial e de progresso. Atualmente, normatiza-se questões ambientais, desenvolve-se “tecnologias limpas” para resolver problemas ambientais, transfere-se riscos de acidentes industriais para países “pobres”, mas não se distribui riquezas nem se considera os lugares e seus contextos. As adjetivações de *desenvolvimento* como *integrado*, *participativo*, *local*, entre outras, sem romper com a submissão e a dominação, reproduz-se pela *modernidade*, através de planos transnacionais, produção industrial, consumo, renda, e, conseqüentemente, desigualdade social. É assim que o desenvolvimento sustentável, “verde e democrático”, tenta dar nova vida ao próprio conceito de desenvolvimento, reproduzindo, portanto, a produção capitalista do espaço.

Nessa perspectiva, os países subdesenvolvidos são obrigados a assumir boa parte das “responsabilidades ambientais” - já que são os maiores guardiões dos recursos naturais -, seja para prover serviços ambientais à comunidade global, seja para atender às demandas do mercado ambiental por novos produtos, manter reservas de capital para explorações futuras por parte das empresas, possibilitar compensações ambientais, ou apenas para manter pedaços do “paraíso perdido”. Com isso, a dualidade modernidade/colonialidade - degradação/proteção da natureza - é mantida, adequando-a a modernização ecológica, o que passa longe das discussões sobre justiça e transformação social ou sobre a revisão do moderno padrão de produção, consumo e distribuição de riquezas (MARTINE, 1993).

Pode haver, inclusive, certa dependência dessa aparentemente contraditória relação, na medida em que os recursos financeiros provenientes da compensação ambiental pelos danos causados em uma determinada área passam a ser necessários para que se implante um parque, por exemplo. É o que nos mostra a fala a seguir, em relação ao PARNA das Sempre-vivas:

Hoje, o dinheiro da compensação [ambiental] é fundamental pra gente. Foi com esse recurso que conseguimos obter rádio de comunicação a longa distância, por exemplo. E agora acabamos de receber um recurso proveniente de compensação que vai nos possibilitar comprar barco e outros equipamentos de trabalho. Se não fosse isso, ia ficar muito difícil. Porque os repasses provenientes do Estado são muito restritos (Analista Ambiental “A” do ICMBio, entrevista realizada em outubro de 2010).

De certa forma, para que ocorra a proteção da natureza, na concepção dicotômica sociedade/natureza, é necessário haver sua exploração a partir da produção capitalista do espaço, voraz consumidora de recursos naturais na manutenção do elevado padrão moderno de consumo e para a obtenção de lucros. As UCs de proteção integral da natureza acabam se tornando um mecanismo de “anistia” para a degradação causada em outro local, assumindo-se como sua face oposta complementar e tornando-se partícipe da produção capitalista do espaço. Nesse contexto, qual é a possibilidade de tal estratégia se opor, ou romper com a degradação ambiental que resulta do modo de produção capitalista? E, sendo necessário desterritorializar comunidades locais para se implantar parques, por exemplo, quem está assumindo o ônus da defesa da “vida silvestre intocada” quando aliada ao grande capital?

Outra aliança recorrente é a que ocorre entre grupos que defendem a proteção da natureza e empresas voltadas à comercialização da biodiversidade, como é o caso das indústrias farmacêutica e de cosméticos. No Brasil, a Fundação O Boticário⁵², por exemplo, tornou-se parceira do movimento ambientalista e apoia a realização de congressos sobre áreas naturais protegidas e de pesquisas científicas voltadas para a biodiversidade. Entretanto, a comercialização da biodiversidade constitui um risco enquanto instrumento para sua conservação, pois os horizontes temporais são diversos. No caso das empresas farmacêuticas, por exemplo, são curtos - 50 anos, no máximo -, ao passo que a co-evolução da biodiversidade é longa. E caso os lucros com as atividades que envolvem a conservação da natureza sejam considerados insuficientes, a pressão sobre a biodiversidade pode se tornar maior. Nos Estados Unidos, biólogos conservacionistas reclamam que a preservação da natureza perdeu seu fundamento e que os economistas utilitaristas cada vez mais controlam o

⁵² FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO, 2011. Disponível em: <http://www.fundacaoboticario.org.br>, acesso em janeiro de 2011.

movimento ambientalista. Lamentam a ocorrência de uma transformação recente no movimento ambiental: “a ideia de que o desenvolvimento sustentável precisa se ligar ao lugar da reverência ao silvestre” - a modernização ecológica (MARTÍNEZ ALIER, 2007) – o que pode revigorar questionamentos e fragilizar alianças. Lefebvre (2008, p.54) aponta que a natureza é, simultaneamente, “posta em pedaços, fragmentada e ocupada globalmente. É destruída como tal e remanejada segundo as exigências da sociedade neocapitalista”.

O aprofundamento dos conflitos em razão do aumento das UCs de proteção integral remetem, aqui, à proposição de que as ideologias também fazem parte do universo dos *submetidos* pela ideologia hegemônica, a qual, inclusive, os qualifica (THERBORN, 1991), possibilitando-lhes, por exemplo, ressignificarem o sentido dado à *ecologia* e à *sustentabilidade*, por meio da produção de contra-discursos e de estratégias de resistência.

As significações elaboradas pelos *sujeitos submetidos* também são capazes de sensibilizar e de proporcionar sentido de reconhecimento aos sujeitos, do ponto de vista existencial ou posicional, de diferentes lugares sociais (órgãos públicos, cientistas, técnicos de ONGs socioambientalistas, etc.), fortalecendo a luta contra a expropriação territorial decorrente da implantação desse tipo de UC. Tal capacidade pode expressar-se tanto pelas redes de luta, que conseguiram exercer pressão sobre a IUCN, promovendo o reconhecimento dos direitos dessas comunidades, ainda que se tenha decidido pelas metas de aumento das áreas de proteção integral em todo o mundo, quanto pela postura dúbia do Estado, que ora implanta parques, ora reconhece tais grupos, o que expressa a incidência dos conflitos ambientais sobre o campo institucional das “políticas ambientais”. Logo, a luta ocorre também na dimensão ideológica e política, além da econômica.

2.2 - O contexto nacional: as UCs no Brasil

2.2.1 - As UCs até meados do século XX

Os primeiros dispositivos de proteção de áreas ou recursos em terras brasileiras têm seu registro ainda no período colonial. Seu principal objetivo era garantir a exploração e controle sobre certos recursos, como a madeira ou a água, tal e qual já se praticava em algumas partes da Europa. Um exemplo dessa prática em terras brasileiras foi o Regimento do

Pau-Brasil, editado em 1605, que conferiu a reserva e o monopólio dessa matéria-prima à Coroa Portuguesa. Entretanto, a metrópole, e, mais tarde, o Império, tinham por foco a proteção de determinados recursos naturais, sem necessariamente preocupar-se com a demarcação de áreas ou territórios específicos (MEDEIROS, 2006).

Pereira (2005) considera que as primeiras UCs do Brasil correspondem aos Jardins Botânicos, criados no século XIX. Na primeira metade daquele século, já durante o Império, D. Pedro II voltou-se para a Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, com o objetivo de captar água para a cidade; porém, o processo de desmatamento, derivado da atividade cafeeira, havia comprometido seriamente os estoques hídricos da região. Para recuperá-los e resguardá-los, o Imperador ordenou a imediata desapropriação das terras seguida da decisão inédita e histórica de replantar toda a vegetação local (BARRETTO FILHO, 2004).

Inspiradas na experiência estadunidense de criação do Parque Nacional Yellowstone (1872), “o primeiro parque nacional da era moderna”, iniciaram-se no Brasil, ao final do século XIX, mobilizações para a criação de parques nacionais (MILLER, 1997, p.41). A primeira iniciativa concreta veio da elite intelectual brasileira, em 1876 (MEDEIROS, 2006), mas várias décadas se passaram até que um instrumento pudesse garantir a existência do primeiro parque nacional brasileiro – o PARNA Itatiaia, na divisa de Minas Gerais e Rio de Janeiro (Decreto 1.713, de 14/06/1937). Uma das bases para a criação dos parques que se seguiram foi a elaboração, em 1911, do *mapa sobre ecossistemas brasileiros* (RYLANDS e BRANDON, 2005).

As primeiras UCs de proteção integral foram instituídas no início do século XX, momento incipiente em relação à temática ambiental no país. Já na década de 1930, durante o Governo Getúlio Vargas, preponderava uma visão *nacionalista*, de caráter tecnocrático, e o país era preparado para entrar na *modernidade* (de agrário-atrasado para urbano-industrial). As mudanças estruturais e a necessidade de controle dos recursos naturais pelo Estado nacional resultaram na adoção de medidas de caráter jurídico: a Constituição de 1934 tornou responsabilidade da União e dos Estados “proteger belezas naturais e monumentos de valor histórico e artístico”⁵³ (COSTA JÚNIOR *et al.*, 2009). O Código Florestal de 1934⁵⁴

⁵³ É neste cenário que os principais dispositivos legais de proteção da natureza, que levaram à criação e consolidação das primeiras áreas protegidas, foram criados no Brasil: o Código Florestal (Decreto 23.793/1934), o Código de Águas (Decreto 24.643/1934), o Código de Caça e Pesca (Decreto 23.672/1934), o decreto de proteção aos animais (Decreto 24.645/1934) (MEDEIROS, 2006), e, posteriormente, o Código de Minas (Decreto 227/1967). Embora esses códigos pudessem envolver normas de proteção dos recursos naturais, o objetivo prioritário era o fomento e a normatização de sua exploração, e sua finalidade foi a de colocar os recursos sob o controle racional e sob o planejamento das agências federais (MUNGAI, 2008).

introduziu as categorias parques nacionais, estaduais e municipais; florestas nacionais susceptíveis à exploração econômica; florestas protegidas; e zonas de preservação em propriedades privadas (PEREIRA, 2005). Tais iniciativas ainda eram tímidas, mas suficientes para a criação dos primeiros parques localizados no domínio do bioma Mata Atlântica em áreas de alta densidade demográfica.

Vale ressaltar que as representações no imaginário europeu, do século XVI ao século XIX, acerca da natureza tropical brasileira, variavam de “visão do paraíso à impossibilidade de surgir uma civilização nos climas quentes”, ao território “abundante como recurso para a construção da ideologia nacional”, ideias ainda presentes nos discursos atuais (CASTRO, 2006). A ideia de natureza selvagem dos trópicos, “paraíso e inferno”, que deveria ser dominada e explorada para que a vida europeia se desenvolvesse, influenciou as representações e relações sociais que se constituíram.

Moraes (2008) afirma que, nas ex-colônias, mais do que em qualquer outra parte, o Estado aparece, antes de tudo, como organizador do espaço, gestor do território. A prática estatal manifesta-se fortemente como política territorial, ou ações de produção do espaço. O fazer política trafega, em muito, pelas formas e modos de valorização dos lugares, sendo que, para as elites governamentais, o país é visto como um espaço que deve ser conquistado e explorado. Na formação brasileira, a expansão territorial, despovoadora na perspectiva dos índios e povoadora na do colonizador, marcou a história do Brasil. O padrão de exploração dos recursos – intensivo, no que tange ao espaço - domina genericamente a história nacional, conferindo-lhe um sentido expansionista “civilizador”.

A visão sobre a natureza, de pura riqueza a ser apropriada, em que o espaço e os recursos naturais são tidos como inesgotáveis, numa lógica espoliativa, domina a relação sociedade e meio no Brasil. Por essa lógica, o bom governo é aquele que propicia o fácil acesso aos lugares e a seus recursos. O Estado tem, portanto, o papel de viabilizar a conquista, ao mesmo tempo em que deve ser o *guardião dos fundos territoriais*, garantindo a integridade do território, valor supremo na geopolítica nacional. O projeto nacional é o de se construir a nação através da expansão territorial, o que justifica a atuação de um Estado forte e centralizador que comande esse processo no qual o povo é qualificado como instrumento de concretização da meta estabelecida. Não raro, a visão elitista defende a tutela popular em nome da integridade territorial (MORAES, 2008).

⁵⁴ Em 1934, foi realizada, na cidade do Rio de Janeiro, a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, com o objetivo de pressionar o governo a cumprir as medidas conservacionistas recém-aprovadas pelo Código Florestal e a criar o Sistema de Parques Nacionais (MUNGAI, 2008).

Pode-se dizer que a lógica colonial revive na condição periférica, por vezes reiterada na formação do país, que repõe a necessidade de contínua acumulação primitiva tendo por alvo as novas terras, além de adequar sua produção às inovações empreendidas no centro do sistema mundo. Essa lógica resulta na criação de agências e normas governamentais de ordenamento do espaço, como, por exemplo, os parques, a partir dos anos de 1930 (MORAES, 2008). O controle do uso e dos fundos territoriais pelo Estado, atende à demanda de membros da elite nacional influenciados pelo mito moderno da natureza intocada, que já se tornava uma política ambiental no cenário internacional, ou seja, uma demanda externa materializando-se na ex-colônia.

De reservas de recursos para a Coroa, seguida da resposta à degradação causada pelas monoculturas no Império, depois, parques de proteção à “natureza intocada” em áreas de alta concentração de moradores, em um país que devia adentrar a modernidade, as áreas naturais protegidas no Brasil foram vivendo sua gênese. Esse “novo mundo” era, e continua sendo, símbolo de abundância, aventura, “descobertas de espaços vazios” e de recursos/espécies; povoando a imaginação, por exemplo, de ambientalistas britânicos, cujas organizações atuam no Brasil há décadas (ZHOURI, 2002). O Brasil foi apontado por Darwin como “uma grande, selvagem, desordenada e exuberante estufa feita pela natureza para ela mesma” (LOVEJOY, 2005, p.5). Saliente-se que a conformação inicial de UCs no Brasil foi marcada pelo preservacionismo estadunidense, que aqui chegou pelas mãos da elite brasileira, numa expressão da *modernidade/colonialidade*.

2.2.2 - A ditadura e as UCs

O Brasil tornou-se signatário, em 1940, com ratificação em 1965, da Convenção Pan-americana para a proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas dos Países da América. Tal convenção reforçava o compromisso brasileiro com uma política internacional de proteção da natureza marcada pelo preservacionismo (MEDEIROS, 2003). Além disso, naquela época, a ONU, a UNESCO e a IUCN já estavam em funcionamento, impulsionando convenções e tratados internacionais acerca da temática ambiental global.

O período do regime militar brasileiro (1964–1984) foi marcado pelo *desenvolvimentismo* tecnocrata e pela *burocratização* do Estado nacional, em um contexto centralizador e autoritário. O progressivo aparelhamento do Estado, para planejamento e

gestão do território, iniciado nos anos 1950 pelo Governo Juscelino Kubitschek, foi reforçado no início do período militar (MORAES, 2008). Em 1965, com uma complementação em 1967, o Código Florestal⁵⁵ foi publicado, definindo normas para a proteção da vegetação e critérios para sua exploração. Houve também a criação de um novo órgão, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF),⁵⁶ com atribuições específicas para implementar, gerir e fiscalizar as áreas naturais protegidas, então em franca expansão pelo território nacional (MEDEIROS, 2006).

No início dos anos 1970, o Brasil contava com 14 parques nacionais⁵⁷ (a maioria criada pelos militares) e 12 florestas nacionais (RYLANDS e BRANDON, 2005). Naquela década, foram criados apenas parques nacionais (MUNGAI, 2008). Os parques brasileiros, muitos dos quais instalados em áreas de conflitos territoriais pré-existentes, visavam proteger áreas de interesse ambiental de impactos imediatos. Foram alocados, inicialmente, em locais de alta densidade demográfica e concentração de atividades econômicas (como no bioma Mata Atlântica), com o objetivo de conservar ecossistemas remanescentes, ou seja, onde se percebia a degradação, em virtude do consumo de tais recursos, como um problema. Mas não tardou e eles adentraram o país. Essas características refletiram-se nitidamente nos mecanismos de gestão, emergindo a prioridade ao combate de infrações legais provenientes de pressões sociais (COSTA JÚNIOR *et al.*, 2009).

Naquela mesma época, inaugurou-se uma nova fase no ambientalismo, cujos reflexos foram sentidos no cenário político brasileiro. As Conferências da Biosfera, em 1968, e de Estocolmo, em 1972, resultaram numa mobilização global para a implantação de uma agenda ambiental internacional. Na Conferência de Estocolmo, a delegação brasileira defendeu posições polêmicas, como a de que a poluição seria bem-vinda desde que trouxesse crescimento e desenvolvimento para o país (MEDEIROS, 2006). O país atraía investimentos

⁵⁵ Foi mantida a categoria parque nacional e uma categoria única para floresta nacional. Acrescentaram-se as categorias Reservas Biológicas e Parques de Caça Federais; além das Áreas de Preservação Permanente (APP) e da Reserva Legal (RL), as quais transferem compulsoriamente para os proprietários rurais a responsabilidade e o ônus da proteção. Foi criada também a obrigatoriedade de reposição florestal para atividades que envolvam o consumo de matéria-prima proveniente das florestas (MEDEIROS, 2006).

⁵⁶ No ano de 1958, o governo instalou a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), entidade que desempenhou importante papel na luta pela criação de UCs entre as décadas de 1960 e 1980. Seguiu-se a criação, em 1967, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), autarquia federal vinculada ao Ministério da Agricultura (ARAÚJO, 2007 *apud* MUNGAI, 2008).

⁵⁷ Em 1979, foi criado o Decreto 84.017, responsável por instituir o Regulamento dos Parques Nacionais, que, baseado nas proposições da IUCN, definiu os objetivos dos parques, bem como a exigência de planos de manejo e do zoneamento. Nos anos de 1979 e 1982, o IBDF e a FBCN propuseram o Plano do Sistema de Unidades de Conservação, que foi criado em duas etapas. Esse plano foi embasado no documento da Comissão de Parques e Áreas Protegidas da IUCN, que definia os objetivos, critérios e as categorias para distintas áreas protegidas. Posteriormente, ele foi reelaborado e se tornou o SNUC (RYLANDS e BRANDON, 2005). O IBDF instituiu uma diretoria de parques nacionais, responsável pelo Plano Nacional de Parques, mas sofria com a escassez de recursos financeiros e humanos (MUNGAI, 2008).

financeiros exatamente pelo baixo custo da mão-de-obra e pela ausência de fiscalização ambiental severa em relação à industrialização. Se, por um lado, havia uma postura de recusa da temática ambiental, por outro, UCs eram criadas no território nacional, demonstrando que a dualidade exploração/proteção da natureza “intocada” estava presente nas representações coletivas de parte da sociedade brasileira, além de terem sido reconhecidas como estratégia de controle territorial.

Houve pressões externas, em função das declarações polêmicas, e o governo militar as respondeu através da criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA),⁵⁸ vinculada ao Ministério do Interior. Inicialmente destituída de poder político (MUNGAI, 2008), a nova secretaria figurou apenas como resposta às pressões externas engendradas pela relação Norte-Sul, passando a dividir com o IBDF a responsabilidade pela gestão e fiscalização da política brasileira para as áreas naturais protegidas. O momento era decisivo para o país, pois coincidiu com o início da discussão e implantação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's) (RIBEIRO, 2001 *apud* MEDEIROS, 2006).

No cenário internacional, desde os anos 1970, diversas iniciativas para a criação ou reconhecimento internacional de áreas de “relevante interesse ecológico ou cultural” começaram a ser discutidas e implantadas. A lógica desse processo era a de estimular e fomentar a conservação de áreas representativas e singulares ao redor do mundo, e, ao mesmo tempo e em alguns casos, estabelecer áreas demonstrativas onde pesquisas científicas pudessem ser desenvolvidas. No Brasil, três instrumentos fundamentaram a efetiva criação ou o reconhecimento de áreas protegidas: o Programa "O Homem e a Biosfera - MaB", a Convenção sobre Zonas Úmidas e a Convenção do Patrimônio Mundial (MEDEIROS, 2006).

Por outro lado, o aparelhamento do Estado brasileiro para o planejamento e a gestão do território foi fragilizado a partir de meados dos anos 1970, em função da crise e recessão econômicas. Com isso, a capacidade de intervenção do Estado foi reduzida, o que resultou na pulverização das políticas públicas em programas setoriais, não-articulados entre si, ao longo

⁵⁸ Em 1981, a SEMA criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), cuja principal proposta era descentralizar as responsabilidades pela defesa ambiental entre os três níveis de governo, em uma época de práticas extremamente centralizadoras do regime militar (MUNGAI, 2008). Em relação às UCs, ela acabou estabelecendo um programa próprio para as áreas protegidas que ficariam a ela subordinadas: as Estações Ecológicas (ESEC) e as Áreas de Proteção Ambiental (APA) - tipologia inspirada no modelo de Parques Naturais Regionais europeus que visava estabelecer um modelo de proteção que resguardasse áreas com certo nível de ocupação - além das Reservas Ecológicas (RESEC) e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), em 1984. Mais tarde, em 1996, e já com a SEMA alçada ao status de Ministério, foram criadas as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). Nessa época, ocorreu também o reconhecimento das Terras Indígenas e de diversas áreas especialmente protegidas em função de acordos internacionais dos quais o Brasil se tornou signatário ou estava comprometido. Em 1979, foi criado o Decreto 84.017, responsável por instituir o Regulamento dos Parques Nacionais, que, baseado nas proposições da IUCN, definiu os objetivos dos parques, bem como a exigência de planos de manejo e do zoneamento.

dos anos 1980 (MORAES, 2008). O modelo desenvolvimentista passou a ser criticado, tanto por razões sociais quanto ambientais. O questionamento quanto à legitimidade dos governos militares também enfraqueceu suas posições perante a opinião pública e em relação aos problemas ambientais do país. Esse contexto desencadeou uma reforma do Estado nacional, quando então foi instituída a Lei Nacional do Meio Ambiente,⁵⁹ que definiu a Política Nacional do Meio Ambiente, considerada a principal estruturadora da ação de defesa ambiental no país. A lei visava à unificação dos princípios gerais para as ações de preservação, melhoria e recuperação da *qualidade ambiental*, buscando assegurar as condições para o *desenvolvimento socioeconômico*, a *segurança nacional* e a *proteção* da dignidade da vida humana (MUNGAI, 2008).

Ressalte-se que o aparato político, jurídico e institucional, efetivado durante o regime militar para o controle territorial, aliado a um desenvolvimentismo tecnocrata e à burocratização estatal, refletiu em uma política conservacionista, num contexto centralizador e autoritário. Boa parte das atuais UCs foram criadas nesse período, tendo sido alocadas predominantemente em áreas rurais, gerando relevantes conflitos entre as comunidades locais e o Estado nacional (COSTA JÚNIOR *et al.*, 2009), em processos derivados de uma *colonização interna*, que se baseou na integração nacional, na expansão da fronteira agrícola e na colonização da Amazônia. A presença de organizações internacionais e o fortalecimento da ciência moderna no país somaram-se ao aparato estatal, aumentando a capacidade de pressão com vistas à preservação ambiental. Havia uma plataforma ambiental hegemônica de revalorização da “natureza original” (MORAES, 2008), já defendida por certos grupos no Brasil.

Do ponto de vista dos discursos, é marcante, nesse período, a interpelação ideológica de forma *inclusivo-histórico* (THERBORN, 1991), que recrutava a *comunidade nacional* a se posicionar junto com o Estado nacional - símbolo de segurança e defesa. A abundância de recursos naturais e a dimensão do território nacional continuavam a compor o discurso oficial, reforçado pela ciência moderna, em um contexto de valorização internacional da biodiversidade. A partir desse tipo de ideologia é que se trabalha o *nacionalismo brasileiro*, em discursos do tipo: Brasil, país de um só povo, uma só língua, um só território com dimensões continentais e natureza exuberante.

O *desenvolvimento*, enquanto discurso marcante à época, alçava o Brasil como o “país do futuro”, que, um dia, alcançaria os países ricos - ideologia *posicional-histórica*

⁵⁹ A Lei 6.938/81 foi responsável pela posterior formação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e pela criação, em 1982, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

(THERBORN, 1991). Tal feito exigia industrializar-se, modernizar-se e, conseqüentemente, endividar-se, estabelecendo considerável dependência econômica em relação aos países do Norte, já industrializados. Vale ressaltar que preservar a natureza por meio das UCs também significava participar da *modernidade*.

Na ditadura militar, mais do que interpelação, a coerção e o uso do aparato repressivo do Estado brasileiro eram utilizados para imposição das decisões e, portanto, da ideologia hegemônica reprodutora de normas externas (especialmente das estadunidenses) e internas, na defesa dos interesses das elites brasileira e internacional. A burocracia e as leis eram utilizadas para a manutenção da ordem estabelecida. No que tange às UCs, por exemplo, a prática social era a de simplesmente desconsiderar as comunidades locais (comumente formadas por indígenas, quilombolas e camponeses), criando-se os parques sem dialogar com as pessoas que ali habitavam (até o ano 2000, a consulta pública não era obrigatória para a definição de UCs no país). A participação social foi, e em muitos casos ainda o é, considerada desnecessária pelos agentes do Estado nacional brasileiro, que se negavam a ouvir as diversas vozes, excluindo-as, com a produção de um discurso autoritário, o da verdade única (BARROS, 1994).

Portanto, um olhar colonizador/civilizador lançava-se sobre o espaço a ser apropriado e adequado ao sistema-mundo, e sobre o *outro*, desconsiderado enquanto existência e direitos. Esse *outro* era relegado à sua posição, historicamente instituída, escravizada e/ou imposta sob determinada divisão social do trabalho, interpelando-o de forma *posicional-existencial/histórica* que distingue eu/outro (THERBORN, 1991), integrando-o a um modelo mais amplo de geografia social de classes, status educativo, posição e poder político, além da noção de raça (QUIJANO, 2005). A *colonialidade* do *poder* e do *saber* perpassa o silenciamento do outro, ou sua tutela, a fim de facilitar sua expropriação. Deve-se considerar ainda, sobretudo àquela época, a trajetória dos sujeitos que compunham o Estado nacional brasileiro, comumente representantes das elites nacionais.

Nesse sentido, Appadurai (1990) resalta que o Estado-nação é uma instituição da modernidade que promove o colonialismo interno. O Estado-nação moderno, enquanto sociedade individualizada, pode ser sentido como identidade, mas se trata de uma estrutura de poder, sendo, portanto, produto do poder. O Estado implica em instituições modernas de cidadania e democracia, que pode chegar a servir como igualdade legal, civil e política para pessoas socialmente desiguais. Quijano (2005) afirma que o Brasil participou da trajetória eurocêntrica do impossível moderno Estado-nação, pois o país, de maioria indígena e negra, logo as negligenciou, identificando-as como raças inferiores, portanto, subordinadas à

dominação europeia. Configurou-se, então, o que o autor denomina de estados independentes e sociedades coloniais – paradoxo parcial ou superficial, ao se examinar os interesses dos grupos dominantes, completamente antagônicos aos interesses dos dominados. Essa situação fazia - e ainda faz - com que essa minoria branca dominadora direcionasse seus interesses aos de seus pares europeus, estabelecendo-se uma relação de dependência histórico-estrutural com os países ditos desenvolvidos.

O olhar colonizador interno, do centro para a periferia urbana, também aparta cidade/campo e interfere nas interpelações ideológicas e nas decisões relativas à temática ambiental. Ainda que haja um *continuum* entre cidade e campo (MÁRQUEZ, 2002), existem contradições nas relações que se estabelecem entre rural e urbano. Há assimetria de poder nas relações sociais diferenciadora dos papéis a serem desempenhados acerca da temática ambiental, por exemplo. O que se indaga é: por que cabe sobremaneira ao campo preservar a natureza para a geração de *serviços ambientais* (água, sequestro de carbono e ar puro)? Como superar esse processo de subordinação/subalternização e de reforço à mercantilização da natureza?

Em relação às UCs de proteção integral, é recorrente que recaia sobre os “pobres”⁶⁰ do campo arcar com o ônus da alocação dos parques nacionais sobre seus territórios. Essas UCs trazem significações e interesses diversos, redesenham a configuração territorial e valem-se de interpelações e até de normas coercitivas e punitivas, quando necessário, para sua territorialização. É recorrente, no Brasil, que os territórios sociais de comunidades tradicionais camponesas possuam as maiores concentrações de biodiversidade e de água, assim como é recorrente estarem em regiões de maior declividade, reflexo da própria colonização, quando as elites agrárias davam preferência aos terrenos planos, mais aptos à agricultura moderna/industrial. Ressalte-se ainda que, ao se escolher tais áreas para a implantação de Ucs, desviava-se do confronto com o poder das oligarquias rurais.

⁶⁰ “Na visão ocidental, as sociedades de autossustentabilidade são vistas como ‘pobres’, porque não se ajustam aos critérios de bem-estar, através do consumo da economia de mercado. Entretanto, é a transformação das economias de subsistência, para integrá-las ao mercado, o que converte essas comunidades em sociedades pobres, não só em termos relativos (como marginais do sistema), mas também em termos absolutos, ao destruir seus meios naturais de produção de subsistência” (LEFF, 1998, p.110).

2.2.2.1 - Visões sociais de mundo dissonantes

Para se compreender o universo camponês, torna-se necessário considerar sua constituição, valores e práticas sociais. Nessa perspectiva, Wanderley (1996) afirma que as etnias que conformam as raízes históricas do campesinato brasileiro incluem, sobremaneira, as indígenas nativas, africanas e migrantes europeus⁶¹. Os(as) camponeses(as) têm como base de sua reprodução sociocultural o acesso à terra e combinam a relação propriedade-trabalho-família, que assume, no tempo e no espaço, grande diversidade de formas sociais relativas à economia, sociabilidades e formas de sua inserção no cenário global. Ocupando lugar subalterno na sociedade brasileira, os camponeses lutam ao longo da história para conseguir espaço produtivo, constituição de patrimônio familiar e seu estabelecimento como espaço de vida e trabalho da família. O trabalho familiar, que incide na reprodução da família para as gerações subsequentes, em que saberes são transmitidos e valorizados, tem por objetivo a subsistência imediata e a satisfação das necessidades do grupo doméstico.

Mendras (1978) e Woortmann (1990) colocam a necessidade de se transcender à apreciação das lógicas produtivas da unidade camponesa, inserindo categorias culturais – em termos subjetivos e em seus planos particulares de análise –, enquanto elemento comum aos diferentes espaços e tempos, em que a produção cultural da família camponesa, como valor, sobressai em relação à produção de bens materiais pela unidade familiar camponesa. Woortmann (1990) afirma:

Prefiro então falar não de camponeses, mas de *campesinidade*, entendida como uma qualidade presente [...] em distintos grupos específicos. Se há uma relação entre as formas históricas de produção e essa qualidade, tal relação não é, contudo, mecânica. O que tenho em vista é uma configuração modelar, mas é preciso não esquecer, sob risco de reificação, que pequenos produtores concretos não são tipos, mas sujeitos históricos, e que as situações empíricas observadas, por serem históricas, são ambíguas. De fato, pode-se perceber a história como uma contínua produção e resolução de ambigüidades. Modelos nunca são “iguais à realidade”, se por essa última se entende a concretude histórica que é, essencialmente, movimento (WOORTMANN, 1990, p.13).

Mais que braços e bocas, o grupo doméstico camponês detém um *ethos* específico, uma atmosfera de valorações éticas enquanto patrimônio cultural. Assim, o camponês não

⁶¹ Sem excluir outros povos que também migraram para o Brasil mais recentemente e que de alguma forma contribuíram para a formação do campesinato brasileiro.

assume simplesmente a categorização de *pequeno produtor*, tampouco a *terra* é para ele mera mercadoria. Ao contrário, o seu valor-de-uso incorpora outro valor, o de *uso enquanto valor*, transcendendo à aceção da terra como objeto de trabalho, ou simplesmente fator de produção, para então, assumir a expressão de uma moralidade que se realiza no plano ético. A terra passa a significar uma categoria do discurso acadêmico que exprime um valor do discurso camponês, um componente da ética camponesa, uma forma aristotélica de representação da atividade econômica (MENDRAS, 1978; WOORTMANN, 1990).

Woortmann (1990) faz uma aproximação, a partir da etnografia brasileira do campesinato, do que denomina *ética camponesa* constitutiva de uma *ordem moral*, ou seja, uma forma de perceber as relações dos homens entre si e com as coisas, em especial com a terra. Ressalta algumas categorias centrais da cultura camponesa brasileira: *terra, trabalho, família e comida*. Elas imbricam-se, uma não existe sem as outras, o que difere da lógica capitalista moderna em que essas categorias não estão necessariamente vinculadas entre si. O autor sublinha que tais categorias vinculam-se estreitamente aos valores centrais que organizam a ética camponesa: *reciprocidade, honra e hierarquia*. A cultura é, para ele, o universo de representações de um grupo, categoria ou sociedade e, ao mesmo tempo, um conjunto de textos ou discursos. Trata-se de uma construção apreendida das conexões de sentido que são significativas para os sujeitos. Tais sujeitos, concretos, pensados ao longo do tempo e do espaço, movem-se em polos de máxima e de mínima *campesinidade*. Não há camponeses puros, mas uma campesinidade, em graus distintos, na articulação ambígua com a modernidade. A campesinidade apreendida no plano das representações e dos valores equivale a uma ética camponesa sinalizada em práticas sociais ou ideologias.

Segundo Woortmann (1990), para os camponeses, a terra não é vista como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas sim como patrimônio de uma família enquanto valor não-econômico. A terra é o significado do trabalho e o trabalho é o significado da família. Garantir sua integridade é *honra* para esses sujeitos. A *terra-patrimônio* expressa o *valor-família*, que é a manifestação específica do *valor-hierarquia*. Para o autor, se há um movimento que se dirige a uma dimensão modernizadora (individualização, secularização, racionalidade), há variações que reconstróem a ordem tradicional ou a fortificam. A tradição não é por ele vista como o passado que sobrevive no presente, mas como o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro.

Por serem distintas e até mesmo antagonicas, ao se confrontarem tais *visões sociais de mundo* (de defesa das unidades de proteção integral e das comunidades tradicionais

camponesas⁶² de feições variadas) (ALMEIDA, 1994), o que geralmente se configura é um conflito pelo território, no qual os significados/ideologias de natureza e direito à terra são diferenciados. Ao contrário da racionalidade expressa pelo mito moderno da natureza intocada, as comunidades tradicionais camponesas, presentes nas áreas onde são alocadas as futuras UCs de proteção integral, não percebem a natureza como algo que lhes é exterior, pois as interações diretas e cotidianas com a terra são necessárias à sua reprodução material e simbólica.

As variadas formas de produção social e política do espaço são contraditórias e conflituosas. Lefebvre (ELDEN, 2002) propõe a tríade conceitual: a prática do espaço (percebido/físico/materialismo), as representações do espaço (concebido/mental/idealismo) e os espaços da representação (vivido/social/materialismo e idealismo)⁶³. A partir desses elementos, é possível refletir sobre as UCs de proteção integral e a produção do espaço. Elas passam a ser partícipes da produção capitalista do espaço, quando este é *concebido*, idealizado, pelos atores hegemônicos do capital e pelo Estado na sua função de facilitador do desenvolvimento econômico. As UCs, portanto, constituirão um *espaço abstrato* de avanço do capital (LACHEFSKI e COSTA, 2008)⁶⁴, idealizado a partir de interesses políticos e econômicos segundo uma racionalidade própria. Essa racionalidade é preconizadora das relações sociais de produção e consumo capitalistas, que se caracterizam pelo alto consumo energético e são competitivas e individualistas. Ela parte de valores, constituídos num contexto sociocultural e histórico, no qual se encontram questões de classe, gênero, geração e raça, que organizam uma ética e constituem uma ordem moral de exploração/proteção dos homens e da natureza.

Os atores sociais hegemônicos (ONGs ambientalistas, órgãos governamentais, cientistas preservacionistas/conservacionistas aliados/acordados com empresas “verdes”), quando da implantação das UCs de proteção integral brasileiras, deparam-se com a produção não-capitalista do espaço de comunidades tradicionais camponesas em seus *territórios de vida* (LITTLE, 2002), os *contra-espaços* (LEFEBVRE, 2008). Deparam-se com o *espaço vivido* e o *território social do outro*, o que resulta num conflito ambiental de caráter territorial, pela apropriação material, social e simbólica desse recorte espacial. Grupos distintos, com

⁶² Para Little (2002), tais comunidades são melhor compreendidas como *povos tradicionais* que habitam historicamente seus territórios, geralmente desprovidos da titulação de suas terras, mas que carregam profundo sentido de territórios de resistência e vida.

⁶³ Zhouri e Lachefski (2010), em diálogo com Lefebvre, fazem uma crítica ao fato de que qualquer planejamento, concepção ou representação do espaço é uma redução da realidade, conforme a percepção de seus idealizadores, sendo a visão dominante o ponto de partida para o planejamento.

⁶⁴ De acordo com Lachefski e Costa (2008, p.310), “o espaço abstrato é concebido para equilibrar a heterogeneidade do espaço concreto, através da absorção dos meios de produção não-capitalista”.

racionalidades diferenciadas de relação com a natureza e de concepção econômica e política do espaço disputam-no.

As UCs de proteção integral atingem, portanto, comunidades tradicionais camponesas socialmente excluídas ao longo do tempo. Tem significativa expressão a alocação dessas unidades em áreas tidas como *terras devolutas* (terras de domínio público, patrimônio do poder público, em tese, não ocupadas) (MOTTA, 2005), e que, não por acaso coincidem com áreas em regime de *uso comum* de diversas comunidades tradicionais camponesas. Quando isso acontece, o Estado aciona mecanismos jurídicos para o reconhecimento dessas terras como públicas. Isso merece reflexão, já que ser pública e estar sob domínio do Estado nacional pode significar estar subjugada a regimes e normas de apropriação e uso distintas.

Para os camponeses, é o trabalho, como valor, que possibilita o tornar-se *dono* da terra. A terra, portanto, é uma *terra de trabalho, morada da vida, patrimônio, espaço da família*; transmitida de geração em geração segundo padrões camponeses de herança que variam de lugar para lugar, mas espelham uma ordem moral (WOORTMANN, 1990). Ser dono da terra traduz *liberdade*, ao contrário do sentido de *cativeiro* nas *propriedades mercantis*, onde se tornam *proletários* (MARTINS, 1981). A liberdade do camponês tem como uma de suas dimensões os *saberes* associados ao trabalho, que atravessam gerações. A transmissão da terra sem o saber não transforma essa terra em terra de trabalho, nem em patrimônio familiar. Outra dimensão fundamental, destacada pelo autor, naquilo que concerne à liberdade, é o domínio do uso do tempo. O camponês define como utiliza seu tempo (WOORTMANN, 1990).

Ser posseiro, não ter a documentação/titulação de propriedade da terra, situações recorrentes entre os camponeses brasileiros, trazem à tona características da estrutura fundiária brasileira. Ao longo da história, a estrutura social do Brasil foi caracterizada pela alta concentração de terras e renda (GONÇALVES, 1995). Sob essa realidade fundiária, enquanto produto sócio-histórico, as comunidades tradicionais camponesas tiveram, e têm, seus territórios solapados facilmente pela produção capitalista do espaço.

Quando as UCs de proteção integral incidem sobre territórios camponeses, a indenização das terras a serem desapropriadas está condicionada ao aparato jurídico, que, por sua vez, é lastreado pelo conceito de propriedade privada. Esse conceito interpreta a ausência de título como ausência de direito sobre a terra. Há, ainda, situações de grupos camponeses que vivem em terras devolutas e aquelas em que várias famílias encontram-se sob um mesmo

título herdado de ancestrais comuns⁶⁵. Em ambos os casos, essas comunidades desenvolvem o *usufruto coletivo* da terra (da comunidade ou de diversas famílias) para o desenvolvimento de atividades diversas, como o extrativismo vegetal, atividades culturais, religiosas, etc. São áreas abertas, de domínio coletivo, cujo uso se dá a partir de normas e códigos próprios que regulam essa relação social e vão além das normas jurídicas codificadas pelo Estado. Ao mesmo tempo, as atividades aí realizadas encontram-se vinculadas à reprodução sociocultural desses grupos, seus produtos são comercializados e se somam àqueles produzidos nas unidades familiares de trabalho (como as lavouras cultivadas), que normalmente encontram-se próximas às casas/moradias (BENATTI, 2005).

Em função do custo, da disponibilidade de recursos e prioridades governamentais, a indenização por si só, em geral, leva anos para ser paga. Essa demora prolonga a convivência conflituosa entre os gestores das UCs de proteção integral e as comunidades/moradores que ali vivem. Nesse período, os moradores passam a ter suas atividades restringidas pelas normas e sanções relativas à unidade imposta, num duelo cotidiano de submissão/qualificação, dominação/resistência (THERBORN, 1991). Em geral, as famílias camponesas, em função do vínculo com a terra, são gravemente prejudicadas por essa situação, que constitui uma expropriação territorial⁶⁶.

De acordo com Bryant e Bailey (1997), é necessário *politizar o meio ambiente* para se compreender as imbricações entre cultura e natureza, nos contextos político e econômico nos quais os problemas ambientais são criados, bem como considerar a *colonização ambiental* que se reproduz nos discursos dos atores sociais e em seus interesses específicos. A politização do meio ambiente, enquanto discurso e como prática social, tem relação direta com a produção do espaço e os conflitos nele contidos. Nesse sentido, Acselrad (2004) aponta que a *desigualdade ambiental* é uma das principais expressões da *desigualdade social*. Nesse sentido, as UCs de proteção integral configuram uma *injustiça ambiental*, pois expropriam camponeses de seus territórios (materiais e imateriais), restringem-lhes o acesso a recursos vitais à sua sobrevivência e negam-lhes direitos civis, numa relação desigual de poder, que concorre para uma distribuição espacial desigual dos recursos naturais marcada por relações sociais de classe e raça.

⁶⁵ Pelas normas de indenização, torna-se necessária a realização de inventário da herança, para que cada herdeiro seja indenizado individualmente, o que constitui um procedimento jurídico oneroso e longo, em especial se for considerada a mobilidade dos moradores para paragens distantes e a possibilidade de óbito de alguns deles.

⁶⁶ Como exemplos, têm-se as referências observadas por Bedim (2008) em relação ao Parque Estadual de Ibitipoca (MG); por Bonfim (2006), no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro; por Guanaes (2006), no Parque Nacional da Chapada Diamantina (BA); por Saraiva (2006), no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros; por Araújo (2004), no Parque Nacional de Ubajara (CE); e por Mungai (2008), no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (MG).

Chauí (2004, p.87) afirma que os *conflitos* se dão no interior de uma mesma classe social e que as *contradições* se realizam entre duas classes sociais contraditórias. Então, se refletirmos, a partir da crítica à ecologia política e às ideologias atuantes, poderíamos considerar que estamos diante de *contradições ambientais*? É o que acontece quando, por exemplo, territórios camponeses passam a ser de interesse do capital, e, não por acaso, correspondem a remanescentes de recursos em terras não-tituladas, gerando disputas entre diferentes visões sociais de mundo do que seja a natureza e a quem ela deve servir. Ou, em outros termos, podemos dizer que os *conflitos ambientais* externalizam *contradições ambientais*.

2.2.3 - A abertura política e as UCs

A política ambiental ganhou força, no contexto da abertura política, já contando com um aparato jurídico, institucional e político para executá-la. Em decorrência do cenário internacional e nacional sobre a temática ambiental, houve, desde então, aumento considerável no número de UCs no Brasil (COSTA JÚNIOR *et al.*, 2009). No contexto da globalização, construir o país, no mote contemporâneo da “velha maldição colonial”, era globalizá-lo. A revalorização da “natureza original” requalificou o Brasil, na divisão internacional do trabalho, como um país dotado de vastos fundos territoriais (MORAES, 2008).

O processo de elaboração da Constituição Federal,⁶⁷ em 1988, foi marcado por ampla mobilização social no tocante à temática ambiental. Santilli (2005) considera que a Assembléia Constituinte Brasileira de 1988 propiciou condições para o nascimento dos novos direitos, fornecendo a base para os *direitos socioambientais* dedicados ao meio ambiente, à cultura, aos povos indígenas e quilombolas e à função social da propriedade⁶⁸. Para a autora, a nova Constituição afirmou também uma concepção unitária do meio ambiente que compreende tanto os bens naturais (solo, água, ar, flora, belezas naturais, etc.) quanto os bens

⁶⁷ A Constituição de 1988 dedicou um capítulo inteiro ao meio ambiente e foi a primeira Carta Magna brasileira a consagrar a defesa do meio ambiente e do patrimônio genético como direito constitucional. Além disso, o direito à proteção ambiental passou a ser reconhecido como coletivo e essencial à qualidade de vida.

⁶⁸ A Constituição Federal de 1988 assegurou “a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para às presentes e futuras gerações”. Os bens ambientais são considerados bens de interesse público, independentemente da sua dominialidade pública ou privada (SANTILLI, 2005).

culturais⁶⁹ (patrimônio histórico, artístico, crenças, saberes, forma de criar, turístico, etc.). Pela Constituição, os biomas brasileiros – Mata Atlântica, Amazônia, Pantanal, Serra do Mar, Zona Costeira – tornaram-se patrimônio nacional a ser preservado pelo Estado nacional. O Cerrado e a Caatinga não tiveram o mesmo prestígio, posto que a expansão da fronteira agrícola, impulsionada pela *modernização conservadora* da agricultura (GONÇALVES, 1995), em pleno vapor no Centro-Oeste brasileiro, promovia o desmatamento para a implantação de monoculturas.

Moraes (2008) ressalta a índole claramente descentralizadora da Constituição de 1988, que, entre outros componentes, introduziu o estilo *participativo* de planejamento, o que, no entanto, encontra muitas dificuldades para se concretizar num país marcado pela tradição de cultura política autoritária e centralizadora, além da disparidade regional e local que ainda impera. Além disso, foi retomado, no país, o enfoque territorial na condução das ações, com maior espacialização dos projetos e programas desenvolvidos - a exemplo do zoneamento em macroescala, como a *Amazônia*, em que as ações transcendem a área ambiental imprimindo um sentido transterritorial aos planos. O Estado deparava-se, nessa fase, com dificuldades orçamentárias e administrativas, além de grave desigualdade social no país. As ações para a geração de renda e emprego foram estimuladas e priorizadas, o que, muitas vezes, acabou por incitar vetores de expansão e exploração “não-sustentáveis”.

A fim de articular ações relativas ao meio ambiente, foram criados o IBAMA⁷⁰, em 1989, e o MMA, em 1992, tendo o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) - instância deliberativa, com participação da sociedade civil organizada - como maior instância

⁶⁹ O Brasil foi signatário da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, promulgada pelo país em 1977, e que determina que tanto o meio ambiente quanto a diversidade cultural podem ser reconhecidos como patrimônio mundial da humanidade pela UNESCO (MENDES, 2009). Segundo Antunes (2008), a Constituição brasileira, em seu artigo 215, admite um pluralismo étnico e cultural em nosso país, ao identificar as comunidades locais - indígenas, afro-brasileiras e outros grupos - como participantes do processo civilizatório brasileiro. Afirma, também, que as comunidades tradicionais que criem, desenvolvam, detenham ou conservem conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético devam ser tratadas como comunidades locais para efeito de repartição de benefícios decorrentes do acesso à diversidade biológica. Nesse contexto, o autor considera os extrativistas, remanescentes de quilombos, caçaras e outras reconhecidas por lei, por terem uma vida peculiar e característica distinta da comunidade nacional, como comunidades tradicionais. O Decreto nº 96.944, de 12 de outubro de 1988, estabeleceu a obrigação legal de proteger o direito das comunidades indígenas e das populações envolvidas no processo extrativista.

⁷⁰ O IBAMA era vinculado ao Ministério do Interior (assim como a SEMA) e instituiu a Diretoria de Ecossistemas (responsável pelas UCs) e o Conselho Nacional de UCs (para definir a política de criação e uso dessas áreas) (RYLANDS e BRANDON, 2005). O IBAMA passou a assumir o que antes era de responsabilidade do IBDF, SEMA, Superintendência da Borracha e Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, que foram extintos. O IBAMA passou a concentrar todas as ações de execução, gestão e fiscalização da Política Nacional do Meio Ambiente (MEDEIROS, 2003, p.117).

de decisão⁷¹ (RYLANDS e BRANDON, 2005). As leis ambientais tornaram-se mais abrangentes, cientificamente mais embasadas, e também mais punitivas, de que é exemplo a Lei de Crimes Ambientais⁷². A introdução de novos mecanismos de controle e de sanções penais e administrativas, o planejamento ambiental e as avaliações de impactos tornaram-se mais comuns e mais presentes no modelo de *desenvolvimento sustentável* que adentrava o país. Em consonância com a tendência da legislação ambiental internacional, instrumentos econômicos também foram aprovados, como o princípio do "poluidor-pagador" e as *compensações ambientais* para degradação ambiental (MUNGAI, 2008).

Além disso, houve maior debate interno no país em função do surgimento de grupos organizados que lidam diretamente com a temática ambiental, incluindo ONGs e instituições internacionais com braços nacionais. A ciência moderna, especialmente a ecologia, inseriu em suas discussões questões relativas aos *ecossistemas*; à *biodiversidade* e seu *potencial fármaco e genético*; à *biotecnologia*; à disponibilidade de *água*, entre outros temas em que o Brasil tem lugar de destaque. Argumentos relativos à importância do Brasil não faltaram, considerado um dos países “mais ricos em biodiversidade do mundo; que detém a maior parte da floresta amazônica em seu território” (MITTERMEIER *et al.*, 2005, p.14-15); com um “território correspondente à metade da América do Sul contando com ecossistemas globalmente importantes”; e o de que, em nenhum outro lugar, as necessidades de proteção da natureza são mais críticas (LOVEJOY, 2005, p.5). Além disso, o país teria desenvolvido

[...] grande potencial de liderança política no que diz respeito à preservação da natureza, tendo uma das mais *modernas legislações ambientais* do mundo, além de uma das mais fortes capacidades do mundo em *ciência da conservação* [...] que progrediram no meio de forças de destruição horrendas e poderosas (LOVEJOY, 2005, p.5, grifos nossos).

Rylands & Brandon (2005, p.34) corroboram essa ideia e reafirmam a importância de se proteger “o que resta da biodiversidade brasileira”. Para eles, as UCs têm papel chave, até mesmo como “bloqueadoras de ações humanas, uma vez que podem cumprir sua missão [...] e salvaguardar coletivamente a biodiversidade de um país” (p.31), salientando o termo

⁷¹ Em 1992, o Brasil se tornou signatário da Convenção da Biodiversidade. Mendes (2009) aponta que houve um reconhecimento da simbiose existente entre o social e o natural, incluindo as diversas apropriações simbólicas que os homens operam sobre a natureza, entendida esta última não como algo distinto ou apartado daquele, mas como continuidade e extensão de suas ações e pensamentos. É a mesma concepção adotada por nossa Constituição Federal de 1988 quando determina a preservação do patrimônio cultural brasileiro (art. 216). Patrimônio cultural que deve ser respeitado inclusive nos seus modos de criar, fazer e de viver, o que inclui as diversas concepções sobre o estar no e o se relacionar com o mundo.

⁷² Lei 9.605, de 12/02/1998, que define a aplicação de multas, como também a responsabilização criminal por atos lesivos ao meio ambiente, praticados tanto por pessoa física como jurídica.

corredores ecológicos de biodiversidade, que, nos anos 1990, passaram a compor o discurso científico.

Essa fase contou também com a implantação do Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), elegendo-se 23 ecorregiões com base em seus ecossistemas e não somente em critérios de fitogeografia, como era feito anteriormente. Além disso, o MMA realizou, em parceria com ONGs ambientalistas e cientistas, *workshops* para eleição de *áreas prioritárias para a conservação*, com a identificação de 900 áreas, o que reforçou a demanda pela criação de novas UCs.

Empresas e governos apoiaram-se na mídia para a difusão de suas “iniciativas ecológicas”, visibilizando suas ações em busca do reconhecimento social. Meios midiáticos também passaram a ser amplamente utilizados nas campanhas de ONGs internacionais, sobretudo em defesa da Amazônia, com a utilização de espécies presentes na *lista vermelha de espécies ameaçadas de extinção*, definidas a partir de critérios científicos, como símbolos de “campanhas ecológicas” (RYLANDS e BRANDON, 2005). Comumente, animais da fauna silvestre passaram a ser utilizados como “espécies-bandeiras”, para a sensibilização dos sujeitos. Na atualidade, esse processo de sensibilização é iniciado cedo, nas escolas, através da *educação ambiental*⁷³.

O *desenvolvimento sustentável* também passou a compor o discurso de governos e empresas. Enfim, a *moderna* agenda ambiental internacional passou a compor a nacional, com destaque para a atuação do governo federal, principal condutor da política ambiental brasileira. Entre 1985 e 1995, foram criadas 85 áreas naturais protegidas federais (MEDEIROS, 2006), entre as quais, UCs de proteção integral, ainda que em territórios sociais de comunidades locais. Entretanto, se por um lado, o país contava com leis, instituições e apoio científico para a criação de tais áreas, concomitantemente, deparava-se com uma crise econômica derivada do *milagre econômico* dos anos 1970. Essa crise dificultava a implantação das UCs, em razão de um quadro técnico insuficiente, infraestrutura precária e recursos financeiros escassos para levar a cabo a desapropriação das terras. Além disso, ainda havia o peso dos interesses políticos diferenciados, como, por exemplo, os que defendiam a ampliação das fronteiras agrícolas em detrimento da preservação da natureza.

As consequências de tais dificuldades foram a existência de UCs “de papel”, como ficaram conhecidas, ou a implantação apenas parcial de boa parte delas (PEREIRA, 2005).

⁷³ Não aprofundaremos o tema “educação ambiental” nesta pesquisa, mas ressaltamos que a Política Nacional de Áreas Protegidas (PNAP/2006) vislumbra, entre as suas estratégias, inserir a importância das UCs nos currículos formais escolares.

Por muito tempo, os recursos destinados à implantação das UCs eram provenientes do orçamento governamental e da receita proveniente da cobrança de ingressos para entrada nos parques já existentes (MEDEIROS, 2003), o que, inclusive, nos faz questionar o caráter público desses parques. Entre os custos relativos às UCs de proteção integral, estão os gastos com a regularização fundiária e/ou remoção das famílias localizadas no interior da unidade; a demarcação da unidade; a elaboração do plano de manejo, sua implantação e zoneamento ecológico, além da remuneração do pessoal e despesas com infraestrutura administrativa.

A resposta adotada para sanar essas demandas foi a adoção de novas estratégias e fontes de financiamento. O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), criado em 1989, conta com a participação de ONGs ambientalistas em sua gestão e passou a dispor de recursos da União; de valores arrecadados com as multas por crimes ambientais; e de doações e empréstimos obtidos junto ao BID e ao Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), desde 1995. O FNMA foi contemplado também com arrecadações internacionais. Após a RIO-92, doações do BID, do Banco Mundial⁷⁴ e de ONGs transnacionais (como a WWF, a PRONATURA e a Conservation International) também engrossaram o financiamento para projetos ambientais e para o fortalecimento das UCs (MEDEIROS, 2003). Com isso, o poder político dessas agências internacionais, em relação à temática ambiental no Brasil, aumentou significativamente.

O aumento das UCs federais sofreu diferenciações por períodos. Na década de 1980, foram criadas 93 unidades; na década de 1990, 63; e, no período de 2000 a 2005, foram criadas 79 (DRUMOND *et al*, 2006 *apud* MUNGAI, 2008). Até a década de 1980, havia uma prevalência de UCs de proteção integral, que foi seguida de uma tendência de aumento das de uso sustentável⁷⁵ a partir dos anos 1990, com destaque para as APAs. A preferência pelas APAs, segundo Mungai (2008), atendeu aos interesses governamentais, ao favorecer a utilização dos recursos e manter a presença dos moradores e dos empreendimentos já existentes, evitando, assim, onerar os cofres públicos com as indenizações. Bonfim (2006) destaca a ampla criação dessas unidades pelas prefeituras municipais, com o objetivo de ter

⁷⁴ Becker (1991, *apud* MEDEIROS, 2003) destaca que essa agência foi a primeira a exigir análise de risco ambiental em projetos por ela apoiados e arrecadar fundos relativos à questão ambiental, especialmente os destinados a projetos florestais. O MMA (2003, *apud* MEDEIROS, 2003) destaca o Programa Piloto para a proteção das Florestas Tropicais (PPG7) como um dos mais bem sucedidos no país. Sua gestão é feita pelo Banco Mundial, pelo governo brasileiro e pelo PNUD, com o apoio de ONGs nacionais e internacionais.

⁷⁵ As distintas categorias de UCs de uso sustentável têm por finalidade proteger áreas de importância ecológica, sem desapropriar nem impedir atividades econômicas dentro de seus limites. Entretanto, até 2008, a categoria parque ainda era responsável, juntamente com as florestas nacionais, pela maior área (em hectares) do território nacional protegido por UCs (MUNGAI, 2008), o que pode ser compreendido tanto pela hegemonia ideológica, como por se tratarem das categorias mais antigas do país.

acesso ao ICMS Ecológico⁷⁶, encontrando-se boa parte delas abandonadas - existem “só no papel”.

Em relação à arrecadação de recursos financeiros para a implantação de UCs, os mecanismos de compensação ambiental têm sido um de seus principais instrumentos (SILVA, 2005). O SNUC exige que pelo menos 0,5% do custo total de projetos de desenvolvimento, públicos ou privados, que tenham significativo impacto ambiental (hidrelétricas, mineração, etc.), sejam destinados à criação e implementação de UCs. A autora revela que boa parte dos parques federais criados a partir da década de 1960 ainda não foi legal ou completamente efetivada em razão do alto custo da regularização fundiária. A maioria ainda não conta com conselho consultivo gestor e mais da metade encontra-se fechada à visitação pública.

O aumento do número de UCs, especialmente daquelas de proteção integral, não impediu a ocorrência de conflitos entre as comunidades locais e o Estado nacional, através de seus aparatos. Esses conflitos, constantes na história das UCs no Brasil, ainda persistem. Pereira (2005) ressalta que a restrição ao acesso e ao uso dos recursos, como ocorre nos parques, gera estagnação econômica e insatisfação por parte da comunidade local, que termina por estendê-la ao ambiente que se busca preservar – há registros de incêndios provocados nessas UCs como resposta às sanções. Costa Júnior *et al.* (2009) chamam a atenção para a Europa, onde as áreas naturais protegidas têm a característica de “utilização direta sustentável”, uma vez que a cultura européia é entendida como “milenarmente arraigada à terra”. Já o *olhar colonizador* de parte dos políticos e ambientalistas europeus para/no Brasil é o de que há aqui muitos “espaços vazios” ou o de que se deve prezar pelo “interesse nacional/global maior”, pressionando pela criação prioritária das UCs de proteção integral no país.

Em 1987, o movimento de seringueiros no Acre pleiteou a destinação de áreas para a criação de *reservas extrativistas* não como unidade de conservação, mas como instrumento para assegurar o direito de uso do território frente a expropriações. Esse movimento teve como referência Chico Mendes e resultou em uma aliança realizada entre seringueiros e *socioambientalistas*, contando com uma articulação em diferentes escalas, e o *uso sustentável* foi um elemento chave para alcançar seu objetivo (LITTLE, 2002). Esse processo ganhou força e visibilidade e, um ano depois, a Constituição de 1988 incluiu provisões para as reservas extrativistas e o reconhecimento dos direitos das *comunidades extrativistas*.

⁷⁶ Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, sendo, neste caso, Ecológico – “um instrumento para beneficiar os municípios que priorizam Saneamento Básico e Unidades de Conservação” (MINAS GERAIS, 2011. Disponível em: <http://www.semad.mg.gov.br/icms-ecologico>, acesso em janeiro de 2011).

As demandas feitas por esse movimento foram abarcadas pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), inicialmente por meio dos *projetos de assentamentos extrativistas* criados em 1987. Subsequentemente, essas demandas foram associadas à conservação ambiental, sendo criadas as Reservas Extrativistas (RESEX), em 1989, e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), em 1996. Mais recentemente, a partir da edição do Decreto nº 6.040, de 2007,⁷⁷ que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, as populações tradicionais estão no centro de uma política nacional que pretende conciliar desenvolvimento social e conservação ambiental e garantir-lhes seus respectivos *territórios tradicionais* (MENDES, 2009).

A concepção de RESEX, portanto, deu-se sob influência da noção de *reserva indígena* e da importância da temática ambiental no cenário internacional e nacional. A luta dos seringueiros propagou a ideia de que a *natureza* poderia ser valorizada sem que fosse necessário excluir os grupos sociais que nela vivem, consolidando-se, assim, a noção de *uso sustentável da natureza* [numa aproximação com as ideias de cientistas não-conservadores e organizações socioambientalistas], como também da existência dos *povos da floresta* - indígenas, ribeirinhos, seringueiros e demais grupos que se tornaram protagonistas na superação da dicotomia sociedade/natureza, da “natureza intocada” (ZHOURI e LACHEFSKI, 2010).

As reservas extrativistas, incorporadas pelo SNUC (2000) na categoria de *UC de uso sustentável*, permitem o uso direto de seus recursos por comunidades que historicamente ocupam a área. Trata-se de uma concessão de terras, com o uso controlado pelo Estado. As comunidades tradicionais camponesas, por vezes, acionam tal categoria para manter seus territórios livres de invasão e destruição (LITTLE, 2002). As RESEX tiveram um aumento significativo no período de 2003 a 2008, em função do contexto político favorável que resultou da presença de Marina Silva, participante ativa da luta dos seringueiros à época de Chico Mendes, no MMA. Ribeiro (2008) salienta que as UCs de uso sustentável representam o resgate renovado do tradicional, ao mesmo tempo em que fazem uma revisão crítica do que há de mais conservador no moderno. Essa estratégia, criticada por ambientalistas, vem influenciando comunidades tradicionais em diferentes partes do país.

Em 2000, foi concretizada uma ambição surgida no final dos anos 1970 de se estabelecer um sistema único – o SNUC – que articulasse o que já vinha sendo feito em

⁷⁷ Vale ressaltar que o Brasil tornou-se signatário da Convenção n. 169, da Organização Internacional do Trabalho (2004) e da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2007). Ambas influenciaram as lutas e leis nacionais (MENDES, 2009).

relação às áreas naturais protegidas e melhor definisse os critérios de criação e gestão de algumas tipologias e categorias de áreas protegidas que se encontravam dispersas em distintos instrumentos legais. Ao longo de extensos oito anos de debates - que incluíram a apresentação de dois substitutivos na Câmara - preservacionistas, conservacionistas, socioambientalistas, ruralistas e movimentos sociais travaram uma verdadeira batalha, que mobilizou imprensa e ONGs, além de fortíssimos *lobbies* no Congresso Nacional, na defesa das respectivas posições sobre a forma e os critérios de proteção/uso da natureza. Entre os pontos mais polêmicos, sobressaíram a questão das “populações tradicionais”, a participação popular no processo de criação e gestão de UCs e as indenizações para as desapropriações. Para Mercadante (2001), em maior extensão, uma visão mais preservacionista, muito próxima a do projeto original elaborado pela FUNATURA⁷⁸, acabou prevalecendo no texto final aprovado pelo Congresso com significativo apoio da Casa Civil da Presidência da República.

Para Mendes (2009, p.95), o reconhecimento dos *territórios das populações tradicionais* esteve imbricado simultaneamente com os instrumentos propostos pelo Estado para a conservação ambiental e aqueles voltados à proteção da diversidade cultural, ambos bens tutelados pelo Estado. Essa ambiguidade e ambivalência, embora constituam e configurem justamente a possibilidade de se estabelecer uma política pública específica voltada a esse segmento da população, criam e impõem determinadas condutas (conservacionistas) que não necessariamente encontram eco nos grupos que passam a se reconhecer como tais, ou que passam a ser reconhecidos pelo Estado como tais. Paradoxalmente, é justamente pela concessão de direitos (e deveres) aos *grupos tradicionais* que o Estado confere a possibilidade de impor-lhes modelos de vida que subvertem seus direitos culturais assegurados pela Constituição⁷⁹.

As UCs de uso sustentável, assim como as de proteção integral, também sofrem o “abandono” do aparato estatal, em virtude de várias dificuldades relativas à sua gestão. Além disso, elas fixam limites territoriais para usos tradicionais, podem atrair “oportunistas” externos, e excluem aqueles que não se “enquadram na categoria populações tradicionais” aos

⁷⁸ ONG ambientalista, que elaborou a última versão do SNUC, antes de sua tramitação no Congresso Nacional.

⁷⁹ Em 2006, foi promulgada a Política Nacional de Área Protegidas (PNAP). Segundo MENDES (2009), a promulgação da PNAP, seis anos após o SNUC, tem caráter menos impositivo e mais inclusivo que este com relação à possibilidade de haver conservação ambiental e afirmação de direitos multiculturais. Além de incluir os territórios dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais entre as áreas que são de alguma forma protetoras da biodiversidade, determina que a implementação do PNAP deverá contar com a “participação e colaboração de representantes dos governos federal, distrital, estaduais e municipais, *de povos indígenas, de comunidades quilombolas e de comunidades extrativistas*, do setor empresarial e da sociedade civil” (Art. 2º, grifos da autora).

olhos conservacionistas, os quais tendem a subordinar os sujeitos à noção de relação “harmônica” com a natureza (VIANA, 2008). Ainda que haja ambiguidades e que os desafios não sejam poucos, no contexto atual, as UCs de uso sustentável têm sido vistas por grupos tradicionais como possibilitadora da permanência em seus territórios sociais, ou como forma de re-existência. Esses grupos buscam o reconhecimento de direitos territoriais específicos perante o Estado brasileiro.

Chauí (2006, p.340) aponta que o Estado Moderno, tanto quanto o sistema jurídico que lhe serve de fundamento e esteio, são entes morais, posto que lhes cabe “a tarefa de inculcar nos indivíduos os padrões de conduta, os costumes e valores da sociedade em que vivem”. Segundo Mendes (2009), a formulação tradicional do Direito encontra eco nas ideias liberais de *universalidade* e *igualdade* de direitos, sendo uma de suas expressões mais disseminadas a Declaração dos Direitos Humanos, tema fortalecido nos debates nacionais após a abertura política. Nessa concepção,

O indivíduo é o sujeito portador de direitos por excelência. Os grupos são subsumidos e a esfera pública é neutralizada, pois todos os cidadãos estariam submetidos a uma *racionalidade universal*, a uma *vontade geral*, encarnadas pelo Estado, cristalizadas na lei, e aplicadas ao cotidiano pela norma administrativa. Neste lugar político e abstrato, que seria a esfera pública, os indivíduos gozariam de uma condição de igualdade absoluta, graças a uma ascese purificadora que relega ao espaço privado todas as diferenças individuais (MENDES, 2009, p.44, grifos nossos).

A autora, no entanto, não considera o Estado como o único sujeito legítimo a estabelecer leis e normas para o bem da nação. Para ela, o *costume* também é fonte de normas, regras, e, por conseguinte, de Direito. Por essa concepção, conhecida como *pluralismo jurídico*, os grupos sociais são criadores de ordenamentos jurídicos, ou seja, constroem normas específicas para regular a coletividade e o uso dos bens. Nesse sentido, grupos sociais historicamente excluídos têm vindo participar do espaço público não apenas como cidadãos-indivíduos, mas como cidadãos-coletivos, na defesa de que a diversidade social e cultural de grupos específicos que compõem a coletividade deve ser devidamente considerada para a atribuição justa e diferenciada de direitos (MENDES, 2009, p.45), o que desafia e mesmo confronta o Estado nacional e seu aparato jurídico. Nessa correlação de forças, cabe ao Judiciário deliberar sobre os conflitos, entretanto deve-se compreendê-lo como parte do sistema político-ideológico, na medida em que é responsável “pelo que faz e pelo que não faz, por ação e por omissão” (SANTOS, 2007, p.109).

Em décadas mais recentes (incluindo os dias atuais), evidencia-se uma maior influência da ciência moderna na legitimação da política de unidades de conservação, por meio da valorização dos discursos ecológicos “racional”, como justificativa para a criação de unidades. O valor atribuído à *biodiversidade* pela ciência tornou-se hegemônico, ou, pelo menos tem sido capaz de interpelar os sujeitos em sua defesa. Camargos (2006) também observa que a motivação para essa prática está em se considerar o valor da natureza *em si*, em sua essência, sendo a noção de “isolamento” dessas áreas às atividades humanas direcionadora de justificativas funcionais para a maior parte das reservas naturais. Isso pode ser observado no SNUC (2000), em que a maioria das categorias de proteção integral tem como premissa a proibição da *visitação pública* ou sua submissão a restrições severas. Pode-se assim considerar que há um aprofundamento da dicotomia sociedade/natureza no cenário contemporâneo brasileiro em sintonia com o global.

Também chama atenção o valor dado à “megadiversidade” e à dimensão territorial do Brasil, em um contexto de fortalecimento da valorização da natureza enquanto *recursos naturais*. As UCs correspondem a uma política de reordenamento territorial sobre a qual lança-se mão para a preservação/conservação da natureza, o controle dos recursos territorializados, e o reconhecimento de direitos historicamente negados, sob a premissa das práticas sustentáveis de manejo dos recursos naturais. Embora tenha havido o fortalecimento institucional da política ambiental brasileira, ainda existem fragilidades na implantação/efetivação dessas unidades. Há, ainda, maior inserção de instituições e organizações nacionais e internacionais no financiamento e cogestão desses territórios. Tais implicações devem ser melhor compreendidas, assim como a “participação social” na eleição de áreas prioritárias e na criação e gestão dessas UCs, o que será feito nos próximos capítulos, a partir do processo do PARNA Sempre-vivas.

Esse contexto traz algumas reflexões: em que medida o papel atribuído ao Brasil, como parte da divisão internacional do trabalho, com “roupagem ambiental”, diz respeito às atribuições destinadas aos países do Sul? Como tais papéis reforçam o colonialismo interno e o controle sobre o território? Que tipo de relação se estabelece entre a criação de UCs e os fluxos utilizados para favorecer a acumulação do capital internacional/nacional interessado nos recursos naturais brasileiros?

Segundo Coelho *et al.* (2009), as UCs são resultado de múltiplas territorialidades, com intrincadas redes de poder, interesses e visões de mundo que engendram conflitos e negociações entre diferentes grupos humanos, além de inibir/incentivar ações humanas. Para eles, as UCs podem vincular-se a estratégias de reserva de capital empresarial, como

aconteceu no Estado do Pará, por exemplo, com a instalação de um cinturão de UCs federais ao redor das jazidas minerais pertencentes à Vale S.A. (Companhia Vale do Rio Doce, à época). Tal alocação, influenciada pela empresa, encontrou respaldo nas aspirações de ambientalistas. O objetivo da empresa era manter e proteger suas jazidas minerais, para uso atual e futuro. A solução encontrada, então, foi a de se criar UCs cujos limites têm relação direta com a área de interesse da empresa, sendo que essas unidades “bloqueiam” o acesso/instalação de terceiros na área. Embora o discurso propagado pelos órgãos ambientais federais tenha frisado a importância das UCs para a proteção da biodiversidade, na verdade, elas facilitaram a manutenção do controle da empresa sobre o território. A Vale, enquanto parceira na proteção e implantação das unidades tem acesso direto à pesquisa e à exploração dos recursos naturais ali existentes.

Outro exemplo similar é o do PARNA Canastra, em Minas Gerais. Criado durante o regime militar, ele foi implantado mediante uso truculento da força. Há décadas, o conflito se arrasta entre moradores e gestores da unidade. Atualmente, tramita na esfera legislativa federal um projeto de lei para redução de parte da área do parque, objetivando a exploração de jazidas diamantíferas que lá se encontram, inicialmente por uma empresa canadense, que, no entanto, já vendeu seus direitos de pesquisa e lavra. Também há, no local, jazidas de quartzito. As pesquisas minerárias tiveram o respaldo do DNPM e do IBAMA. Recentemente, o presidente do ICMBio declarou ao jornal HOJE EM DIA (11/09/2010, p.10) que “não existe impacto ambiental significativo. [...] O impacto é muito localizado”. A preocupação do órgão é a de manter o tamanho original do parque, e, para isso, o projeto deverá prever nova área de tamanho semelhante à que será excluída pela mineração.

Mesmo os latifundiários, historicamente vistos como opositores aos ambientalistas, passaram a se valer de UCs de proteção integral para atender às necessidades modernas. Recentemente, o Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) de Minas Gerais permitiu a averbação de *reserva legal* de propriedades rurais dentro dos *parques* (Deliberações Normativas 132 e 138, de 2009), desde que sejam áreas de tamanho equivalente, localizadas no mesmo bioma e bacia hidrográfica. Para tanto, o interessado deve provar a impossibilidade de averbação na própria propriedade, comprar a terra de um morador que tenha sido atingido pela UC de proteção integral (no interior ou no entorno), averbá-la em sua escritura e doá-la ao Estado, sem a necessidade de recomposição da área. Exige-se que a terra seja titulada e georreferenciada.

De acordo com o COPAM, o intuito é “acelerar a regularização fundiária da UC de proteção integral” por meio do que o Estado denominou *compensação social da reserva legal*.

Por se tratar de uma política recente, ainda não estão disponibilizadas informações acerca da adesão a tal medida, mas certamente ela tem potencial para desmobilizar e expropriar os atingidos pelas UCs, representando uma outra face da *modernização ecológica*. Um outro aspecto é que as UCs, como espaços públicos, passariam pelo mercado de terras para se tornarem públicas, legitimando a produção capitalista do espaço que é reproduzida pelos latifundiários. De forma que se compra-se uma “anistia” pela degradação ambiental causada em determinada área, sendo esta uma possibilidade mais acessível aos detentores de capital.

Em meio às contradições apontadas, as UCs de proteção integral continuam sendo consideradas por ambientalistas como uma real possibilidade de se conter/bloquear o avanço do capital sobre o espaço. Aposta-se, sobretudo, na meta estabelecida de 10% de proteção para cada um dos biomas. De certa forma, parece haver o entendimento de que os demais 90% não serão alvos de disputa, e que existe uma hierarquia na valorização dos espaços para preservação. Ao mesmo tempo, é de se perguntar: que garantias existem para que sejam mantidos esses 10%? Quais os limites dessa estratégia e a quem são úteis?

2.2.3.1 - As respostas do ‘lugar’

Segundo Appadurai (1990), a complexidade da atual economia global contém disjunções fundamentais, também dialéticas, entre economia, cultura e política. Essas disjunções possuem diferentes dimensões de fluxos globais (étnicas, midiáticas, técnicas, financeiras e ideológicas). Assim, a ordem global realiza-se de forma diferenciada nos diferentes lugares e contextos socioculturais, que se apropriam e ressignificam signos, interferindo nos processos sociais. Para o autor, há sinais de disjunção também entre estado e nação emergentes de movimentos separatistas, como, ainda, entre microidentidades que se tornaram projetos políticos dentro do Estado nacional. Essa disjunção relaciona-se, em algum nível, com as disjunções globais.

Hannerz (1997) atenta para a compreensão da cultura como processo, como movimento. O movimento traz a ideia de fluxos materiais e imateriais no tempo e no espaço. Se há fluxos, há também contra-fluxos e multiculturas coexistindo, como também multcentralidades, não apenas centro e periferia. Ele questiona a origem das coisas, que estão sempre sendo apropriadas e ressignificadas. Entretanto, há que se considerar a assimetria de

poder entre os fluxos como, por exemplo, a modernidade, que disseminou normas e formas institucionais centrais pelo globo. As fronteiras e os fluxos questionam a pureza cultural.

Com base nas disjunções da modernidade (APPADURAI, 1990) e nos contra-fluxos culturais (HANNERZ, 1997), pode-se compreender a RESEX como uma resposta dos sujeitos do *lugar*, que se apropriam e ressignificam categorias, à ordem global ambientalista. Os *sujeitos submetidos* apropriam-se das atribuições hegemônicas e as ressignificam, trazendo outros elementos para o debate. Nesse movimento, a *identidade* é acionada. Quijano (2005) já alertou para as identidades geoculturais atribuídas e constituídas no tempo e no espaço. As narrativas identitárias são constituídas em relação *ao outro*, atribuindo-lhe uma significação de inferioridade e desqualificação (MONTERO, 1997), como primitivo, ultrapassado e degradador, a ser civilizado/colonizado pelo desenvolvimento moderno e sustentável, e, com isso, desde já, produzindo uma diferença cultural intencional e hierarquizadora de poder.

Hannerz (1997) considera ser na relação com o *outro* que se dá a identidade, em toda a sua dimensão política de mobilização de grupos. Geralmente, ela implica em pertencimentos atribuídos, que podem se transformar num instrumento de exclusão social oriundo dos dominantes, ou serem ressignificados (interpretações e significações locais) e acionados na luta dos excluídos sociais por direitos, poder e acesso a recursos materiais. Nesse processo, há reivindicações e produção de significados, pois a identidade trata-se de um discurso no qual *um* se revela no *outro* (CUNHA, 1985).

A *cultura* e a *produção de identidades* são processos históricos, relacionais e dialéticos (GUPTA e FERGUSON, 2000). A cultura é uma elaboração processual, não é autônoma e nem fixa num determinado lugar. Trata-se de *culturas* social e economicamente interligadas, mas com diferenças produzidas e exploradas a partir das relações sociais históricas. A diferença cultural é produto de um processo histórico compartilhado, que diferencia o mundo ao mesmo tempo em que o conecta. As identidades correspondem aos discursos políticos produzidos por grupos sociais em determinado contexto. Os autores questionam o isomorfismo de “um só território, uma só cultura”, tratando-o como narrativa de dominação exercida por Estados e elites nacionais. Distintos grupos estão incluídos e subordinados economicamente, embora muitos estejam excluídos socialmente, o que nos remete novamente à assimetria de poder.

O *lugar* constitui-se a partir de um processo identitário que determinado espaço adquire, com espaço físico demarcado de acordo com os agrupamentos de interação social. A identidade do lugar surge da interseção entre seu envolvimento específico em um sistema de espaços hierarquicamente organizados e sua construção cultural enquanto comunidade/lugar.

O colonialismo e o capitalismo, de profundos efeitos desarticuladores sobre tais lugares, impõem uma distribuição espacial de relações de poder hierárquicas (GUPTA e FERGUSON, 2000).

Se, por um lado, há hoje identidades totalmente desterritorializadas por processos de diáspora, mas que não deixam de existir e se reterritorializam em várias partes do mundo (GUPTA e FERGUSON, 2000), há, por outro lado, comunidades locais que lutam para se manter em seus lugares ameaçados por projetos empresariais e/ou pela implantação de UCs de proteção integral da natureza, particularmente nos países “em desenvolvimento” que concentram “recursos naturais”. Essa luta reforça os processos enquanto relacionais, históricos e dialéticos, contextualizados no tempo e no espaço. Ela questiona e desafia a ideia de só haver um povo e um território nacional. A luta aciona identidades atribuídas ou autodeterminadas, para, na arena política, buscar e assegurar direitos historicamente negados.

Gupta e Ferguson (2000) declaram que as ideologias estatais estão longe de ser o único ponto em que a imaginação do lugar possa ser politizada. Appadurai (1990) realça as microidentidades, enquanto projetos políticos dentro do Estado nacional, como sinais de disjunção entre estado e nação frente às disjunções globais. Não se intenta o fechar-se ao mundo e fixar identidade e lugar (BARRETO FILHO, 2002), mas o deslocar do campo conceitual para o político, no qual a identidade leva à progressiva politização da diferença (MONTERO, 1997). Essas identidades podem refletir uma perspectiva *progressista do lugar* (MASSEY, 1994), a desafiar o Estado nacional, que, no Brasil, tem forte marca autoritária, desenvolvimentista e de controle territorial. Para Little (2002), essas identidades não remetem a movimentos separatistas, e, sim, a movimentos de luta por direitos territoriais e civis previstos por lei, inclusive. Sousa Santos (1999, p.13) aponta que “as pessoas e os grupos têm direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”.

No Brasil, comunidades tradicionais camponesas (LITTLE, 2002), quando se sentem ameaçadas pelo chamado “interesse público”, lutam contra a expropriação territorial. Camponeses de múltiplas feições, indígenas e quilombolas organizam-se em consistentes e ágeis *unidades de mobilização*, sob diferentes formas, marcadas por uma crescente *autonomia* frente aos aparelhos de Estado. Esses grupos acionam identidades que expressam transformações políticas profundas na capacidade de mobilização social face ao poder do Estado nacional (ALMEIDA, 1994).

Tais grupos estabelecem parcerias entre si e com organizações nacionais e internacionais, constituindo *redes transnacionais de luta* (ESCOBAR, 2005) contra o poder

hegemônico, que estrutura uma articulação particular do político com o econômico. Exemplo dessas redes ocorre na demanda pela criação de RESEX feita por *povos extrativistas*, dotados de variadas identidades autodeterminadas (seringueiros, geraizeiros, quebradeiras de coco babaçu, etc.). Ainda que haja desafios no que tange essa categoria, eles contam com o apoio de organizações nacionais e internacionais na luta pela manutenção de seus modos de vida, autonomia e direitos específicos previstos por lei. Para esses povos, a *biodiversidade* está ligada à cultura, aos saberes, ao território e ao uso comum. Cada lugar tem sua memória, densidade cultural e relações sociais que constróem vidas. Eles buscam subverter a ordem, desafiando Estados nacionais e normas globais, construindo discursos e *modernidades alternativas* (ESCOBAR, 2005), a partir de seus saberes, quiçá de suas *ciências* (MIGNOLO, 2003).

Mendes (2009) ressalta que toda relação supõe uma transformação. O confronto de pressupostos distintos - que está no cerne dessa relação, visando, ora à “proteção ambiental” e apropriações vinculadas, ora à manutenção dos modos de vida tradicionais – revela-se às relações e transformações decorrentes, tanto por parte dos moradores quanto por parte dos aparatos e instâncias estatais - Legislativo, Executivo e Judiciário -, entre outros atores. Nessa perspectiva, embora haja interação entre fluxos e contra-fluxos culturais e ideológicos entre grupos e sujeitos de diferentes lugares sociais, visões sociais de mundo díspares se expressam nas formas de apropriação e uso da natureza e do território. A dinâmica das relações sociais implica uma relação de poder sobre a natureza.

As visões sociais de mundo, que aludem a territorialidades, confrontam-se em conflitos/contradições ambientais, na disputa, variável no tempo e no espaço, por território - poder, signos, existência, vida. Nessa disputa, luta-se pela legitimação social da manutenção ou da apropriação territorial em que têm peso os sentidos atribuídos ao “meio ambiente” e ao “uso sustentável”. As visões sociais de mundo interpelam em meio a interações e coerções, aproximações e dissonâncias, regadas pela assimetria de poder. Como sugere Appadurai (1990, p.311), “a comunidade idealizada por um homem [...] é uma prisão política de um outro homem”.

PARTE II

REFLETINDO COM O PARQUE NACIONAL DAS SEMPRE-VIVAS

*“Creio que não há maneira mais real e mais realista
de explorar a relação de comunicação na sua generalidade
que a de se ater aos problemas inseparavelmente práticos e teóricos,
o que decorre do caso particular da interação
entre o pesquisador e aquele ou aquela que ele interroga.”*

(BOURDIEU, 1998, p.693).

Nos capítulos que se seguem, procurou-se promover um diálogo entre a realidade estudada e os caminhos, teórico e metodológico, escolhidos para apreendê-la. Aborda-se o processo de criação e implantação do Parque Nacional das Sempre-vivas, contando com as informações provenientes de documentos e entrevistas, buscando-se compreender as estratégias e os instrumentos acionados pelos atores na materialização da unidade. Procedeu-se, ainda, uma aproximação das diferentes formas de apropriação e usos do território, colhidas durante os trabalhos de campo junto aos grupos que já se encontravam na área antes da criação do parque e que lá permanecem.

CAPÍTULO 3 - A CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DAS SEMPRE-VIVAS

3.1 - Aproximações da área de estudo

Entre os biomas⁸⁰ brasileiros, o cerrado foi ressaltado por Ab'Sáber (2003) tanto por sua importância quanto pela necessidade de se preservá-lo frente ao desmatamento provocado nas últimas décadas pela exploração de monoculturas agrícolas e pela pecuária praticada por grandes latifúndios. Mazzetto Silva (2006) destacou a importância da biodiversidade no domínio desse bioma e seu papel no armazenamento e reposição de água para a alimentação de importantes bacias hidrográficas brasileiras.

O reconhecimento dessas potencialidades, no entanto, não impediram uma situação de rápido desaparecimento do cerrado, o que acendeu o alerta vermelho entre os ambientalistas. A região foi considerada um *hotspot* de biodiversidade⁸¹ e vem despertando especial atenção para a necessidade de sua conservação. Segundo Ribeiro (2008), 2,2% do território ocupado pelo cerrado está destinado a UCs de proteção integral, 1,9% a UCs de uso sustentável e 4,1% a terras indígenas. A situação é muito diferente na Amazônia, que apresenta, para as mesmas unidades, respectivamente, os índices de 5,7%, 7,7% e 17,7%. Esse autor destaca que apenas duas categorias (parques nacionais e áreas de proteção ambiental) somam 75,2% do total das UCs presentes no cerrado. As APAs, embora sejam unidades de uso sustentável, não têm por finalidade contemplar a presença de comunidades tradicionais, que é o que se observa em outras categorias, como no caso das reservas extrativistas. Dados do IBAMA de 2006 apontam que as UCs de proteção integral representam 69,6% do total da área das UCs federais no cerrado, revelando uma estratégia de conservação restritiva em termos de uso dos recursos naturais.

A história da ocupação humana no cerrado foi intensiva, sendo difícil encontrar áreas significativamente conservadas sem a presença de moradores, que ali habitam e utilizam seus recursos há várias gerações (RIBEIRO, 2008). Segundo o autor, várias são as comunidades

⁸⁰ Conjunto espacial de certa ordem e grandeza territorial sob certo domínio morfoclimático e fitogeográfico. Tais características referem-se ao conceito de *área core* – em que as condições fisiográficas e biogeográficas formam um complexo relativamente homogêneo e extensivo (AB'SÁBER, 2003).

⁸¹ O conceito *hotspot*, criado em 1988 pelo ecólogo inglês Norman Myers, visou ajudar na identificação e definição das áreas mais importantes para a preservação da biodiversidade na Terra. O *hotspot* corresponde a toda área prioritária para a conservação, por concentrar uma rica biodiversidade (um mínimo de 1.500 espécies endêmicas de plantas) e ser ameaçada no mais alto grau (ou seja, que tenha perdido mais de 3/4 de sua vegetação original) (RIBEIRO, 2008).

tradicionais do cerrado, entre elas, comunidades formadas por índios, quilombolas, camponeses, vaqueiros, artesãos, pescadores e coletores de flores sempre-vivas, herdeiras históricas de diferentes formas de uso, manejo, conhecimento e representações simbólicas relativas a esse bioma. Essas tradições remetem às práticas exercidas pelas comunidades, que se configuram em atividades variadas e combinadas, como estratégias de reprodução socioeconômica e cultural imbricadas às diversificadas conformações regionais que o cerrado assume, e, portanto, às suas particularidades culturais. Tais atividades são dinâmicas e se modificam historicamente, em especial no que se refere às relações de tais comunidades com a sociedade mais ampla. Ao se modificarem, essas atividades adquirem novas feições, mas conservam muitos dos seus aspectos tradicionais, como, por exemplo, que elementos utilizar, como utilizar e como mantê-los.

3.1.1 - As áreas prioritárias para a conservação em Minas Gerais

Em 1998, a Fundação Biodiversitas⁸², com o apoio do IEF/MG, publicou um estudo definindo quais seriam as áreas prioritárias para preservação em Minas Gerais. Nele, foram considerados os índices de diversidade biológica, o grau de ameaça ao qual as áreas estavam sujeitas, suas ecorregiões, entre outros critérios que permitiram classificar, em termos de vulnerabilidade, as áreas prioritárias à conservação. Tal mapeamento foi aprovado pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM)⁸³, o que significou o reconhecimento das informações contidas no “atlas” como um instrumento básico para a formulação das políticas estaduais de conservação (DRUMOND *et al*, 2005).

Em 2005, foi publicada uma nova edição do “Atlas de Áreas Prioritárias para a Conservação em Minas Gerais”, numa parceria realizada entre a Biodiversitas, órgãos ambientais do governo estadual, a ONG Conservação Internacional⁸⁴, a Companhia Vale do

⁸² A Fundação Biodiversitas é uma organização não-governamental que tem parcerias com organizações governamentais, instituições de pesquisa e com a iniciativa privada. “A conservação da biodiversidade brasileira é a missão primordial da Fundação Biodiversitas, [...] sediada em Belo Horizonte/MG, que promove ações de caráter técnico-científico no Brasil desde 1989” (FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS, 2011. Disponível em: <http://www.biodiversitas.org.br>, acesso em janeiro de 2011).

⁸³ Deliberação Normativa 55, de 13 de junho de 2002.

⁸⁴ “A CI é uma organização privada, sem fins lucrativos, dedicada à conservação e utilização sustentada da biodiversidade. Fundada em 1987, em poucos anos, a CI cresceu e se tornou uma das mais eficientes organizações ambientalistas do mundo. Atualmente, trabalha para preservar ecossistemas ameaçados de extinção em mais de 40 países distribuídos por quatro continentes. No Brasil, o primeiro projeto de conservação da CI teve início em 1988”. A CI conta com a parceria de cientistas da UFMG e apóia a criação de UCs no país (CONSERVATION INTERNATIONAL, 2011. Disponível em: <http://www.conservation.org.br>, acesso em janeiro de 2011).

Rio Doce⁸⁵ (atual Vale S.A.) e o IBAMA. A metodologia aplicada no segundo atlas seguiu os mesmos princípios da primeira edição, com *workshops* e “a participação e o consenso de opinião de especialistas e do envolvimento dos órgãos responsáveis pela gestão ambiental do Estado”. Nesse processo, foram analisados a representatividade atual, nas diferentes categorias de proteção, das áreas protegidas em Minas Gerais; os problemas que o Estado enfrenta na implantação de suas UCs; e as principais ações e políticas para a efetivação das UCs já existentes e futuras, como estratégia de proteção da biodiversidade, nas áreas em que ainda há considerável conservação de remanescentes de flora e fauna nativos (DRUMOND *et al.*, 2005) ou, em outros termos, “o que resta de natureza”. Posteriormente, o Zoneamento Ecológico Econômico de Minas Gerais (ZEE/MG) também considerou essas áreas como prioritárias para a conservação da flora no estado (SCOLFORO *et al.*, 2008).

Na Figura 1, a seguir, observa-se uma relação direta entre as áreas definidas como prioritárias para a conservação/preservação e a materialização de UCs em Minas Gerais, enquanto prática política destinada a reordenar o território estadual. O papel que ONGs ambientalistas, nacionais e transnacionais, e cientistas desempenham nesse processo é proeminente, visto que influenciam marcos regulatórios jurídico-políticos sobre o uso do território, definidos a partir de critérios técnico-científicos – as verdades legitimadas. Há uma aproximação entre atores sociais diversos, que se alinham em um contexto de *desenvolvimento sustentável*, afirmando a *conservação da biodiversidade* como item fundamental da agenda política ambiental global - categorias hegemônicas de pensamento.

Uma questão que se coloca é: quais seriam os nexos entre as áreas degradadas plotadas no mapa e a produção capitalista do espaço implementada pelas empresas mineradoras, que são consideradas parceiras nesse consenso pró-conservação?

⁸⁵ Vale S.A., desde 2007.

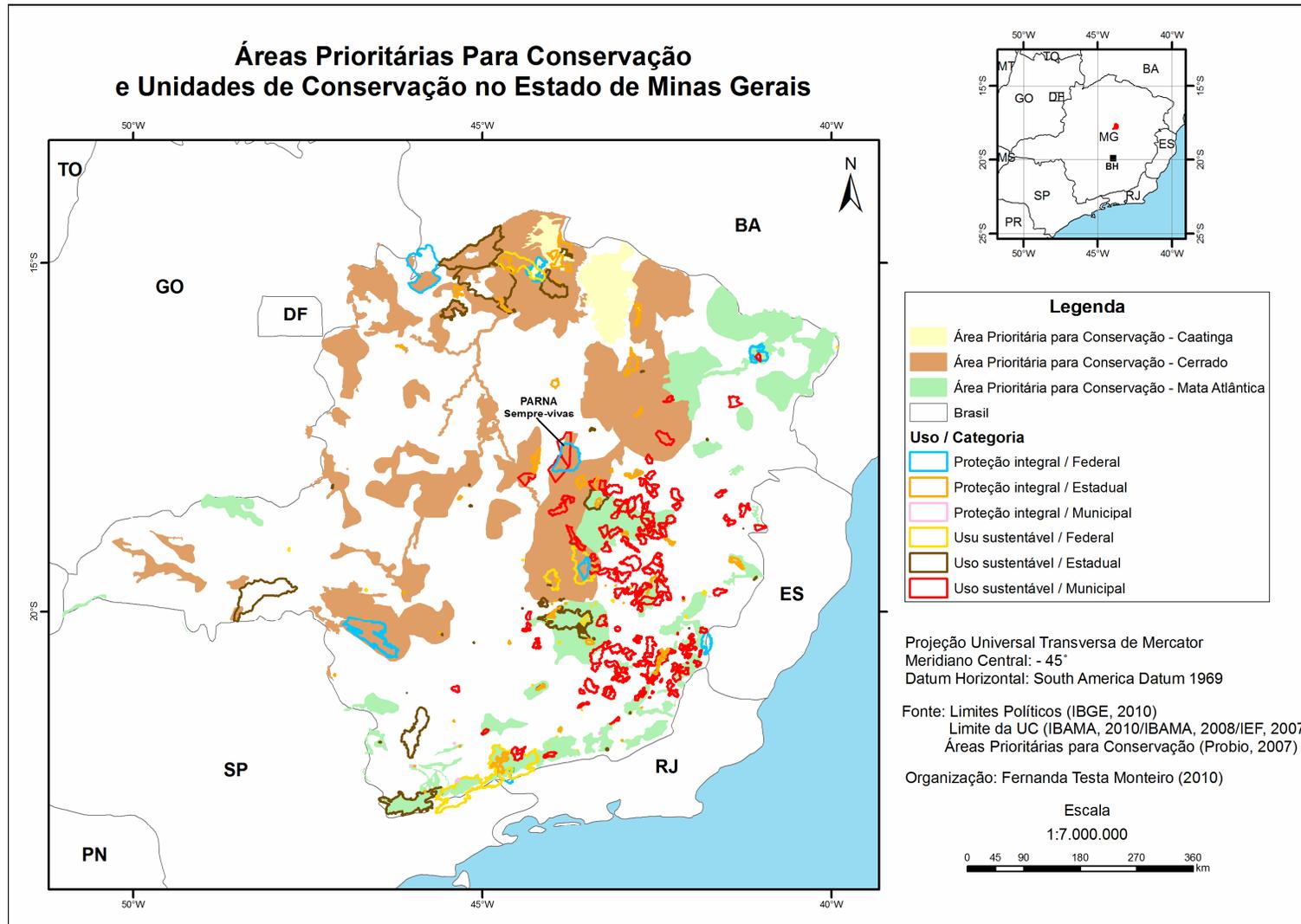


FIGURA 1 - Áreas prioritárias para conservação e UCs em Minas Gerais (2007/2010)

O MMA também assumiu essa priorização como referência para as ações ambientais do governo federal no que se refere ao Estado de Minas Gerais⁸⁶. A conservação/preservação alinha-se, assim, com a ordem global preconizadora de certa racionalidade hegemônica de revalorização da natureza “original”, em que o fazer política trafega pelas formas e modos de valorização dos lugares (MORAES, 2008). Através da proteção de certas áreas, o Estado desempenha seu papel de viabilização do *desenvolvimento sustentável*, adequando sua produção às exigências ambientais globais, a partir de normas governamentais de ordenamento do espaço.

Entre as exigências, está a de garantir as metas acordadas de proteção dos biomas, para a qual pesa o papel das UCs, condição expressa nas motivações de criação do PARNA Sempre-vivas, por exemplo. A *compensação ambiental* resultante da instalação de empreendimentos vultosos também é motivação para a criação de UCs no em Minas Gerais, como se deu com a criação da REBIO da Mata Escura nos municípios mineiros de Jequitinhonha e Almenara, em virtude da construção da Usina Hidrelétrica de Itapebi (ZHOURI e ZUCARELLI, 2010). Em ambos os casos, teve-se como referência as áreas eleitas como prioritárias para a conservação no estado.

A política de proteção de áreas prioritárias também vai ao encontro da atribuição dada ao Estado de “guardião dos fundos territoriais”, para a garantia da integridade do território (MORAES, 2008), valor supremo na ideologia nacional brasileira. O papel de estimular e fomentar a conservação de áreas representativas e singulares ao redor do mundo e estabelecer áreas demonstrativas onde pesquisas científicas possam ser desenvolvidas, como apontou Medeiros (2006), tem nas ONGs e nos cientistas parceiros fundamentais, que legitimam as políticas governamentais.

⁸⁶ A região foi reconhecida, pelos exercícios de identificação de prioridades para a conservação da biodiversidade, desenvolvidos para todos os biomas brasileiros, no âmbito do Programa Nacional de Biodiversidade (PRONABIO) do Ministério do Meio Ambiente, co-financiado pelo Global Environment Facility (GEF). Esses exercícios, contando com cientistas, ONGs ambientalistas e governos, indicaram mais de 300 áreas prioritárias para conservação em todo o país. Os trabalhos das "Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Pantanal" (MMA, *et al.* 1999 *apud* MEDEIROS, 2003), coordenado pela Funatura, Conservation International e Fundação Biodiversitas, priorizaram áreas na Serra do Espinhaço, em Minas Gerais.

O GEF é uma parceria mundial entre 178 países, instituições internacionais, organizações não-governamentais (ONGs), e do sector privado para abordar as questões ambientais globais, e apoiar iniciativas nacionais de desenvolvimento sustentável. O GEF é o mecanismo financeiro designado para quatro convenções internacionais sobre o ambiente. Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD); Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC); Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs); Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD). O GEF co-financia iniciativas que ajudem os países em desenvolvimento, ou cujas economias se encontrem em transição, a cumprir os objetivos das referidas convenções. Para além disso, colabora também com outros tratados e acordos em vigor (GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY, 2011. Disponível em: www.thegef.org, acesso em março de 2011).

3.1.2 - A Serra do Espinhaço em Minas Gerais

A Serra do Espinhaço, também conhecida como cordilheira e cadeia, que se inicia em Minas Gerais e adentra a Bahia até a divisa com o Piauí, constitui um grande divisor entre as bacias hidrográficas do centro-leste brasileiro e a do Rio São Francisco (COMIG e IGC/UFGM, 1997). Em Minas Gerais, constitui um conjunto de “terras altas”, no formato de bumerangue, de direção geral norte-sul e convexidade orientada para oeste. Segundo Saadi (1995), a denominação “serra” esconde uma realidade fisiográfica que é melhor definida pelo termo “planalto”. As duas asas correspondem a dois compartimentos de planalto - o planalto meridional e setentrional - diferenciados do ponto de vista lito-estrutural e morfológico e separados por uma zona deprimida alongada de direção NW-SE, que passa por Couto Magalhães, ao norte de Diamantina/MG. Sua porção meridional, que vai da região conhecida como Cipó (ao norte da capital mineira) até o Município de Olhos D’Água (ao norte de Diamantina), contém nascentes de rios e afluentes que drenam para diferentes bacias (Rio Doce, Rio Jequitinhonha e Rio São Francisco). Elas são responsáveis pelo abastecimento de importantes cidades das regiões Sudeste e Nordeste do país.

As “terras altas” do Espinhaço exercem uma função ecológica *sui generis* e merecem destaque a sua posição latitudinal e sua distância em relação ao litoral atlântico. Essas características atraem estudos não só de geólogos, como também de cientistas voltados à ecologia dos ambientes e biomas que nela se encontram⁸⁷. Acrescente-se, ainda, que a porção mineira da serra detém a maior parte dos estudos já realizados, sobretudo geológicos, nos quais se ressalta a importância de se fortalecer as compreensões acerca de sua biota. Neste sentido, cientistas e ONGs ambientalistas, voltados a pesquisas de conservação da biodiversidade, com o apoio de órgãos ambientais governamentais, agruparam informações decorrentes de estudos sobre a Serra do Espinhaço e chegaram a afirmar a existência de mais de seis mil espécies em sua biota (GONTIJO, 2008).

Entretanto, para Gontijo (2008, p.13), a Cadeia do Espinhaço segue ainda “desconhecida em grande parte de sua extensão, especialmente se for considerado seu elevado grau de endemismos”. Cada um de seus grotões permanece como “alvo potencial de investigações mais aprofundadas”, especialmente num momento em que os estudos da

⁸⁷ O geólogo Eschwege (1822) foi atraído pela serra (GONTIJO, 2008), bem como diversos naturalistas europeus, que a ela se referiram em seus estudos desde o século XIX, como Auguste de Saint-Hilaire, Karl Friedrich von Martius e Ludwig Riedel (COSTA, 2005).

biodiversidade de Minas Gerais ganham fôlego, por meio das pesquisas aportadas pela Fundação Biodiversitas. O autor aponta que biólogos e ecologistas, em geral, tendem a reduzir a questão da conservação da serra à criação de UCs, se possível daquelas mais restritivas, como mecanismo que impediria os efeitos de uma crescente pressão antrópica. Muitos desses profissionais são cientistas e técnicos envolvidos na criação das UCs já existentes na Serra do Espinhaço. Mas, além da possibilidade do “novo” a “ser descoberto”, o autor considera que a biodiversidade particular do Espinhaço corre “riscos”, ressaltando a gama de espécies endêmicas.

Nesse contexto, pesam as *raridades* (LEFEBVRE, 1969), em que os elementos da natureza, como raridades, passam, no âmbito do sistema capitalista de produção, a ter um valor de troca maior. Sua proteção passa a ser defendida como uma *necessidade*, referência recorrente entre os cientistas que se debruçam sobre a região:

Se não tomarmos cuidados quanto à preservação do que ainda resta de biodiversidade na Cadeia do Espinhaço e em seus biomas adjacentes, estaremos na eminência de sofrer um grande “terremoto ambiental” já que estamos, como mostra a geografia de nossa “tectônica ambiental”, localizados bem em cima de seu hipotético epicentro (GONTIJO, 2008, p.13).

Segundo Ab’Sáber (2003), os domínios do cerrado necessitam ser transformados em área de proteção ambiental, em especial um setor representativo da Serra do Espinhaço, em Minas Gerais,

[...] no qual possa ser visto o zoneamento altitudinal, desde as matas de encosta baixas e grotões (lado oriental), até os cerrados (lado ocidental) e os agrupamentos de ecossistemas da cimeira da Serra, onde predominam campos rupestres (pradarias de altitude) (AB’SÁBER, 2003, p.135).

Os campos rupestres são encontrados em ambientes de serra e correspondem a 2,5% da extensão inicial do bioma cerrado (DIAS, 1996 *apud* MAZZETTO, 2006). Segundo a Fundação Biodiversitas, a presença de campos rupestres na Serra do Espinhaço levou à sua classificação como de importância biológica especial, pela ocorrência de espécies restritas às áreas e/ou ambientes *únicos* em Minas Gerais, sendo apontada como área prioritária para a conservação. Ela é considerada detentora de alto grau de endemismo vegetal, e é onde se encontram 80% das espécies de flores sempre-vivas no país. A Serra do Espinhaço abriga

ainda 40% das espécies de plantas ameaçadas de extinção no Estado de Minas Gerais, com o extrativismo vegetal sendo apontado como uma de suas principais causas. Nesse contexto, as recomendações da Biodiversitas foram: a criação de UCs, a implantação daquelas já existentes e o incentivo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) (COSTA *et al.*, 1998).

3.1.3 - A Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço, Minas Gerais

A partir dessas compreensões, ambientalistas de organizações governamentais e não-governamentais mobilizaram-se pela proteção da Serra do Espinhaço. A mobilização resultou na criação de UCs tanto de proteção integral quanto de uso sustentável, e no reconhecimento da Serra do Espinhaço como Reserva da Biosfera⁸⁸, pela UNESCO, em junho de 2005 - reserva que abrangeu também uma porção do Quadrilátero Ferrífero, localizado ao sul da capital mineira (Figura 2, a seguir).

⁸⁸ O art. 41 do SNUC (2000) estabelece que “a Reserva da Biosfera é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações”. Segundo Medeiros (2003), é um marco na proteção da natureza, calcado na produção de conhecimento, e se aproxima de uma estratégia de planejamento em escala global.

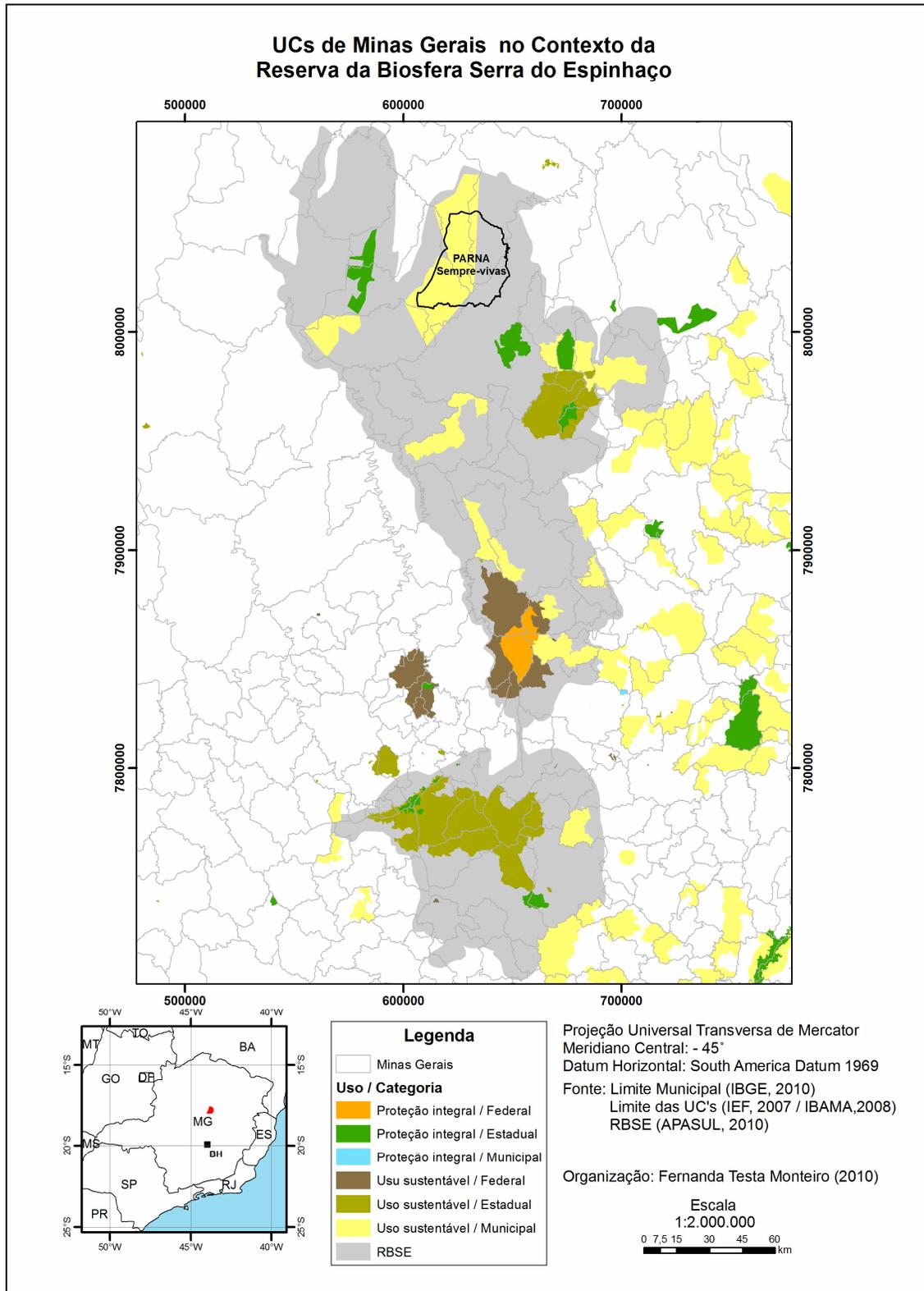


FIGURA 2 – Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (2010)

O surgimento da ideia de criação da Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço (RBSE), seus idealizadores, argumentos e estratégias são descritos no seguinte trecho da entrevista concedida por seu coordenador (no momento de realização desta pesquisa) - biólogo formado pelo Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFMG, que também participou do processo de criação:

Já existe uma tradição de alguns mineiros, [...] que são ligados a essa questão da conservação, são pessoas muito emblemáticas, baluartes do movimento ambientalista mineiro: Hugo Werneck, Célio Valle e Ângelo Machado, que lutaram muito pela criação do Parque [Nacional] da Serra do Cipó. E essa história de transformar a Serra do Espinhaço, de tombar como patrimônio da humanidade, já tinha sido deslumbrado por esses visionários [...] que contribuíram muito pra elaboração do documento que foi enviado a UNESCO. [...] A Serra do Espinhaço tem uma importância mineral. Principalmente agora com essa questão do novo ciclo do minério de ferro onde as jazidas que eram mais distantes, ou tinham um teor mais pobre do minério de ferro, tornaram-se viáveis por conta da demanda, principalmente da China, uma ameaça a esses monumentos naturais [...]. Aí a ideia da reserva ganhou forças, partindo, inicialmente de Conceição do Mato Dentro onde fica a maior de todas as cachoeiras, o Tabuleiro, muito freqüentada por pessoas que moram em Belo Horizonte. [...] A gente começou a pesquisar um tipo de unidade que tivesse, que pudesse pensar os aspectos humanos dentro desse território. Aí, a gente entrou no conceito da APA. [Mas] a gente tá concentrado na APA Sul, que tá cheia de problema, e a gente queria dar mais visibilidade prá esse passo. Garantir a conservação da biodiversidade muitas vezes é dar visibilidade. Então, algumas pessoas nos apresentaram esse programa da UNESCO [...] e a gente viu que seria um programa interessante porque a gente colocaria o Espinhaço numa rede mundial de conservação e nós poderíamos também participar desse grande intercâmbio científico de áreas protegidas e de grandes áreas naturais do planeta (Membro de ONG ambientalista e coordenador da RBSE, entrevista realizada em setembro de 2010).

A Serra do Espinhaço como “patrimônio da humanidade” foi uma construção proposta por “mineiros”, na qual interesses parcelares foram universalizados. Foram propagadas ideias e valores de que seria bom obter uma maior “visibilidade” para a região e a conservação da sua “biodiversidade ameaçada”, tecendo-se, assim, um imaginário coletivo. Para se alcançar o objetivo de *conservação* desse “monumento natural”, define-se *normas* de conduta apoiadas em critérios científicos que privilegiam a proteção dessas áreas. Tais normas, como apontou Thompson (1989), são apresentadas como abertas a qualquer um que tenha habilidade e tendência de nelas ser bem sucedido. Ressalte-se ainda que, concretamente, não há consenso entre os atores sociais que incidem sobre a região.

Os nomes citados pelo entrevistado como referências do movimento “ambientalista mineiro” são de professores, já aposentados, do curso de biologia da UFMG. Eles foram

pioneiros na criação de áreas naturais protegidas em Minas Gerais, como, por exemplo, áreas de preservação na capital, e, posteriormente, na implantação de parques em áreas rurais do estado, sendo o Parque da Serra do Cipó o primeiro deles. Célio Valle foi um dos fundadores da Biodiversitas, e afirma que o fez em função da “necessidade de criar uma ONG técnico-científica”. Ele é filiado ao Partido Verde (PV) e foi diretor de biodiversidade do IEF/MG no decorrer dos mandatos do último governador (2002-2010), cargo que já tinha sido ocupado por outros professores/pesquisadores. Em entrevista concedida à Revista Ecológico (2009), salientou que o problema ambiental está ligado ao “aumento da população aliado ao consumo sem consciência ecológica” e relembrou uma citação feita por ele no “Manifesto dos bichos e das plantas sem terra”, documento criado e divulgado por ocasião do I Congresso Mineiro de Biodiversidade (COMBio) realizado em 2006:

Se o MST luta por terra, por que bichos e plantas não podem ter o mesmo e natural direito? [acrescentou:] Nós, os bichos e as plantas, não somos patetas nem patifes. Queremos apenas não pagar o pato, mas dividir entre nós, e com sabedoria, o pequeno planeta azul que é a Terra. Bichos, plantas e gente de todo o mundo, uni-vos! A natureza, certamente, está grata e orgulhosa desse interlocutor que lhe dá voz. E a gente toda, que somos nós, também. [E finalizou a entrevista:] Quem lida com o meio ambiente tem de ser simpático. Essa é a primeira condição. A segunda é saber usar a palavra. É preciso encantar as pessoas. Só assim elas aderem à causa (Célio Valle, em entrevista à REVISTA ECOLÓGICO, dezembro de 2009, p.16).

Nas últimas décadas, ocorreu a profissionalização do movimento ambientalista, constituindo-se ONGs com corpo técnico e infraestrutura de trabalho (ZHOURI, 2001). Em alguns casos, como o acima citado, elas se autodefinem como “científicas”, o que lhes confere legitimação, já que as “verdades racionais” da ciência são reconhecidas e autorizadas pela sociedade moderna. É interessante notar que um fluxo de cientistas parece buscar, via fundação de ONGs, fortalecer o movimento ambiental no *campo* (BOURDIEU, 2009) através da sua institucionalização. Outra forma de busca de fortalecimento diz respeito às parcerias firmadas entre ONGs ambientalistas, cientistas e órgãos ambientais estatais, reafirmando, em ambos os casos, a hegemonia da ciência moderna no pensamento ocidental.

Certo é que um mesmo sujeito pode ocupar vários lugares sociais – o de professor, ativista de ONG, militante político-partidário e gestor público -, o que lhe possibilita efetuar conexões com outros grupos, visões sociais de mundo e interesses, e, ao mesmo tempo acumular poder, no plano discursivo ou na ação. Ressalte-se que a preservação ambiental proposta pelo entrevistado, em termos de direitos iguais entre todos os seres, foi também observada no movimento *preservacionista* dos Estados Unidos do início do século XX

(MARTÍNEZ ALIER, 2007). No trecho acima, a naturalização da “luta pela terra” como dado natural, necessário a todos os seres e não como resultado da práxis humana, toma o efeito pela causa (CHAUÍ, 2004). As estratégias de “encantamento” e o “saber usar a palavra”, em muitos casos, constituem estratégias discursivas que acionam aspectos simbólicos imbuídos de afetividade para interpelação dos sujeitos em prol da defesa da “natureza” - ente externo.

No que tange à elaboração do documento de proposição da RBSE, este foi redigido em poucos meses por um Grupo de Trabalho (GT) instituído pela Resolução nº 244, de 23 de julho de 2004, da SEMAD-MG. O GT contou com cientistas, ONGs ambientalistas e técnicos governamentais, apoiados por institutos de pesquisa e organizações da sociedade civil. No intuito de melhor compreender tal processo - as aproximações entre os atores locais, nacionais e internacionais - foi perguntado ao coordenador da RBSE, que também esteve envolvido no processo de sua proposição, quais foram os caminhos de articulação que possibilitaram chegar até a UNESCO. Ele respondeu:

Um documento que te exige estudos de todo tipo, que vão desde a parte de ocupação humana, da parte econômica, turismo, parte cultural, ambiental, enfim . . . [é] algo que um grupo pequeno jamais poderia fazer. Então, a gente ativou algumas ONGs. Em Belo Horizonte tem duas muito antigas, a AMDA e a Associação Cultural Lagoa do Nado [da qual o entrevistado participa], que liderou [esse processo] junto com a Sociedade dos Amigos do Tabuleiro de Conceição de Mato Dentro, mais a UFMG, a PUC-Minas e a Biodiversitas. Enfim, a ideia saiu de ambientalistas, de ONGs e de alguns acadêmicos. E essa ideia precisaria ser aceita pelo governo de Minas e esse documento teria que ir pra Brasília, porque quem apresenta esse documento pra Unesco é o Ministério das Relações Internacionais. Esse documento teria que sair do Itamaraty. Isso foi o mais difícil, além de fazer tudo em tempo recorde, porque esse documento teria que ser produzido em poucos meses, porque a gente queria enviar esse documento ainda em 2005. [...] Por isso, decidimos, naquele momento, só pelo Espinhaço em Minas, porque seria difícil mobilizar a Bahia também (Membro de ONG ambientalista e coordenador da RBSE, entrevista realizada em setembro de 2010).

A iniciativa, segundo ele, ganhou fôlego quando

[...] conseguimos articular as ONGs, mobilizar muitos pesquisadores de diversas áreas, tínhamos os gestores de unidades [UCs] e órgãos do meio ambiente [...] uma articulação grande que nos daria subsídios e informações para que esse documento ficasse pronto. E nós conseguimos convencer o governo de Minas. O secretário de Meio Ambiente, José Carlos de Carvalho, imediatamente adotou a ideia. Sem titubear, ele falou que gostaria muito de ver o Espinhaço reconhecido como patrimônio pela Unesco. Isso seria importante pra Minas e seria importante pra própria conservação do Espinhaço. [...] Nossa central, pra construir esse documento, foi o Instituto Estadual de Florestas e trabalharíamos apenas com dados secundários [...]. A gente também precisava fazer muitas fotos, então nós conseguimos um

helicóptero [pelo IEF/MG], sobrevoamos o Espinhaço inteiro e tiramos fotos de tudo e conversamos com alguns gestores das unidades [UCs] (Membro de ONG ambientalista e coordenador da RBSE, entrevista realizada em setembro de 2010).

O protagonismo das ONGs ambientalistas apoiadas por cientistas, organicamente ou por meio de parcerias, reafirma a força política do movimento ambientalista na sociedade ocidental (ZHOURI, 2001). O alinhamento ideológico entre os vários atores sociais teve força suficiente para a rápida viabilização do marco jurídico-político e obtenção de apoio da infraestrutura pública em prol da materialização da proposta. Ao partilharem de uma visão social de mundo comum, tais sujeitos coletivos articularam-se na luta política pela defesa de seus interesses, intenções e representações quanto à *natureza*. As alianças tinham ainda que se estender às escalas federal e internacional, mobilizando sentidos que fizessem outros sujeitos se reconhecerem naquela proposta, o que aconteceu da seguinte forma:

Os parques estaduais, a gente tinha acesso fácil, mas tinha os parques municipais e federais, então teve também que fazer outra articulação com MMA e o IBAMA, na época. Aí, fomos à Brasília defender esse documento, no Conselho Brasileiro, para o programa MaB, ligado ao MMA, e tivemos uma resposta positiva e aí o documento foi entregue ao Itamaraty. Mesmo assim, precisaria ganhar mais importância, uma espécie de embaixador, prá que esse documento chegasse à Unesco com méritos. Pensamos em várias pessoas aqui no Brasil, mas quem realmente pegou esse documento, colocou debaixo do braço e levou, foi uma francesa, a madame Danielle Mitterand. [...]. Ela [Danielle Mitterand] tem um programa de direitos humanos ligado à água, a entidade que ela preside chama-se France Liberté. O Ailton Krenak tinha uma relação muito boa com a Daniele, assim como um outro líder indígena. [...] Então, esses índios, eles trouxeram a Daniele prá ver a Serra do Espinhaço: ‘Quer ver água? Então, você vai ver água’. Nós conseguimos que a Daniele viesse aqui em Minas Gerais e mostramos prá ela o que é o Espinhaço e o potencial de produção de água dele. Focamos o documento nos pontos chaves prá conservação. Qual é a grande riqueza do Espinhaço? A água, a cultural, por ter sido aqui a rota de colonização do Brasil em busca das riquezas naturais; a paisagem e os campos rupestres. Esse bioma tão delicado e tão ameaçado. [...] E o que chamou a atenção da UNESCO foi a questão da água, o grande produtor de água pura, mineral; a questão das sempre-vivas ameaçadas, que foi inclusive uma condição que a UNESCO nos impôs de tratar do extrativismo de flores de uma forma especial; e a questão da mineração, que gerou muita preocupação. Muito pouca riqueza que fica nos municípios. . . (Membro de ONG ambientalista e coordenador da RBSE, entrevista realizada em setembro de 2010).

A força simbólica, permeada por representações no tempo e no espaço, dos elementos *água, cultura e paisagem*, alguns “ameaçados” de desaparecer, tornou-os eficientes mediadores na mobilização de sentidos e no seu reconhecimento pelos sujeitos, que se

posicionaram na luta pela preservação/conservação do Espinhaço. Sujeitos ligados aos movimentos sociais de povos e comunidades tradicionais – neste caso indígenas da etnia Krenak, que têm território reconhecido na Região Leste de Minas Gerais - ganharam destaque como promotores das conexões estabelecidas para o apoio à proposta já elaborada. Esses sujeitos acionam representações no imaginário coletivo referentes, por exemplo, à originalidade, além de conferir ao projeto a perspectiva da *inclusão social* daqueles historicamente excluídos, corroborando a legitimidade da proposta.

Ao mesmo tempo, ficou evidenciada a dinâmica do campo ambiental, por meio da aproximação de visões de mundo de sujeitos que ocupam lugares sociais muito diferenciados, indicando que pode haver elementos que possibilitam o diálogo em um determinado contexto. Nesse caso, isso parece ter-se dado tanto pela força simbólica dos elementos citados, quanto pela noção de *sustentabilidade*, já que o discurso oficial sobre a reserva da biosfera define-a como uma ferramenta de ordenamento do território que prioriza a natureza sem excluir as comunidades locais. Outro aspecto que merece atenção é o olhar da UNESCO sobre os recursos brasileiros, sobretudo em relação à água, o que confirma a posição privilegiada do Brasil na divisão internacional do trabalho, enquanto detentor de abundantes riquezas naturais.

Na apresentação da proposta da RBSE, fruto de toda essa articulação política, foram preponderantes as *belezas cênicas naturais* e a importância *ecológica* (categorias já recorrentes na justificativa de proteção da natureza), além do *patrimônio cultural* (acionado como atrativo turístico da região). Entre as atividades definidas como potencial da região estão a pesquisa e o turismo, em consonância com um planejamento/ordenamento territorial mais amplo de áreas prioritárias para a preservação da natureza:

O Espinhaço é, sem dúvida, uma das regiões mais ricas e diversas do mundo. A extensão da área e sua importância biológica, geomorfológica e histórica justificam a adoção de medidas urgentes para a conservação de todo o complexo montanhoso. Se gerenciados de maneira integrada, podem contribuir para a sobrevivência do maior número possível de espécies da Cordilheira. Além das belezas naturais, a região cortada por suas montanhas reúne patrimônios culturais, como as cidades históricas de Ouro Preto, Mariana, Caeté, Santa Bárbara, Serro, Diamantina, e manifestações artísticas e religiosas que ainda permanecem vivas em toda a extensão da cordilheira. Circuitos turísticos conhecidos como o do Ouro, do Diamante, da Cachaça, da Estrada Real e das Fazendas Centenárias de Minas, tocam ou são tocados, de alguma forma, pela Cordilheira do Espinhaço. É urgente a adoção de uma escala mais eficaz de planejamento para a conservação da Cordilheira do Espinhaço, para a qual os corredores ecológicos e a busca do seu reconhecimento como Reserva da Biosfera pela UNESCO constituem uma estratégia promissora, [que] representa um marco para a conservação no

Brasil, pois, além de proteger uma área de grande relevância, é uma ação concreta de implementação das propostas de priorização de áreas para conservação (MINAS GERAIS, 2005, p.13).

A conservação/proteção da natureza, pautada pela importância da biodiversidade, reaparece ao longo de todo o documento, destacando-se o apoio de pesquisadores de vários centros para o desenvolvimento de tecnologias compatíveis com a *sustentabilidade* - conceito valorizado internacionalmente pela UNESCO⁸⁹ -, que ressalta o papel central das UCs de proteção integral no planejamento. A riqueza cultural também compõe o discurso como partícipe do desenvolvimento sustentável, complementando o tripé economia-ecologia-equidade social, “conciliando interesses” e “moldando” o desenvolvimento (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

No tocante ao *desenvolvimento*, a agricultura familiar, a arte popular, a etnobotânica e o turismo foram destacados, no documento, como atividades que seriam beneficiadas pela criação da RBSE, assim como o potencial do “extrativismo vegetal bem planejado desse valioso banco genético, quando associado às estratégias de manejo sustentável, implicam [...] novas alternativas para uma economia de qualidade” (MINAS GERAIS, 2005, p.15). A mineração foi considerada como “outra vertente peculiar ao perfil econômico da região”, pois é parte da histórica ocupação e uso desses recursos naturais não-renováveis. Afirmou-se que, atualmente, tal atividade atinge um “novo momento com a *responsabilidade ambiental*, que tem apontado para as *compensações ambientais* em unidades de conservação e no entorno das áreas de influência destes empreendimentos” (MINAS GERAIS, 2005, p.15, grifos nossos).

⁸⁹ O objetivo do programa MaB é o de “conservar recursos genéticos, espécies, ecossistemas e paisagens; estimular desenvolvimento sustentável, social e econômico; e apoiar projetos demonstrativos, de pesquisa e educação, na área de meio ambiente” (UNESCO, 2010). As Reservas são zonas delimitadas no interior dos países, demandadas pelos Estados nacionais membros da UNESCO, escolhidas com base em parâmetros científicos, durante a reunião do Conselho Internacional de Coordenação do Programa, que é composto por representantes dos Estados e internacionalmente reconhecidas pelo programa MaB. Segundo a UNESCO (2010), também participam desse processo comunidades locais, organizações não-governamentais, autoridades e peritos em questões ambientais – já que essa participação faz parte do discurso de inclusão social. Com mais de 30 anos de existência, o MaB possui atualmente 411 Reservas da Biosfera, em 95 países. As Reservas regidas pelas legislações nacionais dos países devem incluir três esferas de zoneamento: a primeira é a zona central (“core zone”, terminologia inglesa adotada pelo MAB), um ou mais núcleos que abrangem áreas previamente protegidas, como parques nacionais ou estaduais, reservas biológicas públicas ou privadas, estas últimas desde que reconhecidas por lei específica. As zonas centrais destinam-se à pesquisa e conservação. A segunda é a zona de amortecimento (“buffer zone”), que prevê, além de ações educacionais, iniciativas econômicas com utilização limitada de recursos para o desenvolvimento de comunidades locais. E a terceira é a zona de transição (“transition areas”), que admite atividades de maior monta, respeitadas as condições naturais da região. O Brasil detém seis reservas: Mata Atlântica e Cinturão Verde de São Paulo, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Amazônia Central e Serra do Espinhaço. A seleção e designação das Reservas no Brasil obedeceram a uma estratégia do Ministério do Meio Ambiente, que procurou privilegiar áreas representativas dos grandes biomas brasileiros (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURE ORGANIZATION, 2010. Disponível em: <http://portal.unesco.org>, acesso em maio de 2010).

Os investimentos na “área ambiental”, feitos principalmente por mineradoras e empresas de reflorestamento (sobretudo de eucalipto), são vistos como ações “oportunas para a implementação de planos de gestão ambiental considerando a Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço como unidade de planejamento ambiental” (MINAS GERAIS, 2005, p.15). Dentre os colaboradores da proposta de criação da reserva está a Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG). Os planejadores da reserva consideraram, ainda, a possibilidade de se obter “créditos para projetos em economia de qualidade junto a empresas que utilizem critérios de *responsabilidade social* em suas gestões”, e anunciaram a ideia de se criar um incentivo para essas iniciativas com uma “certificação ambiental representada por um selo de qualidade” da RBSE (MINAS GERAIS, 2005, p.15, grifos nossos).

Essa perspectiva revela alianças em um contexto de adequação ambiental e de modernização ecológica, que conta com “indicadores ambientais e sociais” através do apoio a projetos que possam ser executados pelas entidades *parceiras* na *gestão ambiental* (MAZZETTO SILVA, 2006). Tal situação aponta para relações de interdependência e complementaridade entre exploração/proteção, a delinear o reordenamento territorial ancorado pela noção de *desenvolvimento sustentável*, no qual os atores assumem diferentes funções. O alinhamento dos diversos atores sociais, locais e globais, gerou uma rede de sustentação e legitimação da proposta, na qual se demonstrou o “consenso” pré-construído e a capacidade financeira, cultural, política e técnica no apoio a “projetos demonstrativos; educação e treinamento ambiental; pesquisa e monitoramento relacionados a demandas locais, regionais, nacionais e globais de conservação e desenvolvimento sustentável”, com destaque para o papel da ciência e das competências, como pode ser observado no trecho a seguir:

As riquezas naturais da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço estão sendo permanentemente fontes de pesquisas e monitoramentos através de convênios, projetos e contratos entre as instituições de ensino e pesquisa, administrações das UCs e prefeituras locais. Em acordos de cooperação, como os firmados com o IEF, o KfW⁹⁰, o Ministério da Cooperação da Alemanha e a SEMAD [MG], em ações na suas unidades de conservação; do

⁹⁰ “O KfW Bankengruppe - é o agente do governo federal alemão para as operações de cooperação financeira oficial (créditos e contribuições financeiras) entre a Alemanha e os países em vias de desenvolvimento. O KfW foi criado em 1948, como autarquia do governo alemão com sede em Frankfurt/Main. [...] Tem, por incumbência do Ministério Federal da Cooperação Econômica e Desenvolvimento, as funções de avaliar os projetos escolhidos de mútuo acordo entre os governos dos países em questão e o governo alemão, repassando os recursos oriundos desse ministério na forma de créditos, acompanhando a execução dos projetos, desde o seu início até sua conclusão. No caso da cooperação financeira oficial entre a Alemanha e o Brasil, o KfW apoiou, principalmente projetos nos setores de saneamento básico, saúde e eletrificação rural. Porém a partir de 1992, no Brasil, as liberações de recursos são em grande parte a fundo perdido (doação) e restringem-se a uma nova prioridade: projetos de proteção e manejo sustentado das florestas tropicais. Trata-se de um programa do Grupo G7, cujo maior financiador individual é o governo alemão” (PARANÁ, 2011. Disponível em: <http://www.sema.pr.gov.br>, acesso em janeiro de 2011).

IBAMA com a UFMG, UFV e a WWF na prospecção de plantas medicinais e saberes populares; da SEMAD com a CI e a Fundação BIODIVERSITAS na elaboração do Atlas da Biodiversidade em Minas Gerais. Os resultados desses trabalhos são disponibilizados de forma a atender as demandas locais e regionais. O trânsito de informações e dados gerados pelas pesquisas nessas áreas têm permitido a formação de conhecimento para a adoção de políticas globais de conservação e desenvolvimento através de parcerias entre ongs, órgãos de governos, setor privado e instituições de pesquisa e ensino nos âmbitos locais, estaduais (MINAS GERAIS, 2005, p.15).

Na manifestação acerca das significações atribuídas à Serra do Espinhaço pelos atores envolvidos no processo, depreende-se os mitos, o sagrado e o afeto que permeiam a sociedade moderna, bem como as trajetórias de vida que amparam os elementos de construção dessas representações, a partir das incursões na região. O aperfeiçoamento da sociabilidade, o prazer e o estímulo de expor tal afeto enquanto integrantes da “defesa do meio ambiente” - próximo e ao mesmo tempo distante fisicamente - corroboraram essas observações. E o valor hegemônico da biodiversidade é recorrente, assim como a escassez, as raridades e exclusividades, conforme elucida o trecho de entrevista transcrito a seguir:

O Espinhaço tem um valor histórico. [...] O Brasil foi colonizado via Espinhaço, foi daqui que saiu todo o ouro e as pedras preciosas, fortalecendo a monarquia no Império. A partir dele que foram exterminados muitos povos tradicionais. [...] No Espinhaço, tem as montanhas e alguns ambientalistas têm mais espiritualidade, a riqueza dele é múltipla. Você sobe uma montanha de mais de 1000 metros [de altitude] e vê uma flor que só existe ali, um tipo de mineral que só existe ali, uma cachoeira gigante com uma água que parece infinita e pura que você pode nadar e beber ao mesmo tempo. Em quantos lugares do mundo você faria isso? [...] Então, essa magia, esse conjunto de características, seduz qualquer pessoa que chega ao Espinhaço. Se você ler os relatos dos naturalistas que passaram por ali, por exemplo, você vai sentir que o que ele escreveu dali vem da alma dele, não foi simples descrição da paisagem, é emoção. O Espinhaço traz prá gente, prá quem resolve proteger e lutar por ele, uma comoção. A quietude da montanha, o silêncio, nos comove. Talvez seja ali que estamos mais próximos de Deus. Talvez proteger o Espinhaço [...] não seja simplesmente uma estratégia territorial, e sim proteger a nossa existência. Por isso, as pessoas que tem um pouco mais de sensibilidade, quando caminham por um lugar tão excepcional como o Espinhaço, se comovem, se emocionam, e passam a fazer da sua própria vida uma manifestação em defesa de tudo isso. E quando a gente vê que a humanidade tem passado por transformações ligadas à destruição e ao dinheiro, o capitalismo. . . . Aí, quando você vivencia o Espinhaço, isso nos faz pensar no que realmente importa na vida. Talvez seja nos aproximar de uma verdade que a sociedade tem se afastado progressivamente. Então, encontrar um lugar como o Espinhaço é se aproximar de uma verdade, de uma essência, da existência, dos valores que muitas vezes não pensamos. E nossas emoções é que movem nossas ações. A movimentação das pessoas que defendem o Espinhaço está muito ligada à emoção que elas sentem por poder, simplesmente, contemplar um lugar como aquele. É uma coisa transcendente, que transcende nossos valores reais

daqui. [...] O mineiro é contemplador por natureza, ele se inspira na montanha, seja ela qual for. [...] Eu fiquei apaixonado pelo Espinhaço porque vivi minha infância nele [...] e quando eu fiquei adolescente nunca mais parei. Tive várias vivências lá, caminhada de dias. [...] É o lúdico também, né? [...] Talvez é isso aí, é a paixão, né? (Membro de ONG ambientalista e coordenador da RBSE, entrevista realizada em setembro de 2010).

De acordo com seu atual coordenador, a RBSE conta com um comitê gestor que irá elaborar o plano de ação para os próximos anos, no qual serão definidas as estratégias e ações concretas. Para alguns membros de ONGs que foram entrevistados, é necessário que a RBSE seja efetivada, “saia do papel”. Gontijo (2008) diz que a expressão “Serra do Espinhaço” pode ser entendida como uma espécie de “marca fantasia”:

[...] o que inclusive cai bem quando consideramos a crescente popularização do termo. Essa ideia parece, no nosso entender, estar na base da recente delimitação do que passou a ser concebido e conhecido como “Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço” (RBSE). De forte apelo de marketing, que lança a Cadeia do Espinhaço enquanto importante patrimônio ecossistêmico a ser olhado e cuidado com o carinho que merece, a RBSE acabou por englobar mais espaços ao Espinhaço mineiro. Este foi, especialmente, o caso de todo o Quadrilátero Ferrífero, o que resgata de alguma forma as ideias originais de Eschwege e Derby. Embora um ‘pecado geológico’, trata-se mais da materialização espacial de uma, boa, ideia conservacionista – quanto mais áreas estiverem incorporadas a nossa RBSE, mais chances teremos de proteger nossa biota (GONTIJO, 2008, p.9).

Essa “marca fantasia” interpela os sujeitos pela preservação/conservação do “patrimônio natural/ecossistêmico”, neste caso mundial, como integrante de uma *comunidade internacional*. Tal concepção demonstra consonância com as ideias liberais de *universalidade* e *igualdade* de direitos, mas também de desejos e necessidades, aludindo ao reconhecimento e à legitimidade da apropriação, uso e controle territorial. O apelo ambiental pode tornar-se ainda veículo para a captação de financiamentos para a região, e, mesmo, para a compensação ambiental através da transferência de recursos financeiros dos países ditos desenvolvidos para os países ditos subdesenvolvidos, o que acaba por ratificar esses papéis na divisão internacional do trabalho. Tal contexto é elucidado pelo trecho de entrevista transcrito a seguir, relativo ao entendimento sobre a RBSE:

A Reserva da Biosfera é um ‘selo’ que dá visibilidade internacional [...] e pode facilitar a captação de recursos financeiros que possam ser revertidos em projetos para desenvolver fontes de renda alternativa para a região, [...] ou para a preservação ambiental das unidades de conservação das áreas prioritárias. [Ou mesmo] a transferência de países que hoje não têm uma

qualidade ambiental e são obrigados a investir em qualidade ambiental em países que não têm dinheiro, isso pode ser feito através da reserva. Porque, infelizmente, primeiro você tem que cuidar do social, depois você consegue cuidar do ambiental. Porque ninguém vai preservar o meio ambiente passando fome, [...] sem fonte de renda nenhuma, isso não existe. Então eu acho que a reserva da biosfera, nesse sentido, ela é interessante, no sentido de captar investimentos (Gerente do PARNA Sempre-vivas/ICMBio, entrevista realizada em janeiro de 2010).

Vale ressaltar que os demais membros da equipe gestora do PARNA Sempre-vivas apresentaram, durante as entrevistas, dúvidas quanto ao significado da RBSE, o que também foi observado entre os representantes do poder público municipal de Diamantina. Os moradores das comunidades do entorno do parque desconhecem tanto o termo RBSE quanto o processo de sua criação. Entretanto, para os idealizadores dessa reserva, nos altiplanos contidos nos limites da RBSE, o Parque Nacional das Sempre-Vivas “expressa um dos mais belos cenários da tipologia Espinhaço, num mosaico de fitofisionomias desenhados por entre grupos de clastos areníticos semelhantes às cidadelas medievais” (MINAS GERAIS, 2005, p.13). Uma declaração que é composta por termos técnicos, nem sempre conhecidos do público em geral.

3.1.4 - A porção meridional da Serra do Espinhaço, Minas Gerais

No que diz respeito à porção meridional da Serra do Espinhaço em Minas Gerais, foram criados, nos últimos 16 anos, seis parques e uma estação ecológica. Em relação aos parques, cinco são estaduais (Rio Preto, Serra Negra, Pico do Itambé, Biribiri e Serra do Cabral); e um é federal (Sempre-Vivas). A extensão total das sete unidades de proteção integral chega a 197.396 hectares (IEF/MG, 2009), que agregados às zonas de amortecimento (ou zonas tampão), em alguns casos se sobrepondo, atingem 865.100 hectares, o que representa 1,47% do território do estado. Além das unidades já referidas, a região conta com sete APAs, sendo seis municipais (Rio Manso, Felício dos Santos, Serra do Gavião, Serra do Cabral, Serra Mineira e Serra de Minas) e uma estadual (Águas Vertentes), integralizando 260.807 hectares; e duas RPPNs estaduais (Fazenda Arrenegado e Campo São Domingos) (IEF/MG, 2009; FJP, 2010).

A região⁹¹ conta, assim, com unidades de proteção integral e APAs, compondo o *Mosaico de Unidades de Conservação Espinhaço: Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral* (Figura 3, a seguir), que objetiva integrar a gestão das UCs, criando entre elas corredores ecológicos (IEF/MG, 2009). O total da área ocupada pelas UCs e por suas respectivas zonas de amortecimento, também condicionadas a restrições de uso, chega a 919.800 ha (excluindo-se as áreas de sobreposição)⁹². Tal cenário demanda uma diversidade de estratégias de ação, com uma política plural no tratamento da “questão ambiental”, posto que as diferentes categorias de UCs exigem diferentes escalas de ação política (municipal, estadual, regional, federal) e múltiplos atores sociais (governamentais, não-governamentais e iniciativa privada). Nessas áreas, no interior dos parques e em suas adjacências, localizam-se os principais campos de coleta de flores secas utilizadas pelas comunidades tradicionais para sua sobrevivência.

Em 2005, o Instituto Biotrópicos de Pesquisa em Vida Silvestre⁹³, em parceria com a Conservação Internacional⁹⁴ e com a Fundação Biodiversitas, lançou o projeto “Espinhaço Sempre Vivo”, com o objetivo de reunir informações sobre a biodiversidade existente na serra, as ameaças e o seu status de conservação. Uma das etapas do projeto consistiu na realização de um *workshop*, que reuniu cerca de 50 pesquisadores de várias áreas do conhecimento biológico que atuavam no Espinhaço mineiro e baiano. O desafio proposto foi

⁹¹ As UCs abrangem parte dos municípios de Itamarandiba, Senador Modestino, Bocaiúva, Buenópolis, Diamantina, Olhos D'Água, Joaquim Felício, Santo Antônio do Itambé, São Gonçalo do Rio Preto, Serra Azul de Minas, Couto de Magalhães de Minas, Felício dos Santos, Rio Vermelho e Serro (IEF/MG, 2009).

⁹² As APAs municipais Serra Mineira, localizada em Bocaiúva, e a Serra de Minas, em Buenópolis, foram sobrepostas pelo PARNA Sempre-vivas e não têm sido consideradas nos documentos do IEF e da ONG Biotrópicos que abordam a composição do mosaico de UCs. As RPPNs também não foram consideradas.

⁹³ Fundada em 2003, com sede atualmente em Diamantina/MG, a ONG tem a missão de “produzir e difundir conhecimentos sobre a diversidade biológica, buscando o desenvolvimento científico, a formação sócio-cultural e a conservação da natureza. [...] A Biotrópicos conta com um grupo de profissionais, em sua maioria biólogos, que atuam principalmente na elaboração e execução de projetos de pesquisa que buscam o conhecimento da biodiversidade e a sua conservação” (INSTITUTO BIOTRÓPICOS, 2011. Disponível em: <http://www.biotropicos.org.br>, acesso em janeiro/ 2011).

⁹⁴ A Conservation International tem origem estadunidense e sua sede brasileira é em Belo Horizonte/MG. A “principal razão é que a cidade se tornou, ao longo dos últimos anos, um centro de excelência em conservação da biodiversidade. A criação do primeiro curso de pós-graduação do país [em ecologia no Instituto de Ciências Biológicas/UFMG] nesta área e o estabelecimento da primeira ONG brasileira, de caráter técnico-científico e explicitamente dedicada à biodiversidade, a Fundação Biodiversitas, garantiram o contexto ideal. Em 1988, a CI iniciou seus primeiros projetos no Brasil e, em 1990, se estabeleceu como uma organização não-governamental nacional. (...) Passamos a adotar, no final da década de 90, uma ênfase regional, tendo como estratégia central os Corredores de Biodiversidade. (...) Sendo necessário o estabelecimento de alianças com diversas organizações, agências de governo, instituições de pesquisa, setor privado e comunidades locais. E é sobre estas alianças que a CI deseja construir a próxima etapa na sua evolução. Convidamos assim todos aqueles que dividem conosco essa missão a unirem esforços conosco para enfrentar os grandes desafios de proteger a biodiversidade de nosso país” (Gustavo Fonseca é Team Leader do Global Environment Facility (GEF) e professor titular do Departamento de Zoologia do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG)” (CONSERVATION INTERNATIONAL, 2011. Disponível em: <http://www.conservation.org.br>, acesso em janeiro/2011).

o de planejar um sistema de áreas protegidas que fosse representativo dos componentes da biodiversidade prioritários para a conservação do Espinhaço, adotando preceitos do Planejamento Sistemático para a Conservação sugeridos no Plano de Trabalho com Áreas Protegidas (elaborado durante a Sétima Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica/COP7), uma metodologia considerada mais precisa na definição das áreas prioritárias do que as anteriormente empregadas no Brasil (AZEVEDO e MACHADO, 2008).

O exercício apontou a “grande importância de se aumentar significativamente a área atualmente protegida no Espinhaço para que efetivamente sejam conservados os elementos mais importantes da sua fauna e flora” (AZEVEDO e MACHADO, 2008, p.4), ressaltando-se, no documento de proposição desse mosaico de UCs, que:

No final desse exercício, as regiões do Alto Jequitinhonha e Serra do Cabral apresentaram expressiva importância para esse sistema. [Essas regiões] são detentoras de uma expressiva diversidade biológica, conjugada com uma rica diversidade sócio-cultural. São regiões culturalmente extrativistas, nas quais a maioria da população vive em condições sócio-econômicas precárias. Somado a essa realidade, são observados nas regiões processos de degradação e uso inapropriado do solo e dos recursos hídricos, colocando em risco a manutenção dos recursos naturais. [...] O poder público criou importantes Unidades de Conservação nessas regiões, que têm constituído a melhor forma de preservar e garantir a conservação de ecossistemas e recursos naturais vitais para a manutenção de processos ecológicos, base para ações de desenvolvimento e melhoria das condições de vida das populações humanas que se encontram no entorno das UCs (INSTITUTO BIOTRÓPICOS, 2009, p.3-4).

Os critérios hegemônicos de uso adequado e inadequado acima externalizados baseiam-se no conhecimento técnico-científico que legitima a proteção da natureza através de UCs, articulando concepções e normas nas quais certos atores, mais aptos e competentes, protagonizam a “gestão ambiental”, e deslegitima, por outro lado, os atores não-aptos, os “degradadores”. Cumprem papel fundamental nesse processo o Estado-nação e a ciência moderna, através de um discurso científico no qual as ONGs e o órgão ambiental se apoiam, integrando uma luta classificatória pela representação legítima da natureza e redistribuindo o poder sobre os recursos territorializados. A visão de mundo hegemônica tende a legitimar as condições da distribuição desigual de poder sobre os referidos recursos (ACSELRAD, 2004).

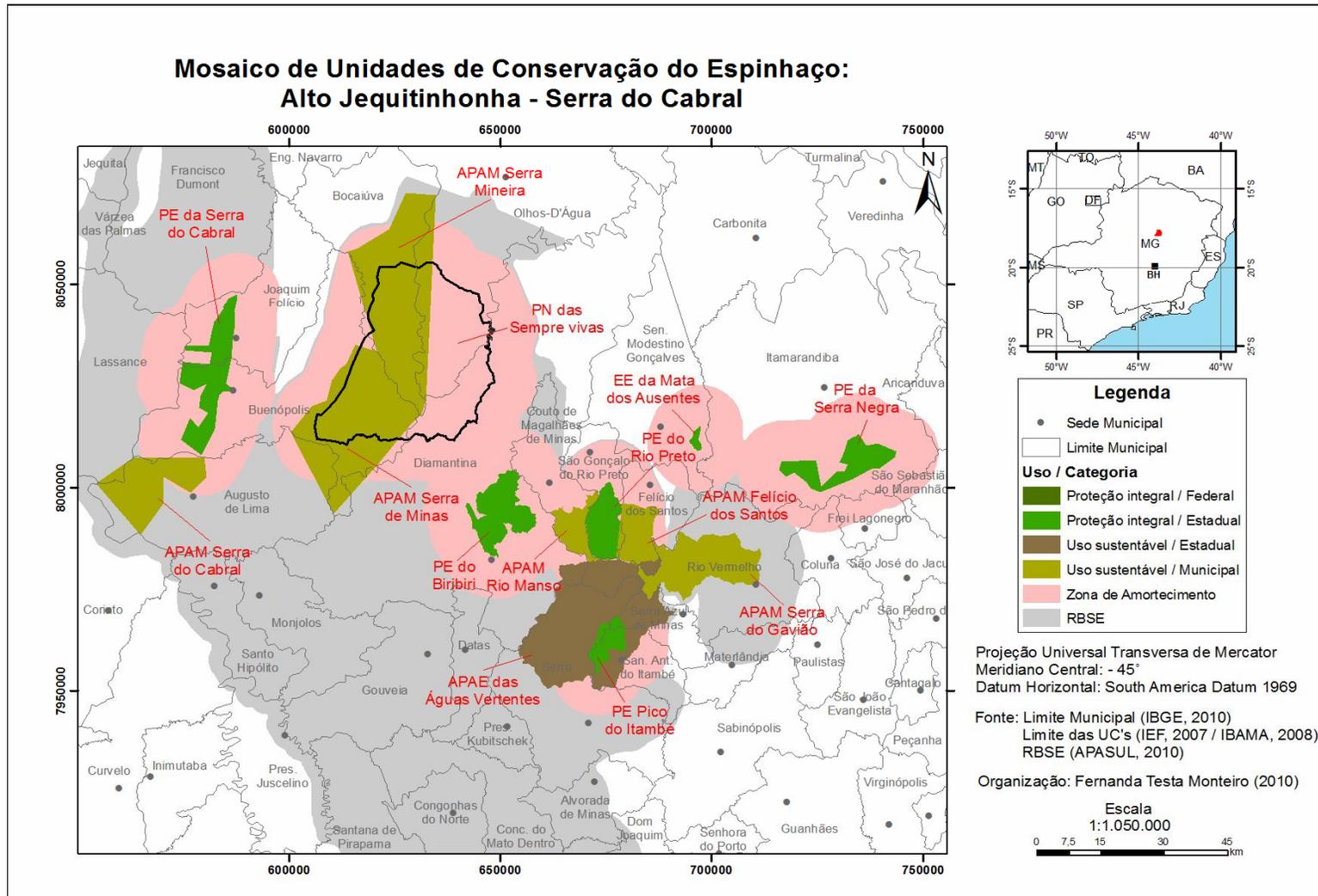


FIGURA 3 – Mosaico de Unidades de Conservação: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral (2007/2010)

A busca pelo reconhecimento do Mosaico⁹⁵ iniciou-se em 2008 e foi coordenada pelo Instituto Biotrópicos e pelo IEF/MG, com o apoio da Conservação Internacional/Brasil e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)⁹⁶. A missão do Mosaico foi assim definida: “conservar e desenvolver de forma sustentável um segmento representativo da Cadeia do Espinhaço que integra Cerrado, Campos Rupestres e Mata Atlântica” (IEF/MG, 2009).

Para o Instituto Biotrópicos e o IEF/MG (2009), as vantagens de se estabelecer o Mosaico na porção meridional da Serra do Espinhaço consistem na integração da gestão das UCs (união de esforços); na maior atração e captação de recursos para criação, ampliação e fortalecimento das UCs e para projetos que estimulem atividades econômicas de baixo impacto; na maior eficiência no combate a incêndios, na fiscalização e monitoramento de forma integrada; no incentivo à elaboração de pesquisas científicas voltadas à preservação do mosaico; e na possibilidade de maior participação de distintos segmentos da sociedade na sua gestão. A proposta coaduna com a lógica do desenvolvimento sustentável e da gestão social do território, sob a fiscalização dos órgãos ambientais governamentais apoiados pela ciência moderna e em parceria com ONGs ambientalistas. A aposta recai em modelos de referência de gestão, nos quais a proteção/conservação da biodiversidade promova o *desenvolvimento para* a região. Segundo um dos técnicos/membro do Instituto Biotrópicos, biólogo formado pelo ICB/UFMG,

O que está sendo proposto do ponto de vista territorial, o que a gente espera, é que o Mosaico seja, na prática, um território onde as pessoas e os esforços se encontrem. Por exemplo, a gente tá pensando e já tem uma pré-proposta em desenvolvimento, de criação de um portal do Mosaico do Espinhaço [na internet], onde a gente quer que sejam ali colocadas as ações da EMATER, do IDENE, [pausa], prá que ele [o portal] crie um dinamismo que seja visível o que está sendo feito regionalmente. Então, assim, o nosso planejamento bem específico, a gente quis isso, é evidenciar o que já está sendo feito. Buscar um sinergismo nisso, sabe? E aí, por trás, o desafio, que a gente vai aprender fazendo também, é que os parques cumpram um papel de proteção da biodiversidade, [...], mas que sejam, de uma certa forma, também protagonistas desse desenvolvimento (Membro/Técnico do Instituto Biotrópicos, entrevista realizada em outubro de 2010).

Para isso, torna-se necessário regular as atividades das comunidades *a se conhecer*:

⁹⁵ De acordo com o artigo 26 do SNUC (2000), “Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional”.

⁹⁶ O ICMBio, órgão ambiental federal responsável pela criação e gestão de UCs federais, foi criado a partir da divisão do IBAMA em 2007.

E que o modelo também, por exemplo, que já foi alcançado no (Parque Estadual) do Rio Preto, onde várias famílias ali [do município] acabaram sendo absorvidas pelo parque, trabalham ali e tiveram efetivamente melhoria de qualidade de vida, aconteça também com os outros parques. É justamente lutar prá isso e buscar essa facilitação de que o que está acontecendo em um [parque] e que dá certo, pode ser replicado no outro. E pode parecer óbvio, mas não é. [...] A ideia é a gente poder ter aquela postura, aquela condição de estar olhando de fora no espaço geográfico e assim: ‘funcionou aqui e na outra área isso pode dar certo também’. Um exercício assim prá tentar que num espaço de tempo aí, a gente consiga diferenças do grau de implantação dessas unidades [de conservação]. Claro que tem muita coisa que não depende da gente [...] mas a gente pode adiantar o processo. Hoje já existem projetos em curso do tipo: identificar por meio de um diagnóstico as comunidades do entorno [das UCs] e, aí, tentar desenvolver algum modelo que possa [pausa]. Na verdade, a proposta que tá em curso é desenvolver dois planos de negócio aproveitando a expertise dessas comunidades, seja ligado ao artesanato ou coisas do tipo, prá que esses produtos, com essa base sustentável, possam ajudar a promover o desenvolvimento, a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades. Isso já existe e as pessoas já fazem, mas a ideia é sempre ter o parque como partícipe desse processo [de desenvolvimento] (Membro/Técnico do Instituto Biotrópicos, entrevista realizada em outubro de 2010).

No documento-proposta para o reconhecimento do Mosaico, foram apresentados os resultados das etapas realizadas por meio de oficinas realizadas em 2008/2009: 1) o conteúdo da proposta e a definição da área de abrangência do Mosaico; 2) o diagnóstico dos atores sociais envolvidos; e 3) o planejamento estratégico, priorizando-se o diagnóstico de “ameaças” e “metas”, ou seja, os “alvos de conservação” referenciados nas UCs (INSTITUTO BIOTRÓPICOS, 2009). Ressalte-se que nas oficinas, predominou a participação de gestores das UCs envolvidas, ONGs ambientalistas e cientistas, além de representantes de órgãos públicos municipais e estaduais. No entanto, para os gestores do PARNA Sempre-vivas (ICMBio), a proposta do Mosaico contém fragilidades quanto ao planejamento efetuado e quanto à realidade das UCs brasileiras:

Acho muito difícil falar em gestão macro, quando você não faz a gestão micro. [...] Não me considero capacitada e nem estruturada prá contribuir com qualquer coisa dessas muito ousadas de gestão. Porque a gente não consegue fazer a gestão das unidades, a gente vai querer gerir uma área de mais de 700 mil hectares, com metas do tipo: recuperar 25% das APPs até 2010? [...] O MMA não consegue financiar as UCs dele, como é que vai financiar a gestão de um Mosaico? Porque traz demandas, do tipo que saiu nas reuniões do Mosaico: fazer levantamento das comunidades, quem vai? [...] No final, sempre sobrava pros chefes das unidades. Por quê? O chefe da unidade tem a logística. Da onde que vai sair o reforço prá esse levantamento, prá esse estudo, prá essa coisa? Quem vai providenciar a logística? Eu não consigo bancar a minha logística hoje. Então, como é que eu vou disponibilizar um carro, pessoal, tempo? (Gerente do PARNA Sempre-vivas/ICMBio, entrevista realizada em janeiro de 2010).

Em 2010, a gerente do PARNA Sempre-vivas assinou a carta de adesão ao Mosaico, que foi reconhecido pelo MMA, tendo seu conselho consultivo tomado posse em dezembro do mesmo ano. Entretanto, em entrevistas, os moradores das comunidades locais revelaram desconhecer a existência e o significado do Mosaico. Ao se analisar seu documento-proposta e conversar com os atores envolvidos, fica evidente, além das considerações acima referidas, a prioridade dada à conservação da biodiversidade e às UCs, com a exclusão das outras *vazes* - a dos sujeitos que lá vivem. O espaço/Mosaico foi *concebido* pelos atores hegemônicos, idealizado a partir de suas concepções e interesses, tendo o aparato ambiental do Estado como legitimador/facilitador, em descompasso com o espaço *vivido* das comunidades rurais que ali vivem, não reconhecidas enquanto sujeitos. Configuram-se, assim, as condições para a irrupção do conflito ambiental, em razão da expropriação material, social e simbólica do território em estudo.

3.1.5 - A externalização de contradições ambientais

Nessas áreas do Mosaico, a coleta das “flores sempre-vivas” - plantas cujas principais espécies comercializadas pertencem ao gênero *Syngonanthus* - constitui importante fonte de renda para as famílias das comunidades locais, sobretudo as rurais. Algumas espécies foram consideradas ameaçadas de extinção e registradas em listas oficiais. O IBAMA (2007) declarou que a coleta descontrolada é uma das principais causas dessa extinção, mas, ao mesmo tempo, baseado em documento da ONG Terra Brasilis⁹⁷ (1999), reconheceu a dependência econômica, de centenas de famílias, da coleta das flores sempre-vivas na região de Diamantina/MG, e que a pressão, resultando na coleta inadequada, seria causa da extinção de algumas espécies. As espécies consideradas em extinção tiveram sua exportação e coleta proibidas em 2006⁹⁸, reduzindo-se a demanda.

⁹⁷ O Instituto Terra Brasilis é uma entidade não-governamental, fundada em 1998, cuja “missão é promover a conservação e o uso responsável do patrimônio natural e cultural brasileiro, a partir de fundamentos técnico-científicos, tendo como princípios básicos a ética e o compromisso sócio-ambiental” (INSTITUTO TERRA BRASILIS, 2011. Disponível em: <http://www.terrabrasilis.org.br>, acesso em janeiro de 2011). Essa ONG realizou trabalhos relativos à atividade extrativista vegetal, em Diamantina, entre 1998 e 2001 (que envolvem desde a compreensão sócio-histórica da atividade até sua comercialização). Entre os documentos resultantes desse processo, um deles (Subsídios para o uso sustentado) é referência sobre o tema. Além disso, a ONG conduziu um projeto pioneiro, em uma das comunidades coletoras, de organização social e desenvolvimento do artesanato, para agregação de valor à atividade.

⁹⁸ Refere-se à Instrução Normativa nº 112/2006, que regulamentou a Portaria 83/1996, ambas do IBAMA.

O conflito entre os órgãos ambientais e as comunidades, evidenciado em 2007 após a proibição da coleta nos parques, coincidiu com a efetiva implantação de algumas dessas unidades e a chegada de novos técnicos. Em ação responsiva, os coletores(as) juntaram-se, no mesmo ano, a garimpeiros, em uma manifestação pelas ruas de Diamantina/MG, reivindicando que fossem ouvidos e a proibição da coleta discutida, quiçá revogada.

Em setembro de 2009, também na cidade de Diamantina, pesquisadores da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) promoveram um encontro para debater a questão. O evento contou com a presença de representantes das comunidades coletoras, do ICMBio, do IEF/MG, do poder público municipal, de organizações da sociedade civil e pesquisadores das respectivas universidades. Naquela ocasião, os moradores das comunidades reivindicaram o direito de acesso e uso histórico das áreas que foram transformadas em parques. Para eles, a coleta de plantas e demais atividades, como a solta do gado, constituem práticas que garantem a sobrevivência de suas famílias. Segundo os representantes das comunidades, as dificuldades econômicas pelas quais estão passando decorrem da criação dos parques e da fiscalização ambiental severa, muitas vezes hostil. Eles também declararam que sequer foram consultados a respeito da criação das UCs (UFVJM *et al.*, 2009).

Os técnicos dos órgãos ambientais, presentes ao encontro, confirmaram a proibição do extrativismo vegetal nas áreas destinadas aos parques. Segundo eles, a legislação ambiental vigente prescreve que o extrativismo vegetal de qualquer espécie e em qualquer parte do país deve ser normatizado e controlado pelo Estado, com base em normas balizadas por critérios científicos. Desse modo, mesmo nas áreas externas aos parques, a coleta deveria ser suspensa até para espécies que estivessem fora da lista de extinção, em virtude da ausência de normas.

Levantamento feito pela pesquisadora Maria Neudes Sousa de Oliveira, da UFVJM, registrou mais de 200 espécies coletadas (considerando diferentes elementos da planta: flores, frutos secos, folhas, etc.) por moradores de comunidades de 58 municípios da região, inclusive naqueles em que se encontram as UCs acima citadas. Pesquisadores também declararam inexistir pesquisas suficientes para se definir, com precisão, critérios de manejo adequados para todas as espécies. A elaboração dos planos de manejo demanda tempo e trabalho consideráveis, ao passo que os coletores têm urgência, pois dependem da atividade para sua sobrevivência. A precisão da lista das espécies ameaçadas de extinção também foi colocada em dúvida pelos pesquisadores, e pode não corresponder à realidade observada na região (UFVJM *et al.*, 2009).

Os coletores demandaram, ainda, o reconhecimento de seu direito à coleta das flores sempre-vivas nas áreas de cultivo e/ou enriquecimento, práticas que há anos desenvolvem para certas espécies (especialmente algumas daquelas que foram consideradas em vias de extinção). Os técnicos dos órgãos ambientais rebateram a proposta, alegando ausência de instrumentos normativos estatais que reconheçam o cultivo e promovam a regularização e comercialização dos produtos. As espécies, portanto, mantêm-se na condição de ameaçadas de extinção. As comunidades, por sua vez, têm relação com a coleta das flores e buscam formas de manutenção, material e simbólica, de seus territórios sociais, lugares de vida.

3.2 - O Parque Nacional das Sempre-vivas

O PARNA Sempre-vivas está localizado no que Saadi (1995) define como planalto meridional da porção mineira da Serra do Espinhaço (Figura 4). Em sua formação rochosa, predominam quartzitos com altitude média em torno de 1200 metros, com formas de relevo marcadas por cristas, escarpas e vales profundos. Nessa região, a escarpa da borda ocidental atinge altura de 500 metros e traçado encurvado com convexidade voltado para oeste. Já o escarpamento da borda oriental não apresenta a mesma regularidade, com altura entre 100 e 400 metros, frequentemente com dois ou mais degraus.

Ao percorrer a região, em 1817, o naturalista Saint Hilaire descreveu que, ao sair do *Deserto*⁹⁹ (em alguns trechos, ele utiliza o termo *sertão*), subiu a Serra de Curimataí para entrar no Distrito dos Diamantes, atravessando parte do que atualmente constitui a região sul do PARNA Sempre-vivas, trajeto muito utilizado, ainda hoje, pelos moradores da “serra” e do “sertão”. O naturalista descreveu ter passado pelo *serviço* (mineração) de diamantes às

⁹⁹ Ribeiro (2005) afirma que a origem do termo *sertão*, a partir de estudos etimológicos, é oriunda de *desertão* e, possivelmente, expressa a noção presente no expansionismo europeu pelo planeta, a constituir-se como centro que irradia civilização para os vários “sertões” a serem conquistados. O termo já era utilizado em Portugal, certamente desde o século XIV, para fazer referência a áreas no interior de seu território e distantes de Lisboa. Afirma que, no Brasil, a ideia de “sertão” como um deserto pode expressar a população rarefeita, talvez associada à forma como a região foi apropriada, durante a colonização, pelas grandes fazendas de gado, a partir da obtenção de sesmarias; e, ao mesmo tempo, como em outras áreas colonizadas do mundo, o “deserto” é uma forma de descaracterizar toda a ocupação anterior daquele espaço geográfico por outras sociedades, e justificar a penetração civilizada sobre esse “vazio” humano, sendo que os que ali se encontravam eram tidos como “bárbaros” a serem civilizados. No imaginário brasileiro, encontram-se vestígios dessas significações, que empunham discursos do sertão como o “atrasado” a ser modernizado. Para Moraes (2009), o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica, uma ideologia geográfica. É um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes. Tem-se o sertão como qualificativo de lugares, um termo da geografia colonial que reproduz o olhar apropriador dos impérios em expansão, figura do imaginário da conquista territorial, conceito que, ao classificar uma localização, opera uma apropriação simbólica do lugar. São sertões que qualificam caatingas, cerrados, florestas e campos - um conceito nada ingênuo, veículo de difusão da modernidade no espaço.

margens do Rio Pardo, deparando-se com grupos que ali estavam há alguns anos, abrigados em *ranchos*, uma construção simples que era utilizada durante o tempo de permanência no trabalho em localidade distante. Segundo o naturalista, em toda aquela região, os ranchos, fossem eles de madeira ou adobe, também eram conhecidos dos viajantes e por eles utilizados. Dali, Saint Hilaire seguiu para a aldeia da Chapada, onde havia um destacamento da cavalaria do Regimento das Minas para a inspeção de viajantes, com o objetivo de impedir o contrabando de diamantes. Na atualidade, essa comunidade é conhecida como São João da Chapada, e é vizinha à comunidade de Quartel do Indaiá, na qual se encontram ruínas daqueles tempos.

Saint Hilaire fez menção à boa água, de fontes naturais, que por essa região se bebia e salientou o uso do fogo para a renovação das pastagens nativas. Mencionou ainda a opressão em que viviam os subalternos do Distrito Diamantino e as estratégias que desenvolviam para lidar com essa situação. Destacou o fluxo de tropeiros, vindos das “matas” e do “sertão”, em direção ao Arraial do Tijuco, hoje Diamantina. De certa forma, na “serra”, a região das “minas” encontra-se com o “sertão”, fronteira entrecortada por fluxos – movimento, contato e integração, poder e territórios (HISSA, 2002) – ou por *travessias*.

3.2.1 - As territorialidades e a ‘serra’

A região que abriga o parque possui, aproximadamente, 50 comunidades rurais¹⁰⁰ em sua zona de amortecimento, conforme levantamento do ICMBio (informações fornecidas pelo órgão em 2009). A área delimitada abriga usos realizados, sobremaneira, pelos grupos camponeses que lá habitam. Ao longo dos capítulos que se seguem, atores diversos serão inseridos a partir de seus lugares enunciativos. Buscou-se, ao longo da pesquisa, compreender quem são esses sujeitos, o que falam de si, como vêem o mundo e a realidade com a qual se deparam. A Figura 4, a seguir, traz uma representação das referências colhidas durante os trabalhos de campo, que não se resumem a pontos, pois as áreas devem traduzir a dinâmica social em constante interação.

¹⁰⁰ Foi realizada uma aproximação inicial com comunidades mais distantes, e, posteriormente, por meio de maior inserção junto àquelas que mantêm relação mais intensa com a “serra”, e que coincide com a área delimitada como parque. Nos trabalhos de campo, foram visitadas 22 comunidades, além de famílias que vivem no interior da unidade, mas afastadas dos agrupamentos de moradias; como também técnicos de instituições, proprietários de grandes extensões de terras, dirigentes políticos, técnicos de empreendimentos privados de grande porte e comerciantes de flores. No que tange às comunidades rurais, que contam com certas particularidades, foram feitos esforços para estabelecer confiança, em meio a conflitos, e propiciar momentos/conversas em seus *lugares* – moradias, comunidades e campos – visando compreender os contextos sociais de vida e o que as aproxima, enquanto sujeitos coletivos.

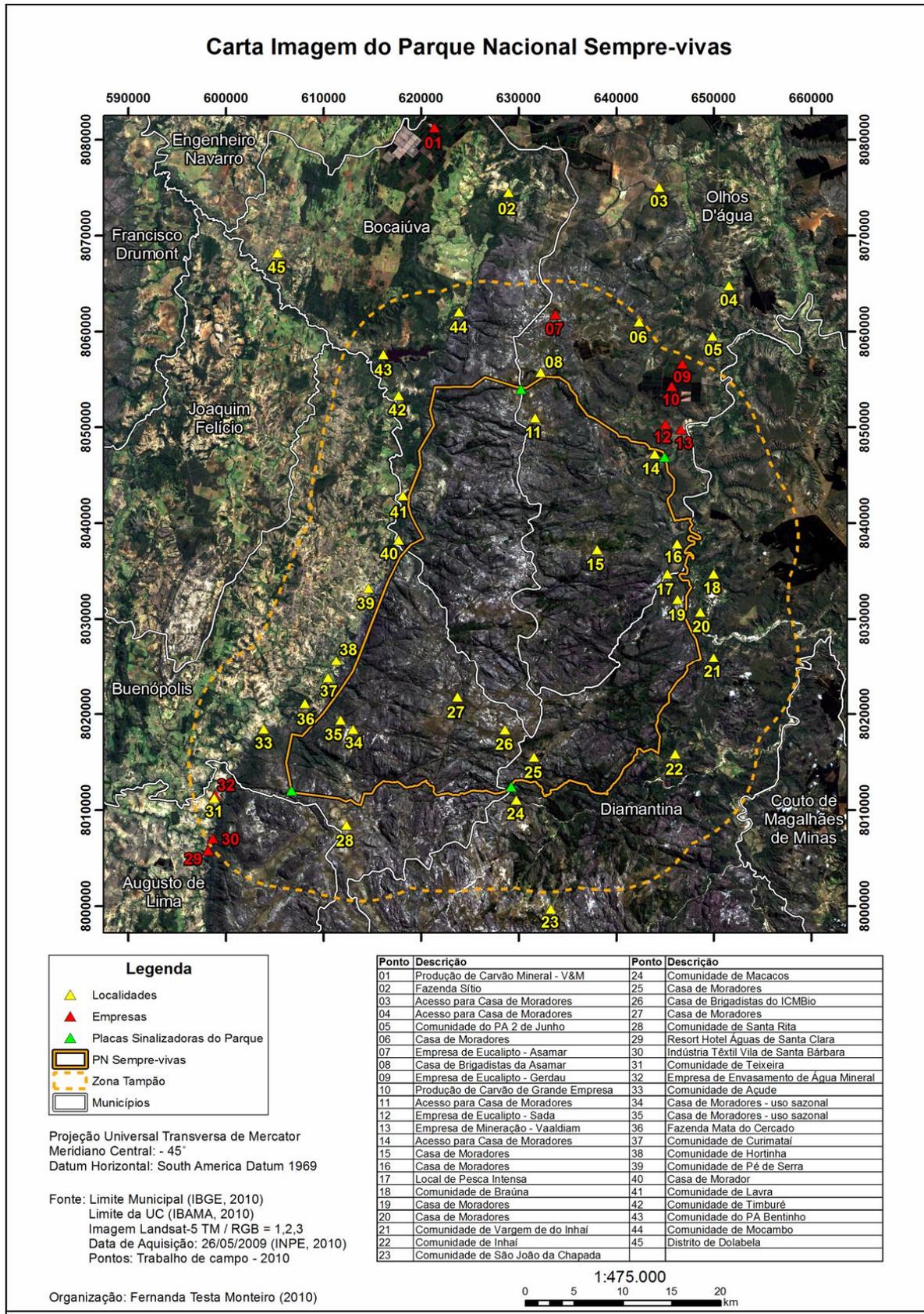


FIGURA 4 - Parque Nacional das Sempre-vivas e pontos do trabalho de campo (2010)

Para os moradores que habitam as comunidades locais, a porção do Espinhaço onde hoje está situado o parque é conhecida como “Serra de Minas”, na região próxima a Buenópolis, e “Serra Mineira”, próximo a Bocaiúva. As escarpas da serra marcam a referência para aqueles moradores cujas casas situam-se ao “pé da serra”. A região no sopé da serra, na sua face ocidental, apresenta altitudes em torno de 600 metros e é por eles denominada “sertão”¹⁰¹, tendo o Rio Jequitaiá como uma das principais referências de localização (figura 06, apêndice 02, p.231). Já na sua face oriental, com altitude também em torno de 600 metros, a região tem como referência o Rio Jequitinhonha – ou, as “beiras do Jequitinhonha” – “lá não é sertão”, explicam os moradores.

Sobre a serra, extensas áreas com relevo aplainado são conhecidas pelos moradores como *campos*, famosos na região pela abundância de flores nativas típicas dos campos rupestres. Os moradores que têm suas moradias sobre a serra afirmam: “tudo aqui é serra, mas cada *lugar* tem seu nome, cada palmo dessa serra tem nome”. Dessa forma, cada campo, cada vale e cada crista receberam nomes relacionados às suas histórias, como, por exemplo, o campo João Alves (nome de um morador que um dia lá viveu); o capão da onça (capão de mata, em meio aos campos, onde se encontram nascentes); a serra do Galho (crista de quartzito); o córrego São Domingos (nome de um dos campos mais extensos)¹⁰² (fotografias, apêndice 03, p.232-233).

Nas falas de quem vive no “sertão”, são recorrentes as histórias sobre os fazendeiros, proprietários de extensas áreas, e sobre violentas grilagens de terras. O uso dessa forma de apropriação marca a paisagem com latifúndios destinados a pastagens a “perder de vista”. Há também registros sobre os movimentos de luta pela terra, com a presença de assentamentos vinculados ao INCRA e de ocupações que aguardam regularização. Ao norte do parque,

¹⁰¹ De alguma forma, apropriaram-se dessa referência, e deve-se ressaltar que afirmam com certa altivez serem “sertanejos”. Essa compreensão merece aprofundamento, o que não será realizado nesta pesquisa.

¹⁰² “As coberturas vegetais na região são representadas por campos rupestres e campos de altitude, cerrado e floresta subcaducifólia principal. A ocorrência de um determinado tipo está fortemente condicionada a condições climáticas e aspectos morfológicos. [...] Estamos diante de um mosaico fitofisionômico e florístico que imprime na paisagem da serra um de seus grandes fascínios, o que está refletido em suas vertentes ocidental e oriental, que definem, grosso modo, as transições altitudinais, ora entre campos rupestres e cerrados (bacia do São Francisco), ora entre campos rupestres e Mata Atlântica (bacias de leste) e ora entre campos rupestres e caatinga (latitudes menores). As interfaces com a Mata Atlântica, a propósito, se dão na medida em que a vegetação mais densa penetra pela encosta oriental, persistente que vai ao longo dos cursos d’água (matas ripárias ou de galeria), e também na medida em que se instala nas depressões geológica e geomorfológicamente favoráveis do altiplano da serra (capões de mata). Já nos afloramentos calcários que ocorrem nas faixas de transição com a Depressão Sanfranciscana, sobre rochas calcárias do Grupo Bambuí, dominam manchas de mata seca (floresta estacional decidual)” (GONTIJO, 2008, p.10-11).

extensas áreas de plantio de eucalipto para a produção de carvão vegetal pertencem a empresas privadas que chegaram na região por volta da década de 1960. Algumas dessas áreas encontram-se sobre áreas de campos onde outrora a coleta de flores era feita. Já nas margens do Jequitinhonha, as falas dos moradores registram a presença das empresas privadas de extração de diamantes, nacionais e internacionais, que ali se alojaram na segunda metade do século XX com gigantescas dragas fluviais, e se declararam proprietárias de extensas áreas de terra. Não se deve perder de vista que as explorações de diamantes nessa região foram iniciadas no século XVIII (MACHADO FILHO, 1980).

Esses usos/empreendimentos (fotografias, apêndice 04, p.234) organizaram as atividades em consonância com as características edafo-climáticas e técnicas disponíveis em diferentes contextos sócio-históricos. Sob tal perspectiva, as áreas mais planas foram destinadas à produção de carne bovina, a profundidade do solo condicionou o plantio do eucalipto, e as jazidas diamantíferas localizadas valeram-se de técnicas diferenciadas na sua exploração. Vale ressaltar que algumas empresas e fazendeiros têm o domínio e/ou a propriedade de terras situadas tanto nas bordas quanto no interior do parque criado.

Há presença de comunidades rurais nas três regiões, ou seja, no sertão, sobre a serra e nas margens do Jequitinhonha. Ao contrário do que um primeiro olhar desavisado possa interpretar, as *travessias*, comumente feitas a cavalo, e os usos da serra guardam pluralidade e constância. As travessias de viajantes e “tropeiros”, que saíam do sertão conduzindo gado e alimentos rumo à terra diamantina, são descritas desde o início do século XIX (Saint-Hilaire). O uso dos “cargueiros” (animais de carga) ainda é uma prática vista pela serra e é utilizada para o transporte de flores, por exemplo. O trânsito de pessoas e gado da serra para o sertão, e vice-versa, ocorre ao sabor das estações do ano e das atividades, configurando uma prática de longa data. Moradores explicam que a venda, e, conseqüentemente, o transporte de gado, do sertão para as margens do Jequitinhonha, vinham sendo feitos até recentemente: “dependendo do preço, vale a pena levar”. As travessias também são realizadas para participar de festas tradicionais realizadas por diversas comunidades ao longo do ano, como também para retribuir visitas. Os moradores facilmente enumeram famílias e amigos que têm do “outro lado da serra” ou sobre a serra: “o povo que mora na serra, conheço todos”.

A maioria das famílias construiu suas moradias agrupadas em comunidades no entorno do que hoje está delimitado como parque, mas há moradores que vivem no interior da unidade. Dependendo do ponto de partida, referem-se a “subir a serra” ou “ir aos campos”, prática feita em diferentes épocas do ano e que está associada às atividades exercidas por eles, podendo lá permanecer por semanas. Segundo os moradores, antes da criação do parque, as

famílias permaneciam na serra durante longas jornadas, na época da seca, especialmente para a “apanha”, ou coleta de flores, e para o manejo do gado nos campos. Eles costumavam “arranchar”, ou seja, dormir em *ranchos*, construídos em geral com matérias-primas que lá encontram com facilidade, como madeira e folha de palmáceas. Também era comum dormirem nas “lapas” (grutas nas formações rochosas), utilizando colchões feitos com capins nativos da serra. Algumas lapas, inclusive, recebem os nomes das famílias que tradicionalmente ali se estabeleciam para a apanha das flores, atividade que podia recrutar todos de uma mesma família. Costumavam levar parte do alimento e complementar com frutos nativos e carne de caça. Nesses momentos, várias famílias, de diversas comunidades, permaneciam nos campos, o que oportunizava encontros, festas e enlaces, como narrou uma moradora: “Tem muita gente que casou panhando flor na serra”.

Chama atenção a receptividade das comunidades àqueles que estão “de passagem”, talvez tributária da prática de longas travessias e de “arranchar” pelo caminho. Como explicou uma moradora da serra: “sempre passa gente por aqui e arrancha na nossa casa. Muitas vezes gente que eu nem nunca vi. Eu acho bom porque além de conhecer gente de outro lugar, uma hora pode ser eu que precise. É sempre bom ajudar as pessoas”. De fato, por onde passamos, a acolhida e a solidariedade, em momentos de dificuldade, foram constantes. Outro aspecto que merece destaque refere-se ao reconhecimento, entre os moradores, daqueles que conhecem os caminhos da serra em detalhes, o que denota valor. São pessoas às quais diferentes comunidades se referem como sendo alguém que “conhece de verdade, sabe andar pela serra toda”. Benzedores(as) também são conhecidos(as) em várias comunidades.

As territorialidades (HEIDRICH, 2009) dos grupos camponeses combinam os diversos ambientes contidos na serra, sertão e margens/próximo ao Rio Jequitinhonha. Foram desenvolvidas estratégias de vida e saberes complexos, permeados por significações e compreensões contextualizadas pelos lugares onde se encontram - *saberes geográficos* (CLAVAL, 2009), transmitidos e reinventados ao longo de muitas gerações. Eles contam ainda com uma organização do trabalho, de natureza familiar, para o autossustento e a obtenção de renda, por meio da comercialização do que produzem; com códigos de apropriação e uso da terra, em que as relações de parentesco são marcantes; e com representações e práticas sociais de interação com a natureza, a qual é vista como criadora da vida e como um todo do qual fazem parte.

Entre as atividades econômicas das famílias que têm relação direta com a serra, são comuns a “panha de flor”¹⁰³ nas “campinas”; a agricultura tradicional para consumo familiar, praticada próximo às moradias, e que, dependendo dos ambientes, vale-se do uso de rotação com pousio para a reposição natural da fertilidade dos solos; a criação de gado rústico e de animais de carga, com o uso do fogo para renovação das pastagens nativas; e a caça, para alimentação. A abundância de água é ressaltada pelos moradores como importante riqueza e patrimônio herdado.

Há atividades que predominam nas cotas baixas, no que hoje está sendo definido como zona de amortecimento (ou zona tampão) do parque, como o garimpo de diamantes ao sul, a produção de carvão e a “cata” de cristais ao norte. Estas últimas atraem pessoas “de fora”, assim como caçadores vêm de longe para “caçadas” de lazer. Tais ocorrências são motivos de muitas queixas dos moradores das comunidades, porque os “forasteiros” desconsideram/desconhecem os códigos locais de apropriação do território.

Historicamente, o uso combinado dos ambientes da serra e do sertão, como também das margens do Rio Jequitinhonha e da serra, tem sido adotado pelas famílias. Comumente, aqueles cujas moradias encontram-se no sertão (fotografias, apêndice 05, p.235-236) cultivam as “roças” nas áreas próximas às comunidades e conduzem o gado para a serra na época da estiagem. É quando as pastagens na “terra do baxio” encontram-se secas, insuficientes para o gado, ao passo que as pastagens nativas da serra permanecem úmidas por mais tempo. A época seca coincide com a coleta de flores, ou seja, os moradores realizavam a coleta quando estavam com o gado na serra. Da serra, explicou-nos um morador: “descia flor, gado gordo, novilha enxertada e queijo”.

Além das atividades já descritas, nas encostas da serra, e mesmo sobre ela, os moradores do sertão colhem plantas medicinais e frutos nativos, como pequi, panã, cagaita, mangaba, etc. Os frutos são livres, “não têm dono, todo mundo pode panhá”, atividade que é vista como momento lúdico e comumente realizada em companhia das crianças. Usos

¹⁰³ É comum os(as) apanhadores referirem-se a essa atividade como “panha de flores”, podendo ainda aludirem ao ambiente onde são encontradas: “vou pra campina panhá flor”. O termo campina, adotado pelos apanhadores, também pode referir-se a tudo que foi colhido nos ambientes de campos: “a gente panha campina, que dá no campo”. Comumente, o termo “flores” reporta-se às inflorescências esbranquiçadas, com formato de “margaridinha”; e aquelas com outras formas e cores são chamadas de “botões”. Para os apanhadores, cada uma das flores e botões possui um nome que singulariza suas características como: espeta nariz, carrasqueira, brejeira, etc, podendo variar de nome nas diferentes comunidades. Já os comerciantes utilizam o termo “flores secas”, distinguindo o grupo das “sempre-vivas” e o grupo dos “botões”. Enquanto os consumidores denominam todas como “sempre-vivas”, termo popularizado para essas inflorescências que, depois de colhidas e secas, conservam sua forma e coloração. Além das flores, são coletadas folhas, frutos secos, sementes, etc., também referidos como “mercadorias” vindas de distintos locais/ambientes de coleta (campos, serras, serrinhas, bouqueirões, etc.) a depender da época do ano e da demanda do comprador.

semelhantes a todos esses são feitos pelos moradores das comunidades que vivem próximas ao Rio Jequitinhonha.

Já quem vive sobre a serra (fotografias, apêndice 06, p.237) organiza a agricultura nas manchas de solo mais argilosas e avermelhadas, como também naquelas mais escuras e úmidas que ali afloram, que são indicadores de “terras de cultura”. Esses moradores procuram repor a fertilidade dos solos adubando-os com esterco animal; entretanto, também há os que utilizam a rotação com pousio (dependendo da localidade e dos solos manejados). As áreas de gramíneas nativas são utilizadas para a pastagem do gado; colhem madeira das matas para uso local e plantas medicinais variadas; e apanham diversas flores e botões nas diferentes épocas ao longo do ano. Os frutos do cerrado não são tão abundantes quanto no sertão e nas margens do Jequitinhonha, mas ainda assim são encontrados e colhidos livremente em algumas localidades. Há moradores da serra que descem o gado na época das águas para o sertão para evitar que fiquem “ervados”, ou que se intoxicuem com ervas tóxicas que brotam próximo às matas no período das chuvas. Alguns cultivam roças na “terra do baxio”, em parceria ou em um “pedaço de terra própria”.

Como não é comum a utilização de cercas sobre a serra, o gado de cada família se mistura com o de outras famílias, o que não é visto como problema pelos moradores das comunidades das diferentes regiões (serra, sertão e margens/proximidades do Jequitinhonha). Dizem não haver dificuldades para separá-los ao final de cada estação de seca, porque cada família conhece seu rebanho. Já as áreas de agricultura de cada família, geralmente localizadas próximas às moradias, podem se valer de cercas para proteger as roças dos animais. Entre os gêneros cultivados pelas famílias, são comuns milho (em algumas localidades, ainda se pode encontrar variedades “crioulas” ou antigas), feijão e mandioca. Para suplementar a alimentação do gado, pode-se contar com capim de corte e cana. Há ainda quintais ao redor das moradias, com gêneros alimentícios variados e criação de galinhas. O uso do trabalho artesanal é constante nas atividades, todavia o preparo das terras pode contar também com o uso de tratores. Em geral, fertilizantes químicos e pesticidas agrícolas são considerados desnecessários e prejudiciais, e a produção da roça é destinada ao consumo familiar. E a criação de gado “curraleiro”¹⁰⁴ faz-se presente, ainda que já tenha havido a incorporação de outras raças.

Os usos combinados desses diferentes *agroambientes* (RIBEIRO, 2010), com saberes tradicionais associados, possibilitam usos diversos e vêm garantindo o sustento das famílias

¹⁰⁴ Raça que apresenta rusticidade e está entre as primeiras a chegar ao Brasil, sendo ainda utilizada no Norte de Minas e também no Vale do Jequitinhonha, em ambientes de cerrado (RIBEIRO, 2005).

ao longo do tempo. A maior atenção dada a uma ou outra atividade pode variar de acordo com a necessidade de aumento da renda familiar, preços de mercado, condições de execução do trabalho e mesmo preferências. A pluralidade de atividades confere maior flexibilidade perante os contextos internos e externos à família.

O uso do fogo sobre a serra é destinado, sobretudo, ao manejo das pastagens nativas para estimular a rebrota das gramíneas na época das águas (entre novembro e março). Em geral, os moradores consideram a melhor época para tal uso entre agosto e setembro, após a coleta das flores, e, preferencialmente, após as primeiras chuvas, ao final do dia, para facilitar seu controle (evitando-se que o fogo avance sobre os capões e matas, onde se encontram as nascentes que se busca conservar). Uma mesma área, dependendo de sua localidade, pode ser queimada em intervalos de dois anos. A densidade de gado na serra também é levada em conta para se evitar o pisoteio dos ambientes das flores, ainda que as gramíneas pastejadas pelo gado não sejam aquelas que têm suas flores colhidas.

Tais referências de usos são conhecidas e reafirmadas pelas diversas comunidades, e quando algum morador não as considera pode sofrer críticas dos demais. Esses aspectos tornam-se reguladores dos usos e incidem também sobre a caça, o uso da mata e a coleta das flores. Salientam que se as atividades forem feitas de forma inadequada, pode-se comprometer a longevidade dos recursos. No que concerne às flores, são muitas as queixas dos “de fora que panham as flores de qualquer jeito porque não vivem aqui, nem sabem se um dia vai voltar e quer tirar proveito”.

É recorrente, entre os moradores, a afirmação de que algumas espécies de flores respondem positivamente ao fogo, o qual estimula sua rebrota; ou mesmo que a queima de outras gramíneas presentes, sobretudo em áreas mais úmidas, é necessária porque quando estão altas podem sombrear as flores, diminuindo a entrada de luz, e, conseqüentemente, sua capacidade de brotação. Já entre os botões, em geral, não se observa a mesma necessidade/efeito em relação ao fogo. Cabe ressaltar que, ao norte, há áreas de pastagem que não são queimadas e há o manejo de flores sem uso do fogo, o que revela a ocorrência de ambientes e estratégias diversificadas ao longo da serra.

Tanto para os moradores do sertão, como para os da serra, ir aos campos aporta sentidos que vão além de atividades econômicas. As comunidades ouvidas qualificam a serra quanto à ancestralidade, afetividade, prazer, liberdade, trabalho, renda e tradição. Moradores salientaram que “a serra sempre deu condição da gente viver”, como também que “nosso lugar aqui é de pouco recurso de dinheiro, mas é muito bom de viver”. Ou ainda que “a renda é importante e prá quem tem pouca, qualquer uma faz falta”. Outras referências recorrentes

são: “a serra cura depressão”; é onde “muito se trabalha e se vive bons momentos”; “lugar de encontrar os amigos”. Sobre a coleta, registrou-se: “nos campos, o corpo cansa, mas a cabeça fica boa. A gente já sabe quando a flor abre. E não tem nada como subir [aos campos] e ver elas abertas”; “é bom demais, é uma vida inteira”. A serra aporta ainda sentido de “autonomia, onde posso ser eu mesmo e trabalhar em paz”. E também foi encontrada a referência de que “era bem difícil, longe, era sofrido andar tanto”.

Os campos são tidos pelas comunidades como área de uso comum, sendo recorrente o *parentesco* determinante para essa finalidade. Os usos são organizados por códigos próprios, desenvolvidos e reelaborados ao longo dos séculos de história, uso e interação com esses ambientes, o que se aproxima do conceito de “terras tradicionalmente ocupadas” (ALMEIDA, 2006). Há ainda aqueles que são reconhecidos como posseiros, porque permanecem na serra há anos trabalhando com a família – o uso enquanto valor, terra de trabalho (WOORTMANN, 1990). Conforme apontam os próprios moradores, sobre a serra há terras e posses em uso que não são tituladas, o que incorre em terras devolutas. Quando o são, é frequente serem títulos de ancestrais comuns, com dezenas de herdeiros sem inventário. Ocorrem ainda terras de domínio de empresas e fazendeiros, mas que são utilizadas pelas comunidades para a solta do gado e a coleta de flores, atividades historicamente consentidas pelos proprietários que não viam esses usos como ameaças a seus interesses.

O documento de criação do parque (IBAMA, 2002) afirma a existência de terras devolutas, o que diminuiria os custos de implantação da unidade, e classifica os usos acima descritos como impactantes/degradadores – visão corroborada, durante as entrevistas, pelos técnicos ambientais, governamentais e não-governamentais. Esses mesmos profissionais, no entanto, atestam que a região, rica em *água e biodiversidade*, encontra-se em notável estado de conservação, condição rara na atualidade, e, que, por isso, deve ser protegida da ação humana pelo bem da própria humanidade e dos seres vivos que lá se encontram (fauna e flora nativas).

Os moradores das comunidades continuam a manter suas relações com a serra e seus campos, porém, em estado de tensão constante, já que as normas impostas após a criação da unidade proíbem seu uso. A maioria dos moradores das comunidades entrevistados tem no ano de 2007 a referência de criação da UC. Eles aludem a esse ano como “quando o parque chegou”, o que se deu, portanto, cinco anos após a publicação do decreto de sua criação. Essa referência coincide com o início de intensa atuação dos gestores da UC. Quando questionados sobre o sentimento em relação à criação do parque, são recorrentes, entre os moradores das

comunidades, expressões como perda da liberdade, revolta, injustiça, desrespeito, exclusão, tristeza. Tal situação pode ser elucidada pelo trecho de entrevista transcrito a seguir:

A gente já era encurralado pelos fazendeiros aqui no sertão. Agora o parque encurralou a gente por cima, tomou nossa serra. Não sei o que fazer prá viver. Porque que o governo nunca pensa no pobre? (Moradora de comunidade do sertão, entrevista realizada em setembro de 2010).

O recorte espacial em questão comportou diferentes territorialidades superpostas e limítrofes. A lógica territorial do parque visa manter o controle sobre os recursos, sujeitos e ações, negligenciando a apropriação e os usos tradicionais identitários com o lugar, elaborados por representações e expressos em práticas sociais cotidianas. A superposição de territorialidades pode gerar, no espaço social, situações de coexistência e conflitos, de modo diacrônico, envolvendo diferentes atores sociais e formas geográficas (HEIDRICH, 2009), ou seja, uma inviabiliza/afeta diretamente a permanência da outra.

3.2.2 O processo de criação do PARNA Sempre-vivas

“Esse lugar nasceu prá ser parque. Tinha que virar parque”
(Membro de ONG, jovem).

“O que eu mais escuto na comunidade quando alguém fala do parque é assim: eu perdi a minha liberdade”
(Morador de comunidade, jovem).

O PARNA Sempre-vivas¹⁰⁵ teve o seu decreto de criação assinado em 13 de dezembro de 2002, por Fernando Henrique Cardoso, no final de seu segundo mandato. O mineiro José Carlos de Carvalho era o ministro do Meio Ambiente à época. O processo de criação do parque desenvolveu-se em duas etapas: a primeira, relativa aos estudos empreendidos na região por consultores contratados pelo IBAMA e à proposição da criação do PARNA Inhaí, com área de aproximadamente 50.000 hectares, abrangendo sobremaneira os municípios de

¹⁰⁵ Inicialmente, foi difícil reunir informações acerca da criação do parque, pois seu processo estava desaparecido, conforme declarações do próprio IBAMA e do ICMBio, só tendo sido encontrado em meados de 2010. A justificativa para o desaparecimento foi a cisão do IBAMA, ocorrida em 2007, bem como a falta de reorganização dos arquivos. Ao longo de 2009 e 2010, foram as entrevistas com os sujeitos envolvidos na criação da unidade que trouxeram elementos importantes para a compreensão desse processo.

Diamantina e Olhos D'Água; e a segunda, quando técnicos do IBAMA responsáveis pela criação de UCs, após vistoria da área em sobrevôo de helicóptero, elaboraram nova proposta, dessa vez para a criação do PARNA Sempre-vivas, com aproximadamente 124.000 hectares, abarcando áreas dos municípios de Diamantina, Olhos D'Água, Buenópolis e Bocaiúva. Essa foi a proposta adotada pelo decreto.

Até a finalização desta pesquisa, a UC ainda não contava com plano de manejo¹⁰⁶, nem havia efetuado a regularização fundiária. O conselho consultivo do parque foi criado em 2009 e realizou duas reuniões em 2010. Ressalte-se que o parque foi criado após a definição de áreas prioritárias para conservação em Minas Gerais e anteriormente à criação da Reserva da Biosfera do Espinhaço e ao reconhecimento do Mosaico de UCs da região.

3.2.2.1 - A proposta inicial - o PARNA Inhaí

O documento de criação do PARNA Inhaí menciona que o MMA e o IBAMA haviam definido, para o período de 2000-2004, o aumento de áreas protegidas dos grandes biomas nacionais por meio da criação de UCs, tendo como referência a meta de proteção de 10% das “áreas originais do país”¹⁰⁷ (IBAMA, 2001, p.4).

As justificativas para a criação do PARNA de Inhaí eram a de ser parte da Serra do Espinhaço, com importância endêmica e algumas espécies consideradas ameaçadas de extinção, como as flores sempre-vivas, já ressaltadas por entidades nacionais e internacionais¹⁰⁸; e a de possuir beleza cênica rara, com destaque para serras e cachoeiras. Somava-se a isso a importância histórico-cultural de Diamantina, “cidade patrimônio cultural da humanidade reconhecido pela UNESCO” e o potencial turístico, como alternativa ao “desenvolvimento econômico da região”, que “encontra-se em declínio em função da decadência das atividades minero-extrativistas”, face ao “esgotamento das jazidas” e das “fontes de recursos naturais renováveis”, em um quadro de “deterioração ambiental”. No

¹⁰⁶ De acordo com o SNUC (2000), o plano de manejo de uma UC, estabelecendo suas normas de manejo e uso, deve ser elaborado em até cinco anos após a data de sua criação.

¹⁰⁷ Meta definida no Congresso Internacional de Unidades de Conservação, em 1992 (Caracas/Venezuela), segundo a qual os Estados nacionais deveriam garantir, até 2010, a proteção de pelo menos 10% de seu território nacional, com equilíbrio na representatividade de seus biomas, e também garantir que 10% de toda a área terrestre do globo estivesse protegida. O Brasil, signatário desse tratado, tem um importante papel, por possuir grandes reservas de recursos naturais remanescentes (MEDEIROS, 2003).

¹⁰⁸ A Serra do Espinhaço foi incluída entre os Centros de Diversidade de Plantas da WWF/IUCN e entre as Áreas de Endemismos de Aves da Bird Life International (INSTITUTO BITRÓPICOS, 2009).

documento também foi apontada a “percepção das administrações municipais da região” em relação ao potencial turístico, que deveria ser aprimorado, pois a “região detém excelentes perspectivas” para o *ecoturismo*, por exemplo, em função do “potencial natural”; “sendo que a criação de UCs vem recebendo a atenção dos prefeitos que procuram o IBAMA ou os órgãos estaduais para tal fim” (IBAMA, 2002, p.5-6).

Foram articulados, assim, argumentos hegemônicos, referenciados em modernos critérios técnico-científicos e econômicos de valorização dos espaços, propensos à ideia de *harmonia com a natureza* e tendo por destino o *desenvolvimento*. Demonstrou-se, ainda, a existência de um “consenso” pré-construído entre diferentes escalas estatais de poder - dessa vez, diretamente entre o local e o federal -, para conferir legitimidade à proposta. As alianças então constituídas podem ser melhor compreendidas a partir de trecho da entrevista feita com um dos consultores contratados pelo IBAMA à época, membro da equipe de proposição da criação do PARNA Inhaí. Biólogo, formado pelo ICB/UFMG e fundador da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA), ele trabalhou no IEF/MG na criação de UCs em Minas Gerais, entre as décadas de 1980 e 1990, e foi responsável pelos processos de criação de parques estaduais já existentes na região (Rio Preto e Pico do Itambé):

Já há algum tempo a gente vinha sendo procurado pelo então prefeito de Diamantina que tinha interesse em criar um parque nacional [...] no município dele. [...] A região lá, praticamente não tem, não tinha ONGs atuantes. [A demanda] não surgiu de uma mobilização popular da região. [...] O prefeito de Diamantina [da época] teve um papel importante nisso. Acho que ele sentiu uma necessidade prá incrementar o desenvolvimento turístico atrelado a ações de proteção ambiental da área. Nós tínhamos um contato com ele, já há algum tempo, através da AMDA, e eu estava prestando um serviço para o IBAMA nessa época, em propostas de áreas protegidas e desenvolvimento socioambiental. [...] Aí conversamos, articulamos com o pessoal do IBAMA. [O] diretor de áreas protegidas do IBAMA, [...] acabou assumindo a ideia e nos pediu que fizéssemos esse trabalho. Acho que por ele ser mineiro e ter uma relação com esse prefeito de Diamantina, eu acho que ajudou muito (Consultor do IBAMA, entrevista realizada em setembro de 2010).

O alinhamento das concepções e interesses, no *campo* (BOURDIEU, 2009) *ambiental*, atendia tanto às demandas do governo federal voltadas ao cumprimento de uma ordem ambiental global, quanto as do movimento ambientalista “mineiro” para a criação de UCs de proteção integral naquela região, e, ainda, aos projetos políticos locais. Novamente, os diferentes lugares sociais que um mesmo sujeito pode ocupar engendram conexões entre grupos e interesses, tornando-os estratégicos na efetivação de práticas políticas já normatizadas pelo Estado. A conexão direta entre o poder público federal e o local esteve

imbricada ao contexto político da época. O aparato ambiental estadual estava atravessado por disputas internas, reflexo de concepções discordantes, indicando que a luta simbólica opera também no interior do Estado. O porquê de se efetivar uma UC federal, e não estadual, como as demais já existentes na região, foi assim explicado:

A administração do IEF, naquela época, estava passando por uma fase complicada. Era o Governo Itamar Franco, que não tinha o menor interesse pela questão ambiental, e o diretor geral do IEF que ele colocou lá na época era completamente estranho à causa ambiental. Muitos ambientalistas chamaram essa época de *apagão ambiental*. [...] Há uma polêmica que sempre existiu no IEF, tem um grupo de funcionários de lá que defendiam que não deveriam mais criar áreas de conservação enquanto não resolvesse os problemas das já criadas, já que o Estado não tinha condição pra implantar essas áreas, né. [...] Nós achávamos que tinha que pressionar para implantar as já existentes e também avançar na criação de novas, porque o simples fato de você ter uma restrição legal pra uso e ocupação, isso já protegia a área. [Então] não tinha interesse, nós não sentíamos interesse do Estado [de MG] naquela ação. Como tinha interesse no nível federal, nós atuamos no nível federal (Consultor do IBAMA, entrevista realizada em setembro de 2010).

Há uma aparente homogeneidade no teor dos discursos proferidos pelos atores sociais diretamente envolvidos - consultores ambientalistas e políticos locais - quanto à proteção da natureza e ao fomento para o desenvolvimento econômico da região. Essa aparência guarda nuances que são elucidadas pelos elementos discursivos presentes na apresentação da proposta do parque feita para alguns moradores da comunidade de Inhaí (localidade que deu nome à UC então proposta). No processo de criação dessa primeira proposta de parque, consta uma ata de reunião, considerada como “consulta pública”, em que o prefeito ressaltou a importância do ICMS Ecológico que viria para a região e deu ênfase ao desenvolvimento futuro que o turismo, “atrelado à unidade de preservação da natureza”, traria para a localidade de Inhaí (principal atingida pela proposta de criação desse parque). Quando membros da comunidade, presentes à reunião, indagaram sobre as mudanças que poderiam sofrer em suas vidas, devido ao fluxo de turistas (“pessoas de fora”), o representante do IBAMA ponderou que o órgão poderia fomentar ações junto ao governo local para a implementação de melhorias de acesso/estradas, na saúde, qualidade de vida, capacitação, entre outras (IBAMA, 2002, p.103-104).

A estreita relação entre a criação de UCs e o interesse pelo ICMS Ecológico já foi apontada por Bonfim (2006). De acordo com a Fundação João Pinheiro (2010), há um “fator de qualidade (FQ)” para a taxa de valor que uma UC gera de ICMS para o município, que,

inclusive, é mais elevado para as UCs de proteção integral. Outros interesses em jogo foram apontados por entrevistados que têm relações de proximidade com um vereador da comunidade de Inhaí (distrito rural, pertencente ao Município de Diamantina) e com o prefeito da época, cujo mandato iniciara-se em 2001:

Ele [o vereador] disse que a intenção dele com essa ideia pro Inhaí era trazer o turismo prá região. Na verdade, o interesse dele com isso era de ganhar votos, sabe? Ele e o prefeito da época também estavam interessados nos impostos [ICMS Ecológico] que a reserva natural ia trazer para município. Nem sei se eles tinham clareza do que era essa proteção integral (Morador do Inhaí, jovem, entrevista realizada em outubro de 2010).

A iniciativa foi do ex-vereador [...], que é de Inhaí, e do ex-prefeito [ambos estavam nos cargos na época da criação do parque]. [...] Esse vereador do Inhaí foi que correu muito atrás disso e procurou a região onde seria a reserva natural. [...] O objetivo, também, era preservar, contra as pressões de caça, pesca e garimpo principalmente de gente de fora [de longe] que só viam a serra como local de tirar e não de cuidar. Também era importante preservar as águas de lá do [rio] Inhacica (Morador de Diamantina, jovem, entrevista realizada em setembro de 2009).

Dois aspectos merecem ser esclarecidos: a relação dos moradores de Inhaí com o Rio Inhacica e a chamada “consulta pública”. Os moradores incomodavam-se com pessoas que vinham “de fora” para realizar grandes caçadas e pescarias na região proposta para o PARNA Inhaí. Durante as entrevistas ali realizadas, moradores que vivem próximos ao Rio Inhacica declararam sentirem-se ameaçados pelos caçadores, os quais negligenciam seus códigos de apropriação e uso dos recursos e os desrespeitam, chegando a abater seus animais domésticos. Dessa forma, a “procura” de uma área para instalar a “reserva natural” e atender aos interesses já mencionados obteve ressonância nas angústias dos moradores locais. A promessa de soluções para as demais dificuldades vividas cotidianamente angariou o apoio dos moradores presentes à reunião. Porém, conforme consta no processo de criação da unidade (IBAMA, 2002, p.105-107) a ata dessa reunião contou com pouco mais de 40 assinaturas dos moradores de uma comunidade que possui mais de 1.000 membros.

Naquela oportunidade, o técnico do IBAMA explicou as etapas de criação da UC: “estudos técnicos, consulta pública, desapropriação das terras e implantação do parque” (IBAMA, 2002). A “ata memória” registra que essa reunião, que consta como “consulta pública” para “discussão da proposta de criação do Parque Nacional de Inhaí”, foi realizada em janeiro de 2001. Ocorre que os estudos para criação da UC foram feitos posteriormente e somente finalizados em dezembro de 2001 (IBAMA, 2002). Mas não seriam tais estudos os

instrumentos que subsidiam e auxiliam na definição da categoria adequada a uma dada realidade, bem como das proporções e limites de uma UC?

As informações acima permitem inferir que a categoria já estava previamente definida, tendo o estudo apenas referendado o que fora acordado entre gestores públicos e consultores. A reunião com alguns poucos moradores, posteriormente protocolada pelo IBAMA como consulta pública, revela que todo o debate feito por oito anos no Congresso Nacional sobre a forma de se criar uma UC e regulamentá-la, que resultou na Lei do SNUC (2000), foi completamente desconsiderado.

A consulta pública, obrigatória por lei desde 2000¹⁰⁹, visa também evitar o velho/renovado problema de parques sobrepostos aos territórios sociais de comunidades locais. Durante os trabalhos de campo, foram entrevistados moradores das comunidades que seriam atingidas diretamente pela criação do PARNA Inhaí. Em nenhuma delas há registro de reuniões/audiências públicas, e todos os entrevistados desconheciam tal processo; afirmaram que o parque chegou recentemente na região (disseram que entre três e quatro anos). Apenas um morador, entre todos os entrevistados na região – um posseiro que vive sobre a serra, na área que se tornou parque –, recordava-se da iniciativa. Ele relatou ter guiado, por uma parte da serra, técnicos da área ambiental que estudavam a criação de um parque para a região. De acordo com esse morador, os técnicos lhe disseram que o parque traria desenvolvimento, que as terras seriam indenizadas, que haveria emprego no parque para os moradores locais e que o turismo traria renda para a região. Ele ainda recordou que um dos técnicos era do Partido Verde e o outro da AMDA, e afirmou que nada foi dito em relação às restrições de uso da área. Para ele, as promessas eram muitas, mas nada foi cumprido até o momento e o que se observa é bem diferente¹¹⁰.

Nas entrevistas realizadas na comunidade de Inhaí, os moradores afirmaram desconhecer a proposta de criação do parque e negam a realização da reunião de “consulta”, o

¹⁰⁹ Com base na Lei nº 9.985, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e no Decreto n. 4.340, que regulamenta os artigos dessa lei, a “consulta pública para a criação, ampliação, revisão de limites ou recategorização de Unidades de Conservação visa subsidiar a definição da localização, da dimensão e dos limites mais adequados para a unidade”. Na prática, essa etapa representa o principal momento, durante o processo, no qual o órgão gestor cria um canal formal de diálogo com os diferentes segmentos da sociedade. Na consulta pública, o órgão responsável deve “indicar de modo claro e em linguagem acessível, as implicações para a população residente no interior e no entorno da unidade proposta, com uso de recursos audiovisuais. Além disso, a consulta deverá ocorrer em local propício à participação de todos os segmentos interessados”.

¹¹⁰ No início de 2010, esse morador recebeu uma multa sob a acusação de desmatar área para cultivo de roça de milho dentro de UC de proteção integral. Durante a operação de fiscalização em sua propriedade, parte da sua roça foi destruída e o barracão de ferramentas queimado por técnicos do ICMBio. Essa depredação ocorreu durante sua ausência. O morador alega fazer o uso do pousio e que sua roça é fonte de alimento para sua família. O Ministério Público foi acionado e o processo está em andamento.

que leva a questionar se ela foi aberta à comunidade. Os moradores entrevistados guardam dúvidas sobre o significado da expressão “proteção integral da natureza” e questionam as razões de suas vidas terem sido alteradas drasticamente sem terem sido considerados durante o processo. Consta, ainda, no processo de criação, um abaixo-assinado de “apoio integral à criação do Parque Nacional de Inhaí”, que conta com dezenas de assinaturas de moradores dessa comunidade. Ele foi enviado ao IBAMA em janeiro de 2002, no intuito de demonstrar “demanda popular local” (IBAMA, 2002). Entretanto, o posicionamento dos entrevistados a respeito desse documento é o seguinte:

Na época, eles passaram uma lista na escola e falaram que era prá assinar. Eu tinha 14 anos, assinei sem saber o que era. Só agora fui saber que era o abaixo-assinado a favor do parque. Eu não imaginava isso! E quando vi agora que o documento de criação finalmente apareceu, a lista de reunião como consulta sobre a criação do Parque do Inhaí, fiquei assustado. Essa tal reunião, como é que em um distrito com mais de 1000 pessoas, eles fazem uma consulta com tão pouca gente? E eu fui atrás de algumas dessas pessoas que assinaram na reunião, e elas me falaram que ninguém tinha explicado nessa reunião que ia ser uma proteção integral e que não ia poder fazer mais nada na serra. Eles me disseram que se soubesse que era isso, nunca iam ter assinado. Porque todo mundo sabe da importância da serra, nós temos a cultura de extrativista, sabe? Como é que puderam fazer isso com a gente? E agora as pessoas falam que a culpa desse parque é de Inhaí, mas nós não sabíamos o que era aquilo. Isso não pode ser considerado consulta, não é possível... (Morador de Inhaí, jovem, entrevista realizada em junho de 2010).

As estratégias utilizadas para cumprir a exigência da “consulta pública” passaram pelo conhecimento, enquanto poder, que determinados sujeitos adquirem, devido aos lugares sociais que ocupam (técnicos e dirigentes políticos), como também pelo desconhecimento dos moradores locais, que não tiveram as mesmas condições de se formarem/informarem. Esse posicionamento é atrelado, nos países latino-americanos, às formas políticas e sociais de cultura centralizadora e verticalizada (SABATINI, 1997).

Para Bourdieu (2009), o Estado é detentor do *monopólio da violência simbólica* legítima. Isso pode se dar enquanto determinador dela ou atribuidor de funções e setores a determinados segmentos sociais - como quando entregou para as elites o setor de comunicação e mídia no Brasil, ou quando criou o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), em 1964. Se se pensar na complexidade dos dias atuais, que envolve, por exemplo, a força simbólica da mídia, pode-se considerar que o Estado seja detentor da *hegemonia* da violência simbólica legítima. Seus aparatos ideológicos, com destaque aqui para a escola, podem servir à consolidação de concepções e interesses dominantes, tendo no Projeto Político Pedagógico os seus preceitos.

Como apontou Thompson (1989), a dominação passa por relações sistematicamente assimétricas, em que grupos particulares de agentes detêm o poder, de maneira permanente e em grau significativo, permanecendo tal poder inacessível a outros grupos de agentes, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito.

Os valores e interesses acima mencionados não foram os únicos externalizados. Na área do parque, há fazendeiros que detêm o domínio de grandes extensões de terras e também de direito minerário, com lógicas fundiárias que se confundem. Um dos questionamentos feitos a um membro da equipe de consultores envolvidos na proposição do parque, versou sobre a posição desses proprietários de terras - muitos dos quais filhos de famílias da elite diamantinense, e, também, dirigentes políticos - a respeito da criação da unidade:

O que buscamos fazer foi obter o máximo possível de representação de ambientes, assegurando os maiores e os melhores remanescentes de vegetação nativa. E de outro lado, a redução de impactos sociais. No meu ambiente de trabalho, eu tenho sempre isso, essa postura de tentar reduzir, recortando o máximo possível os limites, pra reduzir os impactos sociais [que] são decorrentes de desapropriações, envolvimento de terras produtivas. Pra isso, busco não pegar fazendas bem instaladas, montadas. Uso carta topográfica, imagem de satélite e visita de campo, os três, pra fazer esse trabalho da limitação. [...] Na área, eram poucas, área de alto de serra, não tinha fazenda significativa. Na verdade, tinham muitos fazendeiros que queriam vender as suas áreas, muitas pessoas, proprietários que não tinham nenhuma atividade nas terras. A gente procurou limitar as áreas sem nenhuma relevância econômica. Quando o pessoal ficou sabendo, [da criação que demandaria desapropriação], nós recebemos, nós fomos procurados por várias famílias, 'esse aqui é meu terreno e eu quero vender', não tinham o que fazer com as áreas (Consultor do IBAMA, entrevista realizada em setembro de 2010).

A região envolvida é fortemente marcada por alianças entre a Igreja Católica, o Estado e as classes dominantes (RIBEIRO, 2010). Nesse contexto, para a criação do parque, houve o alinhamento de interesses entre o governo federal, com suas metas ambientais globais em termos de preservação/conservação a serem atingidas; ambientalistas que lutam pela preservação da natureza em Minas Gerais (consultores governamentais e não-governamentais); políticos locais, que pleiteiam aumentar a arrecadação de impostos e implantar projetos de desenvolvimento *ecoturístico*; e proprietários de terras consideradas inaptas à agricultura moderna industrial, que visavam à oportunidade de vendê-las para o Estado. Em uma sociedade produtora e consumidora de mercadorias, lastreada pela propriedade privada, a valorização da natureza passa a ser traduzida por sua valorização econômica, apesar das contradições e conflitos. Dessa forma, a moderna proteção da natureza

é permeada cada vez mais por valores monetários, tanto na gênese quanto nos usos posteriores das UCs, através da auferibilidade de impostos, serviços e compensações ambientais.

O trecho acima traz à tona um dos significados de “terras produtivas”. Esse conceito compreende lógicas e índices modernos de produtividade, apoiados no conhecimento técnico-científico, de empreendimentos “bem instalados”. Tal concepção exclui, em geral, atividades e práticas que envolvem os modos de apropriação tradicionais dos camponeses. Nesse contexto, reafirma-se que a distribuição diferenciada dos capitais, ou dos poderes materiais e simbólicos que estão em jogo, traduz-se em potenciais desiguais para a posse, uso e controle do espaço (ACSERALD, 2004).

Para a elaboração do documento propositivo do PARNA Inhaí, foram mobilizadas informações de órgãos governamentais (IBGE, INPE, IGC/UFGM, IEF/MG, EMATER/MG) e da ONG Terra Brasilis, que atuava naquela época na região, além de dados secundários obtidos através de incursões, pelos consultores, na área de criação da UC – por vezes acompanhados do vereador do distrito rural de Inhaí e do prefeito municipal. Essas incursões eram feitas utilizando-se “carro, cavalo e mesmo a pé”, e objetivavam a definição dos limites territoriais do futuro parque. Os consultores relataram que procuraram “minimizar os impactos sociais sobre as comunidades locais decorrentes do impedimento ao uso dos recursos naturais tradicionalmente explorados”, e que priorizaram áreas de “presença humana bastante rarefeita” (IBAMA, 2002, p.10-12).

Ao mesmo tempo, afirmam que, entre as principais atividades exercidas no interior da área em questão, estavam a pecuária extensiva de “reduzida agregação tecnológica, baixa produtividade e elevado impacto ambiental em função da prática das queimadas para renovação de gramíneas” e o extrativismo de plantas ornamentais, sobretudo de flores sempre-vivas. Os consultores salientaram que mantiveram os principais campos de coleta parcialmente fora da área de abrangência do PARNA de Inhaí, pois era uma atividade “importante para determinado segmento da população rural da região”. Atestaram que, embora a coleta fosse feita de “forma predatória, incluindo espécies em vias de extinção”, o manejo até então utilizado “permitiu a manutenção das populações das plantas na região”. Afirmaram, também, que essa atividade poderia ser desenvolvida sob bases sustentáveis, a serem normatizadas pelo Estado, adequando-se seu manejo a partir de estudos científicos, o que permitiria a manutenção das espécies, quiçá seu aumento, e também reconheceram que o cultivo de algumas espécies já vinha sendo feito na região (IBAMA, 2002, p.24-26).

Durante as incursões feitas por esta pesquisadora, alguns moradores de Diamantina declararam que “era prá ter sido criada uma RESEX, ao invés do parque, já que a coleta é

muito importante para a renda das famílias das comunidades locais”. Alimentada por embates entre visões diferenciadas de mundo, essa colocação retoma os debates feitos no Congresso Nacional na época da aprovação do SNUC. Questionado a respeito, um membro da equipe propositiva do PARNA Inhaí esclareceu:

O grande mote foi a proteção da biodiversidade, claro que passando aí pelo viés econômico da utilização turística. Nossa! É uma área que ainda tem manchas de vegetação significativa, espécies endêmicas que já estão raras. A fauna super expressiva, a gente tem espécies ameaçadas, como o tamanduá bandeira, a onça pintada. Um dos poucos lugares em Minas que ainda existe a onça pintada é lá. [...] Nós achamos que o parque ele tem que ter uma utilização turística razoável, até mesmo para que se tenha a base política prá criar novos parques. Se você não tem um uso destinado à população que seja importante prá ela, que tenha retorno em termos de uso, recreação, você não consegue a mobilização da sociedade prá criação de novos parques. Então, a gente tem sempre batido muito nessa tecla, a necessidade de que os parques sejam efetivamente implantados e que a população possa usá-los. Não só como forma de educação ambiental e lazer, mas também como forma de mobilização da sociedade prá criação de novas unidades de conservação. [...] A ideia era, num segundo momento, trabalhar essa ideia de reserva extrativista, mas nós não conseguimos concretizar essa ideia. Porque as opções de áreas mais significativas prá coleta de sempre-viva ficam nas áreas das RPPNs [já existentes e vizinhas a área do parque proposto]. Era importante ter também algumas áreas de coleta de sempre-vivas dentro do parque prá você ter uma amostra [desse ecossistema]. [...] O possível uso dessas RPPNs prá coleta de sempre-vivas gera uma polêmica. Mas eu acho que vai uma discussão jurídica aí, se pode, se não pode. Acho que dependendo da forma de manejo eu não teria esse rigor de proibir a coleta de sempre-vivas, sabe? Com certos cuidados de manejo, você reduz muito o impacto, principalmente evitando o uso do fogo. [...] O maior problema é o uso do fogo pro gado, prá flores é feito em áreas menores e com muito menos frequência (Consultor do IBAMA, entrevista realizada em setembro de 2010).

Nitidamente, a proteção “do que ainda tem” ou do que “resta da biodiversidade” tornou-se o argumento hegemônico nas justificativas para a criação de parques (CAMARGOS, 2006), em um contexto de aprofundamento da produção capitalista do espaço. A visão social de mundo de proteção do que “resta de natureza” busca legitimação social para realizar-se através da categoria *parque*, que interpela os sujeitos pelo lúdico na “natureza intocada”, ainda que isso signifique excluir socialmente determinados grupos. Entretanto, mais da metade dos parques nacionais encontra-se fechado à visitação pública (SILVA, 2005), que acabam disponíveis apenas a pesquisadores.

Em relação à coleta de flores, apesar de essa atividade ter sido reconhecida como importante para a sobrevivência de grupos camponeses, prevaleceu a visão hegemônica da proteção integral da natureza em detrimento de suas características e necessidades. Tal

posicionamento coaduna com o fato de a decisão ter sido acordada previamente entre gestores públicos e consultores, que partilham de uma visão comum. Ressalte-se que não mais se poderia coletar tanto no interior do parque proposto quanto no das RPPNs, já que tal categoria de UC, segundo o artigo 21 da Lei do SNUC, destina-se à “pesquisa científica e visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais”, ou seja, essa atividade estaria, de qualquer forma, severamente comprometida.

Desse modo, instalou-se uma hierarquização de valores, interesses e classificações, em condição desigual de poder entre os atores sociais, sobre a apropriação dos recursos. Os sujeitos que deles dependem diretamente para sobrevivência foram excluídos; silenciou-se esse lugar social de enunciação. Esses sujeitos foram transportados da condição de coletores para a de degradadores, ainda que os ambientes por eles utilizados tenham sido classificados como suficientemente conservados para fins de preservação/proteção da natureza, num duplo e contraditório movimento que legitima a dicotomia sociedade/natureza e deslegitima a condição de ‘apanhador de flores’, de um dia para o outro, tendo por consequência a desterritorialização desses grupos.

A equipe de consultores concluiu o documento revelando a impossibilidade de um desenho ideal (arredondado) para a UC, face à minimização dos conflitos com os moradores. Foi salientada a presença de animais da fauna nativa “que precisam de extensas áreas para a sua sobrevivência”; a importância da implantação de “corredores ecológicos entre as UCs” já existentes (como os parques estaduais), para garantir a conservação de grandes extensões contínuas; e, ao mesmo tempo, a possibilidade futura de ampliação do parque proposto. Ao mesmo tempo, consideraram que a existência de outras UCs (uma APA municipal e duas RPPNs - uma já criada e outra, à época, em processo de criação, também localizadas sobre campos de coleta), contíguas à área do parque proposto, poderia “garantir uma maior área preservada”. Eles mencionaram ainda a situação fundiária na área de interesse, identificaram parte dos possíveis proprietários e posseiros e confirmaram indícios da ocorrência de terras devolutas (IBAMA, 2002, p.29-33). E é exatamente a partir desses aspectos que os técnicos do IBAMA, responsáveis à época pela criação de UCs no instituto, justificarão a ampliação da área do parque proposto.

3.2.2.2 - A ampliação - o PARNA Sempre-vivas

Uma vez concluído o documento propositivo pelos consultores contratados pelo IBAMA, ele foi encaminhado aos técnicos do órgão responsáveis pela criação de UCs. De posse dos documentos, em abril de 2002, foi elaborado um parecer técnico que justificou a ampliação da área do Parque Nacional do Inhaí “pela necessidade de se proteger maior área possível do Espinhaço”, conforme o “Atlas” de áreas prioritárias de proteção/conservação da biodiversidade em Minas Gerais. A justificativa também dizia que a escolha e o tamanho da área deveriam privilegiar o que melhor atendesse aos “objetivos nacionais de conservação da natureza”; questionava a preocupação com os “impactos sociais”, pois, carece de “um fator de análise que avalie se o desenho do limite proposto para a unidade é adequado para garantir a efetiva proteção das amostras de ecossistemas abrangidos pela unidade contra pressões e alterações advindas dos usos e manejos das áreas vizinhas”; defendia que os animais identificados nos relatos necessitavam de maior área para sua sobrevivência e que a criação do parque “fortaleceria economicamente a atividade turística evitando o êxodo rural” (IBAMA, 2002, p.123-125).

O documento também sugeria a incorporação, pelo parque, das duas RPPNs, categoria de uso sustentável e privada, para “garantir a efetiva preservação” dos atributos naturais, em especial água e flora, pois a coleta não poderia ocorrer em seu interior como antes se pensava; registrando-se o fato de o processo de criação de uma das RPPNs ter-se iniciado ao mesmo tempo que o do PARNA de Inhaí, o que certamente traria grande valorização econômica, em termos turísticos, face à criação da unidade pública em terreno contíguo à mesma (o que sugere objetivos de especulação imobiliária). Por fim, o parecer sugeriu o nome Parque Nacional das Sempre-vivas, em homenagem às espécies em extinção. Em maio de 2002, foi emitido um despacho pela Coordenação Geral de UCs, vinculada à Diretoria de Criação de UCs/IBAMA, com a nova proposta (IBAMA, 2002).

A Figura 5, a seguir, mostra a proposta inicial e o polígono final do parque. Vê-se que as APAs foram parcialmente sobrepostas pela ampliação do parque e as RPPNs foram completamente sobrepostas. É de se registrar que a RPPN Fazenda Arrenegado foi reconhecida após o decreto de criação do PARNA Sempre-vivas.

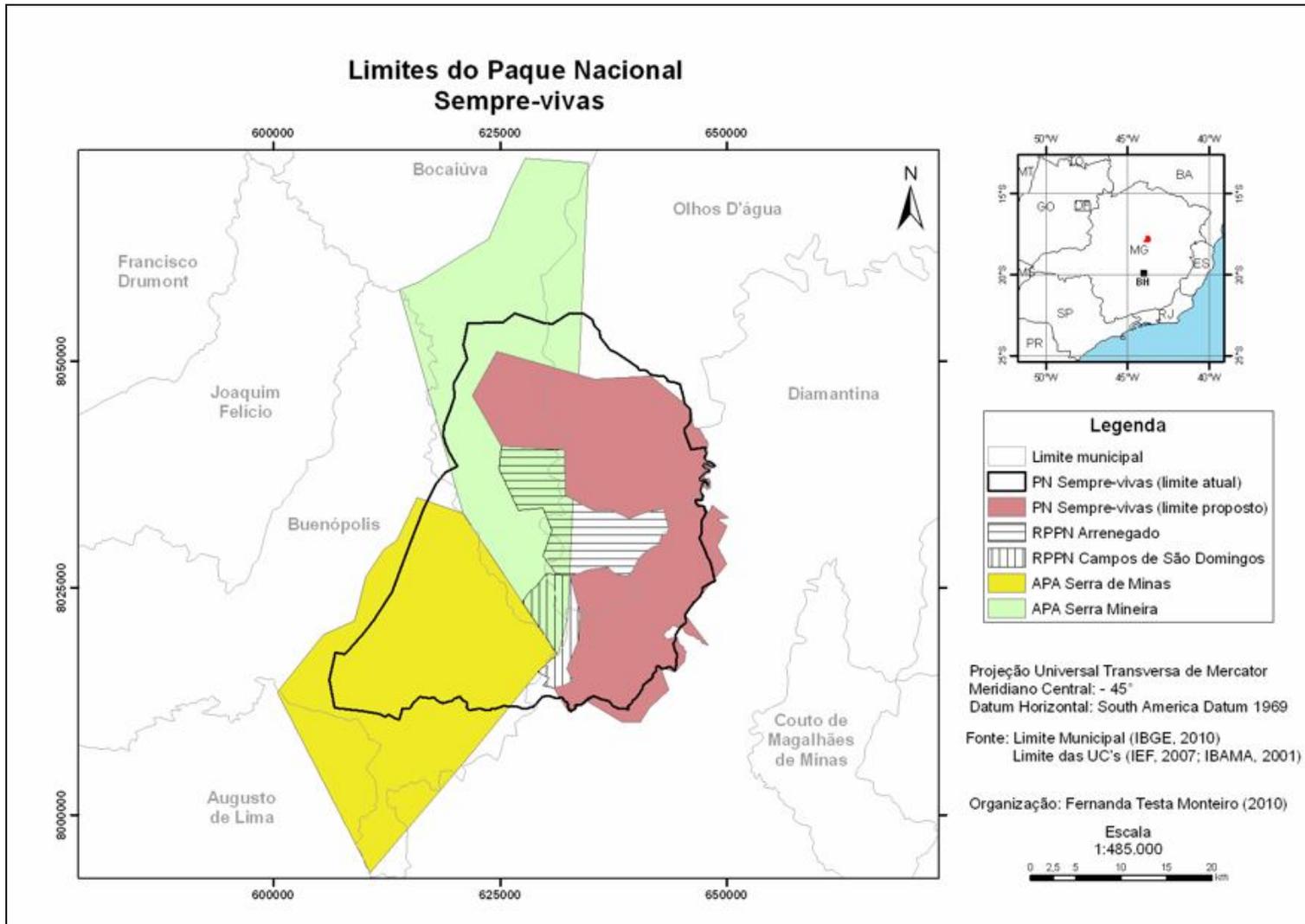


FIGURA 5 – Delimitação da proposta inicial do PARNA Inhaí com UCs adjacentes e perímetro final do PARNA Sempre-vivas (2001/2002)

Essa perspectiva explicita a preponderância da proteção integral sobre as categorias de uso sustentável e de domínio privado, já presentes na área e previstas pelo SNUC (2000). Nesse sentido, a preservação é considerada “efetiva” quando é garantida pelo Estado, que esvazia determinada porção do espaço em prol da *conservação da biodiversidade*. Nesse movimento, deve-se atender ao “objetivo nacional”, valor preponderante para essa visão social de mundo, em relação ao qual os “impactos sociais” de criação da unidade são secundários. Alguns devem ser “sacrificados pelo interesse maior” - da comunidade nacional - de proteção da natureza, promovendo-se, assim, a deslocalização compulsória de determinados grupos para a localização de outros (ZHOURI e OLIVEIRA, 2010).

Conforme dito anteriormente, a desapropriação incide apenas sobre terras em áreas privadas, cuja propriedade possa ser provada através de título ou documento de posse, excluídas as “terras devolutas”, que são consideradas propriedade da União e nas quais o “usucapião” não é reconhecido (MOTTA, 2005). Nesse caso, ocorre somente a indenização por obras de infraestrutura nelas realizadas. As terras de *uso comum* das comunidades tradicionais, não-reconhecidas como território quilombola ou indígena, tornam-se vulneráveis - uma situação que ocorre entre os grupos envolvidos. Ao mesmo tempo, a regularização por meio da desapropriação¹¹¹ para aqueles que têm titulação individual pode levar décadas, o que é recorrente nos parques nacionais brasileiros. Para as comunidades envolvidas, que têm título comum, sem inventário, o processo de reconhecimento, valorização e pagamento da indenização pode se arrastar ainda mais. De qualquer forma, tal situação impõe uma convivência forçada entre os gestores das UCs e os moradores dessas áreas, com concepções, necessidades e objetivos diferenciados, deflagrando tensões e conflitos cotidianos - contexto que é (re)conhecido pelos próprios agentes do IBAMA.

Os técnicos do IBAMA, responsáveis pela nova proposta do parque, sobrevoaram a área com um helicóptero. Nessa vistoria, marcaram pontos/coordenadas, por meio de equipamento GPS (*Global Positioning System*), para os novos limites territoriais, atingindo uma extensão de aproximadamente 124.000 hectares. Durante entrevista com um dos técnicos envolvidos, ele contou já ter estado na área em questão e efetuado um parecer quanto à legalidade da RPPN Fazenda Campos São Domingos, também conhecida como área da

¹¹¹ De acordo com o Decreto Lei 3.365, art. 10: “A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará”.

“Obras Kolping”¹¹², utilizada para coleta de flores. Esse técnico, engenheiro florestal formado pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), ingressou no antigo IBDF e depois foi para o IBAMA, no qual vem trabalhando com UCs desde a década de 1980:

Eu já tinha estado lá algum tempo antes para dar o parecer sobre a RPPN da Kolping. Nessa ocasião, o que vi na região desse campo era um barracão de pau-a-pique, sem barro, nada, só o pau mesmo, cheio de resto de sempre-viva cortado. Alguns lugares tinham queimadas, queimadas assim grandes. E a casa da Obras Kolping que era uma ruína, tinha uma caminhonete estragada, três meninos e o pai lá, que ficava lá tomando conta e coletando sempre-viva. [...] Uma coisa meio arcaica, mas era isso que rolava lá. Tinha muito gado também. Eu sempre gostei muito de Diamantina, da região, mas aquela coisa ali eu não conhecia (Técnico do IBAMA, entrevista realizada em fevereiro de 2010).

Com base em suas impressões, ele classificou aquele modo de vida como “arcaico”, em oposição ao *moderno*. Contraditoriamente, se naquela primeira ocasião a área apresentava impedimentos para tornar-se uma RPPN, incluindo os usos locais, o mesmo não aconteceu quando ele voltou à área para incluí-la no parque nacional. Elementos simbólicos relativos à natureza, elementos estéticos a serem reverenciados, bem como riquezas potenciais, que deveriam ter sua proteção garantida pelo Estado - enquanto legítimo representante da comunidade brasileira e a quem cabe resguardar o *patrimônio nacional* – foram ressaltados:

Aí, quando voltamos tempos depois era [para atender] a demanda da criação do Parque Nacional do Inhaí, que era a proposta inicial. Sobrevoamos a região com helicóptero, porque facilita o trabalho, e não tinha moradores na serra, casas na área. [...] Aí chamou a atenção umas formações de quartzito muito bonitas, muito campo bonito e serra. Aquele ambiente de serraria bonito! Mas uma coisa que eu notei no sobrevôo, que dava prá notar, é que em vários locais tinha muita areia e queimada. O lugar já tava ficando assim, por cima se vê que, não sei se é erosão laminar, alguma coisa assim, o que tinha de pouco solo, ele já tinha sido degradado. Então, isso aí deu prá ver. E muita região de campo também, assim mais pro sul, tava bem conservada. [...] Dentro da área, não tinha garimpo, nem eucalipto, só no Norte. Eu não sei se [o eucalipto] ficou dentro [da área do parque], era uma região bem lá pro lado norte e já tava um reflorestamento bem estabelecido. Existia depois

¹¹² As Obras Kolping do Brasil, uma organização da sociedade civil que se define como “movimento social, popular e católico a serviço do trabalhador e sua família” (KOLPING, 2011. Disponível em: <http://kolping.org.br>, acesso em janeiro de 2011). Essa organização recebeu a doação, nos anos 1980, de uma área de cerca de 4.500 ha de terra que se refere a um dos campos de coleta mais importantes para as famílias da região, o Campo São Domingos. A doação foi feita na década de 1980 por um padre alemão que viveu em Diamantina na segunda metade do século XX. Em 2001, a área foi reconhecida como RPPN Fazenda Campo São Domingos, de propriedade da Obras Kolping do Brasil. Em laudo técnico, o IBAMA (2001) afirmava que havia implicações legais em ela se tornar RPPN, porque o termo de doação exigia que fossem desenvolvidas obras sociais junto à comunidade local, por meio de atividades econômicas (como a pecuária), o que é incompatível com a categoria de UC. O não-atendimento dos termos de doação implicava no seu cancelamento e inviabilizaria a RPPN, caso fosse reconhecida. O parecer do IBAMA foi contrário, mas o IEF/MG deferiu o pedido de criação da RPPN.

uma empresa, que chegou a procurar a gente lá no IBAMA, falando do interesse em vender a fazenda dele, passar uma parte da fazenda dele, e era coisa grande, não sei como é que andou o processo depois. [...] Não tinha carvão dentro da área também não. Até porque não tem muito o que cortar, né. [...] Tinha muita queimada. Tinha vestígios de caça. [...] O Espinhaço tem essa coisa do endemismo vegetal, embora também tenha muitos animais. No [PARNA] Sempre-vivas tinha muita água [...], tinha que proteger isso! [...] Aí vimos que podia aumentar a área para preservar mais nascentes e maior área de campos. Pegamos os pontos de GPS, tendo como base os limites naturais como paredões e cursos d'água para ficar claro onde eram as divisas. E deixamos as comunidades fora do parque (Técnico do IBAMA, entrevista realizada em fevereiro de 2010).

De acordo com o entrevistado, “a decisão deste parque foi técnica, foi do IBAMA”, não envolveu ONGs, prefeitos e nem mesmo interação com a equipe de consultores “que já tinham feito a parte deles”. Durante as entrevistas com os técnicos governamentais federais, esteve consideravelmente presente a referência à instância federal como superior em hierarquia às demais, imprimindo autonomia e isonomia à decisão institucional, independentemente das articulações locais. As belezas cênicas, a água e a biodiversidade, realçando as raridades, também marcam os discursos dos sujeitos envolvidos nos despachos técnicos do órgão, aspectos realçados constantemente no processo de criação/ampliação do parque.

Todos esses elementos reafirmam a força do *preservacionismo* apoiado na ciência da biologia de *conservação*, permeado por ideologias relativas às dimensões existencial, inclusiva, posicional e histórica (THERBORN, 1991). Essas dimensões são constituintes da subjetividade dos sujeitos, que, nesse caso, empenham-se em proteger a natureza da ação humana degradadora, em que pese as referências acumuladas nas experiências das trajetórias de vida, incluindo a formação universitária, e refletem práticas sociais em um mundo estruturado e significativo. A defesa dessa ordem, estabelecida através de códigos normatizados, incide no ordenamento territorial, afirmando/sancionando determinados aspectos da realidade e silenciando *outros*.

O sobrevôo, por exemplo, permitiu a visualização dos atributos físicos/geográficos da paisagem claramente evidenciados, admirados e valorizados pelo entrevistado. O “olhar do alto” propiciou uma percepção espacial, que levou a uma concepção idealizada de ampliação dos limites do parque, abarcando acidentes geográficos e recursos naturais. Ao mesmo tempo, os processos sociais referentes à dinâmica territorial do “chão de mundo” foram invisibilizados. Ainda que houvesse informações de que havia coleta de flores e criação de gado pelas famílias das comunidades rurais na área em questão, esse lugar de enunciação foi

reiteradamente negado nessa etapa de criação do parque. O perímetro da nova proposta bordejou as comunidades, priorizou o aparente “vazio demográfico” e deixou aparentemente “de fora” os problemas. Silenciou aqueles que têm a serra como lugar de vida - os territórios sociais de comunidades rurais. Durante as entrevistas com moradores das dezenas de comunidades rurais atingidas pelo parque, foi recorrente a externalização da angústia desses sujeitos em relação a esse processo e ao futuro:

A gente gostava de panhá flor. Tinha dia que era difícil, mas a gente gosta de ir prá serra, sabe? Mas você ser proibido de uma coisa que você fazia há anos, isso me marcou muito, sabe? [choro e pausa longa] A gente arrumava dinheiro, mas não é só isso. Era uma coisa que a gente gostava. Eu não gosto nem de falar porque dói. Foi muito ruim. É uma vida inteira! Por mim eu ficava no meu lugar. Por que tem que ser assim? Eu não quero ir embora, essa é a vida da gente (Moradora da serra, entrevista realizada em maio de 2010).

Um jovem pode até acostumar, de repente, de ir prá outro lugar. Mas a gente sabe viver é aqui. Mesmo que eles paguem prá gente ir embora, nós vamos prá onde? Morar na cidade? A gente não resiste fora daqui. É daqui que a gente gosta e aqui é o nosso lugar. E essa coisa da gente não ter o direito de escolher, de falar . . . [longo silêncio] (Moradora do sertão, entrevista realizada em setembro de 2010).

Existem dimensões, concepções, desejos, que estão além do que o olhar moderno de planejadores governamentais, numa concepção urbano-industrial-capitalista de mundo, possa *compreender* (no sentido proposto por Bourdieu, 1989). O pensamento moderno ocidental, apontado por Sousa Santos (2010) como um *pensamento abissal*, considera um sistema de distinções visíveis e invisíveis, o que existe, e o *outro*, inexistente. Esse pensamento traz a impossibilidade da copresença entre os dois lados da linha que os distingue. Tais distinções têm em comum o fato de pertencerem [serem constituídas] ao/no primeiro lado da linha, o pensamento moderno ocidental, e de se combinarem para tornar invisível a linha abissal na qual estão fundadas. O conhecimento e o direito modernos representam as manifestações mais bem conseguidas do pensamento abissal, delineando a dualidade apropriação/violência. Assim, a negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade afirmar-se como universal. Para Sousa Santos (2010), essa realidade é tão verdadeira hoje como o era no período colonial, e os elementos de nossa análise corroboram suas colocações.

Conforme Quijano (2005), o Brasil, entre outros países latino-americanos, configurou-se no que o autor denomina de Estado independente e sociedade colonial – paradoxo parcial ou superficial ao examinar os interesses dos grupos dominantes, completamente antagônicos

aos interesses dos colonizados. Pode-se dizer que a lógica colonial revive na condição periférica reiterada na formação do país. Um olhar colonizador/civilizador, que homogeneiza, é lançado por ambientalistas, governamentais e não-governamentais, sobre o espaço e o *outro*, o que fica evidenciado nos trechos abaixo:

Eu acho que a ocupação desses ermos aí, que normalmente ainda têm importância para as unidades de conservação, principalmente áreas montanhosas, essa ocupação se dá até mesmo num processo de fuga, de expulsão. [Porque] as pessoas acabam com as áreas mais propícias para agricultura, são ocupadas, e eles são empurrados para áreas de menor recurso, essas fundões aí. Então eu defendo que no processo de implantação das unidades de conservação deva ocorrer um trabalho de reordenamento de ocupação do solo trazendo esse pessoal, que agora estão metidos lá nesses grotões sem nenhum apoio do Estado, para cidade ao invés de deixar eles lá perdidos naquele matão sem acesso. Mas mantendo aquela condição de produção agropecuária, já que são pessoas que têm raízes com isso e querem continuar exercendo essas atividades (Consultor do IBAMA, entrevista realizada em setembro de 2010).

Por causa da inacessibilidade, essas áreas [onde são implantadas as UCs] são mais preservadas. São áreas sem aproveitamento agrícola e que não têm muito interesse econômico. Em várias unidades [de conservação] de Minas Gerais, você vai ver que são áreas inaptas para colheita agrícola, não têm quase serra nenhuma agricultável, no [PARNA] Sempre-vivas também não. São ocupações marginais, porque o que era bom para agricultura e para mineração, o pessoal já passou a faca. Só que o pobre ele é jogado para onde? Para margem. Existe um problema social no país, ligado à reforma agrária. Agora, você vai resolver esse problema, pegando terras que foram marginalizadas no processo econômico? [Essas áreas] foi onde essas pessoas buscaram refúgio porque não têm poder aquisitivo para comprar terras melhores. Aí, quando vem a criação de unidades, eles viram alvo, né? O INCRA não fez nada por eles, agora não vai ser a área ambiental que vai resolver o problema social. Não cabe ao setor ambiental resolver o problema, quem tem que resolver essas questões é o INCRA e não invadir a área ambiental com o problema social, falando assim 'a área de preservação acaba com a questão social do país, porque tira gente da terra'. Ela não tira gente da terra, está dando destinação mais adequada para uma terra que não tem a destinação que as pessoas estão querendo que ela tenha para resolver mais facilmente a questão social (Técnico do IBAMA, entrevista realizada em fevereiro de 2010).

A dicotomia sociedade/natureza e o uso “adequado”, sob critérios técnico-científicos modernos, referenciam o ordenamento territorial, acomodando a produção capitalista do espaço e a proteção integral da natureza – faces opostas complementares do desenvolvimento sustentável. Os excluídos desse processo passam então a ser classificados como “problema social”, porque estão no “lugar inadequado”. A dicotomia sociedade/natureza foi também expressa na fragmentação da ação estatal por meio de seus aparatos de estrutura fundiária e

meio ambiente. Há todo um contexto histórico e dialético do qual esses sujeitos subalternizados fazem parte e que diz respeito aos *lugares* onde se encontram - os territórios constituídos e constituintes desses sujeitos. Sob os valores modernos de natureza, esses lugares passam a ser eleitos à proteção integral, cuja dualidade apropriação/violência é legitimada socialmente.

A “asséptica” questão ambiental, da qual o *outro* não participa, reaparece quando se questiona a demanda por RESEX feita por alguns atores locais:

Houve uma incorporação da demanda da reforma agrária prá área da área de conservação ambiental. Isso é que criou essa coisa toda hoje, de RESEX. Porque aí começa com a queda do Muro de Berlim. Ele caiu e o pessoal da esquerda ficou sem saber o que fazer. ‘Então onde é que nós vamos botar esse pessoal? Onde é que nós vamos botar a luta de classes? Vamos botar na área de meio ambiente’. [...] Mas nunca teve demanda ali prá RESEX. Depois [...], no Governo Lula, é que veio essa ideia de criar uma RESEX lá. Ali [o parque] foi colocado justamente prá tentar ser um local para salvar um pouco das sempre-vivas, ser banco genético delas. Porque o resto lá na região, os extrativistas tão acabando com elas muito bem. [...] Inclusive a proibição da exportação tem a ver com a extinção das espécies e não com o parque. [...] Tem outra coisa: será que o cara que tá aqui hoje como coletor extrativista, ele tá ali porque gosta? Que aquilo ali é a profissão dele? Ou ele tá ali por uma questão de contingência? É muito bom falar assim “tem coletores e tudo mais”, em tese sociológica é ótimo, mas será que o cara queria ser objeto sociológico? (Técnico do IBAMA, entrevista realizada em fevereiro de 2010).

Nas distinções eu/outro, ocorrem as ideologias de tipos *posicionais* dualistas, que conotam relação de poder e dominação, na qual a alter-ideologia do sujeito dominante busca moldar o outro segundo a imagem que dele se tenha, integrando-o a um modelo mais amplo de geografia social de classes, status educativo, posição e poder político (THERBORN, 1991). Os discursos identitários constituídos em relação *ao outro* atribuem-lhe inferioridade e desqualificação (MONTERO, 1997) como “arcaico” e “degradador”, a ser civilizado/colonizado pelo desenvolvimento moderno e sustentável. Produz-se uma diferença cultural, intencional e hierarquizadora de poderes, que assegurem a criação de UCs de proteção integral aqui referidas. Expressa-se, aí, a dualidade modernidade/colonialidade como referência hegemônica do pensamento moderno ocidental, legitimando-se as bases para a exclusão social.

A *colonialidade do poder e do saber* perpassa o processo de silenciamento do outro, ou mesmo sua tutela, como forma de facilitar sua expropriação (QUIJANO, 2005). No processo em estudo, o olhar dirigido ao *outro* – pobre, problema social, arcaico, degradador, inapto à conservação da natureza – relega-o a posições subalternas historicamente constituídas

e reafirmadas no espaço-tempo. Não são “aptos” os seus saberes, tampouco respeitado o seu direito de participar das decisões que interferem em seu futuro, tendo em vista a ausência da obrigatória consulta pública acerca da proposta de criação/ampliação desse parque (que passou a atingir maior número de comunidades). Ao ser questionado sobre a ausência de consulta pública, exigida por lei, o entrevistado justificou:

Deve ter tido consulta para essa ampliação, nem que seja por internet. Mas essa coisa de consulta pública a moradores... O Estado é que tem que decidir. É uma decisão técnica, vai ficar ouvindo quem não entende... [Acrescentou] acho que é bom pela internet porque todo cidadão brasileiro tem o direito de decidir se uma área deve se tornar parque, e não só o morador do lugar (Técnico do IBAMA, entrevista realizada em fevereiro de 2010).

Em agosto de 2002, foi disponibilizada uma consulta pública sobre a nova proposta, por meio de publicação no Diário Oficial da União e na página do IBAMA na Internet, durante 15 dias, para que as pessoas se manifestassem. Houve registro de três manifestações: uma feita por um biólogo que oferecia seus serviços como consultor ambiental para a elaboração do futuro plano de manejo da UC; outra indagava sobre a realização de audiência pública no local, os limites do parque e a indenização das terras; e a terceira questionava a escolha da categoria *parque* ao invés de *reserva extrativista*, por ser uma região de comunidades extrativistas de flores sempre-vivas. Somente a segunda obteve resposta, de que “não haveria consulta pública” e que as dúvidas sobre a regularização fundiária poderiam ser esclarecidas junto ao IBAMA (IBAMA, 2002, p.145-151).

Em setembro de 2002, foi emitido um despacho pela Coordenação Geral de Conservação de Ecossistemas do IBAMA. Redigido por um dos técnicos que participou da vistoria, dizia que a área tinha “rarefeita ocupação humana, solos pobres com grande limitação para qualquer tipo de uso econômico, baixo preço das terras e processo de degradação ambiental”. A importância biológica da região foi ratificada. Declarou-se que a consulta pública foi concluída, com três manifestações, “sem nenhuma proposta concreta de modificação dos limites do parque”. Ressaltava que, anteriormente, reuniões públicas a respeito da criação do parque já haviam sido promovidas, inclusive com apoio local (IBAMA, 2002, p.147). Por fim, em dezembro de 2002, no final do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o decreto de criação do Parque Nacional das Sempre-vivas foi enviado à Presidência pelo então Ministro do Meio Ambiente José Carlos de Carvalho. A consulta feita pela Internet foi considerada válida pelos procuradores do órgão. O decreto foi então assinado e publicado, criando-se oficialmente o Parque Nacional das Sempre-vivas (IBAMA, 2002).

Os reflexos da prática governamental emergiram nas entrevistas dos moradores das localidades que se encontram no entorno de toda a área ampliada. A maioria dos entrevistados, de diferentes lugares sociais, não sabia explicar o processo de criação do parque. Aqueles que vivem nas comunidades rurais reiteram a ausência de qualquer reunião para tratar do assunto e desconhecem quando e como foi criada a unidade, bem como seu tamanho e os limites. Deve-se observar a inexistência energia elétrica em algumas das comunidades atingidas, e o raro acesso à Internet, à época. O Diário Oficial da União é amplamente desconhecido por elas. A referência de criação do parque recorrente, entre eles, é o ano de 2007, quando se efetivaram as proibições das atividades realizadas na área, ou quando “o tal do meio ambiente chegou na serra e proibiu a gente de tudo”.

Embora o PARNA Sempre-vivas tenha sido criado após o SNUC (2000), as exigências legais foram insuficientes para evitar o uso de mecanismos de imposição da criação de parques, à revelia dos sujeitos que dependem diretamente dos recursos territorializados para sua sobrevivência. Como demonstrado, as exigências legais de consulta pública não foram cumpridas pelo órgão responsável na criação do parque em questão, perpetuando-se uma prática institucional consolidada anteriormente pelo IBDF¹¹³ e continuada pelo IBAMA. Tal prática institucional reflete o *habitus* (BOURDIEU, 2009) de sujeitos que compartilham uma visão social de mundo preconizadora da dicotomia sociedade/natureza e que desconsidera os direitos das comunidades locais, relativos a décadas de lutas sociais. Os mecanismos vigentes e aceitos como legais possibilitam a imposição de uma determinada visão social de mundo em detrimento de outras, desconsiderando-se as consequências para os *lugares*, em consonância com o que aponta Sousa Santos, (2007, p. 90): “sem direitos de cidadania efetivos, a democracia é uma ditadura mal disfarçada”.

Segundo Mendes (2009), tanto o conhecimento científico quanto as leis e normas que regulam as sociedades são frutos de processos históricos e políticos que configuram e são configurados por relações de poder. Os meios considerados legítimos na/para a sua criação e reprodução tendem a negar ou menosprezar a participação dos não *experts*, dos marginalizados ou dos excluídos da sociedade na formulação dos mesmos. A autora considera que esses são confrontos éticos perante os quais o Estado Democrático de Direito não parece estar capacitado a atuar como mediador legítimo - no âmbito multicultural ou multicivilizacional que se deseja.

¹¹³ Órgão criado durante a ditadura militar.

CAPÍTULO 4 – TRAVESSIAS SEMPRE-VIVAS – TERRITORIALIDADES E DISPUTAS

4.1 - O processo de implantação do PARNA Sempre-vivas

“Meio ambiente é a questão da preservação com o ambiente natural. É o ambiente natural que a gente tem. Eu percebi que eu tinha uma ligação com a área de meio ambiente, que tinha uma ideologia maior. Tem que preservar um lugar que você possa olhar. Já tem tanta coisa antropizada, que você precisa dessa área prá você se refugiar” (Técnico do ICMBio).

“A natureza sou eu, você, os bichos, o mato, os rios... é a natureza. Meio ambiente? É aquele pessoal que chegou aí, eles ficam lá na casa da Kolping. Sabe onde é?” (Moradora da serra).

“Não é a natureza que faz parte de nós, nós é que fazemos parte dela” (Moradora das margens do Jequitinhonha).

“O parque é do IBAMA, mas a serra é nossa” (Morador do sertão).

O processo de implantação do parque, até o momento em que foi concluída a redação final desta pesquisa, pode ser dividido em dois momentos: de 2004 a 2007, quando atuou uma primeira equipe e a unidade estava sob a coordenação do IBAMA; e a etapa seguinte, entre 2007 e 2010, com mudanças na equipe anterior, tendo o ICMBio assumido a gestão. Ambas as fases foram permeadas pela externalização de contradições concernentes aos mecanismos de silenciamento, como a ausência de consulta pública; ao chamado “vazio demográfico”, que abriga um território usado pelos atores locais, engendrando conflitos entre territorialidades; à estrutura fundiária, enquanto processo histórico; e às subjetividades, em meio a normas objetivadas de apropriação, uso e controle do recorte espacial em disputa.

A “chegada do parque” refere-se a normas, estranhas/desconhecidas pela maioria dos atores locais, efetivadas pelos técnicos/gestores ao concretizarem sua implantação. Para isso, eles contaram com mecanismos e estratégias que viabilizassem o propósito e o desafio de territorialização da unidade e de desterritorialização dos grupos camponeses - processo sobre o qual se debruçou essa análise.

4.1.1 - A implantação inicial

Os gestores entrevistados, atuais e anteriores, pontuaram a fase de implantação inicial do parque salientando as dificuldades em razão do reduzido quadro de funcionários e precária infraestrutura de trabalho. Nesse período, foram iniciadas ações operacionais relativas à implantação da unidade, entre as quais: a realização de contato inicial com moradores locais para comunicar a existência da unidade e as mudanças relativas ao uso da área; o levantamento dos proprietários de terras e a localização das fazendas e posses; o levantamento de informações cartográficas e sinalização de alguns dos pontos limítrofes da unidade, que ainda não foi demarcada oficialmente; o combate ao uso do fogo, por meio da formação de brigadas e de uma “campanha de conscientização” veiculada na rádio local; a realização de um termo de cessão de uso da área sob domínio das Obras Kolping (Campo São Domingos), tornando-a a base do órgão dentro do parque; e a implantação de um sistema de rádio, adquirido via compensação ambiental, para comunicação entre os vigilantes contratados pelo parque e o escritório da unidade sediado em Diamantina.

Mais da metade dos moradores entrevistados não se recordaram dessa fase, o que significa dizer que não houve ampla sensibilização quanto ao que estava sendo criado. Entre os que se recordam, estão os moradores de comunidades que frequentemente utilizavam o Campo São Domingos, ao sul do parque (figura 06, apêndice 02, p.231). O aspecto mais recordado, permeado por angústia e mesmo revolta, decorre da transferência de domínio do campo para o IBAMA e, posteriormente, para o ICMBio.

De acordo com os moradores das comunidades localizadas ao sul do parque, essa área sempre foi de uso comum das comunidades próximas, organizado por normas locais, embora os moradores da comunidade de Macacos possuam uma antiga escritura herdada de seus ancestrais. Eles contam que um padre alemão adquiriu, nos anos 1960, 10 alqueires (aproximadamente 48 hectares) “de posse” de um morador da comunidade de Macacos. Entretanto, o padre cercou quase 5.000 hectares, e obteve o título referente a toda essa área. Como isso se deu é algo desconhecido pelos moradores. Segundo eles, foi a primeira vez que alguém cercou “com arame e pau” uma área na serra, causando estranhamento e tensão entre as famílias. Por ele ser padre, e alemão, ficaram com medo de questioná-lo. Esse padre viveu por muitos anos em Macacos e passou a cobrar dos moradores percentuais do que fosse ali

coletado - geralmente uma taxa de 10% (uma espécie de “dízimo”) - e a arrendar pastos para moradores do sertão, que, historicamente, utilizavam a área para tal fim. A ação por ele efetuada remete a uma reflexão sobre a natureza dos *cercamentos* e sobre a lógica de apropriação privada da terra que adentrava a ‘serra’.

Segundo os moradores, o padre tinha amigos políticos em Diamantina e conseguiu abrir uma estrada, da comunidade de São João da Chapada a Macacos, onde antes havia uma trilha percorrida a pé ou a cavalo, e dessa comunidade até a região central do que hoje é o parque, onde está a área conhecida como Campo Arrenegado (área que passou, desde então, a pertencer a uma família da cidade de Diamantina). Assim como o São Domingos, o Campo Arrenegado é de grande importância para as comunidades, sendo muito comentado/referido por aquelas que se encontram localizadas mais próximas a ele.

Na década de 1980, de acordo com relatos dos moradores, uma cobrança muito alta de impostos sobre as terras levou o padre a doá-las às Obras Kolping, que “prometeu que dariam casas e trabalho aos moradores de Macacos”. A doação ficou condicionada, com registro em cartório, à realização de obras sociais; do contrário, em cinco anos, as terras retornariam à comunidade. Os moradores de Macacos contam que nada foi cumprido, só aconteceram iniciativas tímidas, mas, mesmo assim, a terra se manteve com a organização.

As flores sempre-vivas, sobretudo as espécies cuja floração se dá em abril e maio, passaram a ter maior demanda do mercado externo, com preços mais elevados, em meados da década de 1970 e ainda na década seguinte (TERRA BRASILIS, 1999). Em função dessa demanda, as comunidades dessa região passaram a definir onde cada família local coletaria nos campos que estavam sob seus domínios. Já as demais atividades (solta do gado, caça, etc.) continuaram sendo realizadas sem o “parcelamento” dos campos, o que acontece até hoje.

De acordo com os moradores, a Kolping passou a arrendar (ou “fazer arrete”) o Campo São Domingos para comerciantes de flores, assim como os proprietários do Campo Arrenegado. Esses arrendadores começaram a contratar mão-de-obra externa (“pessoas de fora”) para a colheita. Os apanhadores locais insistiram na coleta, passando a ser vistos como “ladrões de flores”. Os conflitos foram então desencadeados entre os apanhadores locais e os “de fora”, pois esses eram contratados sob o compromisso de divisão da colheita com os arrendatários (geralmente 50% para cada parte, sendo que o contratante fornecia alimentação e transporte aos apanhadores trazidos “de fora”). Nesse contexto, os apanhadores locais desenvolveram estratégias de resistência, que consistiram em colher sem serem vistos e em horários diferenciados (fim do dia). Já as práticas da criação de gado e da caça foram mantidas sem alteração, apesar da presença dos atravessadores/arrendatários.

Um dos moradores explicou que, por volta do ano de 2000, já com o preço das flores em queda, as Obras Kolping, assim como os proprietários da Fazenda Arrenegado, buscaram o reconhecimento das respectivas áreas como RPPNs, com o intuito de se beneficiarem da isenção do imposto que incide sobre as terras. Esse objetivo foi concretizado junto ao IEF/MG, ainda que houvesse implicações acerca do não-cumprimento, pela Kolping, das condições postas no instrumento de doação.

Entre as famílias das comunidades envolvidas, havia a esperança de reaverem o Campo São Domingos – patrimônio coletivo e espaço de vida. Imaginavam que poderiam obter o apoio da Justiça para garantir a permanência de uso de seu território. Entretanto, esse campo, com todos os significados que possui para os moradores, passou a ser de uso do IBAMA (atualmente, do ICMBio), funcionando como sua base no parque. As mudanças ocorridas em função das proibições das atividades no seu interior, geraram um processo de desterritorialização desses sujeitos, em que seus usos tradicionais foram desautorizados e uma nova ordem foi imposta: o não-uso.

Na portaria¹¹⁴ publicada e reeditada pela direção geral do IBAMA, em 2006, relativa à proibição da exportação de espécies da flora nativa em *extinção*, constam determinadas espécies de sempre-vivas. Essa proibição alterou a dinâmica da atividade, já que entre os materiais coletados, os que foram proibidos representavam parte expressiva da demanda do mercado externo e eram os produtos mais valorizados. Pela portaria, tais espécies só poderão ser exportadas se cultivadas ou manejadas de forma sustentável, sob inspeção do órgão ambiental, o que aguarda regulamentação pelo COPAM/Minas Gerais. A comercialização dessas espécies no mercado interno, no entanto, não foi proibida. Já as espécies que não constam na lista de espécies em extinção continuaram a ser comercializadas, interna e externamente.

Ainda que esteja sujeito às variações de mercado, o extrativismo vegetal continua sendo uma atividade importante como fonte de renda das famílias camponesas residentes nas comunidades da área de abrangência desta pesquisa. O arrendamento dos campos não mais ocorre e o Campo São Domingos é agora vigiado por seguranças contratados pelo órgão gestor.

¹¹⁴ Instrução Normativa nº 112/2006, que regulamentou a Portaria 83/1996, ambas do IBAMA.

4.1.2 - A intensificação das estratégias

O ano de 2007 pode ser compreendido como um momento de transição na administração do parque, com mudanças na equipe e no órgão gestor (a unidade passou a ser de responsabilidade do ICMBio). Em entrevistas, os gestores do parque fizeram considerações sobre a mudança institucional, tanto no sentido de que ela tenha promovido a “facilitação de apoio administrativo e financeiro às UCs federais”, quanto de que reflete a fragmentação da política ambiental aliada a uma certa perda da força da “identidade IBAMA”, já reconhecida nacionalmente. Desde então, houve mudança de gerência, a equipe foi ampliada e buscou-se “garantir melhoria de condições de trabalho” (de infraestrutura e de pessoal), prezando-se pela “autonomia institucional”, como explicou a gerente em exercício nessa fase.

Três dos quatro técnicos que compunham a equipe, durante a realização desta pesquisa, passaram a conhecer a região por meio do trabalho na UC. A ênfase discursiva repousou sobre a preservação, enquanto estratégia necessária face aos desafios ambientais da atualidade, e sobre o reconhecimento de que essa unidade corresponde à categoria de proteção integral da natureza, em termos de atributos legítimos, por sua biodiversidade conservada e recursos hídricos abundantes. Foram ainda salientados seu isolamento e baixa ocupação, as vias de acesso precárias e as dificuldades para o desenvolvimento do turismo.

Essa fase foi marcada pela fiscalização da unidade e de seu entorno. Os mecanismos de implantação foram intensificados tendo como referência o marco jurídico-político relativo às UCs e ao meio ambiente no Brasil: o SNUC (2000), a Lei de Crimes Ambientais, o Código Florestal e os respectivos decretos de regulamentação. Entre as estratégias implementadas estão: os avisos aos moradores quanto às atividades interditas no parque; a colocação de placas de sinalização em alguns pontos da unidade, desde então assinadas pelo ICMBio; as exigências de cumprimento da lei no exercício das atividades no entorno; a realização de operações de fiscalização, algumas delas contando com helicópteros e policiais federais, com a destruição de ranchos, aplicação de multas e prisões de moradores dentro e no entorno do parque; a constituição do conselho consultivo da unidade com a participação de diversos atores sociais (o que aumenta o valor do ICMS Ecológico relativo à unidade).

Os técnicos classificaram determinadas atividades como “ameaças à conservação da unidade”, entre elas, a criação de bovinos; o uso do fogo voltado à renovação de pastos nativos para o gado; a caça; e, em menor proporção, a coleta de flores, considerada de menor impacto e pressão, em função da natureza da atividade e da diminuição do preço (resultante

da proibição das exportações). Predominantemente, na zona de amortecimento/tampão, as ameaças à unidade compreenderiam o garimpo de diamantes na porção sul, a produção de carvão e a “cata” de cristais ao norte - estas últimas atrativas para pessoas de locais mais distantes, bem como a caça e a pesca, que vão ao encontro do que moradores das comunidades veem como problema. Alguns deles chegaram a registrar denúncias, junto aos gestores do parque, na expectativa de que tais ações fossem contidas, o que poderia propiciar aproximação e interação entre esse atores. Porém, os gestores afirmam ser mais difícil combater os “de fora”, que, ao contrário dos moradores locais, são desconhecidos e sem posição fixa, sobretudo para as ações de caça e pesca.

Os moradores alegam injustiça nessa postura do órgão, e também advertem que não foram inseridos no processo de decisão sobre a existência da unidade, aspecto sobre o qual insistem nas reuniões do Conselho Gestor. Eles questionam o direito histórico de uso, afirmam a necessidade da ‘serra’ para a sobrevivência das famílias e ressaltam que a prática das queimadas seja uma técnica necessária às atividades realizadas nos campos, o que vem sendo feito há várias gerações. Dessa forma, valores e noções de direito desencontram-se, apontando para visões e normas diferenciadas de apropriação e uso da *natureza*, deflagrando tensões.

Um dos aspectos mais apontados pelos técnicos como dificultadores, ou desafiantes, na implantação efetiva do parque, é a ausência de regularização fundiária, sem previsão de orçamento ou data para acontecer. Territorialidades superpostas, contradições e conflitos de uso tornaram-se cotidianos. Quando esse assunto foi abordado, a dicotomia sociedade/natureza e as tensões daí decorrentes foram realçadas:

Acho que o meu maior desafio hoje é gerir uma unidade que não é da União. É gerir uma terra que é propriedade particular, porque apesar de ser unidade de conservação ela não deixou de ser propriedade particular. [...] A partir do momento que você tira a interferência antrópica da unidade, você resolve muitos, muitos problemas de conservação. Você acaba fazendo papel do ‘advogado do diabo’, você tá ali, mas muitas das vezes você não pode fazer de fato. E é lógico que você se coloca no lugar daquelas pessoas também, o cara tá numa terra e tem que me aguentar tomando conta da vida dele. Mas tenho que cumprir a lei (Gerente do PARNA Sempre-vivas, entrevista realizada em fevereiro de 2010).

Os técnicos citaram, ainda, outras dificuldades encontradas nos trabalhos de proteção ao parque: a grande extensão da unidade, com dificuldades de acesso por poucas e precárias estradas; equipe reduzida e recursos limitados diante da demanda de trabalho; a lida com a burocracia estatal; a ausência do plano de manejo que normatize os usos, balizando as ações;

e a cultura local de “não pedir autorização para realizar atividades que estão acostumados a fazer e que degradam o meio ambiente, como o fogo”, o que mais uma vez evidencia concepções políticas e econômicas do espaço diferenciadas e mesmo antagônicas.

Nesse contexto de adversidades, foi perguntado aos entrevistados sobre os motivos que os animam a lidar com os vários desafios diários por eles apontados. Mais da metade respondeu que a motivação reside na “paixão” pela defesa do “meio ambiente”. Nesse sentido, o poder simbólico (BOURDIEU, 2009) recobre, através do *preservacionismo*, o valor dado ao objeto, que é refletido pela energia afetiva e por sua capacidade de ação, aliado ao desejo e à necessidade, desses sujeitos, de realização da *obra* (LEFEBVRE, 1975), conforme demonstra o trecho a seguir:

É a paixão, porque não é fácil. Tenho paixão pela questão ambiental. O parque [das Sempre-vivas] é grande, mas se você for comparar com o Brasil inteiro, é um pedacinho. Mas você saber que aquele pedacinho daquela coisa maravilhosa, você tá ajudando a preservar, é muito bom! Você sentir que você tá fazendo alguma coisa, que você tá fazendo a sua parte, que você pode mudar alguma coisa e que você faz a diferença, prá mim é maravilhoso e aqui eu sinto isso (Técnica “A” do ICMBio, entrevista realizada em dezembro de 2009).

Essa visão social de mundo passou a apoiar-se em uma política institucional que prevê o uso de mecanismos coercitivos para sua efetivação. Dos quatro técnicos/analistas ambientais da equipe, dois eram também fiscais ambientais, um deles, gerente. A prática de fiscalização, normatizada pelo ICMBio, implica o uso de uniforme diferenciado, o porte legal de armas de fogo, que são registradas e colocadas sob a responsabilidade dos mesmos, e a lavratura de autos de infração. A fiscalização da área de entorno compete ao IEF/MG e à polícia militar, podendo ter apoio entre os diferentes aparatos empenhados e envolvidos no controle dos recursos e na punição aos classificados como infratores.

A fiscalização foi considerada por aqueles que a exercem como um “aumento de responsabilidades e riscos”. O uso de armas de fogo por parte dos técnicos/fiscais entrevistados foi apontado como “necessário para situações enfrentadas no dia-a-dia”, porque lidam “com interesses contrários aos da proteção ambiental”. Na defesa de uma ordem social a ser mantida, as disputas entre sujeitos e visões de mundo dissonantes sobre o mesmo objeto podem colidir em situações extremas:

A arma, acho que é assim, mais prá dar uma falsa segurança prá gente. Na verdade, eu não gosto. Raramente você vai me ver com arma, eu acho que não há uma necessidade muito grande. E se um dia me ocorrer de ter que

usar, eu acho que não vou portar arma nunca mais. Tem vários métodos de armas não letais, eles escolheram a arma mais letal de todas. Então, assim, você não vai atirar numa pessoa prá ferir, você vai atirar prá matar. Tem que ter essa consciência. Eu acho que com isso, eu penso muito, sabe? Mas ao mesmo tempo, eu penso no que a gente passa no dia-a-dia. Todo tipo de coisa que você imaginar, a gente passa. Quando a gente sai sozinho então, é uma coisa que às vezes é um mal necessário. Porque se eu tiver sozinho algum dia e quebrar um carro, eu acho que com a arma eu vou ficar mais sossegada, mais tranquila do que se eu tivesse sozinho sem nada. Mas tem esse peso (Técnica “B” do ICMBio, entrevista realizada em fevereiro de 2010).

A fiscalização de combate ao fogo, com a adoção de notificações e multas (autos de infração), foi priorizada nessa fase da implantação da unidade, a fim de coibir atividades vinculadas/dependentes ao/de seu uso. Essa postura preponderou, embora não fosse unânime entre os membros da equipe, o que reflete a existência de diferenças internas no próprio aparato estatal:

Em meio a tantos problemas, infelizmente você tem que priorizar as ações, porque há limites na capacidade de trabalho. O fogo foi prioridade nas ações de fiscalização, tanto pela degradação que provoca, quanto porque acaba por conter outros problemas dentro da unidade, como o gado e a própria flor, que conta com este manejo para algumas espécies. Já havia tido uma campanha de conscientização sobre o fogo em 2007, então a gente começou a autuar por fogo a partir de 2008 (Gerente do PARNA Sempre-vivas, entrevista realizada em fevereiro de 2010).

Particularmente, tenho uma visão da fiscalização como o último recurso, em casos muito extremos e quando se lida com marginais de fato. Eu acho que uma pequena porcentagem dos casos justifica a atividade da fiscalização. Todo o resto é mais produtivo trabalhar o diálogo com os moradores. Eu tenho pensado cada vez mais que isso tem a ver com o Estado brasileiro. A primeira coisa que o Estado sempre tem em mente é fazer a repressão. Não entende outra língua. Então acaba se dando muita ênfase à fiscalização, pouca ênfase a outras coisas. [...] E estamos vinculados a uma diretriz institucional (Técnico “C” do ICMBio, entrevista realizada em dezembro de 2009).

Categorias hegemônicas (científicas e jurídico-políticas) concernentes a um pensamento moderno ocidental acerca da *natureza* (SOUSA SANTOS, 2010) e diferentes mecanismos de ação concentraram poder de controle dos recursos, sujeitos e ações sobre a área delimitada. A prática institucional ou a ação territorial podem ser melhor apreendidas a partir dos mecanismos de submissão e seus efeitos (THERBORN, 1991):

Acho que faltava a presença do Estado mesmo, só que essa presença às vezes você tem que pegar mais pesado. Porque infelizmente o pessoal não entende na conversa. Você fala uma vez, fala de novo. [...] Então se você não multa a pessoa, ela não toma uma posição e pensa antes de fazer de novo. Infelizmente é assim, na conversa não adianta. Com alguns adianta, mas a maioria, enquanto você não lava um auto, não resolve (Gerente do PARNA Sempre-vivas, entrevista realizada em fevereiro de 2010).

Na medida em que o *outro* não se reconhece/atende a uma interpelação, neste caso preservacionista, ocorre um choque entre as diferentes concepções que incidem sobre as normas de uso. A imposição da proteção integral ocorre em uma correlação assimétrica de poder. Entretanto, na defesa de uma ordem com afirmações e sanções (THERBORN, 1991), tais práticas atrelam-se a tensões permeadas por subjetividades reprodutoras das contradições sociais. Essas, embora tenham sido percebidas e interpelem o *Outro*, foram incapazes de provocar uma inflexão nas práticas institucionais:

A fiscalização é tensa, no início. Por mais que seja necessário uma certa educação, e, obviamente, sempre o respeito pela pessoa, você tá questionando ou mesmo indo multar ou coisa assim. Infelizmente você pega sempre gente de pequeno porte, você não pega aquele infrator realmente que fez um desastre, aquele imenso lá com máquinas e gente trabalhando. Você não vai pegar o dono e multar o cara com gosto, sabendo que ele tá errado, que ele fez coisa errada e você vai multar ele. Mas você pega pessoas menores. Que não têm uma renda muito boa, que usam geralmente o fogo por causa do gado que é a renda familiar dele. Ou por causa da sempre-vivas porque pega prá coleta prá família também. Então essa coisa de sempre pegar, na maior parte das vezes, essas pessoas menos favorecidas, com a renda mais baixa, eu não gosto, eu não acho legal multar. Mas é a minha obrigação e é o que a legislação manda. O lado bom é você pegar esses atos. A gente tá aqui prá proteção, principalmente, então você impedir ou conseguir pegar uma coisa irregular, prá mim é maravilhoso, porque eu estou fazendo o meu trabalho. Infelizmente é isso, eu não posso fazer nada (Técnico “D” do ICMBio, entrevista realizada em dezembro de 2009).

Na fiscalização, você é o tempo todo testada, prá ver até aonde você vai. A partir do momento que você adota uma postura e segue aquela postura, o pessoal já acha que não adianta mais. [...] Tem de tudo. Tem abordagens que são muito tranquilas, o pessoal te respeita, não dificulta. Agora tem gente que é carne de pescoço e quanto mais se faz, mais a sua raiva vai aumentando e aí reflete no valor da multa depois. Quanto mais difícil fica, mais a multa aumenta. [...] Tem artigos que ficam a seu critério: de mil a cem mil reais, de 500 a cinco mil. Então vai pelo seu humor mesmo, pela gravidade, mas é lógico que se você vê que a pessoa tá colaborando, não tá dificultando a sua vida, é lógico que você vai ser mais branda.[...] A legislação não tem clareza nenhuma, não existe critério na verdade. O critério é do fiscal. Esses artigos são abertos, você pega: “causar danos em unidade de conservação”, o que seria? E aí pega de dez, de mil a um milhão. O que eu faria prá dar o mínimo? O que eu faria prá dar o máximo? Qual seria o critério? É lógico que existem alguns parâmetros, eu tento nunca o

máximo e nunca o mínimo também. Qual que é o maior dano que uma pessoa pode causar numa unidade de conservação? Não sei. É muito subjetivo, vai da cabeça de cada um e cada cabeça é uma sentença. Às vezes quando você tá numa equipe de uns oito fiscais, prá chegar no valor da multa dá uma discussão de dois dias. Cada um pensa de um jeito ou foi treinado de um jeito. Cada um trabalha em um lugar e tem uma visão diferente de dano (Técnica “B” do ICMBio, entrevista realizada em fevereiro de 2010).

Dois aspectos merecem atenção: o primeiro é quanto à distribuição diferencial dos capitais, ou poderes materiais e simbólicos em jogo (BOURDIEU, 2009), traduzindo-se em potenciais desiguais de repressão aos distintos atores, e tende a reproduzir a ordem social hegemônica, em que as desiguais condições são subsumidas pela noção de *igualdade*. O outro aspecto implica na valoração monetária da natureza, ou seja, nos efeitos de sua degradação. Ao mesmo tempo em que foi priorizada uma política institucional de controle e punição, a definição de critérios de ação não teve a mesma atenção, propiciando posturas abusivas, segundo os próprios relatos dos entrevistados. Os efeitos de dominação (THERBORN, 1991), observados a partir das enunciações dos múltiplos atores e lugares sociais, têm correlação com as práticas institucionais, ou seja, com os mecanismos acionados e como o são, promovendo díspares interpretações e reações.

Os empreendimentos de plantio de eucalipto para a produção de carvão e de mineração, que estão localizados nas bordas do parque (geralmente em terras situadas na zona de amortecimento), foram avisados quanto à necessidade de se adequarem às exigências ambientais através do licenciamento e da regularização fundiária, de acordo com as respectivas situações - ou seja, de se *adaptarem*. Segundo uma técnica do ICMBio, qualquer tipo de atividade econômica pode ser efetuada na zona de amortecimento desde que tenha a anuência da equipe gestora da unidade e que se adeque às exigências ambientais/legais junto ao órgão licenciador (nesse caso, o IEF/MG). Os técnicos optaram por conversar com os administradores dessas empresas (a maioria localizada no Município de Olhos D'Água) sobre a existência do parque, dando-lhes um prazo para a regularização junto ao órgão responsável e optando por não multá-las, o que denota uma *distinção* (BOURDIEU, 2009) na abordagem/tratamento.

Durante os trabalhos de campo, foram realizadas entrevistas com os responsáveis técnicos de dois empreendimentos: uma empresa de plantio de eucalipto que possui terras dentro da unidade, e uma mineradora de diamantes multinacional localizada na zona de amortecimento. O primeiro entrevistado revelou que as terras da empresa localizadas no interior do parque foram repassadas à reserva natural, o que lhe conferiu boa imagem no

mercado. Essa empresa também é parceira da gestão da unidade no combate ao fogo. O segundo entrevistado referiu-se a uma postura rigorosa do órgão gestor do parque e afirmou que a mineradora fez tudo o que foi solicitado para se adequar, inclusive destinando recursos de compensação ambiental para a aquisição do sistema de rádio da unidade.

Cabe ressaltar que, para se adequar às exigências legais, é necessário, por exemplo, estar em dia com o pagamento dos tributos fundiários, compreender os termos da linguagem técnica, apresentar estudos técnicos de impacto ambiental e cumprir os trâmites burocráticos. Foi preciso, portanto, munir-se de capacidades à *adequação ambiental* (ZHOURI *et al*, 2005), que possibilitaram a permanência das empresas na área de influência da política de proteção/conservação ambiental. Nesse contexto, houve aproximação entre as visões sociais de mundo ancoradas pela noção de *desenvolvimento sustentável* corroborando com a dualidade exploração/proteção. Tais atores apropriaram-se do discurso ambiental hegemônico, gerando benefícios para as empresas, as quais, sob o ponto de vista dos gestores do parque, não representam ameaça ou pressão social sobre a unidade:

O lado leste eu acho que é o lado que a gente tem menos pressão social, porque é o lado que tem grandes empresas, tem a GERDAU, a ASAMAR ao norte. São grandes empresas de mineração, como a VAALDIAM, que é uma empresa canadense que tem duas minerações. Tem grandes fazendas, algumas abandonadas, como a fazenda Divinópolis, por exemplo. Mas tem grandes fazendas, de caras que teoricamente eles têm grana prá tocar as fazendas, às vezes fazem as coisas erradas e a gente muita mais isso não é problema prá eles. O lado leste é o mais tranquilo (Gerente do PARNA Sempre-vivas, entrevista realizada em fevereiro de 2010).

No que concerne aos fazendeiros, donos de grandes extensões de terra no interior da unidade, o direito à indenização depende da comprovação da propriedade. Na zona de amortecimento, ocorreram autuações relativas a desmatamento no interior das fazendas e a garimpos, devido à falta de licenciamento ambiental para essas atividades. Um fazendeiro, de família conhecida na região, que possui propriedades próximas à comunidade de Inhá (Município de Diamantina), uma delas adjacente à unidade, quando indagado sobre o parque, disse: “antes da chegada do parque aqui tinha pobreza do povo, mas agora tem miséria”. Entretanto, não apontou, em seu relato, que o parque seja um problema para suas atividades, ou não considerou que as normas impostas representem ameaças aos seus interesses.

Ao mesmo tempo, representantes políticos de Diamantina (MG) teceram críticas, publicamente, à gestão da unidade nessa fase. A prefeitura municipal, por exemplo, foi multada por reformar uma ponte limítrofe ao parque sem ter se adequadado às exigências

ambientais aplicáveis ao caso. A ponte foi embargada e a prefeitura proibida de dar manutenção na estrada de terra, que interliga comunidades rurais, até que resolva a pendência. Em consequência, os ânimos políticos locais se exaltaram e resultaram em “queixas” à coordenação regional do ICMBio, ou seja, lançaram mão do poder político. Eles manifestaram ainda, preocupação e críticas à fiscalização severa exercida sobre garimpeiros, comerciantes de flores e moradores das comunidades, no que afirmam serem atividades importantes para a economia do município.

Dessa forma, houve dissonância entre as diferentes escalas de poder estatal incidentes sobre o mesmo recorte espacial, já que não se esperava que tais “problemas ocorressem”, conforme explicou um fazendeiro e líder político local. As ações parecem ter escapado ao controle esperado, e, novamente, a instância federal suplantou a local. Esse cenário alterou a dinâmica de forças no *campo* (BOURDIEU, 2009), aproximando atores de diferentes lugares sociais, como líderes políticos, membros da elite local e moradores de comunidades, mesmo que detentores de projetos políticos distintos. Importante destacar que as demais prefeituras não expressaram divergências em relação à gestão da unidade. Ao contrário, um deles discursou, em reunião do Conselho Gestor da unidade, sobre a importância ambiental e os benefícios trazidos para a arrecadação do município.

Ressalte-se que houve sobreposição de UCs na área delimitada, sendo a categoria parque a mais restritiva, o que lhe confere hierarquia superior perante as demais categorias (SNUC, 2000). Segundo a Fundação João Pinheiro (FJP, 2010), quando ocorre sobreposição de UCs em uma mesma área, as inferiores (menos restritivas) são dissolvidas e o ICMS Ecológico¹¹⁵ a ser repassado aos municípios refere-se somente a uma UC - a preponderante por lei, no caso, o parque nacional. O técnico responsável pelo setor na FJP explicou que a fundação não tem as coordenadas geográficas das unidades, cabendo-lhe apenas a execução dos repasses aos municípios segundo as UCs cadastradas. A listagem de UCs e dados é fornecida à FJP pela SEMAD/MG e o cadastramento é de responsabilidade do IEF/MG, órgão responsável pelo controle dessa política no estado.

O IEF/MG reiterou a incoerência de dupla captação em virtude da sobreposição de UCs, já que ocorre o descadastramento das que forem sobrepostas pela de maior hierarquia. Entretanto, a análise dos dados mostrou outra prática. Repasses continuam sendo feitos para todas as UCs existentes na área de estudo, que permanece com “dois andares” ou mesmo “três

¹¹⁵ A fonte de recursos para UCs federais e estaduais é a mesma: os cofres estatais. O recurso é proveniente do ICMS arrecadado pelo estado e do IPI-Exportação arrecadado pela União e repassado aos estados para posterior distribuição aos municípios (FJP, 2010).

andares” de UCs e captação dupla/tripla para os municípios, conforme Tabela 1, a seguir. A fragilidade da gestão pública estimula os líderes políticos locais à criação de UCs em seus municípios, pois se torna um meio de aumentar seus orçamentos. As áreas consideradas mais preservadas, comumente as unidades de proteção integral, conferem maior FQ¹¹⁶ e, portanto, maior valor a ser captado.

Os valores da Tabela 1 contêm alterações, porque, antes do 2º trimestre de 2007, todas as unidades detinham FQ = 1, e com a mudança, o FQ passou a variar entre 0 e 1, conforme cada unidade. Algumas unidades acabaram acarretando o aumento do valor dos repasses, aos cofres municipais, em detrimento de outras. Todas as unidades solicitadas acarretaram um aumento considerável do repasse em virtude de fatores de qualidade elevados (próximos a 1).

¹¹⁶ Lei 18.030/09: “FQ = Fator de Qualidade, variável de 0,1 (um décimo) a 1 (um), relativo a planejamento, estrutura de gestão, apoio do município, infraestrutura física, pessoal, financiamento, situação fundiária, conhecimento e conservação, entre outros parâmetros, conforme deliberação normativa do Copam” (<http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood> acesso em dezembro de 2010).

Tabela 01 – Captação do ICMS Ecológico e as UCs envolvidas

IBGE	Nome Município	Unidade de Conservação	Área (ha)	Categoria UC	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
920	BUENÓPOLIS	Sempre-Vivas	33.595,77	PAQF	40.694,69	76.912,51	90.554,03	107.633,61	142.294,56	105.516,86	74.513,43	175.194,01
2160	DIAMANTINA	Sempre-Vivas	31.155,64	PAQF	15.525,95	29.343,87	34.548,42	41.064,66	54.288,61	40.257,07	28.428,56	70.593,69
4545	OLHOS D' ÁGUA	Sempre-Vivas	27.898,36	PAQF	25.882,75	48.918,10	57.594,42	68.457,42	90.502,56	67.111,12	47.392,21	117.684,19
730	BOCAIUVA	Sempre-Vivas	31.904,96	PAQF	19.156,71	36.205,97	42.627,61	50.667,71	66.984,07	49.671,24	35.076,63	87.102,14
IBGE	Nome Município	Unidade de Conservação	Área (ha)	Categoria UC	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
920	BUENÓPOLIS	Serra de Minas	56.809	APAM	98.372,17	92.277,12	108.643,78	129.135,31	237.908,26	310.034,11	269.108,05	207.446,37
2160	DIAMANTINA	Faz. Campos São Domingos	4.502	RPPNE	4.520,29	4.240,20	4.992,26	5.933,85	17.106,70	23.743,80	20.609,51	24.659,50
4545	OLHOS D' ÁGUA	Faz. Arrenegado	12.443,70	RPPNE	-	-	-	23.881,85	88.027,97	122.181,25	105.632,61	126.893,25
730	BOCAIUVA	Serra Mineira	55.548	APAM	53.426,74	50.116,48	59.005,35	70.134,46	110.964,82	82.319,04	24.359,11	20.364,73

Fonte: Fundação João Pinheiro (2010/2011).

Obs. A data de cadastramento corresponde à data de regularização das unidades junto ao IEF/MG. Existem unidades criadas que ainda não resultaram em repasses aos municípios por desconhecimento do processo de cadastro ou por não atenderem às exigências do IEF/MG. Há UCs que foram cadastradas anteriormente a 2002, porém, na FJP, não estão disponibilizados os repasses consolidados no período anterior a 2003. Em relação ao ICMS Ecológico referente ao PARNA Sempre-vivas, ressalte-se que houve aumento dos repasses após 2009, ano em que ocorreu a implantação do conselho consultivo/gestor, sendo este um dos critérios de aumento do FQ (segundo Deliberação Normativa COPAM nº 86, de 17 de junho de 2005).

Entre os atores entrevistados, os grupos camponeses envolvidos diretamente com a área em estudo (conforme Figura 4) foram os únicos a declararem medo, resignação e ao mesmo tempo revolta em relação ao parque. Foram os únicos também que afirmaram ter sua sobrevivência comprometida pela existência da unidade e pelas proibições dela decorrentes:

Eles tem lei, avião, fala difícil e usa arma. Nós não (Morador do sertão, entrevista realizada em fevereiro de 2010).

Tenho medo dela [a gerente] me prender sozinho, andando pela serra, e me levar prá uma cadeia longe e ninguém ficar sabendo. Aí como é que faz? (Morador do sertão, entrevista realizada em fevereiro de 2010).

Tem gente da comunidade, principalmente os mais antigo, que falam com muita tristeza que não conseguem nem olhar prá serra porque dói (Morador da região próxima ao Rio Jequitinhonha, entrevista realizada em janeiro de 2010).

Tem muita gente passando dificuldade depois das proibição do parque. Tem gente até indo embora [pausa longa]. Isso não tá certo! Tá na hora do povo levantar (Morador da serra, entrevista realizada em maio de 2010).

Alguns dos moradores entrevistados foram multados no interior da unidade e em sua zona de amortecimento, embora desconhecem os meios necessários para “legalizar” as atividades no entorno do parque. Aqueles que buscaram informação junto ao órgão gestor consideram difícil atender as exigências. No que tange à regularização fundiária, muitos não possuem o título da terra e outros pertencem a grupos de descendentes sob um mesmo título (o que demanda a realização de inventário). Entre os posseiros que têm cadastro de terras no INCRA, e mesmo entre os que detêm títulos, é comum a inadimplência tributária em razão do que consideram valores elevados. Eles alegam, ainda, incompreensão acerca de termos técnicos e dos ritos burocráticos:

A gente não sabe nem onde tá os limites desse parque. Nem sabe direito o que pode e o que não pode. A pessoa mais simples, que não foi nem na escola, ela tem medo de ir lá no órgão, medo de perguntar. Morre na dúvida (Moradora das margens do Jequitinhonha, declaração proferida durante pesquisa de campo realizado em setembro de 2009).

De forma que, esses grupos não dispõem das mesmas condições econômicas, sociais, culturais e políticas que os demais atores para lidarem com a “adequação ambiental”. Tais dificuldades são produtos sócio-históricos, entretanto, sob o olhar dos gestores, essas condições são despolitizadas, são consideradas “escolhas”:

Aqui, infelizmente, em todas as comunidades, eles não têm essa cultura. Preferem fazer o procedimento ilícito do que fazer o licenciamento, uma autorização que hoje é um procedimento simples. [...] Também tem a questão das propriedades, a maioria não paga imposto, a maioria é irregular. Aí você vai pedir autorização de uma propriedade [...] que não tem a posse, não tem o registro da terra? Então a questão é bem mais profunda do que o simples fato de ter ou não ter uma unidade de conservação. [...] A questão fundiária é uma bagunça, o cara vive da terra e não se preocupa em pagar o imposto da terra, não se preocupa em fazer inventário, essas coisas simples. E hoje é muito difícil trabalhar se você não tiver, principalmente, a questão de taxas do governo, se você não cumprir com seus deveres. Então o pessoal cobra muito, mas ninguém faz a parte deles, porque assim, eu não posso sair daqui falando: ‘vou regularizar, vou pagar os seus impostos aí de quinze anos que você não paga’. Então é complicado e são raras as pessoas que fazem isso aqui (Técnica “B” do ICMBio local, entrevista realizada em fevereiro de 2010).

Outro aspecto vivenciado diz respeito à tensão existente em relação às “roças” (lavouras com uso de rotação e pousio de glebas) e ao uso de madeira, o que caracteriza desmatamento. Essas práticas, comumente realizadas em áreas de APP, são consideradas ilegais pelas leis ambientais. Na zona de amortecimento, a fiscalização sobre tais atividades tornou-se efetiva após a criação da unidade. No interior do parque, os moradores das comunidades autorizados a manter o gado na serra foram somente aqueles que apresentaram declaração de posse ou título das terras. Para aqueles que moram em seu interior, foi permitido manter a criação de gado e lavouras de consumo familiar. Entretanto, os moradores alegam que suas atividades tornaram-se inviabilizadas pela impossibilidade de uso do fogo. O extrativismo vegetal também é proibido em UCs de proteção integral e os compradores que outrora buscavam as “mercadorias” não têm autorização para entrar na unidade.

Nesse sentido, a expropriação territorial desses grupos vem se dando tanto pelas limitações impostas às práticas tradicionais, quanto pela exclusão daqueles que não têm meios de provar o direito de uso através de documentação. Os constrangimentos daí decorrentes colocam obstáculos à sobrevivência e incidiram/incidem sobre a dimensão simbólica:

Tenho 60 anos, sou pai de família. Nunca tive que ir à justiça e ela [gerente] me levou, me multou por causa dum fogo na terra que eu trabalho há uma vida inteira. E meus filhos vendo o pai sendo tratado por bandido [silêncio e pausa longa] (Morador da serra, entrevista realizada em maio de 2010).

Eles [gestores] proibiu de passar na estrada dentro dos campos, e é estrada real [muito antiga e de uso dos moradores]. Prá passar lá agora, diz que vai exigir documento, coisa que nunca foi preciso na serra! Tem gente aí que tá com medo e tá inté carregando documento de terra com medo de ser barrado, preso. Tem cabimento? (Morador do sertão, entrevista realizada em fevereiro de 2010).

Eles trata a gente com ignorância, usa arma, aponta prá cabeça da pessoa deitada no chão. Tem gente antiga na comunidade que passou mal porque assusta, nunca viu isso antes! (Moradora da serra, declaração proferida durante pesquisa de campo realizado em janeiro de 2010).

Eles vieram na comunidade, reunião na escola, e falou que a serra agora é só prá preservar. Que não pode mais usar e que quem andar lá vai ser visto como criminoso do meio ambiente, tanto criança como adulto. Isso marcou demais a gente. Eu nunca esqueço esse dia (Morador do sertão, entrevista realizada em fevereiro de 2010).

Ao mesmo tempo, o parque é visto pelos moradores como um ente externo e por vezes abstrato:

Ninguém vê o parque, só sabe que ele existe (Moradora da serra, declaração proferida durante pesquisa de campo realizado em setembro de 2009).

Diz que ele [parque] veio de Brasília, é do governo. Quem faz as lei lá, não conhece a realidade aqui não (Morador da serra, entrevista realizada em maio de 2009).

A terra era minha, agora é do governo. Que nunca apareceu prá essas bandas de cá e quando aparece é prá fazer isso! (Morador da serra, declaração proferida durante pesquisa de campo realizado em setembro de 2009).

Ao invés deles chegarem prá dá apoio e esclarecer as coisas, eles chegam prá expulsar a gente. Só fala de proibição, não fala de direito. Porque que eles [ICMBio] não procura conhecer a gente primeiro, antes de sair fazendo isso com a gente? (Moradora das margens do Jequitinhonha, jovem, declaração proferida durante pesquisa de campo realizado em setembro de 2009).

Nesse contexto, o território em questão é reduzido e mesmo naturalizado, desconsidera-se os sistemas sociais (ZHOURI, 2001), nega-se o lugar - cuja existência é subsumida pela territorialização do parque - e provoca-se a desterritorialização desses grupos. Contraditoriamente, o SNUC (2000)¹¹⁷ exige que sejam garantidas as condições de

¹¹⁷ SNUC (2000), “Artigo 2º: VI - proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais; Artigo 5: X - garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos; Artigo 28: Parágrafo Único. Até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais; Artigo 42: As populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes. § 2º. Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações.”

sobrevivência das populações até que ocorra a regularização fundiária ou a realocação dos moradores. A interpretação da equipe gestora a esse respeito é a seguinte:

Dentro do parque, o morador pode manter as atividades que ele tinha na época da criação do parque. Só que não pode abrir novas fronteiras, não pode desmatar prá abrir outra roça e nem pode mudar de lugar. Ele tem que ficar naquele lugar que já foi utilizado antes e manter as atividades dele ali. Não pode ter nenhuma outra atividade que não seja aquela. Não pode usar fogo, garimpar, desmatar na área de proteção integral. Na verdade, assim, ele poderia manter atividades de subsistência. A subsistência: tem a vaca que você tirava o leite prá você beber, a roça que você planta milho, feijão, arroz prá você comer. Assim, subsistência é aquilo estritamente necessário prá sua sobrevivência, você não pode criar mais nada prá comercializar. O extrativismo vegetal tem casos e casos, depende do impacto causado. Na verdade o extrativismo vegetal hoje, ele é mais cultural do que comum. A pessoa que faz isso é complementação de renda. Não existe nenhuma comunidade que você fala: não, essa comunidade só sobrevive do extrativismo. As comunidades, basicamente, elas sobrevivem da pecuária e tem o extrativismo ou como um *hobby* lá das pessoas que moram nas comunidades ou como complementação de renda. Então assim, eu desconheço qualquer morador que sobreviva do extrativismo. [...] Área de APP é protegida por lei, não pode em lugar nenhum. Porque a área de APP é segurança pública, não é questão econômica. É segurança pública de se manter os recursos hídricos. [...] Já teve casos de proibirmos plantio em área de APP, que são nascentes, olhos d'água, mata ciliar, área muito inclinada. Lógico que você não vai pegar uma área que é agricultável, que tem potencial e falar que não pode. Você tem que tá embasado e é perfeitamente possível você fazer isso, não tem problema. A gente já fez autuação por queima em APP, por desmatamento em APP (Gerente do PARNA Sempre-vivas, entrevista realizada em fevereiro de 2010).

O contexto das UCs com presença humana, explicitamente as de proteção integral, sintetiza um intrincado impasse legal, de âmbito constitucional. De um lado, há o dever de proteger e conservar “o meio ambiente equilibrado” (*caput* do artigo 225, CF/1988); do outro, há o dever de “proteção do patrimônio material e imaterial do país”, incluindo suas diversas identidades nacionais, seus modos de criar, fazer e viver (conforme artigo 216, incisos I e II, CF/1988) (MENDES, 2009).

No caso sob análise, prevaleceram as normas “ambientais” em detrimento dos direitos civis de comunidades extrativistas, assegurados pela própria Constituição, por legislação

federal¹¹⁸ e por acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário¹¹⁹. Quando questionados a respeito dos modos de vida locais e possíveis direitos envolvidos, os técnicos do ICMBio, demonstraram desconhecimento e/ou julgaram-nos não-aplicáveis à realidade local. Essa situação confirma os apontamentos feitos por Moraes (2008) no sentido de que a índole claramente descentralizadora da Constituição de 1988 encontraria muitas dificuldades para se realizar num país marcado por tradição de cultura política autoritária e centralizadora, e por uma disparidade regional e local imperante. Tal realidade é tão verdadeira hoje como o era no período colonial (SOUSA SANTOS, 2010).

O ICMBio é o órgão federal responsável por efetivar as UCs de proteção integral e as de uso sustentável, e, ao ser presidido por duas diretorias distintas, sinaliza a ocorrência de fragmentação interna na sua missão. No encontro sobre extrativismo vegetal, realizado em setembro de 2009, na cidade de Diamantina (MG), um técnico do ICMBio/Brasília, após ouvir os relatos dos moradores das comunidades presentes, levantou a possibilidade de recategorização do parque para reserva extrativista. Imediatamente, uma técnica do ICMBio local manifestou-se em sentido contrário, externalizando as visões de mundo díspares e as disputas internas existentes no órgão. Desde então, o questionamento acerca da legitimidade da criação da unidade passou a ser recorrente na região.

Não foram identificadas, na arena política, organizações sociais locais aglutinadoras dos grupos camponeses, como os sindicatos de trabalhadores rurais ou movimentos sociais inseridos nas lutas camponesas. Em ação responsiva, moradores das comunidades formalizaram representações junto ao Ministério Público Estadual, além de queixas junto à Polícia Civil. Também expressaram suas angústias durante eventos promovidos por professores de universidades federais, com inserção regional e estadual, e buscaram

¹¹⁸ Segundo Antunes (2008), a Constituição brasileira, em seu artigo 215, admite um pluralismo étnico e cultural em nosso país ao identificar as comunidades locais - indígenas, afro-brasileiras, culturas populares e outros grupos - como participantes do processo civilizatório brasileiro; no artigo 216 determina a preservação do patrimônio cultural brasileiro, que deve ser respeitado inclusive nos seus modos de criar, fazer e de viver, o que inclui as diversas concepções sobre o estar e o se relacionar com o mundo. Afirma, também, que as comunidades tradicionais que criem, desenvolvam, detenham ou conservem conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético devem ser tratadas como comunidades locais para efeito de repartição de benefícios decorrentes do acesso à diversidade biológica. Nesse contexto, o autor considera os extrativistas, remanescentes de quilombos, caçaras e outras reconhecidas por lei, por terem uma vida peculiar e característica distinta da comunidade nacional, como comunidades tradicionais. O Decreto nº 96.944, de 12 de outubro de 1988, estabeleceu a obrigação legal de proteger o direito das comunidades indígenas e das populações envolvidas no processo extrativista. Além disso, o Decreto 6040, referente à Política Nacional dos Povos Tradicionais (2007), reconhece seus direitos territoriais (MENDES, 2009).

¹¹⁹ O Brasil foi signatário da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, promulgada em 1977, que determina que tanto o meio ambiente quanto a diversidade cultural podem ser reconhecidos como patrimônio mundial da humanidade pela UNESCO; da Convenção n.169, da Organização Internacional do Trabalho (2004) e da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2007) – ambas influenciaram as lutas e leis nacionais (MENDES, 2009).

informações junto a essas instituições. Em 2010, uma comissão formalizou reclamações e pediu esclarecimentos junto ao Ministério Público Federal. Ao agirem dessa forma, eles negaram sua invisibilidade e adentraram a arena política, deslocando a luta para o campo dos direitos¹²⁰.

A capacidade de resistência cotidiana (SCOTT, 2002) busca, no contexto analisado, estratégias cunhadas em *saberes ambientais* (HISSA, 2008). Em um dos encontros realizados, um morador desafiou um dos técnicos gestores do parque: “se eu quiser, eu passo dois meses lá dentro e vocês não me encontram, porque eu conheço cada palmo dessa serra”. Outros denunciam: “agora, até a roça tamo fazendo escondido”. Com isso, eles desafiam a fiscalização dos órgãos ambientais e passam a conviver com a ilegalidade de atividades tidas, oficialmente, como “marginais” e “irrisórias” para a renda das famílias. Segundo Hannah Arendt,

A desobediência civil aparece quando um número significativo de cidadãos se convence de que, ou os canais normais para mudanças não funcionam, e as queixas não serão ouvidas nem terão qualquer efeito, ou então, pelo contrário, o governo está em vias de efetuar mudanças e se envolve e persiste em modos de agir cuja legalidade e constitucionalidade estão expostas a graves dúvidas (ARENDRT, 1999 *apud* VIANA, 2009, p.63).

Atores sob condições sociais, econômicas e políticas diferenciadas lançam mão de inúmeras estratégias nas disputas territoriais em que as categorias *natureza* e *meio ambiente* são (re)significadas. Em meio aos conflitos, desvelam-se contradições ambientais que expressam desigualdades sociais. A visão de mundo hegemônica tende a legitimar, e a ser legitimada, pela distribuição desigual de poder sobre os recursos. A territorialização de UCs de proteção integral pode expropriar grupos historicamente excluídos, numa relação assimétrica de poder, caracterizando-se como *injustiça ambiental* (ACSELRAD, 2004). Ao serem submetidos a uma dada ordem social, os *sujeitos* podem redesenhar resistências, por meio de ações responsivas que desafiam a ordem estabelecida/imposta. O território reafirma-se como uma relação sujeita a instabilidades e o *mundo* é reinventado cotidianamente no *lugar*.

¹²⁰ Ressalte-se que, ao final desta pesquisa, a equipe gestora do PARNA Sempre-vivas contava somente com o trabalho de um técnico; os outros três tinham sido transferidos para outros locais. Outra mudança ocorrida refere-se à zona de amortecimento da UC, onde o licenciamento de empreendimentos diminuiu em função da ausência do plano de manejo da unidade, conforme decisão expressa em resolução do CONAMA de 24 de novembro de 2010.

4.2 - Travessias – o caminho pelas ‘campinas’

“Desde que eu me entendo por gente, sou panhadora de flor”
(Moradora da serra, jovem).

“Esse é nosso ofício, tenho orgulho disso” (Moradora da serra).

A coleta das diferentes partes vegetais de espécies variadas remonta, na memória dos entrevistados, a uma prática ancestral, que ganha no termo “panha de flores” expressão de identificação com essa prática, envolvendo ritmos, ritos, significações e história:

Eu comecei a panhá flor quando tinha de 6 prá 7 anos, e hoje já tô com 67. Minha mãe panhava flor, minha vó também, isso é muito antigo. Depois veio a exportação, mas o povo já colhia. [...] Eu lembro, antigamente, mais das mulheres e das crianças panhando. Mas depois, era todo mundo. Lembro quando menino, das negras do Quartel [do Indaiá]¹²¹, elas panhava por aqui, a gente já sabia que era elas porque era um converseiro e uma risaiada danada [risos]. A flor é muito boa, Deus deu prá ajudar o homem e tem que cuidar bem. Não pode querer tudo só prá si (Apanhador, 67 anos, entrevista realizada em maio de 2010).

A gente saía junto panhando pelo campo. A gente panha cada época uma qualidade. Janeiro é a janerona. De abril até ali prá junho, é a pé-de-ouro, a brejeira. Agosto é a jazida. E botão tem também em cada época. Além disso, tem capa de côco, cipó. Tem muita qualidade de coisa. A época que a gente ficava mais tempo nos campo era no meio do ano, da flor mesmo (Apanhadora, 42 anos, entrevista realizada em abril de 2010).

Eu lembro de bem pequena, com uns 6 anos, acompanhando minha mãe pros campos. Aí tinha vez que a gente ia mais longe com meu pai, levando os cargueiros prá carregar. Aí minha mãe ficava com os meus irmãos ainda pequenos. Mas a gente ia. Saía daqui do Macacos, ia colhendo até o Arrenegado, Campo Triste e descia por outro caminho prá voltar. [...] Ia arranchando pela serra. De começo o campo era livre, depois que passou a panhá mais perto de casa e cada lugar fazia assim. Essa coisa de arretá [arrendar] campo foi bem depois. Agora tá difícil. . . Hoje não consigo mais panhá muito porque tô com 72 anos. Mas quando eu sei que elas tão prá abrir eu panho um animal [cavalo] e subo prá ver. Cê já viu? É a coisa mais bonita que tem [sorriso e pausa] (Apanhadora, 72 anos, entrevista realizada em abril de 2010).

¹²¹ Comunidade próxima ao Campo São Domingos, que, atualmente, busca reconhecimento como Remanescente de Quilombo junto à Fundação Cultural Palmares (o que ocorreu com a comunidade Vargem do Inhaí).

As espécies coletadas encontram-se em ambientes distintos e não formam um contínuo, uniforme, sobre o campo, ao contrário do que se pode pensar. Para encontrá-las, é preciso alcançar as “manchas” de flores pelos campos. Os(as) apanhadores(as) têm muita agilidade na coleta e um “mapa mental” que os conduz exatamente aos locais onde cada tipo/espécie se encontra, denotando um profundo conhecimento de seu território (fotografias, apêndice 07, p.238-240).

Na região pesquisada, encontram-se cultivos de uma das flores que consta na “lista de espécies ameaçadas de extinção”: a pé-de-ouro. Ela é cultivada há uma década, numa das comunidades visitadas, em áreas de sua ocorrência. No interior do parque, também há cultivos da pé-de-ouro e um dos moradores chegou a desenvolver instrumento específico para essa tarefa. Em uma das localidades visitadas no interior da unidade, uma família realiza o manejo dos campos, deixando 30% das flores sem serem coletadas e sem uso de fogo. Ano após ano, essa família vem monitorando os efeitos dessas estratégias e afirma obter bons resultados, tendo observado o aumento das populações de espécies coletadas/manejadas.

Embora a extinção de algumas espécies seja um dos argumentos utilizados para a criação de UCs de proteção integral na região, não há consenso entre os pesquisadores que se debruçam sobre o tema. Parte deles afirma que, embora se tenha levantamentos de ocorrência de espécies, não há estudos sobre a dinâmica de população das mesmas na região em questão, e generalizações sem dados que as comprovem fragilizam os argumentos. Entre os moradores da região abrangida por esta pesquisa, existe a preocupação de que as populações dessas plantas declinem em virtude da ausência de manejo, uma vez que as mesmas são menos eficientes na competição com outras gramíneas presentes nos campos. O manejo realizado por comunidades que vivem no entorno de uma unidade próxima ao PARNA Sempre-vivas foi objeto de estudo por parte de Bedê (2006), que considerou a possibilidade de se encontrar soluções para a viabilidade da atividade na região e a necessidade de reunir esforços para tanto:

No caso das sempre-vivas da região de Diamantina, não se trata de começar do zero. [...] Exemplos de iniciativas similares existem para outras regiões de importância com relação ao extrativismo de sempre-vivas, como no caso da região do Jalapão, no Tocantins (Schmidt, 2004), com referência ao extrativismo de *S. nitens*, e para a região de Mucugê, na Bahia, com relação a *S. mucugensis* e *S. curralensis* (Eduardo L. Borba) (BEDÊ, 2006, p.173).

Na atualidade, há pesquisadores da UFVJM trabalhando junto às comunidades para o entendimento dos cultivos e manejo dos campos. Deve-se ressaltar também que a coleta de flores, considerada uma atividade que envolve recurso natural renovável, não era ação prioritária nas operações da equipe gestora do PARNA Sempre-vivas:

A gente orienta, mas devido às histórias que tem e as comunidades que vivem disso, esse nunca foi o foco de nossa operação. Porque a gente tem tanto problema que a gente tem que priorizar. Você vai pegar o impacto de um garimpo, ou de uma carvoeira, o impacto é muito maior que das sempre-vivas. Porque eles coletam, teoricamente, só a flor, só a planta ali, o resto da planta fica no solo. É lógico que tem impacto também, mas o impacto é muito menor do que das outras atividades como o uso do fogo, por exemplo. Se você for pensar eu vejo o fogo como um problema muito maior do que a coleta de sempre-vivas (Gerente PARNA Sempre-vivas, entrevista realizada em fevereiro de 2010).

Os(as) apanhadores(as) demandaram o reconhecimento dos cultivos e o direito de continuar coletando nos campos. Esse encaminhamento por ora está suspenso e a proibição da exportação tem interferência na demanda e queda nos preços do produto. Ainda que a ‘apanha de flores’ não seja a única atividade que se realiza sobre a serra, é essa *identidade* que tem sido acionada e se tornado um eixo aglutinador em torno do qual as comunidades, enquanto atores/sujeitos coletivos, começam a se articular na luta pela garantia de seus direitos territoriais tradicionais.

Almeida (2006) afirma que tais identidades não significam/referem-se apenas à incidência de uma ou mais espécies vegetais numa área ou em “manchas”, como também não quer dizer que seja a única atividade realizada tradicionalmente. Essas identidades referem-se a uma expressão identitária que é traduzida por extensões territoriais de pertencimento. O *uso comum*, processo de territorialização, propicia instrumentos para se *compreender* como os territórios de pertencimento foram sendo constituídos politicamente através das ações por livre acesso aos recursos básicos em diferentes regiões e tempos históricos. Tal processo constitui-se como resultante de uma conjunção de fatores que envolvem a capacidade mobilizatória em torno de uma política de identidade e de um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos perante o Estado.

Nesse processo, as relações comunitárias também se transformam, descrevendo uma passagem de uma unidade afetiva para uma unidade política de mobilização - existência coletiva na qual a *comunidade tradicional* se constitui. O *tradicional* mostra-se, então, dinâmico, possibilidade presente, rompendo com a visão essencialista e de fixidez territorial.

A construção política de uma identidade coletiva coaduna com a percepção dos agentes sociais de que *é possível* assegurar, de maneira estável, o acesso a recursos que viabilizam a vida numa territorialidade específica, que é produto de reivindicações e de lutas. Essa construção consiste numa forma de interlocução com antagonistas e com o poder do Estado (ALMEIDA, 2006).

A identidade, processo relacional, é construída de forma situacional e contrastiva, constituindo resposta política a uma conjuntura, articulada com as outras identidades em jogo, com as quais forma um sistema. Enquanto uma estratégia de diferenças, repousa numa taxonomia social, sendo, portanto, um lugar de enfrentamentos no qual os contendores afirmam categorias para deslocar fronteiras e fazer reconhecer grupos (CUNHA, 1985). Ao mesmo tempo, a identidade territorial diz respeito a uma experiência histórico-geográfica comum, expressa elos entre o ator e o espaço (HEIDRICH, 2009), que se revela na relação com o *Outro*. É um discurso que reivindica direitos historicamente negados e busca legitimidade social na manutenção do território, aportando sentidos e modos de vida calçados na ancestralidade, na “tradição” - constantemente reelaborada e ressignificada no presente - e na “cultura”, que constituem a *comunidade* que se pauta por elas (CUNHA, 1985).

Dessa forma, a constituição de identidades autodenominadas pressupõe territorialidades específicas (ALMEIDA, 2006), como ocorre sobre a ‘serra’ com os ‘apanhadores de flores’, refletindo uma perspectiva progressista desse *lugar* (MASSEY, 1994). A autodenominação coletiva, expressa diversas formas político-organizativas intrínsecas compondo as *terras tradicionalmente ocupadas*. Rompem com visões dicotômicas usuais, homogeneizantes, e redesenham a sociedade civil com uma diversidade de *movimentos sociais*. Não se trata, contudo, de fragmentação indefinida de identidades coletivas, já que constroem o *tradicional* revestido de uma forma vivida e ativa contraposta à expropriação, e articulam-se em ágeis unidades de mobilização e redes solidárias de luta (ALMEIDA, 2006).

O termo ‘apanhadores(as) de flores’ apresenta-se então como categoria de ação política na luta pelo reconhecimento cultural e econômico, com vínculos territoriais - lugar de vida. Trata-se de uma luta pela possibilidade de existência frente ao parque, enquanto contexto com o qual se deparam. É um processo contraditório que submete e qualifica os sujeitos (THERBORN, 1991), em que o termo “preservação” é ressignificado em meio às disputas:

Nós somos a favor da preservação da natureza e fizemos isso a vida inteira, tanto que eles acharam isso aqui bem cuidado e quiseram fazer um parque. A questão é que nós não queremos ser excluídos da preservação (Morador da serra, declarações proferidas durante trabalho de campo realizado em outubro de 2010).

Sob o prisma do *uso sustentável* dos recursos territoriais, pode-se provocar uma inflexão que fragilize a ordem estabelecida, possibilitando alteração na correlação de forças e de poder sobre o recorte espacial em disputa e viabilizar outras configurações territoriais que não aquela estabelecida pelo “parque”. As comunidades aportam aspectos caros à *conservação* do território em questão: complexos saberes ambientais e elos afetivos com o lugar, aspectos estes ameaçado pela desterritorialização. Por outro lado, esse conflito, as invisibilidades e negligências, podem arrastar-se ao longo do tempo, como conta a experiência em outros parques nacionais brasileiros. Ou podem seguir outros caminhos com o curso da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As formas de interação e apropriação da *natureza* expõem relações sociais e atribuições de sentidos àquilo que se faz ou não se faz e àquilo de que se necessita ou se deseja. Enquanto processos dinâmicos de leituras e construções de *mundos*, variam no tempo e no espaço. As *visões sociais de mundo* que reportam à natureza, aludem a territorialidades na medida em que refletem representações coletivas e práticas sociais de produção econômica e política do espaço. As *ideologias* expressam-se nas *geografias*, forjam formas e ações de apropriação e usos do território sobre o qual incidem práticas e decisões de atores sociais, como também visões diferenciadas, compreendendo escalas distintas, e podem ser contraditórias e disputadas.

O *meio ambiente*, resultante das relações sociedade/natureza mediadas pela técnica, refere-se a uma construção simultaneamente simbólica, social, política e material. Compreende visões sociais de mundo diferenciadas, que interpelam os sujeitos nas/pelas dimensões existenciais, inclusivas, posicionais e históricas. Nesse dinâmico processo, que envolve sujeitos - subjetividades e necessidades materiais - as visões podem aproximar-se, interpenetrar-se, ou mesmo se rechaçarem. Quando grupos e visões díspares incidem sobre o mesmo recorte espacial, o *momentum* da materialização, ou da *territorialização*, pode deflagrar disputas em que pesa o poder, enquanto relação/contraposição. As prioridades ou mesmo as decisões sobre o uso e destino de um território variam com os contextos econômicos, políticos, de conhecimento e com as redes de relações e poder sobre a *natureza*.

Nesse processo, os grupos lançam mão de estratégias que revelam práticas políticas, expressas por ações e normas, de apropriação e controle do território. Os discursos acionam significações ambientais e buscam legitimar-se na manutenção ou na apropriação dos recursos territorializados em disputa. Na luta social que envolve áreas naturais protegidas, enquanto categorias da modernidade ocidental, desvelam-se contradições ambientais que externalizam desigualdades e injustiças sociais. A visão de mundo hegemônica, em que pesa a força simbólica da ciência moderna e do Estado na contemporaneidade, acaba por legitimar e ser legitimada pela desigual distribuição de poder sobre os recursos.

No Brasil, a territorialização de UCs de proteção integral, com ênfase nos parques nacionais, tem provocado a desterritorialização de grupos historicamente excluídos, numa relação assimétrica de poder. Normas externas impostas sobre eles, provocam ações responsivas, que se alteram conforme os distintos lugares sociais de enunciação. Ao serem

submetidos a uma dada ordem social, os sujeitos podem se qualificar e redesenhar resistências, possibilidades de existência. As *identidades*, que se apoiam na ancestralidade e nos usos tradicionais coletivos, revelam-se na relação com o *Outro*. Na defesa do território social, as comunidades tradicionais camponesas, com feições múltiplas, empunham discursos cunhados em saberes ambientais forjados no espaço vivido - contra-espacos politicamente requeridos. A diferença, enquanto estratégia, desloca fronteiras e reivindica direitos historicamente negados/silenciados pela colonialidade do poder e do saber, podendo alçar legitimidade social na manutenção do território e dos modos de vida. O território mostra-se como uma relação sujeita a instabilidades; o *mundo* é reinventado cotidianamente no *lugar*.

A análise do processo político-social de criação e implantação do Parque Nacional das Sempre-vivas elucidou a força das representações míticas, que, imbuídas da dicotomia sociedade/natureza aliada a categorias hegemônicas (científicas e jurídico-políticas), concernem a um pensamento moderno ocidental. Com o parque, diferentes mecanismos de ação concentraram um maior poder de controle dos recursos, sujeitos e ações sobre a área delimitada. A ação estatal territorial, através de seus órgãos ambientais, apoiou-se em argumentos científicos e normas jurídicas através das quais os sujeitos são submetidos a uma *racionalidade universal* e a uma *vontade geral* encarnadas pelo Estado moderno, materializadas na lei e aplicadas ao cotidiano pela norma administrativa. Na esfera pública, lugar político e abstrato, “todos” gozariam de uma condição de igualdade absoluta que relega ao espaço privado todas as diferenças.

Embora a consulta pública àqueles que serão diretamente atingidos pela criação da UC seja obrigatória por lei (SNUC, 2000), a prática institucional dos agentes governamentais driblou tal exigência. Os mecanismos vigentes e aceitos como legais possibilitaram a imposição de uma determinada visão social de mundo, e a criação da unidade não contou com consulta pública. Silenciou-se o lugar enunciativo daqueles que dependem diretamente dos recursos para sua reprodução sociocultural. A territorialização da unidade efetiva-se através do uso de mecanismos jurídico-políticos e coercitivos na imposição das normas preservacionistas/conservacionistas ao lugar, deflagrando tensões e disputas. Tal processo é desafiado por dificuldades relativas a debilidades do próprio aparato ambiental; pela estrutura fundiária, como produto sócio-histórico marcado por desigualdade social e irregularidades; e pelo chamado “vazio demográfico”, que prossegue alimentando o olhar dos planejadores sobre o espaço. Concretamente, tais elementos forçam a convivência conflituosa entre gestores e atores locais que historicamente fazem usos do território em questão, num duelo cotidiano de submissão/qualificação, dominação/resistência.

Nesse contexto, os atores sociais locais têm tido ações responsivas diferenciadas, vinculadas aos lugares sociais que ocupam, com correspondentes capacidades acumuladas de enfrentamento. A iniciativa privada vem buscando adequar-se às exigências ambientais legais e vale-se da UC para realizar sua “modernização ecológica”, o que vai ao encontro das premissas do *desenvolvimento sustentável* em consonância com a agenda ambiental global, na qual exploração e proteção da natureza imbricam-se. Nesse processo, os papéis da divisão internacional do trabalho são reforçados, e a preservação/conservação em território brasileiro recebe novas/renovadas roupagens enquanto política pública de *compensações e serviços ambientais*. O poder público local aciona força política para lidar com as demandas das metas nacionais, e, ao mesmo tempo, busca aumentar sua receita através da criação de unidades de conservação em seu território. A incidência, em um mesmo recorte espacial, de diferentes escalas de poder estatal leva à formação de alianças, mas não se exime de tensões e disputas.

O recorte espacial do parque insiste em uma silhueta que incide na reprodução material e imaterial de comunidades rurais que ali tradicionalmente interagem. A ação das comunidades rurais apoia-se nos direitos constituídos sobre os “usos costumeiros”, definindo códigos que regulam as ações da coletividade e o uso comum, os quais atravessam gerações sob determinada realidade. A expropriação territorial ocorre tanto pelas limitações impostas às práticas tradicionais, como pela exclusão daqueles que não têm meios de provar o direito de uso, seja pela posse ou pela propriedade privada, através da documentação oficial exigida. Os constrangimentos obstaculizam a sobrevivência e incidem sobre a dimensão simbólica, numa dualidade apropriação/violência que reitera a lógica colonial na atualidade. O referido recorte espacial foi reduzido, e mesmo naturalizado, desconsiderando-se os sistemas sociais e negando-se o lugar - cuja existência é subsumida pela territorialização do parque -, provocando, assim, a desterritorialização desses grupos.

O contexto das UCs que contam com a presença de moradores, explicitamente as de proteção integral, configura um intrincado impasse legal de âmbito constitucional. No processo analisado, vem ocorrendo a preponderância da lei ambiental em detrimento dos códigos legais que resguardam os direitos civis de comunidades tradicionais extrativistas. Entre as atividades realizadas por esses grupos, está a coleta de flores nativas dos campos rupestres, cujos ‘apanhadores’ articulam-se a partir dessa *identidade*, revelada na relação com o *Outro*, por sua vez, dotado de uma concepção fragmentada de natureza. Esses grupos passaram, então, a buscar compreensões e caminhos de permanência em seus *territórios sociais*.

Nesse sentido, estabelecem-se disputas que envolvem relações assimétricas de poder na classificação do que é verdadeiro, necessário, certo, justo e ético, pela legitimidade/visibilidade de apropriação e manutenção do controle e uso do território. Nesse processo, o Estado Democrático de Direito apresenta-se como “mediador legítimo” e é desafiado no âmbito multicultural ou multicivilizacional.

Uma questão que se coloca sobre o presente e o futuro das áreas naturais protegidas, com ênfase nas unidades de conservação de proteção integral da natureza, refere-se ao seu *devoir*. Em outros termos: a quem se destina o uso desses territórios em um contexto das raridades dos remanescentes que representam/acolhem?

Se há espaço para *utopias* - enquanto *possibilidades* do vir a ser, materializadas nas práticas sociais cotidianas -, pode-se almejar que se torne inconcebível excluir as *vozes*, ainda que dissonantes, de modo que a pluralidade de *leituras de mundo* na arena política possibilite desvelar-se as contradições ambientais. Pode-se almejar ainda que a prevalência da abertura inspire a necessidade de se *compreender* a existência do *outro* em todas as suas dimensões, para, quiçá, superar o *pensamento abissal* (SOUSA SANTOS, 2010), tornando a exclusão dos sujeitos algo, sim, a se negar. E que a noção de *sustentabilidade* seja tomada por sentidos extraeconômicos, como os de justiça, democratização e diversidade cultural (ACSELRAD, 2004). As decorrências desses esforços poderiam, assim, alimentar transformações abertas a questionamentos criativos, inconformistas, e construções possíveis na diversidade e na complementaridade solidária entre *uns* e *outros*, todos homens/sujeitos... e natureza, num processo em que a política tenha o sentido de *liberdade* (ARENDDT, 2007).

“*Não pode ser sábio, quem do espetáculo do mundo se contente*”.

José Saramago

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ACSELRAD, H. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J.A. *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

ALMEIDA, A. W.B. Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. In: Coleção “*Tradição e ordenamento jurídico*”, Manaus, AM: PPGSCA-UFAM: Fundação Ford, vol.2, 2006, p.21-99.

_____. Universalização e Localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: Maria Angela D’Incao e Isolda Maciel da Silveira (orgs.) *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos do estado. In: ŽIŽEK, Slavoj. (Org). *Um mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro; Rev. de trad. Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 105-142.

ANDERSON, B. – *Comunidades Imaginadas*. Reflexiones sobre el origen y el difusión Del nacionalismo. México: Fondo de Cultura Económica, 1991 (original em inglês e versão brasileira pela Editora Ática com o título de *Nação e Nacionalismo*).

ANTUNES, P. de B. *Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

APPADURAI, A. Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy. In: Mike Featherstone. *Cultura Global*. 1990. Tradução em Mike Featherstone (Org.) Cultura Global.

ARAÚJO, M. A. R. *Unidades de conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial*. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.

ARAÚJO, V. T. *O entorno do Parque nacional do Ubajara (CE): caracterização socioambiental do distrito de Araticum*. Dissertação (Mestrado), 2004. UFCE, Fortaleza.

ARENDT, H. *O que é política?* – fragmentos das obras póstumas compilados por Ursula Ludz. 7ª. edição, Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

ARENDT, H. Desobediência civil. In: *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

AZEVEDO, A. A. e MACHADO, R.B. Editorial. In: *Megadiversidade - Cadeia do Espinhaço: avaliação do conhecimento científico e prioridades de conservação*. Belo Horizonte: Conservation International, vol. 4, n. 12, 2008, p. 3-4.

BAENA, V. C. La transcripción en historia oral: para um modelo “vivo” del paso de lo oral a lo escrito. In: *Historia, Antropología e Fuentes Orales*, Voz e Imagem, n.18, 1997, p.41-62.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1977.

BARRETTO FILHO, H. T. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In: RICARDO, F. (Org.) *Terras Indígenas e Unidades de Conservação*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, p.53-63.

_____. Populações Tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. IN: Workshop “*Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade*”, São Paulo, SP - 19 a 23 de maio de 2002.

BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BECKER, B.K. Prefácio In: GUERRA, A.J.T. e COELHO, M.C.N. (Org.) *Unidades de conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p.17-19.

_____. Amazônia: construindo o conceito e a conservação da biodiversidade. In: GARAY, I e DIAS, B. (orgs.) *Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais: avanços conceituais e revisão de novas metodologias de avaliação e monitoramento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, p.92-101.

BEDÊ, L. C. *Alternativas para o uso sustentado de sempre-vivas: efeitos do manejo extrativista sobre *Syngonanthus elegantulus* Ruhland 1903 (Eriocaulaceae)*. Tese (Doutorado), 2006. UFMG, Belo Horizonte.

BEDIM, B. P. *O processo de intervenção social do turismo na serra de Ibitipoca (MG): simultâneo e desigual o dilema camponês no “paraíso do capital”*. Dissertação (Mestrado), 2008. UFMG, Belo Horizonte.

BENATTI, J.H. Presença humana em unidades de conservação: um impasse científico, jurídico ou político? In: CAPOBIANCO, J.P.R. (Org.) *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001, p. 299-305.

BERGSON, H. *Matière et mémoire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1959.

BONFIM, V. R. *Conflitos, participação e lições aprendidas no processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG*. Tese (Doutorado), 2006. UFV, Viçosa.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BOTELHO, M I. V. *O eterno reencontro entre o passado e o presente: um estudo sobre as práticas culturais no Vale do Jequitinhonha*. Tese (Doutorado), 1999. UNESP, São Paulo.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 12ª. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. Compreender. In: P. Bourdieu. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 693-713,

_____. O campo científico. In: ORTIZ, R.(org.). *Pierre Bourdieu - sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-156.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 05 de outubro de 1988. São Paulo: Thonson IOB - Editora Rio, Universidade Estácio de Sá, 2005.

BRASIL. Decreto nº 5746, de 22 de abril de 2006. Dispõe sobre a regulamentação do artigo 21 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação/ Reserva Particular do Patrimônio Natural. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Brasília/DF, 2006.

BRASIL. Decreto nº 5758, de 13 de abril de 2006. Dispõe sobre a instituição do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Brasília/DF, 2006.

BRASIL. Decreto nº 4340, de 22 de agosto de 2002. Dispõe sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Brasília/DF, 2002.

BRASIL. Decreto s/n, de 13 de dezembro de 2002. Dispões sobre a criação do Parque Nacional das Sempre-Vivas. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Brasília/DF, 2002.

BRASIL. Decreto nº 96.944, de 12 de outubro de 1988. Dispõe sobre o direito das comunidades indígenas e das populações envolvidas no processo extrativista. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Brasília/DF, 1988.

BRASIL. Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979. Dispõe sobre a regulamentação de parques nacionais. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Brasília/DF, 1979.

BRASIL. Lei nº 11516, de 28 de agosto de 2007. Dispões sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Brasília/DF, 2007.

BRASIL. Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000. Dispões sobre a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]. Brasília/DF, 2000.

BRITO, M. C. W. de. *Unidades de Conservação: intenções e resultados*. 1a. ed., São Paulo: Annablume, v.1. 2000.

BRYANT, R.L. e BAILEY, S. *Third world political ecology*. London: Routledge, 1997.

CAMARGOS, R.M de F. *Homem, natureza e sensibilidades ambientais: as concepções de áreas naturais protegidas*. Tese (Doutorado), 2006. UFRRJ, Rio de Janeiro.

CAMPOS, N. e KRAHL, M.F.L. Territorialidade: elo entre o espaço rural e o espaço urbano. In: STEINBERGER, M (Org.) *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*. Brasília: Paralelo 15 e LGE, 2006, p.83-100.

CARVALHO, J.M. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), 13(38), out/dez, 1998, p.63-79.

CASTRO, I. E. *Do imaginário tropical à política: a resposta da geografia brasileira à história da maldição*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1º. de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (11). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-11.htm>>. Acesso em: agosto de 2010.

CASTRO, J.E., COUTINHO, B.H. E FREITAS, L.E. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A.J.T. e COELHO, M.C.N. (Org.) *Unidades de conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 25-65.

CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. Os trabalhos da memória. In: BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das letras, 1987, (apresentação).

_____. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1982.

CLAVAL, P. Espacialidades e representações de mundo. Belo Horizonte: *GEOgrafias*, vol. 5, n.2, 2009, p.6-22. Entrevista concedida a Guilherme da Silva Ribeiro.

_____. O território na transição da pós-modernidade. In: *GEOgraphia*. Niterói: EdUFF. n. 2, 1999, p. 7-26.

_____. *Principes de géographie sociale*. Paris: Litec, 1973.

CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

COELHO, M.C.N., CUNHA, L.H. e MONTEIRO, M.A. Unidades de conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política. In: GEURRA, A.J.T.e COELHO, M.C.N. (orgs.) *Unidades de conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p.67-111.

COMIG e IGC/UFGM. *Projeto Espinhaço*. Belo Horizonte/MG, 1997, 2693p. (CD-ROM).

COSGROVE, D. E. *Social Formation and Symbolic Lanscap*. London: Croom Helm, 1984.

COSTA, C.M.R.; HERRMANN, G.; MARTINS, C.S.; LINS, L.V.; e LAMAS, I.R.. (Org.). *Biodiversidade em Minas Gerais: Um Atlas para sua Conservação*. 1ª. ed., Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 1998.

COSTA, F. N. Campos Rupestres. In: SILVA, A., C.; PEDREIRA, L. C. V. S. F. e ABREU, P.A. . (Org.). *Serra do Espinhaço Meridional: paisagens e ambientes*. Belo Horizonte: O Lutador, 2005, p. 139-145.

COSTA, H. S. de M. Meio ambiente e desenvolvimento. In: HISSA, C. E. V. (Org.) *Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: UFGM, 2008, p.79-107.

CROSBY, A. W. *Imperialismo ecológico - a expansão biológica da Europa: 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CUNHA, M. C. *Negros, Estrangeiros: Os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CUNHA, M. C. e ALMEIDA, M. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, J.P.R. (Org.) *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios*. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001, p. 184-193.

DAJOZ, R. *Princípios de Ecologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DAMIANI, A. L. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: DAMIANI, Amélia L.; CARLOS, Ana Fani A.; SEABRA, Odette C. de L. (Orgs.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 48-66.

DEL GAUDIO, R, S. Ideologia nacional e discurso geográfico sobre a natureza brasileira. In: *Lutas Sociais*. São Paulo: PUC-SP, v. 17/18, 2007, p. 48-63.

DIAS, B. F. de S. *Cerrados: uma Caracterização*. In: DIAS, B. F. de S. (Coord.). *Alternativas de Desenvolvimento dos Cerrados: Manejo e Conservação dos Recursos Naturais Renováveis*. Brasília: Fundação Pró- Natureza, 1996, p. 11 a 25.

DIEGUES, A. C. *O mito do paraíso desabitado: as áreas naturais protegidas*. In: FERREIRA, L.C.; VIOLA, E. (orgs.) *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: UNICAMP, 1996, p. 279-313.

_____. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2001.

DRUMMOND, J. A. L.; FRANCO, J. L. A. ; NINIS, A. B. *O estado das áreas protegidas no Brasil - 2005*. 1ª. ed., Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável: Universidade de Brasília, v. 1, 2006.

DRUMMOND, G.M.; MARTINS, C.S.; MACHADO, A.B.; SEBAIO F.A., e ANTONINI Y. *Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação*. 2ª. ed., Belo Horizonte: Fundação Biodiversistas, 2005.

ELDEN, S. There is a Politics of Space because Space is Political - Henri Lefebvre and the Production of Space. 2002. Disponível em: http://www.anarchitektur.com/aa01_lefebvre/aa01_lefebvre_en.html. Acesso em 14, ago., 2009.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (Org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, p.133-168, 2005.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Org.) *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, p. 59 – 81, 2000.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOLADORI, G e TAKS, J. *Um olhar antropológico sobre a questão ambiental*. In: *Mana. Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ, vol. 10, n.2, 2004, p. 323-348.

GATTAZ, A. C. Lapidando a fala bruta: a textualização em História Oral. In: *(Re)Introduzindo a História Oral no Brasil - I Encontro Regional de História Oral/ Sudeste-Sul*. São Paulo: USP, 1996, p.135-140.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. São Paulo: Zahar, 1978.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GONÇALVES, C.W.A.P. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil*. In: BECKER, B. *et al.* (Org.) *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec/UGI, 1995, p.309-333.

GONTIJO, B.M. Uma geografia para a Cadeia do Espinhaço. In: *Megadiversidade - Cadeia do Espinhaço: avaliação do conhecimento científico e prioridades de conservação*. Belo Horizonte: Conservation International, vol. 4, n. 12, 2008, p. 7-16.

GRAMSCI, A. *Os cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUANAES, S. A. *“Meu quintal não é parque!” - populações locais e gestão ambiental n o Parque Nacional da Chapada Diamantina – BA*. Tese (Doutorado), 2006. Unicamp, Campinas.

GUPTA, A. e Ferguson, J. Beyond 'Culture': Space, Identity, and the Politics of Difference. In: *Cultural Anthropology*, vol.7, n. 1, fevereiro 1992. Tradução em Arantes, A. (Org.) *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, 2000, p.30-49.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M.A. e SPOSITO, E. S. (Org.) *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 95-120.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, B.K. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3ª. edição, Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 43-71.

_____. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HANNERZ, U. Fluxos, Fronteiras, Híbridos, Palavras-Chave da Antropologia Transnacional. In: *Mana. Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro: PPGAS /UFRJ, vol.3, n. 1, 1997, p.7-39.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2005.

HEIDRICH, A.L. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, M.A. e SPOSITO, E.S. (Org.) *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 271-290.

HISSA, C. E. V.; MARQUEZ, R. M. *Rotina, ritmos e grafias da pesquisa*. Coronel Fabriciano: Centro Universitário do Leste de Minas Gerais, Revista de Arquitetura, Ensino e Cultura. v. 2, n. 2, 2005, p. 14-28.

HISSA, C.E.V. Território de diálogos possíveis. In: RIBEIRO, M. T. F. E MILANI, C. R. S. (Org.) *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 36-84.

_____. Saberes ambientais: a prevalência da abertura. In: HISSA, C. E. V. (Org.) *Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p.47-64.

_____. *A mobilidade das fronteiras: Inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

HOGAN, D. *População e meio ambiente*. Textos NEPO 16. Campinas: UNICAMP, 1989.

IBAMA. *Parque Nacional das Sempre-Vivas*. Diamantina: IBAMA, 2007. snp. (mimeog.)

_____. *Processo de criação do Parque Nacional das Sempre-vivas*. Brasília/DF, 2002, 185p. (Documento).

IEF/MG. *Conservação na cadeia do Espinhaço: o processo de implantação do Mosaico do Espinhaço Meridional*. In: Palestra proferida em Diamantina/MG, 01 de junho de 2009. (Documento digital).

_____. *Plano de Manejo do Parque Estadual do Biribiri*. Curitiba: IEF/MG, Encarte 1, 2004. (CD-ROM).

INSTITUTO BIOTRÓPICOS. Mosaico de Unidades de Conservação do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral, *Processo de criação e implantação*. Diamantina/MG, 55p., 2009. (Documento).

LARRÉRE, R. Les différents conceptions de la nature: conséquences sur la manière d'en envisager la protection. In: *Science sociales et espaces protégés. Séminaire d'Aussois*. Paris: Ministère de l'aménagement du territoire et de l'environnement. 1997, p. 3-6.

LASCHEFSKI, K. e COSTA, H.S.M. Segregação social como externalização de conflitos ambientais: a elitização do meio ambiente na APA-Sul, região metropolitana de Belo Horizonte. In: *Ambiente e Sociedade*. Campinas, 2008, p.307-322.

LE VEN, M, FARIA, E. de M., HERMETO de SÁ, M. História oral de vida: o instante da entrevista. In: VON - SIMSON, Oiga Rodrigues de Moraes. *Os desafios contemporâneos da História Oral*. Campinas: Centro de Memória Oral / UNICAMP, 1997.

LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. Madrid: Morata, 1983.

_____. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1975.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

LEFF, E. *Ecologia, Capital e Cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Trad. Jorge Esteves da Silva. Blumenau: FURB, 2000.

_____. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1998.

LIMA, F.P.N. *Recursos hídricos e conflitos sociais*. In: Anais do IX Encontro Nacional da Anpur. Rio de Janeiro: ANPUR. vol. 2, 2001, p. 1135 -1145.

LITTLE, P. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. In: Simpósio *Natureza e Sociedade: Desafios Epistemológicos e Metodológicos para a Antropologia*, 23ª Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado, RS, 19 de junho de 2002.

LOVEJOY, T. E. O Brasil em foco. In: *Megadiversidade: Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade no Brasil*. Belo Horizonte: Conservation International, vol. 1, n. 1, 2005, p. 5-6.

LÖWY, M. *Ideologias e ciência social*. São Paulo: Cortez, 1985.

MACHADO FILHO, A. M. *Arraial do Tijucu: cidade Diamantina*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. São Paulo: Pontes, 1989.

MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. São Paulo: Zahar, 1976.

MARAGON, M.A.; AGUDELO, L.P.P. A inserção do tradicional na sociedade hegemônica: o caso da Serra Negra – APA de Guaraqueçaba – Paraná, Brasil. *Anais do 2º. Simpósio de Áreas Protegidas Conservação no Âmbito do Cone Sul* (CD ROM), Pelotas/RS, 2003, p.289-295.

MARQUEZ, M.I.M. O conceito do espaço rural em questão. In: *Terra livre*. São Paulo, ano 18, n. 19, 2002, p. 95-112.

- MARTINE, G. *População, meio ambiente e desenvolvimento. Verdades e contradições*. Campinas, SP: UNICAMP, 1993.
- MARTÍNEZ ALIER, J. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.
- _____. *Da Economia Ecológica ao Ecologismo Popular*. Blumenau: FURB, 1998.
- MARTINS, J. S. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *O cativo da terra*. 2ª edição, São Paulo: LECH, 1981.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: Livro I, v.1, 27ª ed.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 [1867].
- MARX, K e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã [1845-1846]*. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: Massey, D. *Space, place and gender*. Oxford: Polity, 1994. Tradução Pedro Maia Soares.
- MATOS, R.E. da S. Território, ambientes e gestão. In: HISSA, C. E. V. (Org.) *Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p.141-157.
- MAZZETTO, C. E. *Os cerrados e a sustentabilidade: territorialidades em tensão*. Tese (Doutorado), 2006. UFF, Niterói.
- MEDEIROS, R. de J. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. In: *Ambiente e Sociedade*. Campinas, Jan-Jun, v. 9, n. 01, 2006.
- _____. *A proteção da natureza: das estratégias internacionais e nacionais às demandas locais*. Tese (Doutorado), 2003. UFRJ, Rio de Janeiro.
- MENDES, A.B.V. *Conservação ambiental e direitos multiculturais: reflexões sobre Justiça*. Tese (Doutorado), 2009. UNICAMP, Campinas.
- MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MERCADANTE, M. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da Lei do SNUC. In: BENJAMIN, A.H. (org.) *Direito Ambiental das Áreas Protegidas*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 190-231.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *A Natureza: Curso do Collège de France*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MIGNOLO, Walter D. Os esplendores e as misérias da “ciência”: Colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. In: Boaventura Sousa Santos (Org.) *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente*. São Paulo: Ed. Cortez, 2003, p.667-709.
- MILLER, K.R. *Em busca de um novo equilíbrio: diretrizes para aumentar as oportunidades de conservação da biodiversidade por meio do manejo biorregional*. Brasília: IBAMA, 1997.
- MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Meio Ambiente. *Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço: Proposta de Criação*. Belo Horizonte, 2005, 189p. (Documento).

- MITTERMEIER, R. A., FONSECA, G.A.B. da, RYLANDS, A.B. E RANDON, K. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. In: *Megadiversidade: Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade no Brasil*. Belo Horizonte: Conservation International, vol. 1, n. 1, 2005, p. 14-21.
- MONTERO, P. Globalização, Identidade e Diferença. In: *Novos Estudos/Cebrap*, novembro de 1997, p. 41-64.
- MORAES, A.C.R. *Geografia Histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica*. São Paulo: Annablume, 2009.
- _____. *Território e história no Brasil*. 3ª. edição, São Paulo: Annablume, 2008.
- MORIN, E. *O método III: o conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MOTTA, M. *Dicionário da terra*. (Org.), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MUNGAI, M. F. *Mosaico de interesses, relações e conflitos: o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (MG)*. Dissertação (Mestrado), 2008. UFMG, Belo Horizonte.
- ODUM, E. P. *Ecologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- OLIVEIRA, R.C. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, vol. 39, n.1, 1996.
- PECHÊUX, M. O mecanismo do (dês)conhecimento ideológico. In: ŽIŽEK, Slavoj. (Org). *Um mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro; Rev. de trad. Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 143-152.
- PEREIRA, D.B. Paradoxos do Papel do Estado nas unidades de Conservação. In: Zhouri, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D.B. (Org.) *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p.119-142.
- PEREIRA, Lígia Maria Leite. Relatos Oraís em Ciências Sociais: limites e potencial. In: *Revista Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte. vol. 6. n. 3, set/dez de 1991, p. 109-127.
- PITTA, A. M. F. Cuidando de psicóticos. In: GOLDEMBERG, J. *Clínica da psicose: um projeto na rede pública*. Rio de Janeiro: Te Cora Editora: Instituto Franco Basaglia, 1994, p. 155-156.
- POLLAK, M. *Memória e identidade social*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p. 200-212.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, p.227-278.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática (O território e o poder), 1983.
- RIBEIRO, E. e GALIZONI, F. M. *Sistemas agrários, recursos naturais e migrações sazonais no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais*. In TORRES, H. e COSTA, H (Org.) *População e meio ambiente; debates e desafios*. São Paulo: SENAC, 2000.
- RIBEIRO, A. E. M. As histórias dos gerais. In: Aureo Eduardo M. Ribeiro. (Org.). *Histórias dos gerais*. Belo Horizonte: UFMG, v. 1, 2010, p. 23-42.

RIBEIRO, R. F. O rio não corre para o mar: os movimentos sociais e as lutas populares do Jequitinhonha nos anos 1980 e 1990. In: SOUZA, J.V.A. e HENRIQUES, M.S. (Org.) *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações, movimentos*. Belo Horizonte: UFMG, PROEX, 2010.

_____. *Cerrado para muitos: a criação de unidades de conservação de uso sustentável como proposta de solução de conflitos ambientais no Brasil Central*. Belo Horizonte: PUC-MG, 2008, 22p. (mimeog.)

_____. *Florestas anãs do Sertão - o Cerrado na História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RIBEIRO, W. C. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2001.

RYLANDS, A. B. e BRANDON, K. Unidades de Conservação Brasileiras. In: *Megadiversidade - Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade no Brasil*. Belo Horizonte: Conservation International, vol. 1, n. 1, 2005, p. 27-35.

SAADI, A. A geomorfologia da Serra do Espinhaço em Minas Gerais e de suas margens. In: *Geonomos*, vol. 3, n. 1, 1995, p. 41-63.

SABATINI, F. Conflitos ambientales em América Latina: distribución de externalidades o definición de derechos de propiedad? In: SABATINI, F. e SEPULVEDA, C. (Org.) *Conflitos ambientales, entre globalización y la sociedad civil*. Santiago do Chile: CIPMA, 1997, p. 49-74.

SACHS, W. Meio ambiente. In: SACHS, W. (org.) *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.117-131.

SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil* (Paris, 1833). Tradução de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004.

SANTILLI, J. *O socioambientalismo na Constituição Brasileira*. São Paulo: Peirópolis, 2005, p. 55-99.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005.

SARAIVA, R. C. F. *Tradição e sustentabilidade: um estudo dos saberes tradicionais do cerrado na Chapada dos Veadeiros, Vila São Jorge - GO*. Tese (Doutorado), 2006. UNB, Brasília.

SCHMIDT, I. B. *Etnobotânica e Ecologia Populacional de Syngonanthus Nitens: Sempre-Viva Utilizada para Artesanato no Jalapão, Tocantins*. Dissertação (Mestrado), 2005. UNB, Brasília.

SCOTT, J. Formas Cotidianas da resistência camponesa. In: *Raízes*, vol. 21, n.1, jan-jun de 2002, p. 10-31.

SCOLFORO, J. R. S., CARVALHO, L. M. T. e OLIVEIRA, A. D. *Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais: componentes geofísico e biótico*. Lavras: UFLA, 2008.

SILVA, M. O Programa Brasileiro de Unidades de Conservação. . In: *CONSERVATION INTERNATIONAL. Megadiversidade – Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade no Brasil*. vol. 1, n. 1, 2005, p 22-26.

SILVA, J.A. *Direito ambiental constitucional*. 6ª. Edição, São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

SOUSA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: Sousa Santos, B. e Menezes, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Volume 1. *Para um novo senso comum : a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *A gramática do tempo*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Towards a Multicultural Conception of Human Rights. In: Mike Featherstone and Scott Lash (eds.) *Spaces of Culture. City-Nations-World*. London: Sage, 1999. Traduzido como "As Tensões da Modernidade". Biblioteca Alternativa do Fórum Social Mundial.

STEINBERGER, M. Território, ambiente e políticas públicas espaciais. In: STEINBERGER, M (Org.) *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*. Brasília: Paralelo 15 e LGE, 2006, p.29-82.

TERRA BRASILIS. *Projeto Sempre-vivas - subsídios para seu uso sustentado*. Belo Horizonte/ MG, 1999. 123p. (Documento).

THERBORN, G. *La ideología del poder y el poder de la ideología*. 3ª. Ed., México: Siglo Veintiuno, 1991[1987].

THIOLLENT, M. J. M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 4. ed. São Paulo: Polis, 1985.

THOMPSON, P. *A voz do passado – história oral*. São Paulo: Paz e terra, 1992.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1989.

UFVJM; PUC-MG; PMD; EMATER-MG; IDENE. *Encontro de atores da cadeia do extrativismo vegetal da Serra do Espinhaço*. Diamantina/MG, 2009, 46p. (Relatório).

VALLEJO, L.R. Unidades de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. In: *GEOgraphia*. Rio de Janeiro: UFF, ano 4, n. 8, 2003, p. 77-106.

VIANNA, L. P. *De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

WANDERLEY, M. de N.B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 15, 2001, p. 69-129.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. Caxambu: 10º. *Encontro Anual da ANPOCS, GT 17 – Processos Sociais Agrários*, 1996, p. 01-18.

WHITAKER, D.C. A. et alii. *A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura?* In: *Cadernos de Campo: PPGS. FCL- UNESP/ Araraquara, Série 2, n. 11, 2000.*

WOORTMANN, K. Com parente não se “neguceia”: o campesinato como ordem moral. In: *Anuário Antropológico*. Brasília, n. 87, 1990, p. 11-73.

ZHOURI, A. e LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A. e LASCHEFSKI, K. (Orgs.) *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 11-33.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D.B. (Org.) *A insustentável leveza da política ambiental*: Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, A. e OLIVEIRA, R. Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. & PEREIRA, D. B. (Org.) *A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 49-64.

ZHOURI, A. e ZUCARELLI, M.C. Visões da resistência: conflitos ambientais no Vale do Jequitinhonha. In: SOUZA, J.V.A. e HENRIQUES, M.S. (Org.) *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações, movimentos*. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010, p. 209-236.

ZHOURI, A. O “estar lá” no contexto da globalização: imagens da Amazonia através dos ativistas britânicos. In: *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, n. 5, junho de 2002, p.89-105.

_____. Árvores e Gente no Ativismo Transnacional - as dimensões social e ambiental na perspectiva de 'campaigners britânicos'. In: *Revista de Antropologia*, USP, v. 44, n.1, 2001, p. 9-52.

Artigos e/ou matérias de jornais e revistas:

HOJE EM DIA. *Mineração na Canastra terá sinal verde*. [Jornal] Hoje em dia. Belo Horizonte, 11 de set. 2010, Caderno Economia, p. 10.

REVISTA ECOLÓGICO. “Somos um pedaço da natureza”. [Revista] Ecológico. Belo Horizonte: Rona Editora, ano 2, n. 14 de dez. 2009, p. 16-20.

REVISTA ECOLÓGICO. *No coração do tabuleiro*. [Revista] Ecológico. Belo Horizonte: Rona Editora, ano 1, n. 9, jul. 2009, p. 62-67.

VOZ DE DIAMANTINA. *Tensão e conflitos no Parque das Sempre-vivas*. [Jornal] VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina: Associação Pão de Santo Antônio, ano IX, n. 445, 20 de fev. 2010, p. 6.

Endereços eletrônicos institucionais consultados:

APASUL – Área de Proteção Ambiental – Sul (RMBH). Informações cartográficas. Disponível em: < www.redeapasul.com.br >. Acesso em maio de 2010.

CI - CONSERVATION INTERNATIONAL. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.conservation.org.br>>. Acesso em: janeiro de 2011.

CPRM - Companhia de Pesquisas de Recursos Minerários. Informações cartográficas. Disponível em: < www.cprm.gov.br/ >. Acesso em: maio de 2010.

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral. Informações cartográficas. Disponível em: < www.dnpm.gov.br/ >. Acesso em: março de 2011.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Imagens SRTM*. Disponível em: <www.embrapa.br>. Acesso em: maio de 2010.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood>>. Acesso em: março de 2011.

FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.biodiversitas.org.br>>. Acesso em: janeiro de 2011.

FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.fundacaoboticario.org.br>>. Acesso em: janeiro de 2011.

GEF - GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.thegef.org>>. Acesso em: março de 2011.

GREENPEACE. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil>>. Acesso em: maio de 2010.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Informações cartográficas. Disponível em: <www.ibama.gov.br>. Acesso em abril de 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Informações cartográficas. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: abril de 2010.

IEF/MG - Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais. Informações cartográficas. Disponível em: <www.ief.mg.gov.br>. Acesso em: abril de 2010.

IGAM - Instituto Mineiro de Gestão de Águas. Informações cartográficas. Disponível em: <www.igam.mg.gov.br>. Acesso em abril de 2010.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Imagem Landsat-5 TM / RGB = 1,2,3*. Disponível em: <www.inpe.br>. Acesso em: maio de 2010.

INSTITUTO BIOTRÓPICOS. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.biotropicos.org.br>>. Acesso em: janeiro de 2011.

INSTITUTO TERRA BRASILIS. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.terrabrasil.org.br>>. Acesso em: janeiro de 2011.

IUCN - INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.iucn.org>>. Acesso em: maio de 2010.

KOLPING - OBRAS KOLPING DO BRASIL. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.kolping.org.br>>. Acesso em: janeiro de 2011.

MINAS GERAIS. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.semاد.mg.gov.br/icms-ecologico>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2011.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2011.

PARANÁ. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.sema.pr.gov.br>>. Acesso em: janeiro de 2011.

UNESCO - UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURE ORGANIZATION. [s.d.]. Disponível em: <<http://portal.unesco.org>>. Acesso em: maio de 2010.

APÊNDICE 01 – Roteiros das entrevistas aplicadas.

Roteiro para órgãos ambientais:

- Fale um pouco sobre você, sua formação, origem, idade, quando e começou a trabalhar com unidades de conservação, etc.
- Você já conhecia a região? Como foi a vinda prá cá?
- Quando você chegou aqui, qual era a situação do parque? O que chamou sua atenção?
- Como foi o processo de decisão de criação do parque (critérios, relevância)? Quem estava envolvido, quem influenciou na decisão?
- O que mudou após a separação com o IBAMA (gestão, recursos)?
- Como tem sido a implantação do parque do seu ponto de vista? Como tem se dado à fiscalização?
- Qual é a referência utilizada para tomar decisões do que fazer? Há dificuldades?
- Que potenciais, desafios e limites percebe em relação ao parque?
- Como o ICMBio (Brasília) vê esse parque? E o exterior do país?
- O que você conhece sobre o entorno do parque? Como você enquanto ICMBio vê/relaciona com as comunidades? O que implica para a UC ter essas comunidades no entorno?
- O que você conhece sobre o extrativismo vegetal na região? Que perspectivas vê para essa atividade?
- Há impacto do parque sobre a região?
- Quem são os parceiros do parque (recursos financeiros, pesquisas)?
- O que é o Mosaico do Espinhaço? Qual o motivo de criação e relação com o ICMBio? E a Reserva da Biosfera do Espinhaço?
- Qual é a perspectiva de futuro que você vê para esse parque? E que perspectiva o parque traz para o Brasil (estando no Espinhaço, campo rupestre, cerrado)?
- Gostaria de acrescentar mais alguma coisa? Indica alguém para ser entrevistado?

Roteiro para ONGs:

- Fale um pouco sobre você, sua formação, origem, idade, quando e começou a trabalhar com a temática ambiental, etc.
- Qual é a natureza da entidade que representa – objetivo, missão, atuação?
- Que relação à instituição que participa tem com a temática ambiental no Estado de Minas Gerais?
- Como e por que se envolveu ou se aproximou da região de Diamantina? O que chamou sua atenção quando lá chegou?
- Que tipos de projetos e atividades a entidade que representa desenvolveu, ou desenvolve, na região de Diamantina? Quais as fontes de financiamento ou parceiros apoiaram, ou apóiam, essas atividades?

- O que tem a dizer sobre os recursos naturais da região do(s) parque(s)? E sobre as comunidades que lá vivem?
- O que conhece sobre o extrativismo vegetal na região? Quais perspectivas vê?
- O que pode nos dizer sobre a instrução normativa de relativa ao cultivo e manejo que tramita no COPAM?
- Gostaria de saber quando e como foi o processo de criação do(s) parque(s) e a participação de sua entidade neste processo.
- Por que o PARNA Sempre-vivas foi definido como parque e nacional?
- Qual é o impacto do(s) parque(s) na vida das comunidades?
- Que potenciais, desafios e limites percebe em relação ao(s) parque(s)?
- Qual é a perspectiva para esse(s) parque(s) no futuro? E que perspectiva o parque traz para o Brasil?
- O que sabe sobre Mosaico do Espinhaço e sobre a Reserva da Biosfera do Espinhaço?
- Percepção em relação à mudança de gestão do ICMBio após cisão do IBAMA, e em relação à atuação do IEF na região.
- Acréscimos a fazer e indicações de pessoas a serem entrevistadas que tiveram envolvimento com a criação ou com a coleta.

Roteiro atores locais:

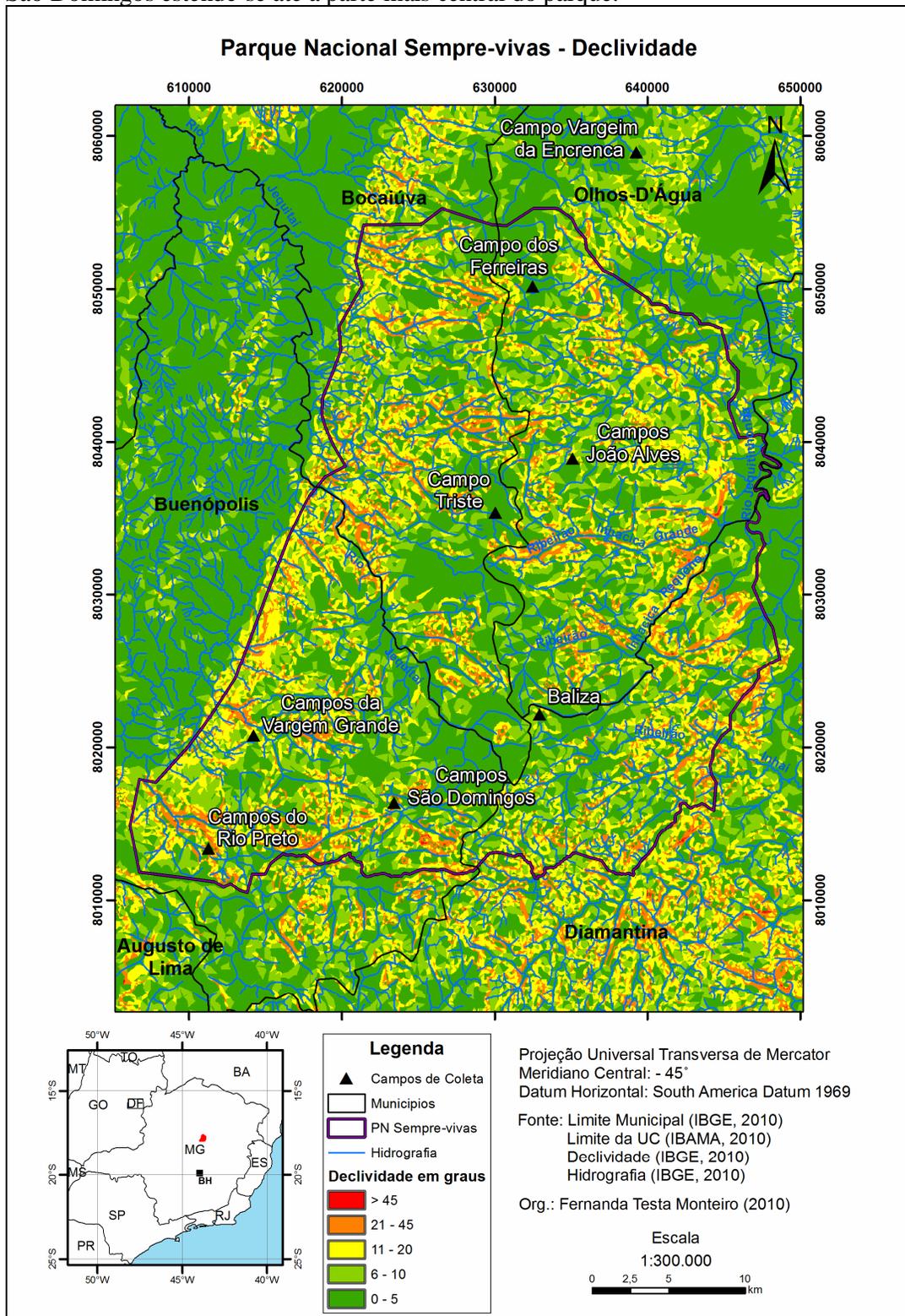
- Fale um pouco sobre você, sua formação, origem, idade, etc.
- Quando e como se deu o processo de decisão de criação do parque?
- Por que foi parque e nacional?
- Como era a região/vida antes do parque/ Usos da área em questão, anterior a criação do parque.
- O significado que tem a serra e a natureza.
- Como vê a implantação do parque do seu ponto de vista?
- Qual o impacto do parque na região e para as comunidades locais?
- Que potenciais, desafios e limites percebe em relação ao parque?
- O que tem a dizer sobre os recursos naturais da região do parque? E sobre as comunidades?
- O que conhece sobre o extrativismo vegetal na região?
- O que sabe sobre Mosaico do Espinhaço e sobre a Reserva da Biosfera do Espinhaço?
- Percepção em relação à mudança de gestão do ICMBio após cisão do IBAMA.
- Qual é a perspectiva para esse parque no futuro?
- Acréscimos a fazer e indicações de pessoas a serem entrevistadas que tiveram envolvimento com a criação ou com a coleta.

Roteiro para moradores do parque e seu entorno:

- Fale um pouco sobre você, idade, família, vida, etc.
- Como, quando você chegou à região? Há quanto tempo vive aqui?
- O que é a serra? O que tinha e ainda tem que atrai pessoas de fora para a área da serra/parque?
- Como era a vida antes da chegada do parque?
- O que é o parque? Quando e como chegou? O que mudou na sua vida?
- Que relação tem com os responsáveis pelo parque?
- Que expectativas tem em relação ao futuro?
- Gostaria de deixar uma sugestão ou mensagem para as pessoas que não conhecem a região?

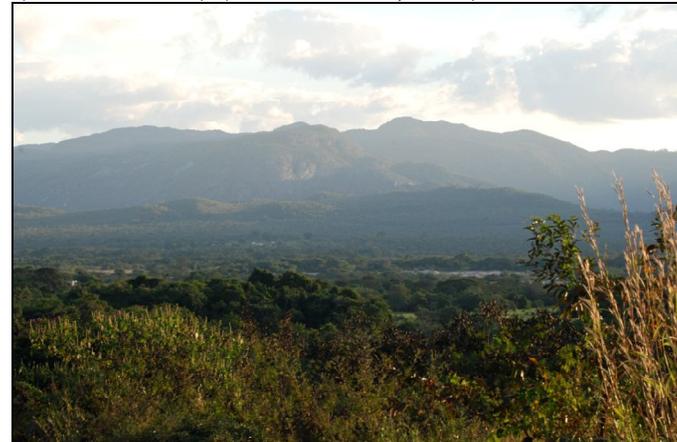
APÊNDICE 02 – Figura 06 - Alguns cursos hídricos e campos de coleta localizados no interior do PARNA Sempre-vivas.

* Ressalta-se que o Campo Arrenegado encontra-se abaixo do Campo Triste e que o Campo São Domingos estende-se até a parte mais central do parque.



APÊNDICE 03

Fotografias 1 e 2 - Vistas da serra a partir do 'sertão' (face ocidental) (MONTEIRO, 2010).



Fotografias 3 e 4 – Vistas da serra a partir das margens do Rio Jequitinhonha (face oriental) (MONTEIRO, 2010).



Fotografias 5, 6, 7 e 8 – Campos e capões de mata sobre a ‘serra’ (MONTEIRO, 2010).

APÊNDICE 04



Fotografias 9 e 10 – Áreas de fazendas de bovinocultura de corte no ‘sertão’ (MONTEIRO, 2010).



Fotografias 11 e 12 – Plantio de eucalipto e produção de carvão ao norte do PARNA Sempre-vivas (MONTEIRO, 2010).



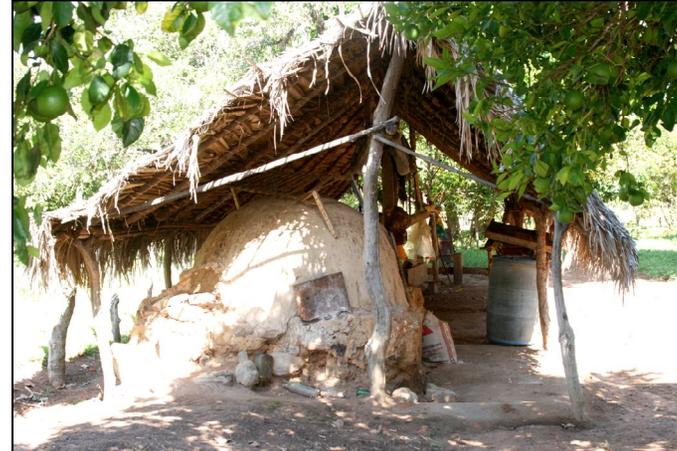
Fotografia 13 – Restos de dragas fluviais utilizadas por empresas para extração de diamante, nas margens do Rio Jequitinhonha (MONTEIRO, 2010).



Fotografia 14 – Área de extração de diamante atual, por empresa multinacional, nas margens do Rio Jequitinhonha (MONTEIRO, 2010).

APÊNDICE 05

Fotografias 15, 16, 17 e 18 – Ocupações e usos do ‘sertão’ (MONTEIRO, 2010).



Fotografias 19, 20, 21 e 22 – Ocupações e usos das áreas próximas ao Rio Jequitinhonha (MONTEIRO, 2010).

APÊNDICE 06

Fotografias 23, 24, 25, 26, 27 e 28 – Ocupações e usos sobre a ‘serra’ (MONTEIRO, 2010).

APÊNDICE 07



Fotografias 29 e 30 – Campo de flores e colheita (MONTEIRO, 2010).



Fotografias 31 (ISSA, 2006) e 32 (MONTEIRO, 2010) – Colheita e secagem de flores.



Fotografia 33 – Armazenamento de flores no ‘rancho’ (MONTEIRO, 2010).



Fotografia 34 – Transporte de flores dos campos (ROQUE, 2005).



Mosaico de fotografias – Campos, ‘flores’ e ‘botões’ no interior do PARNA Sempre-vivas (MONTEIRO, 2010).



Mosaico de fotografias - Produtos coletados nos campos preparados para a comercialização (fotos gentilmente cedidas por José Fernando Duarte, 2009).